

**A Saída Voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE)  
Caso Concreto de Portugal**

**Ana Isabel Goulão Salvado Travassos**

**Dissertação de Mestrado  
em Ciência Política e Relações Internacionais  
Especialização em Estudos Europeus**

**Setembro de 2011**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização de Estudos Europeus, realizada sob a orientação científica dos Senhores Professores  
Ana Santos Pinto e Manuel Filipe Canaveira

*À minha família pela força e a coragem que me transmitiram para concluir esta tese,  
em anos muito difíceis e desgastantes em termos profissionais e pessoais.*

*Em especial, à minha irmã e mãe que não só ‘aturaram’ as minhas más disposições  
quando algo me não corria tão bem, como ainda me apoiaram financeiramente quando  
necessitei de tirar licença sem vencimento para avançar com a tese.*

*Aos meus orientadores Manuel Filipe Canaveira e Ana Santos Pinto, que foram os  
grandes responsáveis pelo princípio, meio e fim desta dissertação.*

## **AGRADECIMENTOS**

A concretização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio da minha família e dos Senhores Professores Manuel Filipe Canaveira e Ana Santos Pinto, respectivamente meus orientador e co-orientador, João César das Neves, João Ferreira do Amaral, José Luís da Cruz Vilaça, Miguel Gorjão Henriques, Pedro Lains, André Freire e Miguel Poiars Maduro, bem como do Senhor Dr. Francisco Sarsfield Cabral. A todos um Muito Obrigada.

Sem a disponibilidade e prontidão de todos eles, dificilmente teria levado a bom termo esta investigação, que dependia muito do Saber de especialistas e estudiosos da integração europeia, nas suas múltiplas vertentes.

Se iniciei a dissertação sob a orientação dos Senhores Professores Manuel Filipe Canaveira e Ana Santos Pinto, com quem criei logo uma empatia e, penso, desenvolvi amizade, acabei por ser acompanhada por mais sete orientadores. Das conversas com todos eles resultaram sempre novos conselhos e novas ‘dicas’ para a investigação e uma vontade de regressar e de saber mais.

Indispensável foi também a ajuda da minha irmã Maria da Conceição Travassos na tradução de trechos e da minha colega Rosa Caetano na elaboração de quadros e arranjo gráfico do trabalho.

Por último, quero deixar uma palavra de agradecimento aos muitos Professores e Estudantes com quem me cruzei nestes últimos anos na Universidade Nova de Lisboa e que facilitaram o meu regresso à vida académica e a realização deste trabalho.

Um Bem Haja sentido para todos.

# **A SAÍDA VOLUNTÁRIA DE UM ESTADO MEMBRO DA ZONA EURO (E UE)**

## **CASO CONCRETO DE PORTUGAL**

**ANA ISABEL GOULÃO SALVADO TRAVASSOS**

### **RESUMO**

A crise económico-financeira mundial a que não escaparam os países da União Europeia, veio não só acentuar as dificuldades económicas existentes nos seus Estados membros da periferia e da Zona Euro, menos desenvolvidos economicamente, com uma estrutura produtiva específica e desprovidos dos instrumentos de política monetária e cambial para o seu equilíbrio macroeconómico, como Portugal, a Grécia e a Irlanda, mas também revelar as fragilidades do processo de integração europeia. As instituições comunitárias não se mostraram capazes, pelo menos no início, de travar a degradação económica destes países, todos eles membros do Euro, que tiveram, ou foram obrigados, a pedir auxílio financeiro internacional para poderem sanear as suas contas e evitarem a chamada “bancarrota” e a sua possível saída da Zona Euro, como solução para resolverem os seus graves problemas internos.

A suceder um abandono da Zona Euro, seria a primeira vez que tal ocorreria na história da integração europeia e as repercussões far-se-iam sentir tanto no país demissionário, como na União Europeia. Estudar a possibilidade e a viabilidade política, económica e jurídica, ao abrigo dos tratados comunitários, da saída, cada vez mais eminente e mais falada, de um Estado do Euro, concretamente de Portugal, é o objectivo deste trabalho, que, logo à partida, se deparou com o grande problema da falta de documentação específica sobre a questão em estudo. Entre os efeitos, para Portugal, do seu abandono da Zona Euro, apontam-se, pela negativa, o agravamento da sua dívida externa e, pela positiva, a recuperação dos instrumentos de política monetária para resolução dos seus muitos desequilíbrios macroeconómicos. Já, para a União Europeia, os efeitos mais visíveis são a perda de credibilidade no panorama internacional e o revés no projecto da união política. No essencial, apurou-se pela necessidade de medir criteriosamente os custos e benefícios de uma eventual saída de Portugal da Zona Euro, possível do ponto de vista jurídico e hoje viável em termos políticos e sobretudo económicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise, Zona Euro, Integração Europeia, União Europeia, Saída, Portugal, Estados membros, Credibilidade, Desequilíbrios Económicos, Tratados, União Política.

## **ABSTRACT**

The global financial and economic crisis from which the European Union countries did not escaped, not only enhanced existing economic difficulties in the peripheric states of the Euro Zone, those less economically developed, with a production structure of their one and devoided of monetary and exchange rate policy instruments for macroeconomic balance, such as Portugal, Greece and Ireland, but also reveal the weaknesses of the european integration process. The European Community Institutions were not able, at least initially, to halt the economic deterioration of these countries, all members of the Euro Zone, that were obliged to seek international financial assistance in order to clean up their accounts and avoid the so call "default" and the possible exit from the Euro Zone as a solution to solve their serious internal problems. If a country does exit of the Euro Zone, that would be the first time this happened in the history of european integration and the impact would be felt in that country as well as in the European Union as a whole. To study the political, economic and legal feasibility and viability under the Community Treaties, the exit of a european state, which seems eminent and widely out spoken, namely Portugal, is the objective of this work, which from the outset, was confronted with the lack of specific documentation. Among the negative effects to Portugal, of the exit does occurred, we can point out the agravation of the external debt. Among the positive effects, we must consider the recovery of monetary policy instruments to solve many of its macroeconomic imbalances. Concerning the European Union, the most visible effects are the loss of credibility on the international scene and the defeat on his project of political union. In essence, we need to measure carefully the losses and benefits of a possible exit of Portugal from the Euro Zone. From the legal point of vue, this is possible and, today, viable in political terms, but specially economic ones.

**KEYWORDS** – Crisis, Euro Zone, European Integration, European Union, Exit, Portugal, Member States, Credibility, Macroeconomic Imbalance, Treaties, Political Union.

# ÍNDICE

I – Introdução.....	1
II – Enquadramento teórico	
II.1 - O intergovernamentalismo e a soberania nacional.....	10
II.2 - O neofuncionalismo e a secundarização do Estado .....	15
II.3 - Principais divergências entre as duas teorias .....	18
II.4 - Notas Finais.....	21
III – Possibilidade de saída de um Estado membro	
III.1 - Vertente jurídica .....	23
III.1.1 - O papel das instituições e a tomada de decisão.....	29
III.1.2 - A fase de negociação .....	32
III.1.3 - O recurso ao processo de adesão por omissão .....	35
III.1.4 - Notas Finais .....	38
III.2 – Vertente Económica.....	39
III.2.1- A crise económica na UE e em Portugal .....	39
III.2.1.1 - Na UE .....	40
III.2.1.2 - Em Portugal .....	45
III.2.1.3 - União Monetária dificulta recuperação .....	49
III.2.1.4 - UE revela fragilidades e incapacidades.....	53
III.2.2. - Notas Finais .....	60

III.3. – Vertente política .....	61
III.3.1. - O descontentamento expresso nas eleições .....	61
III.3.1.1 - Para o Parlamento Europeu.....	62
III.3.1.2 - Nas legislativas em Portugal.....	66
III.3.1.3 - Em eleições disputadas na Europa.....	67
III.3.2 - As sondagens europeias.....	69
III.3.3 - Saída: uma decisão eminentemente política.....	72
III.3.4 - Notas Finais.....	75.
 IV - Custos e Benefícios da saída da Zona Euro .....	 77
IV.1. - Para Portugal.....	79
IV.1.1. - Custos .....	79
IV.1.2.- Vantagens .....	86
IV.2. - Para a União Europeia.....	89
IV.3 - Notas Finais.....	92
 V - Conclusões .....	 94
 Bibliografia.....	 103
 Anexos (em Volume Separado) .....	 i



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AR	Assembleia da República
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comunidades Europeias
CEE	Comunidade Económica Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CDS	Partido do Centro Democrático e Social
EURATOM	Comunidade Europeia de Energia Atómica
PE	Parlamento Europeu
PIB	Produto Interno Bruto
PSD	Partido Social Democrata
SME	Sistema Monetário Europeu
TUE	Tratado da União Europeia
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
ZE	Zona Euro

## I – INTRODUÇÃO

A actual crise económico-financeira, com origem nos Estados Unidos da América em meados de 2007<sup>1</sup> e já considerada como uma das piores de sempre<sup>2</sup>, e que tem atingido todos os países do mundo<sup>3</sup>, incluindo os da União Europeia, embora com consequências globais diferentes, veio suscitar uma nova abordagem da integração europeia e a hipótese, pela primeira vez ponderada de um modo sério, de um Estado membro poder abandonar apenas a Zona Euro ou mesmo o projecto europeu.

Nunca esta possibilidade tinha sido tão equacionada e falada como desde 2009, e sobretudo desde que a Grécia teve de pedir, em 23 de Abril de 2010, ajuda financeira externa para conseguir resolver os seus graves desequilíbrios macroeconómicos. Seguiram-se-lhe, nesta decisão, a Irlanda, em 21 de Novembro de 2010, e depois Portugal, a 7 de Abril de 2011, o que veio fortalecer a hipótese de saída de um Estado membro da Zona Euro. Basta atender às notícias e crónicas de jornais. Por exemplo, José Soares da Fonseca, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, escrevia a 15 Junho de 2011, no ‘Jornal de Negócios’: “Continua, recorrentemente, a associar-se um possível abandono [de Portugal] do Euro à saída da actual crise. (...)”<sup>4</sup>; o Nobel da Economia 2008, Paul Krugman, afirmava a 11 de Julho de 2010 no jornal espanhol ‘El País’ que: “há uma possibilidade plausível da Grécia ser forçada a sair do Euro com contágios a outros países, especialmente a Portugal (...)”<sup>5</sup>; e Hans-Werner Sinn, presidente do instituto alemão de investigação económica IFO, dizia no ‘Diário Económico’ de 28 de Abril de 2010, referindo-se a uma possível saída da

---

<sup>1</sup> - A subida do subprime, ou seja, do crédito hipotecário de alto risco, nos EUA atingiu tamanha grandeza que, quando o preço de mercado das casas desceu, provocou uma crise que se repercutiu ao resto do sistema bancário e financeiro e não só dos EUA, tendo em conta a globalização das economias.

<sup>2</sup> - A própria Comissão Europeia, nas suas “Previsões da Primavera 2010-2011” refere: “(...) Após ter sido atingida pela maior recessão da sua história, a economia da UE (...)”. E na sua comunicação sobre o reforço da coordenação da política económica, citada em COM(2011) 273 Final de 12-05-2010, que “a recente crise económica não tem precedentes na nossa geração”.

<sup>3</sup> - Mesmo nos chamados países emergentes, como a China e Brasil, manteve-se o crescimento da economia mas a níveis mais baixos.

<sup>4</sup> - SOARES da FONSECA, José A. – “Estar no euro... sair do euro, em que ficamos?”. In *Jornal de Negócios*. Lisboa.15-06-2011.

<sup>5</sup> - KRUGMAN, Paul – *Alemanha joga um papel decisivo*. [Consultado em: 24-05-2011]. Disponível em: [http://www.elpais.com/articulo/economia/Alemania/juega/papel/destructivo/elpepieco/20100711elpepieco\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/economia/Alemania/juega/papel/destructivo/elpepieco/20100711elpepieco_1/Tes).

Texto traduzido por Ana Isabel Travassos, assim como os demais.

Grécia da Zona Euro, que “o país é autónomo e pode decidir por si próprio. A questão de uma saída só se coloca perante um imenso défice externo”<sup>6</sup>. Já no Fórum Crise no Euro, Hans-Werner Sinn acrescentava que: “a Grécia deve reduzir o seu défice importando menos e vendendo mais produtos no mercado mundial. Isto só é possível através de uma desvalorização da moeda. Mas com o euro, esta opção é impossível”<sup>7</sup>.

A crise económico-financeira veio ainda lançar as bases para um debate alargado sobre as fragilidades da União Europeia; o futuro da União Económica e Monetária e da Zona Euro; a UE como entidade supranacional e integradora de diferentes países da Europa, em termos económicos, sociais, linguísticos e culturais; a importância de uma união política e da moeda única como impulsionadora dessa mesma união; e o reforço do poder e da influência económica da Alemanha na Zona Euro. Retenha-se, neste sentido, excertos da intervenção do presidente da UE, van Rompuy, proferida em Bruxelas em Novembro de 2010 no European Policy Center, e citada pelo ‘Diário Económico’ de 16 de Novembro de 2010: “a UE tem os dias contados se continuarem os actuais problemas orçamentais de alguns países. (...) Temos de trabalhar todos em conjunto para permitir que a Zona Euro sobreviva. Porque, se a Zona Euro não sobreviver, a União Europeia também não sobreviverá”<sup>8</sup>.

Por sua vez, a 28 de Abril de 2010, o então director geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, referia em Berlim, aquando de uma visita a Angela Merkel: “a questão com que estamos confrontados não tem apenas a ver com a Grécia, mas com a estabilidade da Zona Euro (...) é a confiança da Zona Euro que está em jogo”<sup>9</sup>.

Já Francisco Sarsfield Cabral defendia no jornal ‘Público’ de 22 de Março de 2010 que: “afinal a moeda única não impulsionou a integração política. Pelo contrário, essa integração recuou. (...) Poderá sobreviver uma moeda sem Estado, com o é o euro?”.

É neste contexto de crise económica na Europa, em constante mutação e revestido de dúvidas e incertezas quanto ao futuro da Zona Euro, da UE e do seu processo de integração, e em que se fala e discute muito as vantagens e necessidades de

---

<sup>6</sup> - SINN, Hans-Werner - *A Grécia está em bancarrota*. [Consultado em: 28-04-2010]. Disponível em: [http://economico.sapo.pt/noticias/a-grecia-esta-em-bancarota-diz-economista-alemao\\_88208.html](http://economico.sapo.pt/noticias/a-grecia-esta-em-bancarota-diz-economista-alemao_88208.html).

<sup>7</sup> - SINN, Hans-Werner. *IFO - Forum Euro Crisis*. Disponível em: [http://www.cesifogroup.de/portal/page/portal/ifoHome/Bpolitik/95discforum/02discforeurocrisis#griechisches\\_geschaeftsmodell](http://www.cesifogroup.de/portal/page/portal/ifoHome/Bpolitik/95discforum/02discforeurocrisis#griechisches_geschaeftsmodell).

<sup>8</sup> - In jornal ‘Diário Económico’, de 16-11-2010.

<sup>9</sup> - In “FMI e BCE reforçam pressão sobre ajuda alemã à Grécia”. In jornal *Público*, de 29-04-2010. P 6.

saída da Grécia, da Irlanda ou de Portugal da Zona Euro como solução para estes Estados equilibrarem as suas contas públicas e, simultaneamente, não prejudicarem a estabilidade do euro, o grande pilar da UEM, que se apresenta o estudo “**A saída voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE), no caso concreto de Portugal**”, com o qual se pretende aferir sobre a real possibilidade deste abandono e as implicações daí resultantes, tanto no plano nacional, como europeu.

A escolha do tema obedece ao facto de ser não só de grande actualidade, mas também pertinente e inovador, pois nunca na história da UE e muito menos da Zona Euro ocorreu a saída de um Estado membro, pretendendo-se com o seu estudo mostrar a viabilidade prática ou não de uma decisão desta natureza, e, em caso afirmativo, indicar o processo que deverá ser encetado e desenvolvido nesse sentido e as implicações que poderão advir para um país que opte por abandonar apenas a Zona Euro ou também a União.

A verificar-se a hipótese da saída voluntária de um Estado membro da UE ou apenas da Zona Euro, seria de facto a primeira vez que tal sucederia na história da União.

O abandono da Gronelândia em 1985 da então CE, como resposta à conquista da sua autonomia, em 1979, face à Dinamarca e à vitória do Não no referendo de 1982 sobre a sua permanência na CE, está longe de ter tido a mesma expressão que teria hoje a saída de um país da Zona Euro ou também da UE. Em primeiro lugar, porque a retirada, embora voluntária, da Gronelândia representou não a saída de um Estado membro, mas apenas de um território de um Estado membro (note-se que a Gronelândia, politicamente, tem o estatuto de região autónoma face à Dinamarca, dependendo financeiramente dela e sendo por ela representada em termos de política externa), de tal modo que ficou abrangida pelas regras do tratado da CE relativas à ‘Associação dos Países e Territórios Ultramarinos’<sup>10</sup>. Em segundo lugar, porque a integração europeia encontrava-se, na altura, num estágio bem menos avançado, sem uma união monetária e económica, sem uma Zona Euro, com menos políticas comuns e apenas com dez Estados membros.

---

<sup>10</sup> - Vide Artigos 131º a 136º do Tratado CEE e Artigos 198º a 204º do Tratado de Lisboa. Vide “Tratado da Gronelândia” – In JO L 29, de 01-02-1985.

Como refere José Luís da Cruz Vilaça, a “Gronelândia é um problema de direito constitucional interno de um Estado membro”<sup>11</sup>.

A saída de um Estado membro da UE ou só da Zona Euro<sup>12</sup>, a concretizar-se no actual momento de conjuntura e de integração europeia, iria abrir um precedente na história da UE, com repercussões políticas, económicas, jurídicas e sociais nunca antes suscitadas.

A opção pelo estudo apenas da **saída voluntária** de um Estado prende-se com o facto da expulsão não existir como figura jurídica no direito comunitário, embora os demais Estados-membros possam forçar uma qualquer saída, mas será sempre o Estado a pedir para retirar-se. Como afirma Paulo Sande<sup>13</sup>, “o Tratado de Lisboa não refere a expulsão de um Estado, pelo que, para esta situação se poder verificar, teria de ser regulamentada primeiro” (e até ao momento não o foi e dificilmente o será, nas palavras de Paulo Sande), ou como diz Miguel Poiares Maduro<sup>14</sup>: “é complicado defender a expulsão na base dos Tratados em si; o que está previsto nos Tratados, no Artigo 7º, é a suspensão dos direitos” e não a expulsão<sup>15</sup>, ou ainda como sublinha Cruz Vilaça<sup>16</sup>: nos Tratados “não está prevista a expulsão de um Estado da União; o que está prevista é a suspensão. A expulsão implicaria uma revisão do Tratado e a revisão do Tratado só

---

<sup>11</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 08-06-2011. Vide Anexos. José Luís da Cruz Vilaça: Professor Convidado das Faculdades de Direito da UNL e da UCP de Lisboa. Doutorado em Economia Internacional (Universidade de Paris I). Mestre em Ciências Políticas-Económicas (FD-Universidade de Coimbra). Licenciado em Direito (FD-UC). Presidente do Conselho Directivo da APDE (Associação Portuguesa de Direito Europeu). Sócio da PLMJ-Sociedade de Advogados, sendo as suas áreas de especialização o Direito Europeu e da Concorrência. Ex-secretário de Estado para a Integração Europeia (1980/83).

<sup>12</sup> - Está subentendido que, da Zona Euro, só podem sair 17 Estados, os seus membros. Estes podem abandonar apenas a Zona Euro, como se verá mais à frente, ou simultaneamente toda a UE. Os restantes dez Estados que ainda não pertencem à Zona Euro, a sair, qualquer deles, não teriam as mesmas implicações, pois não estão abrangidas pelas mesmas imposições e ainda têm domínio em matéria monetária.

<sup>13</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 11-02-2010. Vide Anexos. Paulo de Almeida Sande: director do gabinete do PE em Portugal. Regente da cadeira de Construção Europeia no curso de Ciência Política e Relações Internacionais da UCP. Mestre em Ciência e Teoria Política (IEP-UCP). Pós-graduado em Direito Comunitário (UCP). Licenciado em Direito (Faculdade de Direito-UL).

<sup>14</sup> - Informação prestada a Ana Isabel Travassos a 20-5-2011, através de troca de correspondência electrónica. Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro: Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da UNL, nas valências de Direito Comunitário. Professor Convidado no IEE-UCP. Doutorado em Direito (Instituto Universitário Europeu). Licenciado em Direito (FD-UL). Advogado no Tribunal de Justiça da UE. Autor de diversos textos e obras sobre UE e direito comunitário.

<sup>15</sup> - O Artigo 7º, nº 3 do Tratado da União Europeia aditado pelo Tratado de Lisboa diz: “se tiver sido verificada a existência da violação a que se refere o nº2, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação dos tratados ao Estado membro em causa (...)”. Retenha-se que a violação grave reporta ao artigo 2º e significa violar o respeito pela democracia, liberdade, dignidade humana, igualdade, estado de direito e direitos dos homens.

<sup>16</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos, a 08-06-2011.

pode ser feita por unanimidade. (...) Hoje, está prevista expressamente a possibilidade de um Estado membro decidir retirar-se da União e não estava antes do Tratado de Lisboa, e também a possibilidade dos outros Estados suspenderem os direitos inerentes à participação de um Estado membro na União, no caso de uma ameaça grave ou de uma grave violação dos direitos fundamentais” pela sua parte.

Já abordar-se a saída voluntária de um Estado membro (qualquer) e não apenas de Portugal e não só da Zona Euro mas também da UE, encontra resposta no próprio Artigo 50º do Tratado da União Europeia, relativo à saída de um Estado membro. As ‘regras’ impostas pelos Tratados para saída de um país são iguais para todos os 27 Estados membros da UE, independentemente de fazerem parte, também, da Zona Euro. É indiferente, juridicamente, ser Portugal a sair da UE, que pertence ao Euro, ou a Roménia, que está fora do Euro. O procedimento é exactamente igual, como se verá no subcapítulo III.1. Nunca o Tratado se reporta ao abandono de um país da Zona Euro, mas sempre da UE, pelo que a análise tem de ser feita partindo do lato para o específico, adaptando o caso da UE à Zona Euro.

A particularização torna-se, no entanto, necessária para o estudo das implicações da saída de um Estado membro do Euro. É que, cada um dos 17 países membros (ou dos 27 da UE) tem as suas particularidades políticas, económicas, sociais e culturais, tem um tratado de adesão próprio com a UE, tem um peso e influência específicos no seio da União, que têm muito a ver com a sua dimensão territorial e o seu poderio económico, pelo que as repercussões de uma saída são variáveis de Estado para Estado. A opção por Portugal torna-se evidente. Logo à partida por este trabalho se realizar por uma cidadã portuguesa e para uma Faculdade portuguesa. Depois, por ser um dos três países da Zona Euro que enfrenta maiores dificuldades económicas, tendo, inclusive, pedido ajuda financeira externa (os outros são a Grécia e a Irlanda). Portugal surge, assim, como um país candidato à saída da Zona Euro.

O aspecto inovador deste estudo está também patente na escassez de material bibliográfico e de pesquisa sobre o assunto, o que é compreensível, tratando-se de uma questão que até há bem pouco tempo (até ao Tratado de Lisboa) nem sequer fazia parte explícita do direito comunitário. Acresce ainda o facto de nunca nenhum Estado membro ter abandonado a Zona Euro ou a UE, ou sequer pensado em fazê-lo, faltando assim, também, dados empíricos que contribuam para a pesquisa e elaboração desta dissertação. Trata-se, enfim, de uma questão que está agora a começar a ser explorada e

estudada. Como refere João César das Neves: “não temos bibliografia sobre este assunto, até porque é um assunto ainda não realizado”<sup>17</sup>.

A investigação e a recolha de elementos de estudo têm, assim, como grande base os Tratados da União Europeia e sobre o Funcionamento da União Europeia, aditados pelo Tratado de Lisboa, e entrevistas abertas feitas, em 2011, a especialistas em assuntos europeus, como João Ferreira do Amaral, professor universitário de Economia, conhecido pela sua posição crítica à entrada de Portugal no Euro; Francisco Sarsfield Cabral, ex-director do Gabinete para Portugal da Comissão Europeia e comentador de questões comunitárias; Pedro Lains, professor universitário de Teoria e História da Integração Europeia e secretário-geral da European Historical Economics Society; João César das Neves, professor universitário de Economia e colunista, vindo a acompanhar publicamente a questão da crise económica em Portugal e na Zona Euro; Paulo Sande, director do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal; André Freire, professor universitário e investigador nas áreas dos comportamentos políticos e sistemas eleitorais, com diversas obras publicadas nestes domínios; José Luís da Cruz Vilaça e Miguel Gorjão Henriques, ambos licenciados em Direito e membros do Conselho Directivo da Associação Portuguesa de Direito Europeu. Devido à falta de bibliografia específica (de informação), recorre-se ainda ao estudo de casos de outras uniões monetárias ou de tentativas de criação de uniões monetárias, como o da Argentina, quando em 1991 introduziu o modelo de *currency board* e igualou a paridade da sua moeda ao dólar americano, e o do Mercosul, para melhor se compreender as repercussões na Zona Euro da eventual saída de um dos seus Estados membros. Recorre-se, também, ao estudo dos processos de adesão à UE para colmatar a inexistência empírica de procedimentos de saída e, assim, inferir-se sobre um abandono da UE ou apenas da Zona Euro.

Antes de se iniciar propriamente a abordagem da questão da “**Saída voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE), no caso concreto de Portugal**”, procede-se ao enquadramento teórico da mesma (capítulo II), sem o qual não é

---

<sup>17</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos. João Luís César das Neves: Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico da FCEE da UCP de Lisboa. Doutorada em Economia (UCP). Mestre em Economia (UNL). Licenciado em Economia (UCP). Lecciona as áreas de Economia e Ética. É colunista em assuntos económicos, incluindo os da UE.

perceptível o verdadeiro acto de saída. Procura-se escolher, assim, qual a teoria de integração europeia que melhor se adapta e consegue explicar o abandono, por vontade própria, de um Estado só da Zona Euro, ou também da UE. Neste capítulo, tenta-se mostrar o que move um país, depois de aderir à União Europeia e à Zona Euro, a querer abandonar ambas ou apenas a segunda. Recorre-se, para o efeito, às duas grandes teorias da integração europeia, mas opostas, o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo.

Já a abordagem do tema e conforme aconselha a análise dos elementos de estudo disponíveis é repartida em três grandes vertentes: jurídica, económica e política. Como sublinha José Luís da Cruz Vilaça: “A dinâmica da integração faz-se entre a economia, o direito e a política”<sup>18</sup>.

A primeira destas vertentes – a jurídica – é de teor prático e será objecto de estudo do subcapítulo III.1. Nele tenta-se ver quais os passos que um Estado deve encetar se desejar sair da Zona Euro (e UE). Com base, sobretudo, no Tratado de Lisboa e nas entrevistas realizadas, investiga-se a possibilidade jurídica desse abandono e como o processo se deve desenrolar, desde a formulação do pedido, até à sua efectivação, ou seja, até que seja assinado o acordo de saída (Tratado de Saída, à semelhança de um Tratado de Adesão), passando pela fase de negociação. Quais as instituições envolvidas neste processo – as mesmas das de um processo de adesão? O que estará em negociação? Qual o tempo para concluir o processo – indeterminado juridicamente e dependente do país demissionário em causa, à semelhança do que ocorre com o acto de adesão? Estas são algumas das questões às quais se procura responder neste subcapítulo.

De seguida, no subcapítulo III.2 e após verificada ou não a possibilidade jurídica de um Estado abandonar a Zona Euro, em sentido restrito, ou a UE em sentido mais amplo, tenta-se mostrar que nunca, como hoje, estiveram reunidas tantas condições negativas do ponto de vista económico que levassem ou empurrassem Portugal, a Grécia ou a Irlanda, os três países da Zona Euro em crise profunda, a solicitarem o seu abandono. Para o efeito, recorre-se, principalmente, aos indicadores macroeconómicos abrangidos pelos critérios de Maastricht, da UEM e de adesão à moeda única, ou seja, o défice público, a dívida pública e a taxa de inflação, bem como ao Produto Interno Bruto, que mede o crescimento da economia, fornecidos pela Comissão Europeia, Eurostat, BCE, Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística e Fundo Monetário Internacional, para avaliar e quantificar as suas evoluções, desde o aparecimento da

---

<sup>18</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 08-06-2011.



crise até aos nossos dias. É a vertente económica do problema que, por seu lado, está intimamente ligada à vertente política, estudada no subcapítulo III.3, pois é à semelhança do próprio processo de integração europeia, a adesão ou a saída da Zona Euro, a adesão ou saída da UE, são actos políticos e também económicos. A economia e a política estão intimamente ligadas. Como explica Pedro Lains: “uma das coisas que caracteriza a UE é que ela foi feita a partir de iniciativas políticas, mas que tinham sustentação económica. A integração europeia é uma resposta política a problemas económicos reais. (...) Quase todos os grandes passos da UE podem ser explicados, mais ou menos, da mesma maneira. Ou seja, são transformações políticas mas que são fundamentadas em necessidades económicas”<sup>19</sup>.

No subcapítulo III.3, procura-se, assim, verificar a relação existente entre economia e política, sobretudo em situação de crise económica. Para tal, utilizam-se, principalmente, os resultados das últimas eleições europeias e legislativas, disponibilizados pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), e as entrevistas, como suporte fundamental à interpretação dos resultados obtidos e da sua variação entre dois actos eleitorais, um dos quais realizado em pleno período de crise económica. Tenta-se estudar, assim, até que ponto é que eles foram influenciados pela conjuntura económica vigente e até que ponto eles reflectem um descontentamento dos europeus, particularmente dos portugueses, perante as medidas (políticas) adoptadas internamente e pelas instituições comunitárias na resolução da crise. O objectivo é investigar se esse descontentamento pode pôr em risco a permanência de um Estado (no caso concreto de Portugal) na Zona Euro ou mesmo na União Europeia.

Estudadas as possibilidades de saída de um Estado membro da Zona Euro (e UE) nas suas vertentes jurídica, económica e política, passa-se ao último capítulo deste trabalho (o IV), cujo objecto é investigar as vantagens e desvantagens tanto para Portugal, como para a UE, da saída do País da Zona Euro. Neste capítulo, as entrevistas voltam a ser a grande base de trabalho e o complemento essencial às leituras realizadas.

Apenas se considera a saída de Portugal da Zona Euro por duas razões: em primeiro lugar, porque todos os entrevistados, sejam eles mais ou menos pró-Europa e

---

<sup>19</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Pedro Lains: Professor de Teoria e História da Integração Europeia e investigador no ICS-UL. Doutorado em História (Instituto Europeu de Florença) e Agregação em Economia (UNL). Licenciado em Economia (UNL). Colaborador do suplemento de Economia do Jornal de Negócios. Diversas obras já publicadas.

mais ou menos defensores do Euro, consideram ser um ‘erro’ Portugal sair da União Europeia, encontrando justificação apenas no abandono da Zona Euro<sup>20</sup> e, em segundo lugar, porque se torna inviável e sai fora do âmbito de uma dissertação de Mestrado, estudar todos os dossiês que estariam envolvidos se a análise fosse além da Zona Euro e abrangesse a saída da UE. A avaliar pelas matérias que foram alvo de negociação aquando da adesão de Portugal à então CEE e pelos 25 anos que já leva como Estado membro, é perceptível o quão vasta seria esta investigação, cujo último objectivo é, mais do que concluir sobre a viabilidade ou não do abandono de Portugal (ou de outro país) da Zona Euro, embora sem quantificar os custos e benefícios dessa eventual saída por falta dos elementos necessários para o efeito (note-se que são inexistentes), contribuir para uma análise mais aprofundada desta questão, que poderá passar pela comprovada necessidade dos Estados membros da UE deterem um plano detalhado em termos de custos/benefícios da sua eventual saída da União e pronto a ser implementado caso esta situação venha a ocorrer, bem como pela introdução de alterações ao próprio Tratado de Lisboa, tendentes a melhor explicitar todo este processo e a eliminar todas as dúvidas jurídicas que ainda persistem.

---

<sup>20</sup> - Vide, por exemplo, Pedro Lains que, em entrevista a 21-06-2011, afirma que: “(...) a pergunta de Portugal sair do Euro ainda vale a pena explorar, agora de Portugal sair da UE não vale a pena explorar”. Vide Anexos.

Do mesmo modo, João Ferreira do Amaral, em entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011, diz que: “Não vejo razão para sair da UE; ainda há mais vantagens do que inconvenientes para estarmos na UE, embora as vantagens não sejam tão grandes como se dizia, nem os inconvenientes sejam tão grandes como se previa. Mas, ainda é benéfico estarmos na UE (...)”. Vide Anexos.

Sarsfield Cabral afirma, em entrevista a 20-06-2011, que: “Sair da UE seria de loucos, basta ver porque é que Portugal entrou. O nosso mercado interno é muito pequeno e os industriais dos anos 50, já diziam que precisávamos de um mercado maior; já no tempo do Salazar tivemos que nos abrir ao exterior com a EFTA e depois com o acordo comercial com a CEE. Seria impensável sair da UE. Por muito que sejam importantes (e são) os mercados dos países emergentes, o nosso mercado natural é a Europa”. Vide Anexos.

## **II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

A saída voluntária de um qualquer Estado da União Europeia, no seu todo, ou só da Zona Euro, é acima de tudo uma questão política, assim como o é o acto de adesão. Cabe ao próprio Estado-membro decidir, por ‘vontade própria’, cuja legitimidade lhe é dada por actos eleitorais ou referendos, se quer sair da Zona Euro/UE, seja por motivos económicos, sociais ou outros. Quando o Estado considerar, por alguma razão, que o estar na Zona Euro ou mesmo na União Europeia não lhe traz vantagens adicionais, pode solicitar a sua saída, bastando para tal dirigir o pedido ao Conselho Europeu, como se verá no subcapítulo III.1.

A teoria intergovernamentalista explica, como se verá neste capítulo, esta ‘vontade’ própria e política dos Estados, pois defende a soberania dos mesmos, sendo, ainda, entre as duas grandes teorias da integração europeia - a outra é o neofuncionalismo -, a que melhor pode explicar a questão da saída voluntária de um Estado membro da UE e/ou Zona Euro. Para Isabel Camisão e Luís Lobo Fernandes: “o debate teórico sobre a natureza política e o processo de transformação da comunidade tem (...) oscilado maioritariamente entre duas perspectivas teóricas contrastantes: o supranacionalismo que se apoia na teoria neofuncionalista da integração regional, e o intergovernamentalismo, cuja origem assenta na teoria realista das relações internacionais”<sup>21</sup>.

### **II.1. - O Intergovernamentalismo e a soberania nacional**

Nos últimos anos, tem-se assistido, por parte da UE, a uma intervenção crescente do Conselho Europeu, composto pelos Chefes de Estado e de Governo da UE, na análise e resolução de diversas questões comunitárias, como comprova a realização mais frequente de reuniões e o maior recurso a Conferências Intergovernamentais (CIG). O modelo intergovernamental tem, assim, vindo a roubar peso político à Comissão no seio da UE. Como refere Rui Henrique Alves, professor da Faculdade de Economia do Porto, “o processo de decisão à escala europeia tem sido claramente

---

<sup>21</sup> - CAMISÃO, Isabel e FERNANDES, Luís Lobo – *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*. 1ª Edição. Cascais: Editora Principia, 2005, ISBN 972-8818-52-1.

marcado (...) por uma perspectiva de cooperação e coordenação entre os diversos países. (...) as grandes decisões (e mesmo as menos importantes) têm vindo a ser tomadas no quadro de acordos intergovernamentais e num cenário em que o Conselho ganha cada vez maior poder de decisão, em detrimento de outros órgãos, nomeadamente da Comissão Europeia”<sup>22</sup>.

Também para Paulo Sande, director do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal: “(...) pela primeira vez, os trabalhos preparatórios de um Conselho Europeu foram assegurados sobretudo pela Presidência e não pela Comissão, como era da tradição desde há muitos anos. Aconteceu na Cimeira de Lisboa”, realizada em Março de 2000, “numa clara manifestação da importância que a reunião magna de chefes de Estado e de governo tem vindo a assumir no contexto da União Europeia”, a par com a “atribuição ao Conselho Europeu de novas e relevantes competências, que vão muito para além do papel de *guia estratégico* do processo europeu que o Tratado lhe confere. (...) Estamos claramente perante um método que opta pelo modelo intergovernamental, em detrimento da alternativa, que é o método comunitário clássico. Um modelo que visa conferir aos Estados o papel central que já foi seu e tem vindo a ser erodido por cinquenta anos de integração. Que representa um passo atrás na emancipação progressiva das instituições europeias em relação aos Estados e que privilegia, sem qualquer dúvida, a soberania nacional e a intergovernamentalidade, em desfavor da supranacionalidade e da supremacia formal e material da União Europeia”<sup>23</sup>.

E se, na prática, a maior intervenção do Conselho Europeu, onde estão representados os Estados membros com todo o seu poder e soberania<sup>24</sup>, e das Conferências Intergovernamentais (CIG)<sup>25</sup>, como “forma de os Estados assegurarem o predomínio no processo de unificação europeia, através de um método que convoca a

---

<sup>22</sup>- ALVES, Rui Henriques - *Da moeda única à União Política?* [Consultado em: 10-06-2011]. Disponível em: [www.fep.pt/docentes/rhalves/Documentos](http://www.fep.pt/docentes/rhalves/Documentos).

<sup>23</sup>- SANDE, Paulo – *União Europeia: deriva Intergovernamental*. [Consultado em: 24-06-2011]. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000015001-000020000/000016374.pdf>.

<sup>24</sup>- Vide artigo 15º, nº 2, do Tratado da UE, aditado pelo Tratado de Lisboa: “O Conselho Europeu é composto pelos chefes de estado ou de governo dos estados membros (...)”.

Vide EUROPEIA, Comissão – *Como funciona a União Europeia, guia das instituições da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais da CE, 2008. ISBN 978-92-79-03664-5. “O Conselho Europeu (...) é o órgão de decisão política de mais alto nível da União Europeia (...)”.

<sup>25</sup>- O Artigo 48º do Tratado da UE, aditado pelo Tratado de Lisboa, define a função das CIG (“Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros”), que é a de intervir na revisão dos Tratados, incluindo nas negociações de adesão de um país.

partilha do poder pela via do consenso e não da cedência de soberania”<sup>26</sup> já são uma apologia aos princípios do intergovernamentalismo<sup>27</sup>, em períodos de crise económico-financeira (como a que vive actualmente a Europa e não só) intensifica-se a defesa desta teoria explicativa da integração europeia, assente no primado dos Estados soberanos<sup>28</sup>, a par com o fortalecimento das ideias nacionalistas e proteccionistas<sup>29</sup>. O intergovernamentalismo concebe os Estados como os actores principais no processo de integração, impondo estes, no entanto, limites à transferência das suas soberanias. Como afirma Isabel Camisão e Luís Lobo Fernandes: “De acordo com esta teoria [intergovernamentalismo], os Estados são os actores nucleares do sistema internacional e agem racionalmente, isto é, actuam na defesa e na protecção dos seus interesses (...)”<sup>30</sup>.

Já Ben Rosamond, na sua obra *Theories of European Integration*<sup>31</sup>, define o intergovernamentalismo como “uma aproximação à integração que encara os Estados, e os governos nacionais em particular, como os actores principais no processo de integração”<sup>32</sup>. Reportando-se à variante liberal desta teoria e citando o seu mentor Andrew Moravcsik, Ben Rosamond sublinha: “(...) A procura para a integração surge no processo das políticas domésticas [nacionais] (...)”; as “instituições supranacionais têm importância limitada no processo de integração” e o “interesse principal dos governos é manterem-se eles próprios no poder (...)”<sup>33</sup>.

---

<sup>26</sup> - SANDE, Paulo in “União Europeia: deriva intergovernamental” apresenta outras justificações para o maior apelo prático ao intergovernamentalismo, mas sem relevo para o presente estudo.

<sup>27</sup> - Note-se que, para a teoria intergovernamentalista, os Estados são os actores principais do processo de integração. É ainda uma teoria defensora da soberania e autonomia dos Estados, um tanto nacionalista. Vide presente Capítulo desta tese.

<sup>28</sup> - ROSAMOND, Ben - In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000, ISBN 0-333-71695-7. Na p 99, dá a entender que os períodos de crise não são férteis para teorias de defesa das instituições supranacionais. Assim sucedeu, por exemplo, aquando da crise dos choques petrolíferos de 1972/74 em que a defesa do nacionalismo e protecционismo veio ao de cima, mas também porque a experiência mostrou que esta crise foi superada por políticas implementadas pelos Estados e não uma atitude coerente e comum da CEE.

<sup>29</sup> - LOPES, Manuel Porto – *Teoria de integração e políticas comunitárias*. 4ª Edição. Coimbra: Editora Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3779-0. P 37: “Constituiu por isso uma surpresa e uma desilusão o retrocesso verificado na década de 70 (a partir de 1973), com um primeiro período de ressurgimento proteccionista (...) e, em grande medida como consequência (...) de resultados macroeconómicos menos favoráveis (...)”.

<sup>30</sup> - CAMISÃO, Isabel e FERNANDES, Luís Lobo - *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*. 1ª Edição. Cascais: Editora Princípiã, 2005, p 38. ISBN 972-8818-52-1.

<sup>31</sup> - ROSAMOND, Ben – In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. P 201. ISBN 0-333-71695-7.

<sup>32</sup> - Tradução de Ana Isabel Travassos e todas as restantes citações de autores estrangeiros serão traduzidas.

<sup>33</sup> - ROSAMOND, Ben – “Intergovernmental Europe?”. In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. P 137. ISBN 0-333-71695-7. Na totalidade, a afirmação de Moravcsik,

Moravcsik explica mesmo a integração como o resultado de um processo negocial voluntário entre Estados soberanos, cujos líderes possuem um conjunto de preferências (interesses) racionais, que emergiram de ‘conflitos’ internos [por exemplo, o resultado de debate no parlamento nacional] e do qual não abdicam muito facilmente, embora estando conscientes de que a concretização plena desse conjunto de preferências, ou preferência, é melhor assegurada em conjunto e não individualmente. De outro modo, nunca teriam avançado para qualquer negociação internacional – “A integração europeia pode ser melhor compreendida como um conjunto de escolhas racionais feitas pelos líderes nacionais [governantes]. As escolhas resultaram dos constrangimentos e oportunidades originados pelos interesses económicos de constituintes individuais poderosos [lobbys económicos], do poder relativo dos Estados proveniente da interdependência assimétrica (...)”<sup>34</sup>.

Dito de outro modo, o modelo do intergovernamentalismo liberal de Moravcsik divide a decisão de cooperação internacional entre Estados em três fases: formação das preferências de política económica externa; negociação entre os Estados; e possível criação de instituições, para garantir melhor a concretização dos interesses em jogo. A primeira destas fases reflecte os interesses nacionais de cada Estado; a segunda envolve a própria negociação entre os Estados, com vista ao estabelecimento de um acordo entre eles, obrigando assim a um acerto de posições e a cedências mútuas mas não equilibradas<sup>35</sup>; e a terceira admite a existência de instituições supranacionais, mas com carácter marginal e controladas pelos Estados que as criaram<sup>36</sup>.

Antje Wiener e Thomas Diez<sup>37</sup> consideram que Moravcsik é muito claro acerca do papel das instituições na teoria intergovernamentalista, e afirmam que o “(...) foco está nos actores governamentais, cuja capacidade para tomar decisões foi aumentada por

---

citada por Rosamond, é: “The primary interest of governments is to maintain themselves in office (...) this requires the support of a coalition of domestic voters, parties, interests groups and bureaucracies, whose views are transmitted, directly or indirectly, through domestic institutions and practices of political representation. Through this process emerges the set of national interests or goals that states bring to international negotiations”, que tem na base o modelo de jogo de dois níveis inerente ao realismo e ao neo-realismo.

<sup>34</sup> - WIENER, Antje e DIEZ, Thomas – “Neo-Neofunctionalism”. In *European Integration Theory*. Editado por Oxford University Press, 2009. P 69.

<sup>35</sup> - MORAVCSIK, Andrew e VACHUDOVA, Anna Milada – “National interests, state power, and EU enlargement”. In *East European Politics and Societies*. EUA. Volume 17, nº1, 2003, p 42-57. ISSN 0888-3254. Andrew Moravcsik ao falar do processo de alargamento na UE dá a entender que nas negociações há uns Estados que cedem mais do que outros para se obter consenso final.

<sup>36</sup> - MORAVCSIK, Andrew - “Liberal intergovernmentalism and integration: a rejoinder”. In *Journal of Common Market Studies*. Volume 33, nº4, 1995, p 611-628.

<sup>37</sup> - In *European Integration Theory*. 2009.

instituições supranacionais, mas não constrangida por elas. De acordo com este ponto de vista, as instituições são criadas para cumprir objectivos específicos e sob o controlo dos actores que as criaram. Assim, mantêm-se potencialmente reversíveis ou modificáveis em qualquer momento”. As instituições comunitárias, com carácter supranacional, não são negadas por Moravcsik, mas o seu papel é apenas de “(...) reforçar a credibilidade das decisões interestatais”<sup>38</sup>.

Estas citações e muitas mais que poderiam ser transcritas expressam bem a essência do intergovernamentalismo, tanto na sua vertente realista (Stanley Hoffmann)<sup>39</sup>, como liberal (Andrew Moravcsik)<sup>40</sup>, e o seu alcance como teoria explicativa do processo de integração europeia, no seio das relações internacionais. Ou seja, retomando a assumpção da racionalidade do Estado das teorias realista e neo-realista, o intergovernamentalismo pode ser definido como um modelo estatocêntrico, na medida em que os resultados das negociações entre Estados soberanos são função da vontade desses mesmos Estados, cada um imbuído de preferências próprias, definidas internamente, de modo racional, mas com um ou alguns interesses convergentes (o chamado ‘mínimo denominador comum’).<sup>41</sup> À luz desta teoria, os Estados são os actores principais nas relações internacionais e relacionam-se (integram-se) entre si apenas porque têm algo em comum que, se realizado em conjunto, permite, individualmente, a obtenção de maiores ganhos<sup>42</sup>.

As instituições têm apenas os poderes que os Estados lhes delegam, sendo os suficientes para que possam cumprir a missão que norteou a sua criação, ou seja, a de maximizarem os interesses comuns que estiveram na origem da cooperação/integração

---

<sup>38</sup> - In *European Integration Theory*. 2009. p 78.

<sup>39</sup> - Stanley Hoffmann foi o criador da teoria intergovernamentalista, em oposição à neofuncionalista, quando esta última não conseguiu explicar a crise da cadeira vazia, aberta pelo General De Gaulle, com a França a deixar de participar no Conselho de Ministros e no Conselho Europeu em manifesto desagradado à proposta da Comissão de votação por maioria qualificada, ao invés de unanimidade, como então vigorava. Vide, por exemplo, LOBO-FERNANDES, Luís – “Da integração à governação europeia: Portugal, Europeização e o carácter multi-sistémico da UE”. In *Nação e Defesa* nº 115, 3ª Série, 2006. P 143-165. Vide, ainda, CALEGARI, Daniela – “Neofuncionalismo e intergovernamentalismo: preponderância ou coexistência na UE?”. In revista electrónica de *Direito Internacional*, *CEDIN*, Volume 5, 2009. P 91-131.

<sup>40</sup> - A principal diferença entre o intergovernamentalismo real de Hoffmann e o liberal de Moravcsik é que, para este último, as preferências dos Estados são de índole económica; ou seja, o motor das negociações internacionais e da integração europeia é a economia. Os Estados relacionam-se sobretudo por motivos económicos.

<sup>41</sup> - O intergovernamentalismo está assente em três princípios: o comportamento racional do Estado; a formação da preferência nacional; a negociação internacional”. In RAMOS, Cláudia e MAIOR, Paulo Vila – “Teorias da integração europeia: uma breve perspectiva”. In *Relações Internacionais*, nº 16, 2007. P 103-116.

<sup>42</sup> - WIENER, Antje e DIEZ, Thomas – “Liberal Intergovernmentalism”. In *European Integration Theory*. Editado por Oxford University Press, 2009, p 76-93.

entre os Estados. Na teoria intergovernamentalista, as instituições supranacionais, como a Comissão Europeia, só existem porque os Estados assim o entenderam, podendo ser extintas também quando esses mesmos Estados o determinarem.

Em síntese e como sublinham Isabel Camisão e Luís Lobo Fernandes, no intergovernamentalismo e “qualquer que seja a dimensão dos poderes atribuídos às instituições comunitárias, a autoridade máxima permanecerá nos Estados membros. A integração avança através da negociação entre os Estados envolvidos (*interstate bargaining*) e a acumulação de poder pelas instituições resulta apenas da vontade dos Estados em ceder ou delegar autoridade nessas instituições, na medida em que tal poderá servir melhor os seus interesses e objectivos nacionais, considerando a cedência ou a delegação de autoridade por parte dos Estados revogável a qualquer momento”<sup>43</sup>. Esta afirmação, de um modo sucinto, revela a essência da teoria intergovernamentalista: os Estados estão acima de tudo, de qualquer instituição ou entidade, são soberanos e autónomos nas suas decisões, incluindo as de entrada, desenvolvimento (maior ou menor integração) ou saída de uma organização internacional (como a UE), na qual só entram e permanecem enquanto considerarem que daí retiram vantagens. A sua permanência numa organização internacional, seja a UE ou outra, é ditada apenas pelas vantagens que essa mesma organização lhes traz, pelo que, a partir do momento que acharem que dela não extraem benefícios (ou mais benefícios do que isoladamente), simplesmente retiram-se, por decisão própria, pois é essa a sua vontade política.

## **II.2. - O Neofuncionalismo e a secundarização do Estado**

O neofuncionalismo, como teoria contestada pelo intergovernamentalismo, vê a integração como “o processo pelo qual os actores políticos de diferentes proveniências nacionais são levados a transferir as suas lealdades, expectativas e actividades políticas para um novo centro, cujas instituições possuem, ou reivindicam, jurisdição sobre os Estados nacionais pré-existent”<sup>44</sup>. É a apologia do supranacionalismo, com a transferência de poderes e sujeição dos Estados para e às instituições, e com uma

---

<sup>43</sup> - CAMISÃO, Isabel e FERNANDES, Luís Lobo – *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*. 1ª Edição. Cascais: Editora Principia, 2005. ISBN 972-8818-52-1. P 38.

<sup>44</sup> - HAAS, Ernst, mentor do neofuncionalismo. In WIENER, Antje e DIEZ, Thomas – *In European Integration Theory*. Editado por Oxford University Press, 2009. E In ROSAMOND, Ben - *In Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. ISBN 0-333-71695-7. P 12.



secundarização do seu papel no processo de integração. Os Estados são, para os adeptos do neofuncionalismo, actores passivos no processo de integração, como lembra Dorette Corbey no seu texto *Dialectical Functionalism: Stagnation as a Booster of European Integration*<sup>45</sup>: os “neofuncionalistas sublinharam que a integração é, na sua essência, um processo de spillover [conceito segundo o qual integração gera mais integração, pois há um efeito automático de expansão] que não requer uma atitude pró-europeia por parte de todos os governos. O interesse dos neofuncionalistas é dirigido, em primeiro lugar, para os actores não estatais; a Comissão Europeia é vista como a organizadora dos interesses dos grupos, como a catalizadora do processo. Aos Estados membros ou aos governos são atribuídos papéis passivos: eles estão presentes para cumprir a ambição de várias partes da sociedade. (...) Os proponentes do neofuncionalismo vêem a UE como uma instituição acima e para além do Estado nacional”.

Ben Rosamond define o neofuncionalismo como uma teoria onde “a integração política e o crescimento de autoridade no nível supranacional ocorre como uma consequência a longo prazo da integração económica modesta. A integração num sector cria pressões para a integração noutros sectores com ele relacionados e por aí em diante. Este processo é chamado spillover funcional”, que é “promovido por instituições supranacionais específicas (...)”<sup>46</sup>.

O spillover, o conceito central da teoria neofuncionalista, é descrito por Lindberg como: “uma dada acção, relacionada com um objectivo específico, cria uma situação tal que o objectivo inicial só pode ser assegurado se se tomarem medidas subsequentes e assim sucessivamente”<sup>47</sup>. Trata-se de um método de expansão automática que, uma vez iniciado, não mais pára. A integração num sector (de início, económico, como defendem os teóricos do neofuncionalismo – veja-se citação anterior de Ben Rosamond ou de Philippe Schmitter<sup>48</sup>) arrasta-se a outros sectores com ele

---

<sup>45</sup> - CORBEY, Dorette - *Dialectical Functionalism: Stagnation as a Booster of European Integration*. In *International Organization*. Volume 49, nº2, 1995. P 253-284.

<sup>46</sup> - ROSAMOND, Ben – In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. ISBN 0-333-71695-7. P 202.

<sup>47</sup> - LINDBERG - “The political Dynamics of European economic integration”. Stanford UP. 1963, p10. No original: “(...) a given action, related to special goal, creates a situation in which the original goal can be assured only by taking further actions, which in turn creat a further condition and a need for more action and so forth”.

<sup>48</sup> - WIENER, Antje e DIEZ, Thomas Diez – CAPÍTULO 3. In *European Integration Theory*. Editado por Oxford University Press, 2009. P 46: “Eventually, their citizens will begin shifting more and more of their expectations to the region and satisfying them will increase the likelihood that economic-social integration will ‘spill-over’ into political integration”.

relacionados, impulsionada e guiada pelas instituições supranacionais, até se chegar à integração final, de teor político.

A integração, para os neofuncionalistas, é, assim, um processo progressivo e ininterrupto, à semelhança do defendido pelos ‘pais’ da Europa. O modelo do spillover assemelhasse ao proposto por Jean Monnet e Robert Schuman para a integração da Europa, feita passo a passo – “A Europa não se construirá de uma só vez ou de acordo com um plano pré-determinado. Será construída com realizações concretas (...)”, disse Schuman em 9 de Maio de 1950, num discurso proferido em Paris, que ficou conhecido como a “Declaração de Schuman” e que abriu verdadeiramente as portas para a realização da primeira etapa da integração europeia<sup>49</sup>, ou seja, a criação da CECA em 1951. “Há uma óbvia semelhança entre o método Monnet de integração e as proposições desenvolvidas pelos autores neofuncionalistas como Ernst Haas”, refere Ben Rosamond em *Theories of European Integration*<sup>50</sup>, o que não é de admirar, tendo em conta que a teoria neofuncionalista surge nos finais da década de 50 do século passado, com o objectivo de explicar a constituição da CECA. “As ideias neofuncionalistas surgiram (...) com o trabalho de Ernst Haas. O seu livro, *The Uniting of Europe*, publicado em 1958, é um estudo teórico dos primeiros anos da CECA”, refere Ben Rosamond, que lembra o excerto da obra de Haas, *The Uniting of Europe*: “a experiência da CECA criou uma teoria de integração internacional (...). Funcionalismo e incrementalismo mais do que federalismo e planeamento compreensivo são palavras-chaves utilizadas para descrever a teoria”<sup>51</sup>.

Em síntese, pode afirmar-se que as bases teóricas do neofuncionalismo assentam no método de spillover, de lógica automática e expansionista, da ‘competência’ das instituições supranacionais e cujo terminus é a integração política. Isto é, trata-se de

---

<sup>49</sup> - Acrescente-se que existem outras semelhanças, como o papel predominante das instituições, para garantirem a concretização das necessidades/funções dos povos: “os países europeus são demasiado pequenos para assegurar aos seus povos a prosperidade que as condições modernas tornam possível e, por conseguinte, necessária. Precisam de mercados mais vastos. (...) A prosperidade e os desenvolvimentos sociais são impossíveis se os Estados da Europa não formarem uma federação ou uma entidade europeia que crie uma unidade económica comum (...)” - declaração proferida em Argel a 5 de Agosto de 1943, citada por FONTAINE Pascal - *Jean Monnet: um grande objectivo para a Europa*. Editado por Serviço de Publicações Oficiais da CE, Luxemburgo, 1988. ISBN 92-825-8924-2.

<sup>50</sup> - ROSAMOND, Ben – “Neofunctionalism”. In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. P 50. ISBN 0-333-71695-7. E SCHMITTER, Philippe C – “Ernst B Haas and the legacy of neofunctionalism”. In *Journal of European Public Policy*. 2005. P 257-272. ISSN 1350-1763. “O que Haas fez inicialmente no seu “The Uniting of Europe” (2004) e subsequentemente e mais sistematicamente em “Beyond the Nation States” (1964) foi explorar as implicações (e limites) desta segunda melhor estratégia – sintetizada na frase de Monnet ‘petits pas, grands effets’.

<sup>51</sup> - Ibidem, p 54-55.

uma teoria que dificilmente conseguirá explicar a saída voluntária de um Estado membro da UE, tendo em conta os seus princípios de transferência sucessiva de poderes dos Estados para instituições supranacionais e de avanço dinâmico do processo de integração para novas fases superiores, até se chegar à união política. À luz desta teoria, revela-se deveras difícil conceber a saída voluntária de um Estado de uma organização internacional a que pertença. Aliás é como se verá no capítulo seguinte, o neofuncionalismo mostra-se incapaz, também, de explicar o recuo no processo de integração europeia, que representaria a saída de um Estado membro, que é o objecto de estudo deste trabalho. O seu método de spillover não lhe permite.

### **II.3. - Principais divergências entre as duas teorias da integração**

As divergências entre as teorias intergovernamentalista e neofuncionalista são por demais evidentes, sendo no entanto as mais importantes as relativas aos papéis desempenhados pelos Estados e pelas instituições supranacionais que, como se viu acima, são inversos<sup>52</sup>; e à aceitação ou não da integração europeia como um processo sempre dinâmico e evolutivo, que caminha para uma fase final de união política<sup>53</sup>. Se os neofuncionalistas, através do método de spillover, vêm a integração evoluir de uma base económica para política, para a constituição de uma Europa unida politicamente, já os intergovernamentalistas duvidam mesmo da concretização de uma integração política, ficando-se por uma cooperação estreita entre os Estados. Segundo Hoffmann, a integração é possível nalguns aspectos (económicos), mas não noutros (políticos) em que os Estados não estão dispostos a perder a sua soberania: “(...) A intervenção de

---

<sup>52</sup> - Vide CAMISÃO, Isabel e FERNANDES, Luís Lobo – *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*. 1ª Edição. Cascais: Editora Principia, 2005. ISBN 972-8818-52-1. P 36: “ (...) Para os neofuncionalistas, a integração é entendida como um processo utilitarista caracterizado por uma lógica de ‘alastramento’, através do qual se verifica uma deslocação do locus da decisão dos Estados-nação para as instituições supranacionais centrais, resultando uma decomposição gradual das soberanias (...). Por oposição ao neofuncionalismo (...), a tese intergovernamental, baseada num modelo de cooperação interestatal, onde os interesses nacionais desempenham um papel essencial como motor do processo de integração (...)”.

<sup>53</sup> - Outras há, como: a lógica evolutiva da integração (para o intergovernamentalismo, a integração é um processo de avanços e recuos, dependendo dos interesses dos Estados, enquanto para os neofuncionalistas é sempre um processo automático de expansão – spillover); o modo como se processam as negociações entre os Estados (os intergovernamentalistas aceitam a lei do mais forte nas negociações, pois os Estados partem para elas com um conjunto de interesses bem definidos que pretendem maximizar, ou seja, retirar das negociações as maiores vantagens possíveis, enquanto para os neofuncionalistas as negociações são muito mais *soft*, pois o objectivo dos Estados é simplesmente concretizar funções comuns que vão delegar a instituições supranacionais).

Hoffmann cortou o coração do paradigma do neofuncionalismo, pois repudiava a ideia de uma continuidade da economia para a política que ele identificava como central para a explicação do neofuncionalismo. A imagem apresentada por Hoffmann era de uma relativa autonomia entre a economia e a política. Dito de outra maneira, havia dois circuitos distintos de economia e política, um caracterizado por ‘*low politics*’, onde os Estados eram preparados para encetarem actividades integrativas e cooperativas, e outro, onde as regras de ‘*high politics*’ significavam que os Estados não estavam preparados para comprometerem a sua soberania”<sup>54</sup>.

As diferenças entre as duas teorias são de tal modo intensas, que elas são, inclusive, consideradas antagónicas<sup>55</sup>. A teoria intergovernamentalista surge mesmo para colmatar as falhas do neofuncionalismo na explicação dos retrocessos do processo de integração europeia. Quando, em 1965, ocorreu o primeiro grande obstáculo ao avanço do processo de integração europeia, com a chamada ‘crise da cadeira vazia’<sup>56</sup>, os neofuncionalistas revelaram-se incapazes de explicar o sucedido, pois contrariava o seu conceito básico de spillover. Eis então que Stanley Hoffmann, com a sua teoria intergovernamentalista, tenta explicar este primeiro recuo no processo da integração europeia<sup>57</sup>. Como refere Isabel Camisão e Luís Lobo Fernandes: “Os primeiros anos da integração europeia afiguravam-se promissores para os defensores da teoria neofuncionalista (...). Não obstante, a experiência histórica não tardou a demonstrar também que os Estados-nação estavam longe do declínio (...). A crise da cadeira vazia, precipitada por Charles De Gaulle, confirmou, em certa medida, as falhas das previsões neofuncionalistas. Por oposição ao neofuncionalismo, ganhou forma a tese intergovernamental baseada num modelo de cooperação interestatal (...)”<sup>58</sup>.

Também para Dorette Corbey, em ‘Dialectical functionalism: stagnation as a booster of european integration’: o “(...) intergovernamentalismo explica, em primeiro lugar, a estagnação da integração e vê a UE como uma entidade situada não acima mas

---

<sup>54</sup> - ROSAMOND, Ben – In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. P 78-79. Tradução de Ana Isabel Travassos.

<sup>55</sup> - Ibidem, p 75: “(...) Emergence of unapologetically stat-centred work on the EC which defined neofunctionalism work as its coherent enemy”; e p 142 “O trabalho de Moravcsik sobre a integração europeia assenta numa crítica sustentada do neofuncionalismo (...)”, tradução de Ana Isabel Travassos.

<sup>56</sup> - A chamada “crise da cadeira vazia” foi provocada pela ausência da França nas reuniões de Conselho de Ministros, como sinal de contestação à proposta da Comissão de votação por maioria, ao invés da usual unanimidade. Foi resolvida com a assinatura do Acordo de Luxemburgo em 1966.

<sup>57</sup> - Vide ROSAMOND, Ben – In *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series, 2000. P 75-76.

<sup>58</sup> - Ibidem, p 38.

ao lado dos seus Estados membros, ajudando-os a sobreviver a processos de internacionalização e de crises económicas”<sup>59</sup>. Está claro para Dorette Corbey que um dos desígnios do intergovernamentalismo é explicar as situações de crise/recuo no processo de integração europeia, ausentes na teoria neofuncionalista, devido ao seu princípio básico do spillover.

O neofuncionalismo também não se mostrou capaz de explicar o veto da França à adesão do Reino Unido à então CEE em 1963; o entrave do Reino Unido, com a Senhora Thatcher, à concretização do mercado único europeu na década de 80; a demissão, em 1999, da Comissão Europeia presidida por Jacques Santer, por falta de quitação por parte do Parlamento Europeu à execução do orçamento de 1996; a rejeição da Constituição Europeia em 2004; ou ainda o impasse na aprovação do Tratado de Lisboa em 2007/2008<sup>60</sup>.

Se a teoria neofuncionalista explica facilmente os sucessos na integração europeia, como a criação do Acto Único Europeu e da União Económica e Monetária, e os sucessivos alargamentos, ela ‘apaga-se’ quando se trata de justificar retrocessos no processo de integração. Como sublinha Philippe C. Schmitter in *Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism*<sup>61</sup>: “(...) quando o processo de integração na Europa provou ser mais controverso, levar mais tempo e fazer menos progressos contínuos do que era esperado, a sua teoria [de Haas] foi repetidamente declarada *disconfirmed* ou *underspecified*”, ao que acrescenta Hoffmann, citado por Ben Rosamond em *Theories of European Integration*: “todo o processo de spillover é uma operação estável (...)”<sup>62</sup>.

Isabel Camisão e Luís Lobo Fernandes vão mesmo mais longe e afirmam que: “as insuficiências do neofuncionalismo (...) seriam postas em evidência pela evolução do seu próprio objecto de estudo: o processo da integração europeia. As expectativas iniciais associadas à comunidade nem sempre se confirmaram, ao mesmo tempo que o spillover e a integração progressiva pareciam também não ocorrer”<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> - Op. Cit. – “Dialectical functionalism: stagnation as booster of European integration”. P 259.

<sup>60</sup> - Note-se, por exemplo, que nos finais da década de 70, o próprio Haas, mentor do neofuncionalismo, chegou a apontar a sua teoria como obsoleta (vide ROSAMOND, Ben - *Theories of European Integration*. p 87). Já SCHMITTER, Philippe C. - “Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism”. In *Journal of European Public Policy*. 2005. P 255-272. ISSN 1350-1763 print / 1466-4429 online, diz que “o próprio Haas perdeu a fé em determinado momento no neofuncionalismo (...)”.

<sup>61</sup> - Ibidem.

<sup>62</sup> -Op Cit. – “Theories of European Integration”. P 78.

<sup>63</sup> - Op. Cit. – “Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história”. P 36.

Cabe assim ao intergovernamentalismo, com os seus pressupostos teóricos de soberania e primazia dos Estados e defesa dos seus interesses nas relações internacionais, explicar as interrupções no ciclo normal da integração europeia. Para os defensores desta teoria, elas resultam, em síntese, da falta de vontade manifestada pelos Estados membros no avanço para novas fases da integração, acreditando que estas não lhes trarão vantagens acrescidas. Como refere Moravcsik, citado por Donald Puchala, em *Institutionalism, Intergovernmentalism, European Integration*<sup>64</sup>: “a integração europeia resulta de uma série de escolhas nacionais feitas pelos governos nacionais, que perseguem interesses económicos – primeiro os interesses comerciais de produtores económicos e depois as preferências macroeconómicas das coligações governamentais (...). Quando estes interesses convergem, a integração avança” e, contrariamente, quando esses interesses não convergem, então a integração estagna ou retrocede. É o que poderá suceder com a saída de um Estado membro da UE. Dá-se um retrocesso no processo de integração que pode ser compreendido com base na teoria intergovernamentalista.

#### **II.4. – Notas Finais**

A saída voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE) é, acima de tudo, um acto político, que é explicado ao abrigo da teoria intergovernamentalista.

Intergovernamentalismo e neofuncionalismo são, isoladamente, duas teorias opostas, mas que têm coexistido ao longo dos anos de integração europeia. A primeira defende o papel primordial dos Estados nas relações internacionais e, consequentemente, no processo de integração europeia, enquanto a segunda atribui primazia às instituições supranacionais, nomeadamente à Comissão, no processo de integração, que, por seu lado, é caracterizado por avanços automáticos de spillover, revelando-se incapaz de compreender situações de estagnação ou recuo que ocorrem, ocorreram, ou que possam ocorrer ao longo desse processo, como a resultante do possível abandono de um Estado-membro da UE. Cabe à teoria intergovernamentalista fazer esta interpretação, à luz dos seus conceitos de soberania e nacionalismo e dos seus princípios.

---

<sup>64</sup> - P 327, da obra citada.

O intergovernamentalismo tem-se revelado, em certos aspectos, uma teoria mais completa do que o neofuncionalismo na explicação da história da integração europeia, pois consegue apresentar justificações não só para as situações de expansão, mas também de estagnação ou retrocesso, que têm ocorrido ao longo de mais de 60 anos de integração na Europa. É que, quer uns casos quer outros, não são mais do que a expressão da vontade dos Estados, da hegemonia do Estado em todo o processo de integração europeia. Assim e com base nesta teoria, o maior avanço ou o maior recuo da integração europeia, traduzidos nos actos de adesão<sup>65</sup> ou de saída de um país, são de fácil compreensão, pois são motivados por vontade própria do Estado. Parafraseando Harrison<sup>66</sup>: “(...) o que foi alcançado na Comunidade dependeu da governação política, através das elites nacionais e dos acordos políticos entre os governos nacionais” e não por processos de *step-by-step*, como é apologia do neofuncionalismo, com o seu método do spillover.

Na realidade, a história da integração europeia, desde a criação da CEEA em 1951 até aos dias de hoje, mostra que nunca as instituições comunitárias (Comissão Europeia) formularam, a qualquer país, um convite de adesão (mas entravaram ou protelaram algumas entradas, embora sem nunca as recusar<sup>67</sup>), nem nunca propuseram a saída (expulsão) a um Estado membro, o que comprova que estes são actos voluntários e de decisão política dos Estados, que fazem todo o sentido com base na teoria intergovernamentalista, de supremacia do Estado.

---

<sup>65</sup> - FERNANDES, Luís Lobo - “Da integração à governação europeia: Portugal, europeização e o carácter multi-sistémico da UE”. In *Nação e Defesa*. 3ª Série, nº 115, 2006, p 143-165: “a principal medida do seu êxito [EU] em política externa. A União Europeia evidencia um poder de atracção notável”.

<sup>66</sup> - In HOLLAND, Martin - *European integration: from Community to Union*, p 18.

<sup>67</sup> - Vide os processos de adesão do Reino Unido em 1961, recusado pela França em 1963, e da Turquia que desde 1963 tem um acordo de associação com a UE (então CEE), com vista ao estabelecimento de uma união aduaneira, que foi reconvertido em protocolo adicional em Novembro de 1970, mas que ainda não aderiu à UE, embora tenha formulado o seu pedido em Dezembro de 1999.

### **III – POSSIBILIDADE DE SAÍDA DE UM ESTADO MEMBRO**

Nunca como hoje se falou tanto da possível saída de um Estado membro da União Europeia ou só da Zona Euro, concretamente de Portugal, da Grécia ou da Irlanda, aqueles países que atravessam as crises económicas mais graves, mais difíceis de ultrapassar e também que mais ameaçam a estabilidade do Euro. Mas uma coisa é falar e outra é aferir sobre a possibilidade real dessa saída, nas vertentes jurídica, económica e política, ou seja, aquelas que ‘movem’ a integração europeia, que respondem pela adesão de novos países à UE e, consequentemente, também pela retirada de um Estado membro. E é isso que se propõe fazer neste capítulo.

#### **III.1. – Vertente Jurídica**

O Tratado de Lisboa foi o primeiro a reconhecer verdadeiramente a possibilidade de um Estado membro sair da União Europeia. Esta viabilidade, do ponto de vista jurídico e segundo alguns autores, já estava contemplada nos tratados anteriores, mas não aposta nos textos dos mesmos. Como refere Paulo de Pitta e Cunha, “o Tratado de Lisboa reconhece explicitamente esse direito, pondo termo a certas dúvidas doutrinárias sobre o abandono voluntário da União. No entanto, sempre foi dominante o entendimento de que, não se configurando a União como um estado federal, assistia aos Estados-membros o direito de saída”<sup>68</sup>. Paulo Sande é da mesma opinião, afirmando que: “incluir a possível saída de um Estado membro no Tratado foi apenas por uma questão de transparência”<sup>69</sup>. Cruz Vilaça refere, por seu lado, que: “o Artigo 50º [do TUE, aditado pelo Tratado de Lisboa] abre claramente a possibilidade a qualquer Estado-membro de se retirar da União, o que não estava previsto antes do Tratado de Lisboa. (...) Anteriormente, não havia expressamente essa possibilidade e discutia-se muito, na doutrina, se era possível ou não um Estado membro sair da União. A meu ver, é óbvio que já era possível”<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> - PITTA E CUNHA, Paulo - *Tratado de Lisboa*, Lisboa: Editado por IE, 2008. P 52.

<sup>69</sup> - In entrevista com Ana Isabel Travassos a 11-02-2010. Vide Anexos.

<sup>70</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 08-06-2011. Vide Anexos.



Mas, se há uma corrente de especialistas em direito comunitário que considera ter havido sempre a possibilidade jurídica de um Estado membro abandonar de sua livre vontade a UE, existe outra corrente que defende mesmo a irreversibilidade do processo de integração, argumentando que “a UE é um projecto dinâmico, que evolui. Assim, devemos admitir, desde logo, que um Estado que aderiu ao projecto europeu num estágio da sua evolução não pode renunciar a uma evolução ulterior”<sup>71</sup>; ou que: “a União Europeia não é uma organização internacional tradicional. Ela criou uma ordem jurídica específica (...), não se podendo deixar que os Estados se possam retirar da União como o podem fazer de outras organizações internacionais clássicas”<sup>72</sup>; ou ainda que “a natureza da União não é compatível com uma cláusula de saída”<sup>73</sup>.

Também Afonso Patrão refere claramente no seu texto “O direito de abandonar a União Europeia à luz do Tratado de Lisboa: a extinção do direito de livremente abandonar a União?” que “a natureza particular das comunidades e união europeias suscita frequentemente a dúvida sobre a viabilidade de um Estado membro se retirar voluntariamente daquelas organizações. Na verdade, é comum defender-se que a cessão de poderes nacionais nas instituições comunitárias configura uma transferência irreversível de atribuições, o que impossibilitaria, por natureza, a saída de um Estado membro. (...) Em sentido contrário, outras opiniões militam no sentido da viabilidade jurídica de retirada, quer por verem na passagem de competências uma delegação revogável, por parte dos Estados, quer por não encontrarem obstáculos, em direito internacional ou em direito comunitário, a esse abandono. Nessa medida, é indiscutível, qualquer que seja a posição que se adopte, que há uma certa incerteza, no plano jurídico, sobre a atribuição aos Estados membros de um direito de abandonar a União Europeia”<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> - CE - *Propostas de alteração ao texto do Tratado que instituiu a Constituição para a Europa - Convenção Europeia*. Disponível em <http://european-convention.eu.int/amendments.asp?lang=PT&Content=46>. [Consultado em Maio de 2011]. Trecho da proposta apresentada por Louis Michel, Karel de Gucht, Elio di Rupo, Anne Van Lancken. In <http://european-convention.eu.int/Docs/Treaty/pdf/46/Art46MichelFR.pdf>

<sup>72</sup> - Ibidem. Proposta apresentada na Convenção por Louis Michel, Karel de Gucht, Elio di Rupo, Anne Van Lancken. In <http://european-convention.eu.int/Docs/Treaty/pdf/46/Art46MichelFR.pdf>, ou <http://european-convention.eu.int/Docs/Treaty/pdf/46/art46VanLackerFR.pdf>.

<sup>73</sup> - Ibidem. Trecho da proposta apresentada por Ernâni Lopes e Manuel Lobo Antunes, representantes de Portugal na Convenção encarregue de alterar o texto da Constituição Europeia. Proposta de alteração do artigo I – 59º relativo à saída da UE. In [http://european-convention.eu.int/Docs/Treaty/pdf/46/46\\_ArtI%2059%20Lopes%20EN.pdf](http://european-convention.eu.int/Docs/Treaty/pdf/46/46_ArtI%2059%20Lopes%20EN.pdf).

<sup>74</sup> - PATRÃO, Afonso – “O direito de abandonar a União Europeia à luz do Tratado de Lisboa: a extinção do direito de livremente abandonar a União?”. In *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*. Volume IV. Coimbra, Editado por Coimbra Editora, 2010. P 755-793.

Esta incerteza jurídica e estas correntes opostas irão permanecer até que um Estado se retire da União e faça jurisprudência para futuras situações. Porém, não cabe neste trabalho analisar esta questão de teor meramente jurídico, até porque a saída de um Estado membro não é um acto apenas jurídico, mas acima de tudo político, assim o dá a entender, por exemplo, Cruz Vilaça, quando afirma que: “os Estados mantêm a sua soberania dentro dos principais acordos internacionais, nomeadamente têm o poder de decidir se continuam ou não vinculados por um tratado, mesmo quando esse tratado cria uma união quase perfeita. (...) No plano internacional, os Estados mantêm o poder de se desvincularem ou não de tratados internacionais”<sup>75</sup>. Do mesmo modo e à luz da teoria intergovernamentalista da integração europeia, foram os Estados de livre vontade que deram competências à UE (transferindo-as), pelo que estas também lhe podem ser retiradas a qualquer momento, não havendo assim um carácter definitivo ou irreversível no processo<sup>76</sup>.

Acresce ainda que, outro dos argumentos recorrente para a defesa do princípio da impossibilidade da retirada de um Estado da União Europeia, que era a não consagração nos Tratados da UE de uma cláusula de recesso (de abandono), caiu com o Tratado de Lisboa e a inclusão do Artigo 50º, que estatuiu expressamente a possibilidade de saída voluntária da União Europeia por parte de qualquer Estado membro<sup>77</sup>.

Mas se o Tratado de Lisboa veio resolver definitivamente o problema da falta de uma cláusula de recesso que permitisse juridicamente o abandono de um Estado membro da UE, veio introduzir um novo obstáculo pois limita a saída do Estado à União. Ou seja, segundo o Artigo 50º do Tratado da União Europeia (TUE), aditado pelo Tratado de Lisboa e conforme lembra Miguel Gorjão Henriques<sup>78</sup>, este reporta-se

---

<sup>75</sup> - In entrevista a 08-06-2011. Vide Anexos.

<sup>76</sup> - Op. Cit. Afonso Patrão refere na p 758 do seu texto que “(...) é sabido que os poderes da União resultam exclusivamente da sua atribuição pelos Estados, através de convenção internacional. Na verdade, as suas competências subordinam-se ao princípio internacional da especialidade, nos termos do qual a União “actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelos tratados europeus (cfr. Art.5º do tratado que institui a Comunidade Europeia). É, aliás, nesta subordinação ao princípio dos poderes atribuídos que é mais visível o cariz não soberano das comunidades (...)”. Mais à frente, diz: “(...) cremos que a cessão de poderes soberanos em órgãos comuns se explica à luz do conceito da delegação, que pode ser revogada pelos titulares dos poderes originários - os Estados membros. (...) De facto, sendo os Estados os autores dos tratados e, nos termos do direito comunitário, as entidades que dispõem do poder para os alterar, nada os impede de retirar à comunidade os poderes atribuídos por aquelas convenções, avocando dessa forma os poderes originários”.

<sup>77</sup> - Ibidem, p. 756.

<sup>78</sup> - In conversa com Ana Isabel Travassos a 07-07-2011. Vide Anexos.

apenas à saída da União, sendo omissa a retirada da Zona Euro. O abandono de um Estado membro da Zona Euro carece de legislação própria, embora tal não seja, juridicamente, impeditivo da sua saída apenas da área da moeda única e a sua permanência na UE. Como sublinha Gorjão Henriques, “não há impossíveis” e à falta “de norma própria, remete-se para a norma mais próxima”, pelo que o Artigo 50º poderá ser utilizado e servir de base jurídica para a saída voluntária de um Estado membro apenas da Zona Euro.

Também Cruz Vilaça defende que não existem impedimentos jurídicos, há sempre uma alternativa - “Nada no mundo é irreversível, nem mesmo no quadro da União” -, lembrando que houve Estados (Reino Unido e Dinamarca) que, por vontade própria, permaneceram arredados da criação da Zona Euro, pelo que dificilmente se poderá obstar, apenas com base jurídica, ao abandono de um Estado só da Zona Euro. “Não está previsto expressamente, nem nos Tratados, nem nos regulamentos da UEM, a saída de um Estado da Zona Euro. Esta saída pode ser uma saída com dois significados: ou uma saída empurrada porque já não respeita os critérios da Zona Euro, ou uma saída voluntária. A expulsão não está prevista. (...) Se os Estados, se os políticos, decidirem sair da Zona Euro, saem, até porque nem todos os Estados da União pertencem à Zona Euro, seja porque não respeitam os critérios, seja simplesmente porque não querem, querem manter a sua soberania monetária e cambial. (...) Uma questão é a realidade política, outra questão é a realidade jurídica. Não é possível raciocinar em relação à União Europeia apenas com base na interpretação formal do que está nos Tratados. (...) É indiscutível que um dia se um Estado quiser sair, sai mesmo”<sup>79</sup> da Zona Euro.

Opinião idêntica tem Francisco Sarsfield Cabral: “A saída do Euro não está no Tratado, mas juridicamente tudo é possível; a realidade tem muita força. E se for impossível continuar, há-de arranjar-se qualquer fórmula jurídica, um parágrafo qualquer, que o permita (...). A parte jurídica é secundária, porque dá-se a volta à parte jurídica”<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos, a 08-06-2011. Vide Anexos.

<sup>80</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos. Francisco Sarsfield Cabral: Licenciado em Direito (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). Jornalista e comentador de assuntos económicos e de integração europeia. Ex-director do Gabinete para Portugal da Comissão Europeia (1991/96).

Também João Ferreira do Amaral, embora não sendo jurista, considera que: os “problemas jurídicos não serão os fundamentais” na saída de um Estado-membro da Zona Euro ou da UE, mas a questão “fundamental é política e económica”<sup>81</sup>.

O Tratado da União Europeia, aditado pelo Tratado de Lisboa, no seu Artigo 50<sup>82</sup>, diz:

1- *Qualquer Estado membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União.*

2- *Qualquer Estado membro que decida retirar-se da União, notifica a sua intenção ao Conselho Europeu. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negocia e celebra com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo é negociado nos termos do n.º 3 do Artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O acordo é celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu.*

3- *Os tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado membro em causa, decida por unanimidade prorrogar esse prazo.*

4- *Para efeitos dos n.ºs 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado membro que pretenda retirar-se da União não participa nas deliberações, nem nas decisões do Conselho Europeu e do Conselho que lhe digam respeito.*

*A maioria qualificada é definida nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 238.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.*

5 – *Se um Estado que se tenha retirado da União voltar a pedir a adesão é aplicável a esse pedido o processo referido no Artigo 49.º.*

---

<sup>81</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. João Martins Ferreira do Amaral: Professor Catedrático do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa. Doutorado em Economia (ISEG). Licenciado em Economia (UTL). Membro do Conselho Económico e Social. Membro do Conselho Coordenador da SEDES. Crítico da entrada de Portugal no Euro. Entre as suas publicações, conta-se: “Contra o centralismo europeu – um manifesto autonomista”.

<sup>82</sup> - In Versão consolidada do Tratado da União Europeia, revista pelo Tratado de Lisboa. Op. Cit. PITTA e CUNHA, Paulo.

Por seu lado, o n.º 3 do Artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, aditado pelo Tratado de Lisboa, diz:

*3 - A Comissão, ou o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança nos casos em que o acordo projectado incida exclusiva ou principalmente sobre a política externa e de segurança comum, apresenta recomendações ao Conselho, que adopta uma decisão que autoriza a abertura das negociações e que designa, em função da matéria do acordo projectado, o negociador ou o chefe da equipa de negociação da União.*

E o n.º 3 do Artigo 238.º do mesmo Tratado:

*3 - A partir de 1 de Novembro de 2014, e sob reserva das disposições estabelecidas pelo Protocolo relativo às disposições transitórias, nos casos em que, nos termos dos Tratados, nem todos os membros do Conselho participem na votação, a maioria qualificada é definida do seguinte modo:*

*a) A maioria qualificada corresponde a, pelo menos, 55% dos membros do Conselho, devendo estes representar Estados-Membros participantes que reúnam, no mínimo, 65% da população desses Estados.*

*A minoria de bloqueio deve ser composta por, pelo menos, o número mínimo de membros do Conselho que represente mais de 35% da população dos Estados-Membros participantes, mais um membro; caso contrário considera-se alcançada a maioria qualificada;*

*b) Em derrogação da alínea a), quando o Conselho não delibere sob proposta da Comissão ou do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a maioria qualificada corresponde a, pelo menos, 72% dos membros do Conselho, devendo estes representar Estados-Membros participantes que reúnam, no mínimo, 65% da população desses Estados.*

O Tratado de Lisboa vem, assim e pela primeira vez, tornar bem clara a possibilidade de saída de um Estado membro da União Europeia<sup>83</sup> e identificar as linhas

---

<sup>83</sup> - Vide n.º 3 do Artigo 50.º. “Os tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação” ao Conselho Europeu do pedido de saída. Está bem explícito que não é possível à UE recusar a saída, pelo que há este automatismo imediato de não aplicação do *acquis communautaire* dois anos após o pedido de abandono.

orientadoras desse processo: entrega do pedido de saída ao Conselho Europeu, que o remete, com orientações, à Comissão Europeia, que, por sua vez e com base nelas, elabora uma proposta que apresenta, depois, ao Conselho da UE, para que este, concordando com a mesma, permita à Comissão dar início à fase de negociações com o Estado membro demissionário, tendo em vista a elaboração de um acordo, a assinar entre ambas as partes, que estabelece os termos e condições da saída e o quadro das futuras obrigações e relações desse Estado com a União Europeia.

O TUE, pelo seu Artigo 50º, vem ainda tornar clara a possibilidade do Estado membro que pretende abandonar a UE poder, no período de dois após a entrega do respectivo pedido ao Conselho, ‘voltar com a decisão atrás’, pois o que está em causa é apenas uma “notificação de intenção” de saída. Porém e findo esse prazo, terminam todas as hipóteses do Estado poder “voltar atrás”, mesmo que não exista um acordo assinado. O que poderá suceder, então, ao abrigo do Tratado de Lisboa, é o Estado voltar a pedir a adesão à União, seguindo o procedimento em conformidade com este acto e igual para todos os países que queiram ingressar na UE, mesmo os novos.

### **III.1.1 – O papel das instituições e a tomada de decisão**

Segundo o Artigo 50º do TUE, o Conselho Europeu, o órgão político<sup>84</sup> da União, onde estão representados os chefes de Estado e de Governo dos Estados membros, é a instituição receptora do pedido de saída do Estado membro da UE – “Qualquer Estado membro que decida retirar-se da União, notifica a sua intenção ao Conselho Europeu (...)”, diz no seu ponto 2<sup>85</sup>.

Recepcionado o pedido, que deverá ter a forma de uma simples carta, à semelhança do que ocorre com a adesão de um Estado membro<sup>86</sup>, o Conselho Europeu remete-o à Comissão Europeia, ao abrigo do nº 2 do Artigo 17º do Tratado da UE, que diz que: “os actos legislativos da União só podem ser adoptados sob proposta da Comissão, salvo disposição em contrário dos Tratados. Os demais actos são adoptados sob proposta da Comissão nos casos em que os Tratados o determinem”. Na posse do

---

<sup>84</sup> - Vide Artigo 15º do TUE: “O Conselho Europeu dá à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e define as orientações e prioridades políticas gerais da União (...)”.

<sup>85</sup> - Vide Artigo 15º do TUE. Op. Cit.

<sup>86</sup> - Vide Anexos para o caso de Portugal.

pedido, a Comissão, sob as orientações emanadas do Conselho Europeu e aí tomadas por consenso<sup>87</sup> e imbuída da sua função de iniciativa e de promoção do interesse comum dos Estados<sup>88</sup>, estuda então o pedido de saída e redige uma proposta que contém as bases para a negociação por parte da União e que vai apresentar, de seguida, ao Conselho de Ministros. Esta proposta traduz-se nas ‘recomendações’, citadas no nº 3 do Artigo 318º a que alude o Artigo 50º do TUE que, na prática, não são mais do que um acto legislativo - “Para exercerem as competências da União, as instituições adoptam regulamentos, directivas, decisões, recomendações e pareceres”, refere o Artigo 288º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, relativo aos actos jurídicos da União, acrescentando que as “recomendações e os pareceres não têm carácter vinculativo”<sup>89</sup>.

O Conselho de Ministros vai então analisar a proposta da Comissão que deverá servir de base à negociação para a saída do Estado membro e sujeita-a a votação por maioria qualificada<sup>90</sup> para que daí resulte a decisão (acto legislativo, mas já com carácter obrigatório<sup>91</sup>) que vai permitir dar início à fase de negociação entre a União e o Estado membro demissionário.

Note-se, porém, que ao abrigo do nº 4 do Artigo 50º, o “Estado membro que pretenda retirar-se da União não participa nas deliberações, nem nas decisões do Conselho Europeu e do Conselho que lhe digam respeito”, pelo que está, à partida, excluído da votação da proposta da Comissão. A maioria qualificada necessária para

---

<sup>87</sup> - Vide Artigo 15º, nº 4: “O Conselho Europeu pronuncia-se por consenso salvo disposições em contrário dos tratados”.

<sup>88</sup> - Vide CE – *Como funciona a UE*. Bruxelas: Edição CE, 2008. P 23: “A Comissão dispõe do direito de iniciativa. Por outras palavras, só a Comissão é competente para a elaboração de propostas de nova legislação da UE que apresenta ao Parlamento e ao Conselho (...)”.

Vide Artigo 17º, nº 1 e 2, do TUE: “1 - A Comissão promove o interesse geral da União e toma as iniciativas adequadas para esse efeito. A Comissão vela pela aplicação dos Tratados, bem como das medidas adoptadas pelas instituições por força destes. Controla a aplicação do direito da União, sob a fiscalização do Tribunal de Justiça da União Europeia. A Comissão executa o orçamento e gere os programas. Exerce funções de coordenação, de execução e de gestão em conformidade com as condições estabelecidas nos Tratados. Com excepção da política externa e de segurança comum e dos restantes casos previstos nos Tratados, a Comissão assegura a representação externa da União. Toma a iniciativa da programação anual e plurianual da União com vista à obtenção de acordos interinstitucionais. 2- Os actos legislativos da União só podem ser adoptados sob proposta da Comissão, salvo disposição em contrário dos Tratados. Os demais actos são adoptados sob proposta da Comissão nos casos em que os Tratados o determinem”.

<sup>89</sup> - MOTA de CAMPOS, João - *Direito comunitário*, Volume II, 3ª Edição. Lisboa: Editado por Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. P 131. O autor refere que as recomendações são actos da Comissão dirigidos ao Conselho ou aos Estados membros, “exprimindo-lhes o seu ponto de vista sobre determinadas questões, apontando-lhes as medidas ou soluções reclamadas pelo interesse comunitário, sugerindo-lhes os comportamentos a adoptar”.

<sup>90</sup> - Artigo 16º nº 3 e nº 4 do TUE.

<sup>91</sup> - A decisão “é obrigatória em todos os seus elementos para os destinatários a que ela se designar”, in “Direito Comunitário”, p 123. Op. Cit.

aprovar a proposta de negociação, apresentada pela Comissão já não corresponde a um mínimo de 255 votos do total dos 345 repartidos pelos 27 Estados membros, mas a 246 votos no caso de se tomar Portugal como o Estado em vias de saída<sup>92</sup>. Como estipula o Protocolo anexo ao Tratado de Lisboa relativo às disposições transitórias, no seu Artigo 3º, nº 4: caso “nem todos os membros do Conselho participem na votação (...), essa maioria qualificada corresponde à mesma proporção dos votos ponderados e à mesma proporção do número de membros do Conselho (...)”.

Aprovada a proposta da Comissão pelo Conselho de Ministros, inicia-se então a fase de negociação que deverá prolongar-se, no máximo, por dois anos, como define o nº 3 do Artigo 50º do TUE. Das negociações resultará um projecto de acordo de saída, que vai ser remetido ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Europeu para aprovação por ambas as instituições. Só depois se poderá proceder à assinatura formal do acordo de saída entre o Estado membro demissionário e a União, que dará por concluído todo o processo, à semelhança do que se verifica com o procedimento de adesão. É nesta última fase que tem lugar o processo de co-decisão entre o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu.

O projecto de acordo é analisado pelo PE que envia o seu parecer (de concordância ou não) ao Conselho que, em primeira leitura e votando por maioria qualificada, pode aceitar a posição do PE, pelo que os termos do acordo estão definitivamente aprovados ou rejeitados (se aprovar a recusa da proposta feita pelo PE). No primeiro caso, segue-se a assinatura do acordo e o processo de retirada do Estado membro fica definitivamente concluído, enquanto no segundo caso, os termos do acordo terão de ser alterados. Pode ainda suceder que o Conselho não concorda com a posição do PE, qualquer que ela seja, pelo que não a aprova e remete as suas explicações para o PE, que deverá pronunciar-se sobre a decisão do Conselho no prazo máximo de três meses. Caso não o faça dentro deste período, a posição do Conselho é considerada automaticamente aceite pelo PE e o acordo está aprovado. Pode, no entanto, ocorrer que o PE, votando por maioria dos membros que o compõem conforme estabelece o Artigo 249º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, rejeite a posição do Conselho ou discorde apenas de alguns dos seus elementos, propondo as respectivas alterações. No caso de rejeição, o Conselho nada mais pode fazer do que solicitar a intervenção do Comité de Conciliação onde têm assento, para além dos representantes do PE e do

---

<sup>92</sup> - Portugal tem 12 votos no Conselho.



Conselho, também da Comissão, para que se obtenha um consenso. No caso das emendas propostas pelo PE, se o Conselho as aceitar na totalidade, mediante votação por maioria qualificada, considera-se o acto aprovado e então pode efectivar-se o acordo final; mas se o Conselho não aprovar todas as alterações propostas, torna-se necessária a acção do Comité de Conciliação, para se tentar alcançar um consenso sobre a matéria em questão no prazo de seis semanas. Obtido este consenso, ele sobe ao PE e ao Conselho para aprovação por cada uma das instituições, de novo por maioria absoluta dos seus membros e por maioria qualificada, respectivamente. Se alguma destas duas instituições não aceitar o acto em questão, desta feita ele é considerado definitivamente chumbado e nada mais há a fazer, do que repetir-se o procedimento mas com uma nova proposta da Comissão.

Note-se, no entanto, que, se no processo de co-decisão<sup>93</sup>, mesmo com a intervenção do Comité de Conciliação, a proposta de acordo não obtiver consenso, tal não impede a saída do Estado membro da UE pois, como refere o nº 3 do Artigo 50º do TUE: “os Tratados deixam de ser aplicáveis aos Estados em causa (...) dois anos após a notificação” de saída. Como lembra Afonso Patrão, um Estado pode mesmo “retirar-se sem aguardar dois anos e sem concluir um acordo disciplinando as relações futuras com a União (...)” e a sua “saída consensual não depende da anuência de todos os Estados membros (a celebração do acordo de saída depende apenas da maioria qualificada no Conselho)”, ao contrário do que se verifica com a adesão, em que se torna necessário unanimidade e ratificação do acordo por todos os Estados membros. Isto revela uma maior facilidade no processo de saída do Estado membro, que tem a ver com o facto desta não depender “da conclusão do acordo, consagrando a todos os Estados membros um direito de denúncia (...)”<sup>94</sup>.

### **III.1.2 - A fase de negociação**

A fase de negociação, e sendo o Artigo 50º do TUE omissivo quanto ao seu conteúdo, deverá desenrolar-se de modo semelhante à inerente ao acto de adesão de um

---

<sup>93</sup> - O processo de co-decisão, ao abrigo dos Tratados da UE, é aplicável a quase todas as matérias em que o Conselho vota por maioria qualificada, que são a grande maioria.

<sup>94</sup> - Op. Cit. PATRÃO, Afonso. P 784 -785.

Estado à UE, embora não obedecendo a critérios pré-definidos<sup>95</sup>. Paulo Sande lembra mesmo que será preciso “abrir dossiês nas diferentes políticas” comunitárias, que o Estado demissionário terá de “cumprir com as suas obrigações”, à semelhança do que sucede com o processo de adesão e que as diferenças entre os procedimentos de saída e de adesão prendem-se sobretudo com o facto da UE “não poder dizer que sim ou não a um Estado membro que pretenda sair, contrariamente ao que se passa na adesão”<sup>96</sup> e com a força negocial de cada uma das partes nos processos.

Assim como num acto de adesão, as matérias em negociação num processo de retirada da UE vão variar de Estado para Estado, desta feita consoante o estipulado nos respectivos Tratados de Adesão, a fase de integração em que se encontra e o acervo comunitário alcançado<sup>97</sup> e as futuras relações de interesse a manter com a UE. O Estado demissionário terá, certamente, que renegociar diversos dossiês e acertar ‘contas’ com a UE, tendo em conta os financiamentos obtidos enquanto membro da União e as suas contribuições para o orçamento comunitário.

Se em causa está apenas a saída do Estado da Zona Euro, então só um dossiê deverá ser alvo de negociação, o relativo à UEM e ao euro, às políticas monetárias e cambiais, ficando o Estado ligado à UE em todo o restante acervo comunitário. Será, certamente, uma negociação mais fácil e menos prolongada<sup>98</sup>.

Mas, qualquer que seja a situação, o ‘ajuste de contas’ dependerá da força negocial de cada uma das partes envolvidas nas negociações: de um lado a UE e do outro o Estado membro.

---

<sup>95</sup> - CE - *Compreender o Alargamento - A política de alargamento da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007. ISBN : 978-92-79-06646-7. Vide Critérios de Copenhaga para a adesão e os dossiês (num total de 35) que respeitam ao acervo comunitário e que são alvo de negociação com todos os Estados candidatos. Estes dossiês são: Política social e de Emprego; Política da Empresa e Industrial; Redes Transeuropeias; Política Regional; Aparelho Jurídico e Direitos Fundamentais; Justiça, Liberdade e Segurança; Ciência e Pesquisa; Educação e Cultura; Ambiente; Protecção dos Consumidores; União Aduaneira; Relações Externas; Política Externa, de Segurança e Defesa; Controlo Financeiro; Disposições Financeiras e Orçamentais; Instituições; Livre Circulação de Bens e Pessoas; Livre Circulação de Capitais; Direito de Estabelecimento; Mercados Públicos; Direito de Propriedade Intelectual; Política de Concorrência; Serviços Financeiros; Sociedade de Informação; Agricultura; Segurança Alimentar; Pesca; Política de Transportes; Energia; Política Económica; Fiscalidade; Estatísticas; Outras Questões.

Para a saída não é necessário cumprir quaisquer critérios como na adesão.

<sup>96</sup> - In entrevista a 11-02-2010.

<sup>97</sup> - Quando um país adere à UE passa a ser obrigado a respeitar todas as leis e normas vigentes na União, seja em matéria agrícola, comercial, industrial, concorrencial, social, ambiental, financeiro, energética e de defesa do consumidor, entre muitas outras políticas que hoje são comuns aos Estados membros.

<sup>98</sup> - Note-se que nunca ultrapassará os dois anos, de acordo com o estabelecido no Artigo 50º do TUE.

À luz da teoria intergovernamentalista, a força negocial de um Estado será maior no processo de saída, onde a União Europeia não tem a possibilidade de recusa, nem o próprio Estado tem tanto em jogo, do que num processo de adesão, em que a União ou qualquer Estado membro podem negar a entrada a um país candidato que, por seu lado, pouco tem a negociar na prática: “(...) As negociações de adesão centram-se nas condições e calendarização da adopção, aplicação e execução das normas da UE por parte do país candidato. Referimo-nos a aproximadamente 90.000 páginas de legislação. Estas normas (também conhecidas por “acervo”) não são negociáveis. Para os candidatos, é apenas uma questão de aceitar como e quando adoptar e aplicar as normas e procedimentos da UE”<sup>99</sup>.

Como explica Andrew Moravcsik<sup>100</sup>, referindo-se à adesão: “(...) nestas negociações, os países candidatos encontram-se sempre numa posição negocial fraca *vis a vis* dos seus parceiros da UE e concedem mais em troca”. E isto porque, explica: “(...) países mais interdependentes tendem a beneficiar mais da liberalização dos mercados e estão, assim, mais disponíveis para fazer mais concessões (...). Estes países, geralmente, são forçados a fazer concessões desproporcionadas durante as negociações. De facto, isto é função dos seus benefícios líquidos (...)”. Segundo este teórico, o alargamento é sobretudo benéfico para o novo Estado membro, pelo que este parte para as negociações já relativamente fragilizado e a ter de fazer mais concessões para conseguir alcançar o acordo, custe o que custar, que permita a sua entrada na UE. E estas concessões serão tanto maiores, quanto mais pobre economicamente for o Estado aderente, pois menos contribuirá para o bem estar global da Europa.

Ora, num processo de saída, o Estado membro parte para as negociações sabendo, a priori, que não ‘precisa de mendigar’ a sua retirada, pois esta não lhe pode ser nunca recusada, juridicamente. O seu poder negocial é sempre mais forte do que aquando da adesão e será tanto maior quanto mais sólida for a sua economia. Se o Estado demissionário for economicamente forte (por exemplo, a Alemanha), a fragilidade até está no lado da UE, pois será esta que mais perderá com o abandono deste Estado.

---

<sup>99</sup> - In *Compreender o alargamento*. Op. Cit.

<sup>100</sup> - In “National Interests, State Power and EU enlargement”. In *East European and Societis*. EUA, Volume 17, nº 1, 2003, p 44.

### **III.1.3 – O recurso ao processo de adesão por omissão**

O Artigo 50º do TUE é omissivo em algumas questões, como, quanto ao conteúdo das negociações e a quem compete assinar, pelo lado do Estado membro demissionário, o acordo de saída. Porém e por analogia com o processo de adesão, infere-se que será o chefe de Estado ou de Governo do país que sai a assinar o acordo<sup>101</sup>. Recordando Gorjão Henriques: à falta “de norma própria, remete-se para a norma mais próxima”<sup>102</sup>.

Ora, o TUE define no seu Artigo 49º as condições para adesão de um Estado à UE:

*Qualquer estado europeu que respeite os valores referidos no artigo nº 2 e esteja empenhado em promovê-los, pode pedir para se tornar membro da União. O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais são informados desse pedido, o estado requerente dirige o seu pedido ao Conselho que se pronunciará por unanimidade após ter consultado a Comissão e após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronunciam por maioria dos membros que o compõem. São tidos em conta os critérios de elegibilidade aprovados pelo Conselho Europeu.*

*As condições de admissão e as adaptações dos Tratados em que se funda a União decorrentes dessa admissão serão objecto de acordo entre os Estados membros e o estado peticionário. Esse acordo será submetido à ratificação de todos os Estados contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.*

O Artigo 2º do TUE refere, por seu lado:

*A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do estado de direito e do respeito pelos direitos do homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos estados membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.*

---

<sup>101</sup> - O Tratado de Adesão de Portugal, por exemplo, foi assinado pelo então Presidente da República, Mário Soares.

<sup>102</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 07-07-2011. Vide Anexos.

A adesão de um Estado à UE implica, em primeiro lugar, o cumprimento dos chamados Critérios de Copenhaga, inscritos pela primeira vez no Tratado de Lisboa, quando refere no seu Artigo 49º: “(...) São tidos em conta os critérios de elegibilidade aprovados pelo Conselho Europeu”<sup>103</sup>.

Estes critérios abrangem três níveis: político, reportando-se à existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o estado de direito, os direitos do homem, o respeito pelas minorias e a sua protecção (critério político); económico, relativo à existência de uma economia de mercado viável e com capacidade para fazer face às forças do mercado e à pressão concorrencial da União Europeia; e de aceitação do *acquis communautaire*, referente à capacidade de assumir as obrigações decorrentes da adesão, designadamente de subscrever os objectivos da união política, económica e monetária.

Cumpridos estes critérios por parte do país contratante, segue-se a formulação do seu pedido de adesão ao Conselho, que o remete para a Comissão e informa o PE e os Parlamentos de todos os Estados membros (actualmente 27) da intenção recebida.

A Comissão terá de pronunciar-se favoravelmente sobre a nova adesão (o Tratado de Lisboa expressa a obrigatoriedade de consulta à Comissão)<sup>104</sup> e o PE de votar e aprovar por maioria dos votos expressos o pedido em causa (igual ao procedimento de saída). Segue-se a aprovação do pedido de adesão pelo Conselho, mas por unanimidade, com todos os Estados membros da UE a mostrarem-se adeptos da entrada desse novo país. Iniciam-se, então, as negociações entre a UE e o Estado candidato, cabendo também ao Conselho, sob proposta da Comissão, decidir quando as negociações relativas a cada domínio (dossiê) devem começar e terminar e quando todo o processo negocial deverá estar concluído, à medida que as negociações vão evoluindo e a Comissão o vai informando<sup>105</sup>. Ou seja, a fase de negociação para a adesão não tem

---

<sup>103</sup> - Vide PITTA e CUNHA, Paulo. In “Tratado de Lisboa”, p 51.

<sup>104</sup> “O Conselho solicita à Comissão que avalie a capacidade do candidato para cumprir as condições de adesão. Se a Comissão emitir um parecer favorável e o Conselho aprovar por unanimidade um mandato de negociação, as negociações são formalmente abertas entre o candidato e todos os Estados-Membros”, in *Compreender o alargamento*. Op. Cit. P 9.

<sup>105</sup> - Vide *Compreender o Alargamento*, Op. Cit. Para cada dossiê, “a Comissão elabora um “relatório de screening”, que constitui a base para o lançamento do processo de negociação técnica propriamente dito. Estes relatórios são apresentados ao Conselho, competindo à Comissão formular uma recomendação para que as negociações sejam abertas em determinado capítulo ou para as subordinar ao cumprimento de determinadas condições ou “critérios de avaliação”. O país candidato apresenta então a sua *posição de negociação*. Com base numa proposta da Comissão, o Conselho adopta uma *posição comum* da UE, que permite abrir as negociações. A partir do momento em que a UE chega a uma posição comum relativamente a cada capítulo do acervo e que essa posição comum da UE é aceite pelo país candidato,

um prazo definido a priori para a sua realização; tudo depende do desenrolar do processo, onde, à luz do intergovernamentalismo, estão em luta os poderes de cada uma das partes envolvidas<sup>106</sup>. Assim se compreende a diferença dos prazos de adesão de país para país, desde a formulação do seu pedido até ao estabelecimento formal do acordo de adesão. Por exemplo, no caso concreto de Portugal, as negociações prolongaram-se por cerca de oito anos, enquanto no caso da Finlândia não ultrapassaram os três anos<sup>107</sup> e na Turquia já se arrastam há 24 anos<sup>108</sup>.

Terminada, por completo, a fase de negociação, o projecto de Tratado de Adesão resultante é sujeito a parecer favorável da Comissão, do Conselho e do Parlamento Europeu e só depois é alvo de assinatura pelo Conselho, em nome de todos os Estados membros, e pelo governo ou chefe de Estado do país aderente e de ratificação por todos os parlamentos nacionais. Posto isto, o Tratado de Adesão passa a fazer parte do direito primário da UE e o país aderente tornar-se-á membro de pleno direito da União na data estipulada no referido Tratado.

De um modo geral, verifica-se a existência de muitas semelhanças entre os processos de entrada e saída de um Estado da UE, a começar pela apresentação do pedido que é, em ambos os casos, um acto voluntário de um Estado e pela intervenção das mesmas instituições (Conselho, Comissão e PE) e a terminar pelo tipo de negociação, envolvendo todos (no caso da adesão) ou apenas alguns (no caso da saída) domínios do acervo comunitário e cujo objectivo final é definir um acordo consensual entre ambas as partes que contenha as obrigações a respeitar por cada um dos lados.

Apesar de todas estas parecenças, a saída de um Estado membro da União envolve um processo mais fácil e rápido. Logo, à partida, porque não há um conjunto de critérios jurídicos que o Estado demissionário tem de cumprir, como sucede com a adesão, para que possa sair; depois, porque o seu pedido não tem de ser aprovado em

---

são encerradas as negociações para esse capítulo, embora apenas provisoriamente. As negociações de adesão à UE regem-se pelo princípio de que “nada está acordado até tudo estar acordado” e, como tal, o encerramento definitivo dos capítulos só terá lugar no final de todo o processo de negociação”.

<sup>106</sup> - Note-se que, por vezes, os países aderentes apresentam atrasos significativos, nomeadamente, em termos económicos, relativamente aos demais Estados da UE, pelo que se torna necessários prestar uma ajuda de pré-adesão para que eles se possam aproximar dos padrões comunitários. Esta situação prolonga não só o prazo para adesão como também enfraquece o poder negocial do Estado aderente.

<sup>107</sup> - A Finlândia pediu a adesão em 1992 e a 1 de Janeiro de 1995 tornou-se membro de pleno direito da UE.

<sup>108</sup> - A Turquia pediu a adesão à UE em 1987.

Conselho de Ministros por unanimidade<sup>109</sup>, nem tão pouco o acordo resultante das negociações precisa de ser ratificado pelos restantes Estados membros, como sucede com a adesão; também porque está definido um prazo máximo de dois anos para a saída e para a adesão não há limite temporal; e, por fim, porque não há nenhum período de preparação para a saída, como acontece com a pré-adesão. A impossibilidade de recusa da UE à saída do Estado membro tornam, logo à partida, o processo mais célere.

Apesar das diferenças existentes entre os dois processos, algumas bem significativas (atente-se só ao facto da entrada de um Estado poder ser recusada e da saída não), as normas e os procedimentos relativos à adesão dos Estados membros (e são muitos, tendo em conta o número de países que compõem actualmente a UE e os seus mais de 50 anos de história) podem ser utilizados, juridicamente e por aproximação, a situações de abandono da UE, na falta de regras específicas. Do mesmo modo, e citando Gorjão Henriques,<sup>110</sup> poderá fazer-se uso da experiência do Sistema Monetário Europeu para inferir, juridicamente, sobre uma possível saída só da Zona Euro.

#### **III.1.4. – Notas Finais**

Juridicamente, o processo de saída de um Estado membro da UE resume-se ao Artigo 50º do TUE, aditado pelo Tratado de Lisboa, que é omissivo em muitas questões, nomeadamente quanto à retirada de um país apenas da Zona Euro e não da União. Tem, no entanto, o mérito de ter posto fim a alguns ‘conflitos’ jurídicos que existiam anteriormente e que se prendiam com a verdadeira possibilidade de saída de um Estado membro, dado que os Tratados, até então, não referiam o chamado direito de recesso.

---

<sup>109</sup> - O Artigo 235.º, nº 1 do TFUE diz: “(...) A abstenção dos membros presentes ou representados não obsta à adopção das deliberações do Conselho Europeu que exijam a unanimidade”.

<sup>110</sup> - In entrevista com Ana Isabel Travassos a 07-07-2011. Miguel Gorjão Henriques: Admitido à tese de Doutoramento pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito (Integração Europeia) pela FDUC. Licenciado em Direito (FDUC). Vogal do Conselho Directivo da APDE – Associação Portuguesa de Direito Europeu. Assessor do deputado Luís Queiró na Convenção Europeia que apresentou o projecto do Tratado que instituiu uma Constituição para a Europa. Sócio da Sêrvulo e Associados - Sociedade de Advogados RL, sendo as suas áreas de especialidade o Direito Europeu e Concorrência.

Porém, as omissões jurídicas existentes não impedem a saída voluntária de um Estado membro seja da Zona Euro ou da UE, recorrendo-se, se necessário e por aproximação, a outras normas jurídicas. Assim e para o primeiro caso, podem-se utilizar as bases jurídicas relativas à saída da União Europeia, as quais, por sua vez, podem-se reportar, para solucionar algumas questões omissas, às inerentes ao procedimento de adesão de um Estado, mesmo sendo a adesão um acto oposto ao da saída (basta atender que o primeiro representa um avanço na integração e o segundo um recuo). Há unanimidade de que, juridicamente, nada é impossível.

A experiência acumulada com os processos de adesão (note-se que a UE já sofreu ao longo da sua história seis alargamentos com a entrada de 21 novos Estados e nenhuma saída) serve também como indicador para a fase de negociações num processo de saída, onde estarão em discussão as relações futuras entre o Estado que sai e a UE, embora o poder negocial entre as duas partes e segundo a teoria intergovernamentalista, seja diferente nos dois processos.

### **III.2 – Vertente Económica**

#### **III.2.1 - A crise económica na UE e em Portugal**

Nunca como até agora estiveram reunidas tantas condições do ponto de vista económico para impulsionarem a saída de um Estado membro da União Europeia. Não serão certamente países como a Alemanha, o Luxemburgo ou a Holanda a abandonar de livre vontade a UE ou apenas a Zona Euro por questões meramente económicas pois, como se verá neste sub-capítulo, a crise atingiu estes países de um modo mais moderado devido às suas estruturas internas<sup>111</sup> e já iniciaram o processo de recuperação das suas economias<sup>112</sup>.

---

<sup>111</sup> - Como refere Pedro Lains: “os países da periferia europeia” têm de revelar “sinais de que vão resolver verdadeiramente os seus problemas”. E “Portugal não está sozinho nesta questão, como é óbvio, tem mais dois países que estão em situação igual, embora a situação da Irlanda não seja tão preocupante como a da portuguesa, porque a balança externa não está em desequilíbrio, mas a situação portuguesa é igual à da Grécia e não é muito diferente da espanhola, embora a economia espanhola tenha um potencial maior que o português; a economia espanhola também tem um problema de equilíbrio externo (...)”. In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

<sup>112</sup> - Como se verá neste sub-capítulo e também nos Anexos e no próprio Relatório de Previsões Económicas da UE, da Primavera de 2011, a Alemanha cresceu 3,6% em 2010 e a tendência é de



São assim os chamados países da periferia da UE, como Portugal, a Grécia e a Irlanda, os mais intensamente afectados pela crise e onde ela teima em persistir, como revelam os dados da Comissão Europeia<sup>113</sup>, que poderão ser tentados a abandonar a UE e/ou a Zona Euro. São eles que agora mais sentem a falta dos instrumentos de políticas monetária e cambial, transferidos para as instituições comunitárias supranacionais (BCE), para resolverem os seus desequilíbrios macroeconómicos. Como refere João Ferreira do Amaral: “o ar da União Europeia começa a ser um bocado irrespirável para os países mais pequenos (...)”, entre eles Portugal, como se verá mais à frente através dos indicadores macroeconómicos, pois muitos dos seus princípios básicos estão a ser postos em causa e “é muito mais possível hoje uma saída do que era há dois anos atrás”, do mesmo modo que “hoje se tem de levar a sério uma possível desintegração da própria União”<sup>114</sup>.

### **III.2.1.1 – Na União Europeia**

Em 2008, o PIB (Produto Interno Bruto) da União Europeia cresceu 0,5%, ou seja, menos 2,5 pontos percentuais do que em 2007 (3,0%), com muitos Estados membros a apresentarem decréscimos das suas produções (foram os casos da Estónia, Irlanda, Dinamarca, Itália, Letónia, Reino Unido e Suécia) e outros, como Portugal e França a estagnarem<sup>115</sup>. Considerando apenas a Zona Euro, o crescimento ainda foi ligeiramente inferior: 0,4% em 2008, contra 2,9% em 2007, ano em que todos os 27 Estados membros da UE apresentaram aumentos nas respectivas produções nacionais<sup>116</sup>. Era o início da crise na Europa.

Em 2009 e com excepção da Polónia, todos os outros 26 países da UE entraram em recessão económica, com taxas de crescimento negativas dos seus PIB, com destaque para a Letónia (-18,0%), Lituânia (-14,7%) e Estónia (-13,9%). Em média,

---

acréscimo para os próximos dois anos, o mesmo sucedendo com o Luxemburgo e Holanda. A inflação mantém-se à volta dos 2,0%, os défices orçamentais estão abaixo dos 3,0% e com descidas de ano para ano e as dívidas públicas, se ainda acima dos 60% do PIB, regista tendência decrescente. Tratam-se ainda de países com balanços de pagamento que podem ser consideradas saudáveis face a outros Estados membros da UE.

<sup>113</sup> - EUROPEIA, Comissão, Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>114</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

<sup>115</sup> - Op. Cit – “European Economic Forecast – Spring 2011”.

<sup>116</sup> - Ibidem.

para o conjunto dos 27 Estados membros da União Europeia, a queda do PIB foi de 4,2% em 2009, para os 16 membros da Zona Euro<sup>117</sup> de -4,1%<sup>118</sup>, com a Grécia (-13,7%), a Finlândia (-8,2%), a Eslovénia (-8,1%) e a Irlanda (-7,6%) a apresentarem as quedas mais acentuadas, e para os restantes 11 Estados membros da UE e não da Zona Euro de -4,6%<sup>119</sup>.

A dívida pública conjunta da UE de 62,3% do PIB em 2008 (69,9% na Zona Euro e 45,6% nos 11 Estados membros fora da Zona Euro) e o défice orçamental global de 2,4% do PIB (-2,0% e -3,3%, respectivamente na e fora da Zona Euro<sup>120</sup>), nesse mesmo ano, traduziram aumentos, respectivamente, de 3,3 pontos percentuais e de 1,5 pontos percentuais face aos valores de 2007 e reflectiram já a crise que se estava a instalar na Europa. Em 2009, a dívida média global da UE representava 74,4% de toda a sua riqueza (79,3% na Zona Euro e 56,9% nos restantes Estados membros) e o défice 6,8% do PIB (-6,3% para os Estados do Euro e -8,4% para os outros da UE)<sup>121</sup>. Comparando estes valores com os registados na década de 90 e na primeira metade da de 2000, em que as médias<sup>122</sup> na UE se fixaram, para a dívida pública, em 64,4% do PIB na Zona Euro e em 61,7% nos restantes Estados membros e para o défice público, respectivamente, em 3,0% (mais concretamente 2,98%<sup>123</sup>) e em 2,0% (1,97%) do PIB, comprova-se a deterioração real da economia europeia, sinónimo de crise. Os Estados que apresentaram, então [2009], os défices orçamentais mais elevados foram: a Grécia (-15,4%), a Irlanda (-14,3%), o Reino Unido (-11,4%), a Espanha (-11,1%), Portugal (-10,1%), a Letónia (-9,7%) e a Lituânia (-9,5%). Ou seja, no caso da Grécia e de Portugal, também os que registaram as dívidas públicas mais elevadas, respectivamente de 127,1% e de 83,0% do PIB, isto é, a riqueza anual produzida na Grécia já não chegava para pagar a sua dívida e em Portugal já traduzia mais de 80% da mesma. A Irlanda tinha, em 2009, uma dívida que absorvia 65,6% do PIB e a Espanha

---

<sup>117</sup> - Os membros da Zona Euro até 1 de Janeiro de 2011, eram: Portugal, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Irlanda, Grécia, Espanha, Chipre, Luxemburgo, Malta, Holanda, Finlândia, Eslovénia, Eslováquia e Áustria. A 1 de Janeiro de 2011 aderiu a Estónia, pelo que os valores em causa só abrangem 16 países da Zona Euro.

<sup>118</sup> - EUROPEIA, Comissão, Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>119</sup> - Ibidem.

<sup>120</sup> - BCE – Relatório Anual de 2010.

<sup>121</sup> - Ibidem.

<sup>122</sup> - Valores calculados por Ana Isabel Travassos com base nos dados fornecidos pelo *European Economic Forecast – Spring 2011*, da Comissão Europeia. Vide Anexos.

<sup>123</sup> - Este valor respeita apenas ao período 1995/2000, pois para os anos anteriores não há dados disponibilizados pela UE.

53,3%, sendo ultrapassados por países como a Alemanha (73,5% do PIB), a França (78,3%), a Bélgica (96,2%) e a Itália (116,1%)<sup>124</sup>. Neste ano, 12 Estados membros desrespeitaram o tecto estabelecido no protocolo anexo ao Tratado da UE, de que a sua dívida pública nacional não podia superar os 60% do PIB: “as altas partes contratantes, desejando fixar as modalidades do procedimento relativo aos défices excessivos (...) acordam (...) que os valores de referência são (...) 60% para a relação entre a dívida pública e o produto interno bruto a preços de mercado”<sup>125</sup>.

Em 2009, o desemprego na União começou também a denotar sérios sinais da crise económica, atingindo, em média, os 9,0% (10,1% considerando apenas os Estados membros da Zona Euro), depois de nos três anos anteriores ter sido da ordem dos 7,5% (8,3% na Zona Euro).

Até a inflação acusou a crise, embora o grande objectivo da UEM seja a estabilidade dos preços<sup>126</sup>, e países como Portugal, Grécia, Irlanda, Bélgica, França, Holanda e Áustria apresentaram mesmo situações de deflação<sup>127</sup> e outros como a Letónia, Lituânia, Hungria e Roménia ultrapassaram muito o limite dos 2,0% na variação anual dos preços imposta pelo BCE. Como refere o Conselho de Governadores do BCE: “a estabilidade dos preços é definida como um aumento anual no Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HICP) na Zona Euro abaixo dos 2,0%”<sup>128</sup>; ou como sublinha António da Silva Ferraz: “o TUE determina duas regras básicas para o BCE e a sua política monetária: a estabilidade dos preços e a independência do BCE. A estabilidade dos preços, como regra prioritária, significa que o principal objectivo do BCE é prosseguir uma inflação baixa e estável (...)”<sup>129</sup>.

---

<sup>124</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>125</sup> - *Protocolo anexo ao Tratado da UE*. In JO C 115/279, de 09-05-2008, e PITTA e CUNHA, Paulo – *Tratado de Lisboa*. Lisboa: Edição de Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, 2008.

<sup>126</sup> - *Tratado sobre o Funcionamento da UE, com as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa*. Artigo 119º, nº 2: “(...) essa acção [dos Estados-membros] implica a (...) condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços (...)”. Vide ainda Artigo 127º, nº1: “o objectivo primordial do sistema europeu de bancos centrais (...) é a manutenção da estabilidade dos preços. (...)”; Artigo 282º, nº2: “(...) O objectivo primordial do SEBC é a manutenção da estabilidade dos preços (...)”.

<sup>127</sup> - Deflação significa descida do nível geral dos preços no consumidor, sendo um conceito oposto ao de inflação que traduz aumento global de preços. Economicamente, deflação é uma taxa de inflação negativa e está associada a situações de crise/depressão económica. Vide Anexos.

<sup>128</sup> - BCE – *Políticas Monetárias*. [Consultado em: 13-06-2011]. Disponível em: [www.ecb.europa.eu](http://www.ecb.europa.eu).

<sup>129</sup> - FERRAZ, António Mendes da Silva – “Área monetária óptima e política monetária na Zona Euro: Duas questões em debate”. In *NIPE Working Papers*. Séries 5, 2000, p 5.

Em 2010, a situação económica manteve-se instável na UE e na Zona Euro, a avaliar pela evolução do PIB, do défice e da dívida públicas. Se o PIB retomou, nesse ano, a sua trajectória de crescimento (1,8% tanto no conjunto dos 27 Estados membros, como na Zona Euro e 1,3% nos 11 fora do Euro), o défice permaneceu à volta dos 6,0% e a dívida subiu mesmo para os 80%<sup>130</sup>. De novo, foram a Grécia (-4,5%) e a Irlanda (-1,0%) que registaram os maiores recuos na produção, a que se juntou a Roménia. A Alemanha, o Luxemburgo, Malta, Finlândia, Suécia, Polónia e Eslováquia cresceram mesmo acima dos 3,0%. De entre os 27 Estados membros da UE, apenas cinco revelaram decréscimos nas respectivas produções nacionais em 2010, dos quais três pertencentes à Zona Euro: Irlanda, Grécia e Espanha, a que se juntaram a Roménia e a Lituânia<sup>131</sup>.

Também, em 2010, o défice público piorou na Irlanda (de -15,0% no ano anterior subiu para -32,4%) e manteve-se elevado em Portugal (-9,1%), Espanha (-9,2%), Grécia (-10,5%) e Reino Unido (-10,4%)<sup>132</sup>. Dentro do limite de 3,0% do PIB, imposto pelo Tratado da UE<sup>133</sup>, apenas se situaram a Suécia, a Dinamarca, a Alemanha, a Estónia, o Luxemburgo e a Finlândia.

Ainda em 2010, a dívida pública aumentou em todos os Estados membros, com excepção da Estónia, mas muito particularmente na Irlanda (+30,2 pontos percentuais), Grécia (+15,7 pontos percentuais), Portugal (+10,0 pontos percentuais) e Reino Unido (+10,4 pontos percentuais)<sup>134</sup>. Neste ano, os 12 Estados membros que não cumpriram a regra relativa à sua dívida pública foram os mesmos do que em 2009.

Como conclui o Relatório Anual do BCE, relativo a 2010 e publicado em Maio de 2011, “em última análise, em 2010, quase todos os países da Área do Euro registaram um défice superior ao valor de referência de 3% do PIB. No final de 2010, 15 países da Área do Euro estavam sujeitos a um procedimento relativo aos défices

---

<sup>130</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>131</sup> - Ibidem.

<sup>132</sup> - Ibidem.

<sup>133</sup> - *Protocolo Anexo ao Tratado de Lisboa sobre o procedimento relativo aos défices excessivos*. Artigo 1º: “os valores de referência a que se refere o n.º 2 do Artigo 126º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia são: 3% para a redução entre o défice orçamental programado ou verificado e o produto interno bruto a preços de mercado (...)”. O Artigo 126º refere, por seu lado, “os Estados membros devem evitar défices orçamentais excessivos (...) os valores de referência [para o défice e dívida pública] encontram-se especificados no protocolo relativo ao procedimento aplicável em caso de défice excessivo, anexo aos Tratados (...)”.

<sup>134</sup> - Valores calculados com base nos dados fornecidos pelo *European Economic Forecast – Spring 2011*, da Comissão Europeia. Vide Anexos.

excessivos, com prazos de redução dos rácios do défice para um valor inferior ao valor de referência de 3% do PIB a oscilar entre 2011 e 2015”. Por seu lado, acrescenta o documento, também “o rácio da dívida pública da área do euro aumentou de novo de forma considerável em 2010 (...)”.

Para 2011, as previsões da Comissão Europeia apontam para uma intensificação da dívida na Bélgica, mas muito ligeira, na Grécia (de 14,9 pontos percentuais, chegando aos 160% do PIB), em Portugal (7,7 pontos percentuais, subindo para 101,7% do PIB), na Irlanda (+15,8 pontos percentuais, fixando-se em 112% do PIB), em Espanha (+8,0 pontos percentuais, absorvendo 78% da produção nacional), em França (+3,0 pontos percentuais, sendo de 84,7% do PIB), em Itália (+1,3 pontos percentuais e 120,3% do PIB), no Chipre (+1,5 pontos percentuais e 62,3% do PIB), na Holanda (+1,2 pontos percentuais, representando 63,9% do produção interna), na Áustria (+1,5 pontos percentuais e 73,8% do PIB) e no Reino Unido (+4,2% pontos percentuais face a 2009, que equivaleram a 84,2% do produto nacional)<sup>135</sup>. Em termos globais, a dívida conjunta dos 27 Estados da UE deverá perfazer, este ano, 82,3% do rendimento da Europa comunitária, contribuindo para este aumento de 2,1 pontos percentuais 14 Estados membros com a respectiva dívida pública acima dos 60% determinados pela UEM. Na Zona Euro, a dívida pública média dos 17 Estados membros deverá ser equivalente a 87,7% do seu rendimento conjunto, com 12 países a responderem pelo acréscimo de 2,3 pontos percentuais face a 2010, como reflexo, em grande parte, da redução do défice para 3,8% na Zona Euro<sup>136</sup>.

O PIB deverá apresentar um aumento de 1,8% na União e de 1,6% restringindo a análise à Zona Euro<sup>137</sup>, traduzindo, em ambas, uma progressão lenta, mas constante, de aproximação aos valores anteriores à crise.

Para 2012, a Comissão prevê<sup>138</sup> a continuação da redução dos défices orçamentais em quase todos os países comunitários, com excepção da Bélgica e da Estónia, e, assim, a sua aproximação ao tecto de 3,0% do PIB estabelecido no Tratado. A dívida pública ainda deverá aumentar tanto na UE como na Zona Euro, mas de modo

---

<sup>135</sup> - Ibidem.

<sup>136</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>137</sup> - Ibidem.

<sup>138</sup> - Ibidem.

menos intenso, fixando-se, respectivamente, em 83,3% do PIB (+1,0 pontos percentuais face ao ano anterior) e em 88,5% (+0,8 pontos percentuais)<sup>139</sup>.

Já a riqueza deverá sofrer um acréscimo homólogo de 1,9% na UE e de 1,8% na Zona Euro, graças ao dinamismo esperado nas economias da Alemanha, Estónia, Chipre, Luxemburgo, Finlândia, República Checa, Malta, Letónia, Lituânia, Bulgária, Eslováquia e Eslovénia, todas com crescimentos acima dos 2,0%<sup>140</sup>. Apenas para Portugal se perspectiva um decréscimo da produção.

A taxa de inflação também respeitará, tanto na UE a 27, como na Área Euro, o objectivo de 2,0% e o desemprego embora ainda nos 9,0%, em ambas as zonas, traduzirá uma diminuição face aos anos anteriores. Em síntese, em 2012, a economia europeia já dará sinais de um equilíbrio sustentado<sup>141</sup>, apesar do aumento previsto para a dívida, que se deve unicamente à necessidade de contenção do défice<sup>142</sup>.

### **III.2.1.2 - Em Portugal**

Se, em Portugal, a economia estagnou em 2008, em 2009 recuou mesmo 2,5%, de acordo com os dados da Comissão Europeia<sup>143</sup>, revelando apesar de tudo um comportamento mais favorável do que no conjunto da União Europeia (-4,2%). Porém, o défice aumentou muito mais do que em média na UE, fixando-se em 10,1% do PIB (-3,5% em 2008), o mesmo sucedendo com a dívida pública que disparou para os 83% do PIB (71,6% em 2008)<sup>144</sup>. A taxa de desemprego também cresceu significativamente e ultrapassou a média da UE (9,6% da população activa em 2009 e 7,7% em 2008), o défice externo subiu para 9,7% do PIB (-0,5% do PIB na Zona Euro e -1,2% do PIB na

---

<sup>139</sup> - Ibidem.

<sup>140</sup> - Ibidem.

<sup>141</sup> - Um equilíbrio sustentado, pois: o défice público global continua a diminuir; a dívida conjunta já aumenta menos do que em 2011; o PIB cresce ligeiramente mais do que em 2011; a taxa de inflação desce para valores inferiores a 2,0% (em 2011 tinha sido na UE de 2,5%) e o desemprego mantém a sua tendência descendente (10,0% e 9,5% da população activa em 2011 e respectivamente na Zona Euro e na UE e 9,7% e 9,1% em 2012). Vide Anexos.

<sup>142</sup> - Note-se que, o défice e a dívida são duas variáveis económicas opostas.

<sup>143</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>144</sup> - Ibidem.

UE) e instalou-se a deflação, com os preços a descerem mesmo para valores negativos (-2,5% no seu conjunto)<sup>145</sup>.

Em 2010, a conjuntura ainda piorou, na sua globalidade, apesar de todas as tentativas do governo português para recuperar a economia, inscritas no Orçamento de Estado e no PEC 2010-2013<sup>146</sup>, e comprovando que “a crise económica global atingiu severamente a economia portuguesa”, como afirma o Relatório do FMI<sup>147</sup>.

Em 2010, a produção nacional cresceu 1,3%, mas sobretudo à custa das exportações - “Em 2010 (...), em termos reais, as exportações cresceram significativamente na Irlanda, Portugal e especialmente em Espanha (...)”, refere o Relatório do FMI da Primavera de 2011<sup>148</sup> - e das despesas do Estado, como se constata pelos valores relativos ao défice (9,1% do PIB) e à dívida pública (93% do PIB, traduzindo um acréscimo de dez pontos percentuais face a 2009)<sup>149</sup>. O desemprego continuou a subir, fixando-se em 11,0% e contrariando a tendência de decréscimo verificada na UE, o rendimento per capita da população desceu para 57 euros, ficando muito aquém da média da Zona Euro (97,6 euros) e mesmo do valor da Grécia (71,5 euros), da Irlanda (120,8 euros) e da Espanha (81,0 euros) e a inflação fixou-se em 1,6%, tratando-se da única variável a respeitar os critérios de equilíbrio económico impostos pela UE<sup>150</sup>.

Para 2011, prevê-se que o rendimento nacional recue 2,2% em termos homólogos, entrando, de novo, a economia nacional em recessão<sup>151</sup>, a qual se manterá

---

<sup>145</sup> - Ibidem.

<sup>146</sup> - LISBOA, Ministério das Finanças e Administração Pública. Disponível em: [www.min-financas.pt](http://www.min-financas.pt).

<sup>147</sup> - FMI – *Regional Economic Outlook: Europe; building confidence*. Washington DC: Edição International Monetary Fund. Outubro 2010. ISBN 978-1-58906-951-0. Disponível também em [www.imf.org](http://www.imf.org).

<sup>148</sup> - FMI – *World Economic Outlook. Tensions from the Two Speed Recovery: Unemployment, Commodities, and Capital Flows*. Washington DC: Edição International Monetary Fund, Abril 2011. P 87. ISBN 978-1-61635-059-8. Disponível também em: [www.imf.org](http://www.imf.org).

<sup>149</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>150</sup> - Ibidem.

<sup>151</sup> - Economicamente, e de um modo simplista, recessão significa taxas de crescimento negativas do PIB. Recessão = Depressão, sendo caracterizada “por desemprego elevado, baixos níveis de produção e investimento, reduzida confiança empresarial, descida de preços e numerosas falências de empresas. (...)”. In SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William – *Economia*. 16ª Edição. Lisboa: Editado por MacGraw Hill de Portugal, 1998. P 748. ISBN 972-8298-83-8.

Vide OCDE – *Portugal – Resumo das projecções económicas*. [Consultado em: 26-05-2011]. Disponível em: [www.oecd.org/document](http://www.oecd.org/document). “A actividade económica deve continuar a contrair-se em 2011 e na maior parte do não de 2012, em consequência da implementação do esforço de equilíbrio orçamental e desendividamento. (...) Destaque-se, por outro lado, a prossecução do aumento do desemprego”.

em 2012, ano em que é esperada uma diminuição do PIB de 1,8%<sup>152</sup>. Esta recessão atribui-se à obrigatoriedade de cumprir o critério da taxa de 3,0% do PIB ou menos para o défice orçamental<sup>153</sup>, que responde também pelos aumentos previstos para a dívida do Estado<sup>154</sup> de 8,7 pontos percentuais em 2011, chegando aos 101,7% do PIB, e de 5,7 pontos percentuais em 2012, perfazendo 107,4% do PIB<sup>155</sup>.

A recessão da economia portuguesa tem expressão ainda no desemprego, que deverá aumentar para os 12,3% em 2011 e para os 13% em 2012<sup>156</sup>; na inflação (3,4% e 2,0%, respectivamente em 2011 e 2012)<sup>157</sup> e, inclusive, no rendimento per capita que, nestes dois anos, deverá registar uma tendência decrescente, afastando-se ainda mais da média da UE (previstos 54,8 euros para 2011 e 52,9 euros para 2012)<sup>158</sup>.

Portugal evoluirá assim, em 2011 e 2012, em sentido contrário ao da UE e mesmo ao da Irlanda e ao da Grécia, os outros dois Estados membros da Zona Euro que beneficiam da ajuda financeira externa da UE e do FMI<sup>159</sup>, e que deverão apresentar, finalmente, acréscimos das respectivas produções. O primeiro destes dois países já deverá registar um acréscimo do seu PIB em 2011 (+0,6% segundo as previsões da Comissão Europeia) e o segundo em 2012 (-3,5% em 2011 mas 1,1% em 2012), pelo que Portugal será o único Estado membro da UE com crescimento negativo no próximo ano, ou seja em recessão<sup>160</sup>. Para 2016, as projecções do FMI<sup>161</sup> apontam para um

---

<sup>152</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>153</sup> - LOPES, Silva. In *Visão*, Lisboa, 07-10-2010: “(...) quanto mais apertarmos o défice, mais o PIB cai, e mais o défice aumenta (...)”.

<sup>154</sup> - SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William - *Economia*. 16ª Edição. Lisboa: Editado por MacGraw Hill de Portugal, 1998. P 645-652. ISBN 972-8298-83-8: “Quando existe um défice orçamental, o governo tem de pedir emprestado no mercado (...)”, pelo que défices orçamentais acumulados significam o recurso a dívida cada vez mais elevada, para pagar a amortização e os juros das anteriores.

Vide FMI – *Perspectivas de Economia Mundial*, Abril 2011, Capítulo 1, (p 9): “A melhoria orçamental (...) aumentou a dívida pública (...)”.

<sup>155</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos.

<sup>156</sup> - Ibidem.

<sup>157</sup> - Em período de recessão, a taxa de inflação tende a ser mais baixa, como visto em nota 36. A perspectiva de aumento deve-se apenas à subida das taxas de IVA e não a uma maior procura.

<sup>158</sup> - EUROPEIA, Comissão - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu). Vide Anexos

<sup>159</sup> - A Grécia foi o primeiro destes três países a solicitar ajuda externa em Abril de 2009, seguindo-se a Irlanda em 2010 e Portugal em Maio de 2011.

<sup>160</sup> - As últimas previsões da OCDE vão no mesmo sentido, ou seja, Portugal será o único país desta organização em recessão em 2012: -1,5% para o PIB (vide anexos), o que é explicado pelo aumento dos esforços de equilíbrio orçamental e de desendividamento. “o processo de redução do défice das finanças públicas está em marcha e prosseguirá no quadro do programa de assistência financeiro firmado com a UE e o FMI”, refere o Boletim Económico da OCDE de Maio de 2011, que aponta para um crescimento do PIB mundial de 4,2% em 2011 e de 4,6% em 2012, para o conjunto dos países da OCDE de 2,3% e de



crescimento da economia portuguesa de 1,2%, aquém dos previstos para a Zona Euro, a União a 27, a Grécia e a Irlanda<sup>162</sup>.

A avaliar pela evolução recente da economia portuguesa e pelas previsões apontadas para os próximos anos, Portugal é não só, a par com a Grécia e a Irlanda, um dos países da Zona Euro e mesmo da UE mais afectado pela crise económico-financeira mundial, mas também o que apresenta maiores dificuldades em superá-la, facto que se atribui muito à debilidade estrutural da própria economia portuguesa, mas cujo âmbito de análise extravasa este trabalho. Como explica João César das Neves: “nós temos um problema grave de dívida pública, mas há países da Europa que têm muito mais dívida do que nós. O nosso problema mais grave é o da dívida externa total. A dívida pública portuguesa anda à volta dos 90% do PIB e 2/3 desta é externa. Mas a dívida externa total de Portugal anda pelos 230% do PIB. A maior parte da nossa dívida externa é privada, é uma dívida de empresas e de particulares. Porque não se chama, então, a atenção para esta dívida? Porque, no fundo, esta traduz milhares de pequenas dívidas, algumas delas sustentáveis e o endividamento no sector privado já começou a estancar; o problema é que, no sector público, a dívida é de uma única pessoa e não é o Estado que a vai pagar, somos todos nós. O problema nunca é a dimensão da dívida, nem sequer o pagamento dessa dívida. O único problema que existe é o do pagamento dos juros e a dúvida que os nossos credores têm é que nós sejamos capazes de pagar os juros”, tendo em conta “a situação económica portuguesa, de falta de crescimento, de estagnação da economia, e o facto da nossa dívida pública estar a aumentar em cerca de 40 milhões por dia”<sup>163</sup>. E este endividamento crescente é, em boa parte, “causado pelo facto de estarmos dentro da Zona Euro”, pois países como Portugal e a Grécia não souberem viver dentro do Euro, argumenta João César das Neves, que defende que “temos de aprender a viver dentro do Euro” e acabar com “essa situação irresponsável de estar dentro do euro, violando as regras alegremente”, tendo mesmo sido “o primeiro país a violar o PEC e violamo-lo todos os anos desde 2001”<sup>164</sup>.

---

2,8%, respectivamente em 2011 e 2012, e de 2,0% em ambos os anos na Zona Euro. Disponível em [www.oecd.org](http://www.oecd.org).

<sup>161</sup> - FMI – *World Economic Outlook. Tensions from the Two Speed Recovery: Unemployment, Commodities, and Capital Flows*. Washington DC: Edição International Monetary Fund, Abril 2011. P 87. ISBN 978-1-61635-059-8. Disponível também em: [www.imf.org](http://www.imf.org).

<sup>162</sup> - Vide Anexos.

<sup>163</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>164</sup> - Ibidem.

Do mesmo modo, Sarsfield Cabral considera que Portugal, incluindo não só o Estado, mas as empresas e famílias, “não interiorizou as regras, as exigências de estar na Zona Euro”, achando que podia “recorrer a empréstimos para tudo e mais alguma coisa (...) e que não havia problema com o défice externo porque estávamos na União Monetária”<sup>165</sup>.

Já João Ferreira do Amaral enfatiza que: “se o nosso problema fosse só o défice público, eu não estaria tão convencido de que deveríamos sair da Zona Euro, mas o problema não é esse; o nosso problema básico é o défice externo, as contas externas, e pertencer à Zona Euro fez-nos perder o instrumento eficaz de combate ao défice externo que é a desvalorização cambial. Por isso, eu acho que não temos condições de permanecer na Zona Euro, porque não podemos desvalorizar a moeda e, pelo contrário, o euro tem de ser uma moeda forte. Cada vez que se valorizam mais as nossas exportações, agrava-se mais o défice externo. (...) O grau de desequilíbrio que existe hoje na economia portuguesa é tal que a Zona Euro não nos dá margem para nos podermos equilibrar e, portanto, há dois cenários: ou saímos da Zona Euro, ou a Zona Euro reformula-se totalmente. (...) Agora, não restam dúvidas: não podemos estar como estamos (...)”<sup>166</sup>.

### **III.2.1.3 – União Monetária dificulta recuperação**

Se é certo que as muitas e profundas dificuldades económicas que Portugal hoje atravessa têm, sobretudo, origem em deficiências internas, causadas ou não, agudizadas ou não, pelo Euro<sup>167</sup>, também se pode argumentar, do ponto de vista económico, que a falta de autonomia do País em matéria de política monetária e cambial, resultante do facto de pertencer à Zona Euro limita a sua mais rápida e fácil recuperação económica. Como explica o economista chefe do FMI, Olivier Blanchard, “a adaptação é mais fácil

---

<sup>165</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>166</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

<sup>167</sup> - Pedro Lains é da opinião de que: “O impacto da crise em países da periferia da Europa não está directamente associada ao estar ou não estar no Euro”, enquanto Sarsfield Cabral atribui algumas responsabilidades da actual crise profunda portuguesa ao facto de estarmos na Zona Euro: “Nós entramos no Euro a uma taxa de câmbio demasiado elevado, mas queríamos tanto entrar (...). Ficámos um bocadinho anestesiados por entrarmos no Euro. Achámos que estávamos ricos e que podíamos gastar como ricos; só que tínhamos uma produtividade de pobres. Houve incúria da parte de Portugal”. In entrevistas a Ana Isabel Travassos. Op. Cit.

para os países que podem desvalorizar a moeda”<sup>168</sup>, o que não é o caso de Portugal ou dos outros 16 Estados que fazem parte da Zona Euro. Também para João Ferreira do Amaral, os Estados da Zona Euro, “deixaram de poder recorrer à emissão monetária para cumprir as suas obrigações e isto é um dos aspectos mais negativos da Zona Euro, porque os Estados ficam na mão dos mercados financeiros (...). Hoje em dia, se o Estado não tiver dinheiro tem que o pagar mais caro, ou simplesmente entra na bancarrota. (...) Emitir dinheiro é bom, quando há uma crise complexa. (...) Pertencer à Zona Euro tem outra grande implicação: fazer perder o instrumento eficaz de combate ao défice externo, que é a desvalorização cambial”<sup>169</sup>. Ferreira do Amaral vai mesmo mais longe, afirmando que o facto de Portugal estar na Zona Euro, agravou, “sem dúvida nenhuma” a crise. “Nós teríamos uma crise deste tipo, de financiamento, mesmo sem ser mundial, porque estávamos, pelo menos desde 2005, sucessivamente a endividarmo-nos e, portanto, era uma questão de tempo até atingir os níveis de endividamento em que deixassem de nos emprestar dinheiro. O facto de estarmos na Zona Euro não nos protegeu de nada, antes, desprotegeu a nossa economia muito mais, pois deixámos de ter os instrumentos essenciais de política cambial e numa altura em que o euro se reforçava cada vez mais. Como é que uma economia como a nossa aguentava isto?”<sup>170</sup>

Francisco Sarsfield Cabral lembra que, “já tivemos a intervenção do FMI duas vezes antes da actual (em 1978 e em 1983) mas, agora, o facto de não podermos desvalorizar a moeda é um travão, é um obstáculo complicado”<sup>171</sup>.

Já António Mendes da Silva Ferraz considera, inclusive, que um dos custos da União Monetária é “o problema com que os países membros da UEM podem ser confrontados na ausência do instrumento da taxa de câmbio, no caso do advento de “Choques Agregados” nacionais (...), dado que as autoridades nacionais perdem a sua independência monetária”<sup>172</sup>. O próprio FMI sublinha, no seu relatório de Abril de 2011, que “os desequilíbrios pronunciados dos saldos correntes e orçamentais comprometem a recuperação dos países da Europa mais pequenos (...). E se alguns

---

<sup>168</sup> - In jornal “Diário Económico” de 23-02-010, citando a entrevista concedida ao jornal italiano La Repubblica.

Vide que a desvalorização da moeda é um instrumento de política monetária.

<sup>169</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos em 02-06-2011. Vide Anexos.

<sup>170</sup> - Ibidem.

<sup>171</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>172</sup> - FERRAZ, António Mendes Silva – “Área Monetária óptima e política monetária na Zona Euro: duas questões em debate”. In *NIPE Working Paper*. Universidade do Minho, Série 5, 2000, p 27.

desequilíbrios das contas externas correntes foram corrigidos em muitos países emergentes, eles permanecem consideráveis (e difíceis de corrigir) num número de países da Zona Euro que não podem recorrer à depreciação monetária para relançar a sua competitividade”<sup>173</sup>. Por seu lado, Paulo de Pitta e Cunha, no seu livro “a Integração Europeia no dobrar do século”, afirma que: “os países que compõem uma zona de moeda única perdem a autonomia na condução de certas políticas económicas, sobretudo as políticas monetárias e cambiais. (...) Com a moeda única, estas armas desaparecem, deixam de existir na posse de cada país, sendo assumidas globalmente a nível da União (...). Isso pode criar dificuldade aos países periféricos, aos países mais pequenos, que deixaram de dispor dos instrumentos, que dantes possuíam, para equilibrar a sua posição em relação ao exterior”<sup>174</sup>. Também João César das Neves considera que, se Portugal não estivesse na Zona Euro, teria “suportado um custo bastante maior em 2009 por ter uma moeda que mais ninguém tem (...), mas também, provavelmente, haveria um ajustamento mais rápido (...)”. Lembra, no entanto, que esta maior celeridade na recuperação económica, via desvalorização, pode significar apenas uma melhoria temporária da economia: “as desvalorizações não resolvem a questão. Quando nós desvalorizamos, falsificamos os dados, pois parece que estamos a vender melhor, mas não estamos; estamos simplesmente a alterar a unidade de medida de valor, que é a moeda e isso faz com que as empresas não se ajustem”, o que é importante quando os problemas de uma economia têm a ver com a sua estrutura produtiva. E “esse benefício de desvalorizar, como não foi feito nada na estrutura [produtiva] dura algum tempo e, no final desse tempo, voltamos a ter de desvalorizar outra vez”, explica César das Neves que, em consequência, revela algumas hesitações quanto à saída de Portugal da Zona Euro<sup>175</sup>.

A UEM é assim ‘acusada’ de impossibilitar, pelo menos, a rápida recuperação económica, seja por impedir aos países a emissão ou retracção da moeda, seja por lhes bloquear a flexibilização das taxas de câmbio e das taxas de juro<sup>176</sup> que poderiam levar

---

<sup>173</sup> - FMI – *World Economic Outlook. Tensions from the Two Speed Recovery: Unemployment, Commodities, and Capital Flows*. Washington DC: Edição International Monetary Fund, Abril 2011. P 87. ISBN 978-1-61635-059-8. Disponível também em: [www.imf.org](http://www.imf.org).

<sup>174</sup> - PITTA e CUNHA, Paulo – *A integração europeia no dobrar do século*. Coimbra: Edição Almedina, 2003. P 46.

<sup>175</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-06-2011. Vide Anexos.

<sup>176</sup> - A terceira fase da UEM, iniciada em 1 de Janeiro de 1999, veio introduzir a moeda única – o euro – e criar políticas monetária e cambial únicas, retirando assim a autonomia nacional nestas matérias e impedindo o recurso aos instrumentos destas políticas, como a emissão e flexibilização da moeda e a

a aumentos das exportações e do investimento e, conseqüentemente, a acréscimos do PIB<sup>177</sup>. É que, como refere Rui Rodrigues Alves, a integração monetária, com “a criação da moeda única não se faz sem custos. Também do ponto de vista estritamente económico, os custos mais relevantes prendem-se com a redução da flexibilidade da política económica e com a possibilidade de emergência de desequilíbrio de objectivos macroeconómicos. O primeiro aspecto reporta à perda do instrumento de política monetária e cambial, ficando os Estados apenas com os instrumentos de política fiscal e orçamental para atender a situações de crise conjuntural, sendo que mesmo o seu uso acaba por ser fortemente restringido face aos critérios de participação na UEM e à necessidade de assegurar uma situação de equilíbrio (ou de excedente) orçamental no médio prazo como consequência do acordo traduzido no PEC. Os maiores problemas daqui decorrentes seriam, segundo alguns autores, mais significativamente sentidos em países com menores níveis de desenvolvimento económico (...)”<sup>178</sup>. Ou, como explica o Banco de Portugal, “numa união monetária existe uma única política monetária para os membros da união. Isto implica restrições na utilização dos instrumentos de política: a taxa de câmbio deve ser constante ao longo do tempo e a taxa de juro nominal deve ser idêntica entre países”, pelo que “existem custos associados a um regime de câmbios fixos, ou a uma união monetária, que resultam da perda de capacidade dos decisores de política utilizarem instrumentos monetários para política de estabilização”<sup>179</sup>.

A transferência destas duas políticas económicas - monetária e cambial - para o domínio comunitário, com a criação da UEM, e a respectiva perda de soberania nacional<sup>180</sup>, não só impede os Estados da União Monetária (Zona Euro), isoladamente e

---

variação livre das taxas de câmbio e das taxas de juro para corrigir desequilíbrios macroeconómicos existentes.

Vide ainda Tratado sobre o Funcionamento da UE, aditado pelo Tratado de Lisboa, Artigo 127º: “as atribuições fundamentais cometidas pelo SEBC são: a definição e execução da política monetária da União; a realização de operações cambiais (...)” e Artigo 282º “ (...) o Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais dos Estados membros cuja moeda seja o euro, que constituem o Eurosystem conduzem a política monetária da União”. A política fiscal permanece autónoma, embora os Estados tenham de cumprir regras de estabilidade ao abrigo PEC (critérios de convergência).

<sup>177</sup> - Vide  $PIB = C$  (Consumo) +  $I$  (Investimento Privado) +  $G$  (Gastos Públicos) +  $X$  (Exportações Líquidas). In SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William - *Economia*. 16ª Edição. Lisboa: Editado por MacGraw Hill de Portugal, 1998. ISBN 972-8298-83-8. P 395.

<sup>178</sup> - ALVES, Rui Henrique Ribeiro Rodrigues – “Da moeda única à união política”. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2000. [Consultado em: 10-06-2011]. Disponível em: [www.fep.up.pt/investigacao/working\\_papers/wp\\_99.pdf](http://www.fep.up.pt/investigacao/working_papers/wp_99.pdf).

<sup>179</sup> - ADÃO, Bernardino e CORREIA, Isabel e TELES, Pedro – “Custos de uma União Monetária”. In *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Outono 2006.

<sup>180</sup> - VENTURA, Daisy e ALQUIÉ, Philippe – “O euro e as relações exteriores da UE”. In *Revista brasileira de política internacional*. Brasília. Volume 41, nº1, 1998: “A gestão da política monetária, importante elemento de soberania nacional, foi transferido para o domínio comunitário (...)”.

em qualquer momento, de recorrerem a instrumentos monetários e cambiais para ultrapassarem os seus desequilíbrios macroeconómicos, mais ou menos intensos, mais ou menos temporários, e retomarem a sua expansão económica<sup>181</sup>, mas também entrega às instituições comunitárias, em boa parte, o ónus de resolverem ou de contribuírem para resolver as dificuldades económicas e financeiras que eventualmente possam ocorrer nos seus Estados membros<sup>182</sup>.

#### **III.2.1.4 – UE revela fragilidades e incapacidades**

Pese a impossibilidade dos Estados membros da Zona Euro de adoptarem medidas de carácter monetário e cambial para resolverem os seus actuais desequilíbrios económicos, as instituições comunitárias, detentoras dessas políticas, têm-se revelado incapazes de combater a crise. E o FMI é muito claro nas ‘culpas’ que atribui à União Europeia: “A crise mostrou os defeitos duráveis nas políticas implementadas pela UE nos domínios orçamental, estrutural e de estabilidade financeira. É preciso remediar isto para assegurar a estabilidade e o crescimento futuro da UE”<sup>183</sup>. Mais tarde, acrescenta que “a crise na Europa prolongou-se devido à integração incompleta do sistema financeiro e à falta de um mecanismo centralizado para lidar com ela”, e “(...) não foram implementados instrumentos efectivos para detectar e resolver os *cross border*

---

<sup>181</sup> - A crise na Argentina em 2002 é, segundo BATISTA, JR, Paulo Nogueira – “Argentina: uma crise paradigmática”. In *Estudos Avançado*. São Paulo. Volume 16, nº 44, 2002. ISSN 0103-4014: “uma ilustração dramática dos custos associados ao abandono da autonomia monetária e cambial” (recorde-se que a Argentina agregou a sua moeda ao dólar americano em 1991, com o peso argentino a ficar igual ao dólar em paridade). Se em tempo de grave crise, diz, uma economia “precisaria, normalmente, de uma desvalorização cambial substancial, capaz de contribuir para reactivar a economia deprimida (...), a Argentina foi obrigada a fazer o oposto, presa à camisa de força do currency board”.

Já FERRARIS, Andrés e CUNHA, André Moreira – “As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação”. In *Economia e Sociedade*. Campinas. Volume 17, nº 2 (33), 2008, p 47-80, afirmam que: “(...) a estratégia de estabilização monetária por meio da fixação do valor do peso em termos de dólares estadunienses e as reformas estruturais de carácter liberal estiveram na base da deterioração económica e social do país (...)”.

<sup>182</sup> - Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias – *Uma Moeda para a Europa: o caminho para o euro*. 2007. P 9. ISBN 92-79-04487-7. “As decisões em matéria de política monetária na Zona Euro podem ser tomadas apenas pelo conselho do BCE (...)”.

Vide ainda EUROPEIA, Comissão – *Plano de relançamento da economia europeia*. In COM (2008) 800 Final, de 26-11-2008, p 7: “na actual conjuntura [crise económica e financeira], a política monetária tem um papel fundamental a desempenhar” e “o Banco Central Europeu (BCE) (...) em conjunto com os restantes bancos centrais da UE, procedeu já a um a redução das taxas de juro (...)”.

<sup>183</sup> - FMI – “As perspectivas da economia mundial”. Outubro de 2010. p 79.

*risks*<sup>184</sup> ou mitigar os desequilíbrios com os *cross border financial flows*. Como resultado, quando a crise surgiu, as reacções foram sobretudo nacionais”<sup>185</sup>.

Já para João César das Neves: “A Europa tem responsabilidades. As taxas de juro andaram demasiado baixas e aí a culpa foi da Europa, mas também foi um problema generalizado do mundo inteiro. No fundo, esta crise financeira global foi causada por uma euforia que se manifestou a vários níveis e também a nível europeu; portanto, isto tudo aconteceu não apenas dentro da Europa e por razões internas, mas por razões envolventes, globais. Agora, é preciso dizer que estavam lá [na UE] montados os mecanismos para evitar que uma coisa destas acontecesse. Esses mecanismos são os pactos de estabilidade. Portanto, a UE tem culpa” e perdeu “credibilidade neste momento, depois de ter presidido, durante demasiado tempo, exactamente àquilo que ela agora vai tentar resolver”<sup>186</sup>.

Por seu lado, Pedro Lains considera que: “podia acontecer que sem o euro, o impacto desta crise na economia europeia e em particular o impacto da crise na integração europeia fosse mais grave do que tem sido até agora. (...) Nós ainda temos de esperar alguns anos para saber se a UE reagiu bem e a tempo à crise, para podermos comparar com as reacções anteriores; mas, até agora, a reacção da UE foi melhor do que a reacção a seguir à crise de 1973”. Pedro Lains já atribui, no entanto, responsabilidades ao governo alemão pela falta ou atraso na aplicação de algumas medidas de combate à crise: “o governo de Angela Merkel teve uma reacção não muito pró europeia relativamente à crise. Mas isso tem duas justificações: a primeira é que os governos da periferia da Zona Euro têm de facto de fazer qualquer coisa para recuperar e, depois, porque a Alemanha não está interessada neste momento na periferia, mas sim na Europa Central e a Europa Central funciona como a Alemanha, até porque são países com potencial exportador. De facto, nós poderíamos pensar que a UE procuraria soluções mais rápidas [para a crise], mas isso não aconteceu por causa da Alemanha”<sup>187</sup>.

A incapacidade revelada pela UE, pelo menos atempadamente, de reagir contra a crise económica e financeira que assolava e assola a Europa, sobretudo os Estados

---

<sup>184</sup> - Cross Border Risk é um termo financeiro que não tem tradução perfeita. Significa o risco de volatilidade do retorno de um investimento estrangeiro associado, por exemplo, a uma situação de crise num país. Do mesmo modo, o Cross Border Financial Flow é um termo especificamente financeiro e significa o intercâmbio de fluxos de capital.

<sup>185</sup> - FMI - ‘*Regional Economic Outlook Europe 2010*. Washington DC: Edição FMI, Maio de 2011. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org).

<sup>186</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>187</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

membros menos desenvolvidos (periféricos<sup>188</sup>), veio acentuar ainda mais as “perplexidades” contra as instituições comunitárias, bem como as fragilidades que tinham sido expostas com a rejeição do Tratado Constitucional em 2005<sup>189</sup>. A própria Comissão Europeia afirma na sua comunicação sobre a “supervisão financeira europeia”, que “a experiência da crise financeira veio expor importantes falhas na supervisão financeira, tanto em casos específicos quanto em relação ao sistema financeiro no seu todo. Os actuais mecanismos de supervisão foram incapazes de evitar, gerir ou resolver a crise. (...)”<sup>190</sup>.

O próprio presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, afirmava em Março de 2010<sup>191</sup>: “A crise revelou a existência de falhas profundas numa economia [europeia] já fragilizada pela globalização (...)”, ao que acrescentava em Junho desse mesmo ano: “a crise que atingiu a Zona Euro expôs divergências económicas profundas entre os Estados membros (...). Nestes momentos, surge a tentação de cada um por si, o que no plano institucional leva a que muitas vezes se ponha em causa o método comunitário e se tenda a privilegiar o intergovernamentalismo (...)”<sup>192</sup>.

É lógico que, do ponto vista político, o presidente da Comissão Europeia nunca poderia responsabilizar a União pela falta de respostas específicas e temporais das instituições comunitárias supranacionais à crise. Porém, esta foi evidente. Se a primeira reacção da UE à crise económica surgiu logo em Novembro de 2008<sup>193</sup>, com a apresentação de um plano de relançamento da economia europeia, este revelou-se, no entanto, desadequado. Os dois pilares em que assentava o plano e com os quais a Comissão pretendia combater, então, a crise que se instalava na Europa (e no mundo) e relançar a economia europeia – “injecção de poder de compra na economia destinada a fomentar a procura e a estimular a confiança”, e “orientar a acção de curto prazo com vista a reforçar a competitividade da Europa e longo prazo”, canalizando o

---

<sup>188</sup> - Alguns autores falam em crise nos países periféricos da UE para incluir Irlanda, são os designados PIIG = Portugal, Irlanda, Itália e Grécia, ou seja, aqueles que em termos da Zona Euro apresentam os maiores riscos económicos, com três deles já a beneficiaram do Fundo Europeu de Estabilização Financeira.

<sup>189</sup> - In “Portugal no futuro da Europa”, p 7 -15.

<sup>190</sup> - In COM(2009) 252 Final de 27-05-2009 da Comissão das Comunidades Europeias, sobre a Supervisão financeira europeia, que é uma das propostas da Comissão de combate à crise económico-financeira.

<sup>191</sup> - In apresentação da Estratégia Europa 2020, em Bruxelas.

<sup>192</sup> - Discurso proferido em Lisboa no colóquio sobre “Integração e democracia” a 11 de Junho de 2010, por ocasião das comemorações dos 25 anos da adesão de Portugal à UE (In Rapid, boletim da Representação Comissão Europeia em Portugal de 11-6-2010).

<sup>193</sup> - COM(2008) 800 final, Bruxelas 26-11-2008, sobre o Plano de Relançamento da Economia Europeia, comunicação da Comissão ao Conselho Europeu.



financiamento para os chamados investimentos inteligentes, como na eficiência energética – não tiveram efeitos práticos, logo porque as medidas necessárias à sua implementação, como a aprovação pelos Estados membros da criação de “um estímulo orçamental imediato ate 200 mil milhões de euros (1,5% do PIB), a fim de fomentar a procura”<sup>194</sup> não foram concretizadas. E se o objectivo da Comissão com este plano era conseguir travar a crise económica, ele não foi alcançado<sup>195</sup>, pois, na prática, verificou-se que o ano de 2009 foi bem pior para a Europa em termos económicos, pondo em evidência que os “pontos fortes da União Europeia – uma coordenação eficaz, enquadramentos credíveis proporcionados pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e pela Estratégia de Lisboa, bem como os benefícios de escala proporcionados pelo euro e pelo maior mercado interno do mundo”<sup>196</sup> – eram afinal débeis perante a dimensão da crise económica. A própria evolução das economias da UE comprovaram-no<sup>197</sup>.

Seguiram-se novas tentativas da UE para frear a crise, como expressam as diversas comunicações e propostas da Comissão ao Conselho Europeu<sup>198</sup>, sendo, entre elas, a Estratégia Europa 2020, apresentada publicamente no início de Março de 2010 pela Comissão Europeia, a mais importante e que alcançou maior relevo, pois foi conotada como ‘uma estratégia de saída credível da crise’<sup>199</sup>. Segundo Durão Barroso, o seu objectivo era mesmo “assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década”<sup>200</sup>, vindo suceder à Estratégia de Lisboa. Mas também, na sua essência, ela não apresentava soluções concretas e imediatas para resolver os graves

---

<sup>194</sup> - Ibidem.

<sup>195</sup> - “(...) Os meios à disposição dos governos, os instrumentos de que a União Europeia dispõe e a influência de uma coordenação inteligente constituem, no seu conjunto, uma importante força para travar a tendência no sentido da aceleração da recessão. Uma Europa capaz de tomar medidas rápidas, corajosas, ambiciosas e bem orientadas será uma Europa capaz de travar a desaceleração e começar a inverter a situação (...)”, in COM (2008)800, p 2.

<sup>196</sup> - In COM (2008)800, p 4.

<sup>197</sup> - Vide valores referidos anteriormente.

<sup>198</sup> - Em Fevereiro de 2009 sobre a supervisão financeira, em Março de 2009 sobre impulsionar a retoma europeia, em Maio de 2009 sobre a supervisão financeira europeia, em Março de 2010 a estratégia Europa 2010, em Julho de 2010 as recomendações do Conselho sobre política económica seguindo as directrizes da Estratégia 2020, em Maio de 2010 a comunicação da comissão sobre o reforço da coordenação de política económica.

Em termos de supervisão europeia e depois da Comissão reconhecer as fragilidades propõe a “criação de novas autoridades europeias de supervisão e, pela primeira vez, de um organismo a nível europeu encarregado da vigilância dos riscos do sistema financeiro no seu todo”, designado por “Conselho Europeu de risco sistémico (CERS). Ou seja, de um novo organismo.

<sup>199</sup> - In COM (2010) 250 Final. Comunicação da Comissão Europeia sobre a Europa 2020, a 03-03-2010. In COM (2010) 250 Final. Comunicação da CE sobre o reforço da coordenação da política económica, Bruxelas 12-05-2010: “A Estratégia Europa 2020 (...) tem de ser baseada numa estratégia de saída credível” da crise.

<sup>200</sup> - Ibidem.

problemas económicos dos Estados membros, como o do défice público e o aumento contínuo do desemprego<sup>201</sup>. Ela propunha ideias com alcance futuro, como “aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20 aos 64 anos; reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% relativamente aos níveis registados em 1990 (...); e aumentar para 3% do PIB da UE o investimento em I&D e inovação”, que iriam promover o crescimento sustentável e o emprego na “próxima década” e impedir ou limitar o reaparecimento de crises com a intensidade da actual. Como o FMI diz no seu Relatório de 2010 sobre a economia mundial: “o programa de acção em curso (Europa 2020) pode ser melhorado de muitas maneiras”<sup>202</sup>.

Também as medidas para a governação económica europeia, apresentadas pela Comissão a 29 de Setembro 2010 como de ‘resposta à crise’, vinham intensificar o controlo sobre as contas públicas dos Estados membros, impondo sanções aos incumpridores das metas definidas no Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia<sup>203</sup> (a prioridade, mais uma vez, e à semelhança no estipulado na maioria das propostas da Comissão de superação da crise, estava no equilíbrio das contas públicas), mas não resolviam as dificuldades a curto prazo, sobretudo daqueles países, como a Grécia, Irlanda e Portugal<sup>204</sup>, cujas economias não tinham cessado de se deteriorar, encontrando-se mesmo à beira da bancarrota. A Grécia<sup>205</sup>, inclusive, já beneficiava nesta altura, ao abrigo do fundo europeu de estabilidade financeira<sup>206</sup> de uma ajuda

---

<sup>201</sup> - Note-se que a Estratégia Europa 2020 foi retomar dois anos depois objectivos e medidas contidos já no Plano de Relançamento da Economia Europeia. Entre eles, contam-se: o maior apoio à inovação e economia do conhecimento em nome da competitividade, o aumento da eficiência energética

<sup>202</sup> - Op. Cit – “Relatório FMI 2010”. P 80.

<sup>203</sup> - Défice público deve estar abaixo dos 3% do PIB e dívida pública não deve ser superior a 60% do PIB.

<sup>204</sup> - A crise económica destes países não se resolvia apenas com o equilíbrio do défice e da dívida do Estado.

<sup>205</sup> - A Grécia solicitou ajuda financeira internacional a 23 de Abril de 2010; a Irlanda a 21 de Novembro de 2010 e no valor de 85 mil milhões de euros e Portugal a Abril de 2011 e no montante de 78 mil milhões de euros.

<sup>206</sup> - O Fundo Europeu de Estabilidade Financeira foi criado através do Regulamento (UE) nº 407/2010 do Conselho de 11 de Maio de 2011, sendo o seu objectivo “ajudar os Estados membros em dificuldades e preservar, deste modo, a estabilidade financeira da UE”. É que, “as dificuldades financeiras de um Estado membro podem constituir uma grave ameaça para a estabilidade financeira da União Europeia no seu todo”. Em 9 de Maio, e segundo o Relatório Anual do BCE de 2010, “os Estados-membros concordaram em estabelecer duas facilidades gerais de apoio financeiro aos países da UE com graves perturbações económicas ou financeiras. Primeiro, o Conselho ECOFIN adoptou um Regulamento que cria um mecanismo europeu de estabilização financeira (MEEF), o qual permite à Comissão Europeia obter até €60 mil milhões em nome da UE para a concessão de apoio financeiro aos Estados-membros da UE que se encontrem em dificuldades profundas ou sob grave ameaça de dificuldades devido a circunstâncias excepcionais que não possam controlar. Segundo, os Estados-membros da área do euro, numa base intergovernamental, criaram a European Financial Stability Facility (EFSF).

financeira internacional no valor de 110 mil milhões de euros até final de 2013, para conseguir equilibrar as suas contas públicas.

Como considera João Ferreira do Amaral: “o BCE até não reagiu mal; já quanto à Comissão Europeia, demorou muito tempo a reagir e só no final de 2008, quando já a crise estava avançada, é que sugeriu que as finanças públicas pudessem ser flexibilizadas para combater a crise. A Europa reagiu mal desse ponto de vista e ainda pior, quando, no ano passado, a prioridade foi para a austeridade a todo o custo na redução dos défices públicos”<sup>207</sup>.

Por sua vez, Francisco Sarsfield Cabral sublinha que: “o BCE tem seguido muito as políticas do Bundesbank e, por vezes, lançando taxas de juro que podem ser boas para a Alemanha, mas não para Portugal (...). A Zona Euro talvez nos tivesse protegido de alguma turbulência financeira, daquela confusão da crise financeira internacional, mas induziu a uma certa preguiça. Não fizemos as reformas que devíamos ter feito, não ligámos à competitividade... Se foi culpa do Euro? Em parte. O Euro teve falhas que agora são evidentes. Tenho que dar razão a muitas das críticas dos eurocépticos que foram contra a nossa entrada na Zona Euro (...)”<sup>208</sup>.

A falta de respostas por parte da UE à crise encontra diversas justificações, sendo uma delas a inexistência de uma união política. “Na ausência de mecanismos institucionais poderosos, todas as uniões monetárias têm por efeito destruir progressivamente as condições da sua própria existência”, refere o professor de economia política Wilhelm Hankel<sup>209</sup>. Já, para Philip Arestis, “a união política garante o sucesso da união monetária. (...) A união política parece ser um pré-requisito extremamente importante para a sobrevivência de uma união monetária. As uniões monetárias duram por algum tempo, mas algum dia devem-se tornar uma união política para sobreviver”<sup>210</sup>. Também nas opiniões de Jean Vitor Louis, de Sarsfield Cabral e de Rui Henrique Alves, os problemas agora evidenciados na Zona Euro reflectem a falta de uma união política ou de uma maior cooperação entre os Estados seja a nível político, seja económico. Para o primeiro: “A UEM nasceu antes da existência de uma união política. Pela primeira vez, os poderes político e monetário foram dissociados (...). Isto

---

<sup>207</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

<sup>208</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>209</sup> - HANKEL, Wilhelm - “Moeda Única, o debate interdito”. In *Geopolítica*. Universidade de Frankfurt. Primavera de 1996, p.86.

<sup>210</sup> - ARESTIS, Philip [et al] - “O euro e a UME: lições para o Mercosul”. In *Economia e Sociedade*. Campinas. Volume 12, nº1 (20), 2003, p 1-24.

é, sem dúvida, um elemento de fraqueza da construção europeia”<sup>211</sup>; enquanto para o segundo: “uma moeda única sem o contrapeso de poder político não funciona e isso está a pôr em causa o euro e pode levar a um retrocesso muito dramático na integração europeia”<sup>212</sup>. Já Rui Henrique Alves considera que: “ainda não se encontra suficientemente estabelecida uma inequívoca solidariedade entre os países participantes [ZE]” e esta é o “reflexo natural das debilidades do processo de integração política”. De seguida refere que: “(...) aquela que parece ser a razão da maior fragilidade da moeda única europeia: a existência de uma entidade única monetária sem a contrapartida de uma entidade política única (...)” e “enquanto se verifica, necessariamente, a unificação da política monetária e cambial (...), o mesmo não se passa relativamente às políticas fiscais e orçamentais, que continuam nas mãos das autoridades nacionais, ainda que restringidas pelas apertadas regras de convergência fiscal, pela necessidade de obtenção de uma situação de equilíbrio a médio prazo (PEC) e pela ideia de que *a política económica é uma questão de interesse comum, devendo ser coordenada no Conselho*. É sob este contexto que vêm sendo expressas sucessivas críticas ao enquadramento económico-institucional da UEM” que é determinado pela “clara falta de vontade e de liderança políticas nos anos recentes no espaço europeu”<sup>213</sup>.

Para Pedro Lains: “Nós hoje vemos, mas também na altura já muita gente via, que a criação do Euro é imperfeita e que, de certa maneira, foi precoce, se pensarmos que seria necessário criar uma moeda única com um determinado tipo de instituições que não foram criadas”. Pedro Lains vai mais longe, utilizando a “mesma interpretação” para explicar a adesão de Portugal à Zona Euro: “Portugal quando decidiu aderir ao SME e depois ao Euro, em 1992 e 1999, adere sem ter em atenção alguns dos riscos dessa adesão” mas é preciso também ter em conta o contexto da altura em que “não havia força política para fazer uma maior integração, não teria sido possível criar instituições federais nos anos 90, estava completamente fora de causa, não teria sido possível fazer o Euro de outra maneira”<sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> - LOUIS, Jean-Victor – “The institutional framework of economic policy coordination”. In Colóquio *Action Jean Monnet*. Bruxelas, Julho de 2000, citado por ALVES, Rui Henrique – “Da moeda única à união política”. Setembro de 2000. [Consultado em: 10-06-2011]. Disponível em: [www.fep.pt/docentes/rhalves/documentos](http://www.fep.pt/docentes/rhalves/documentos).

<sup>212</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>213</sup> - Op. Cit. – “Da moeda única à união política”.

<sup>214</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

Também Sarsfield Cabral considera que “há falhas no edifício do euro” e César das Neves vai mesmo à teoria da Zona Monetária Óptima de Mundell<sup>215</sup> para explicar alguns eventuais erros da criação do Euro<sup>216</sup>.

Sejam quais forem as justificações utilizadas (não têm relevo para o presente trabalho), a verdade é que, como se viu, a UE não foi capaz de responder à crise, sobretudo nos países periféricos da Europa, com alguns deles (Portugal, Grécia e Irlanda) a verem mesmo as suas economias deteriorarem-se mais, chegando ao ponto de pedirem ajuda financeira internacional e penalizando os respectivos Governos e as instituições comunitárias por esta situação.

### **II.2.2. – Notas Finais**

Os dados sobre a evolução da economia da UE e dos seus Estados membros, isoladamente, demonstram bem a dimensão da crise que atingiu a Europa, e que afectou principalmente os chamados países da periferia, como Portugal, Irlanda e Grécia, pertencentes à Zona Euro e sem autonomia em matéria de política monetária e cambial, que tiveram, inclusive, de pedir ajuda financeira externa.

A agudização da crise, nestes e noutros países, pode ser atribuída à ineficiência das próprias estruturas económicas internas, à falta de medidas eficazes por parte da UE<sup>217</sup>, que contribuíssem para que os Estados superassem mais facilmente as suas dificuldades, na ausência de domínio de políticas monetária e cambial, a ambos estes factores, ou ainda a falhas no próprio conceito de Zona Euro. A criação de uma união monetária na Europa, sem uma união política, sem o controlo da política fiscal e orçamental, sem a existência de mecanismos automáticos, como sucede em Estados federados (EUA), para reagir em situações de desequilíbrios económicos, é justificativo para o actual ‘falhanço’ da Zona Euro, traduzido nas graves crises de alguns Estados membros e na ausência da tomada de decisões eficazes de combate à crise por parte das instituições comunitárias.

---

<sup>215</sup> - A Zona Monetária Óptima equaciona diversas variáveis, entre elas custos e flexibilidade de mão-de-obra. António Mendonça, do ISEG, tem diversas obras sobre a matéria.

<sup>216</sup> - Vide Anexos, entrevistas.

<sup>217</sup> - Do que foi dito, pode inferir-se que a falta de uma união política e de uma maior coordenação económica entre os Estados membros que abranja os domínios orçamental e fiscal, limita o alcance da UEM.

No caso concreto de Portugal, há a questão de saber se o país, tendo em conta a sua estrutura económica na altura (finais da década de 90), deveria ou não ter feito parte logo do primeiro grupo de Estados aderentes à Zona Euro. Estudiosos como Pedro Lains e João César das Neves consideram que sim, pois não havia outra alternativa, mas já João Ferreira do Amaral é contrário a esta posição. Se é também questionável o facto do Euro ter permitido ou não atenuar alguns efeitos da crise em Portugal, certo é que a falta de autonomia em matéria de política monetária e cambial, transferida para o BCE, entrava a maior celeridade na resolução da crise nacional. Todos os entrevistados são unânimes nesta questão.

Também evidente é que nunca ao longo da história da integração europeia, desde a assinatura do Tratado de Roma em 1957, a UE se deparou, e muito menos pensava deparar-se,<sup>218</sup> com uma crise económica e financeira tão profunda, sobretudo nalguns Estados-membros também da Zona Euro, que pudesse revelar as suas fragilidades e ameaçar a sua própria estabilidade. Nunca, até hoje, estiveram reunidas tantas condições e tão propícias para originarem uma ruptura da Zona Euro e mesmo da União Europeia, com a possibilidade de saída de um dos seus Estados membros, como de Portugal.

### **III.3. – Vertente Política**

#### **III.3.1. - O descontentamento expresso nas eleições**

As eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em Junho de 2009, bem como as legislativas, regionais ou autárquicas efectuadas em 2009, 2010 e 2011 em muitos Estados membros da União Europeia, reflectiram o desagrado dos cidadãos da Europa perante a crise e a inércia das instituições comunitárias e dos seus governos. Em regra, os resultados indicaram um profundo desinteresse, com um aumento da abstenção, e uma viragem na tendência política em curso, com uma aproximação a partidos políticos mais eurocépticos. Os povos da Europa mostraram, nas eleições, o seu descontentamento com o rumo seguido nos seus países e na Europa. “As opiniões públicas revelam-se cada vez mais eurocépticas, (...) há um divórcio crescente da opinião pública europeia em relação ao projecto europeu (...)” e a comprová-lo está “a

---

<sup>218</sup> - Isto explica a inexistência de instrumentos de resposta à crise.

abstenção nas eleições directas para o Parlamento Europeu, que cresce de eleição em eleição (...) <sup>219</sup>”, considera Sarsfield Cabral.

Pedro Lains já não é totalmente desta opinião. O aumento da abstenção nas eleições não é sinónimo, para ele, de um menor apoio à UE ou ao euro e a comprová-lo está o facto de “os três partidos que assinaram o acordo com a Troika e que sinalizaram que iriam manter o país integrado e aberto, tiveram mais de 70% do eleitorado” <sup>220</sup>.

### **III.3.1.1. - Para o Parlamento Europeu**

Nas eleições para o Parlamento Europeu em Junho de 2009 (as últimas realizadas), o grande vencedor foi a abstenção, com 57% do eleitorado dos 27 Estados membros a não se deslocarem às urnas para votar (em 2004, a abstenção tinha sido de 54,53% <sup>221</sup>, facto que já tinha servido para o presidente da Comissão Europeia afirmar, em Bruxelas em Janeiro de 2005, que “uma proporção significativa da população europeia não está convencida de que a Europa esteja a ir pelo bom caminho. (...) O sentimento de indiferença para com a ideia da Europa é generalizado (...).” <sup>222</sup> e ao aumentar substancialmente a percentagem dos votos em partidos/grupos políticos mais adversos à UE (23,9% nas eleições de 2009 e 19,1% nas de 2004) <sup>223</sup>, a população da Europa mostrou ainda mais o seu profundo desinteresse na União Europeia em períodos de crise económica <sup>224</sup>.

Os resultados das eleições europeias de 2009 já eram, inclusive, esperados, tendo em conta as conclusões das sondagens efectuadas pelo Parlamento Europeu. Segundo as sondagens da Primavera de 2009 <sup>225</sup>, 53% dos inquiridos manifestavam

---

<sup>219</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>220</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

<sup>221</sup> - Em todos os Estados membros com excepção de nove – Dinamarca, Suécia, Áustria, Finlândia, Estónia, Letónia, Polónia, Eslováquia e Bulgária, houve maior abstenção nas eleições de 2009 face às de 2004, o que isto traduz que em 66,7 % dos países aumentou a abstenção. Vide Anexos.

<sup>222</sup> - In COM (2005)12, de 26-01-2005.

<sup>223</sup> - Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/parliament/archive/staticDisplay>. Vide Anexos.

<sup>224</sup> - Conforme refere FREIRE, André – “Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004”. In *Análise Social*. Volume XL (177), 2005, p 757-762 e p 815-846: “Nas eleições de segunda ordem [para o PE, autarquias e presidenciais em regimes semipresidencialistas] geralmente os eleitores participam menos”, como, inclusive, se pode ver com a comparação entre a percentagem de abstenção em Portugal para as eleições europeias e para as legislativas no mesmo ano; no entanto verifica-se que não só a percentagem de abstenção é muito elevada face às legislativas como aumentou significativamente de 2004 para 2009, revelando um ainda maior desinteresse.

<sup>225</sup> - Vide Eurobarómetro do Parlamento Europeu (EB Standard 71) de 27-03-2009.

desinteresse pelas eleições três meses antes da realização do acto eleitoral, e a maioria dava primazia, durante a campanha eleitoral, ao debate de temas directamente ligados com a repercussão da crise na sua vida quotidiana, como o desemprego, que recolhia 57% dos interesses dos inquiridos, em detrimento de temas globais de índole europeu, como a preservação do modelo social europeu, que recolhia apenas 11% de respostas, o euro com 13%, os poderes e as competências das instituições europeias, com 10%, ou a identidade e os valores europeus, que despertava interesse em somente 10% dos inquiridos. Simultaneamente, verificava-se um aumento da desconfiança dos europeus face ao euro (com 44% dos inquiridos nos 27 Estados membros a afirmarem que o euro não tinha atenuado a crise, contra 39% que consideravam que sim) e uma diminuição da confiança dos europeus nas instituições comunitárias à medida que o tempo passava e os efeitos da crise se agudizavam (45% dos inquiridos demonstravam ter confiança no Parlamento Europeu, contra os 51% dos resultados obtidos no anterior inquérito; 42% acreditavam na Comissão Europeia, ao invés dos anteriores 51%; e 39% no Banco Central Europeu, contra os 48% no inquérito de Outono de 2008)<sup>226</sup>.

Em Portugal, a abstenção nas eleições europeias de 2009 atingiu os 63,22%, enquanto nas de 2004 a percentagem tinha sido um pouco mais baixa, de 61,04%<sup>227</sup>, o que revela a indiferença dos portugueses face às questões comunitárias (em termos médios na UE, a abstenção foi mais baixa, como se viu acima), sobretudo em períodos de difíceis conjunturas económicas, que são muitas vezes aproveitados pelo eleitorado para manifestarem o seu descontentamento<sup>228</sup>. Com o afirma Filipe Nunes: “o sentido de voto nas chamadas eleições de segunda ordem<sup>229</sup>, aparentemente, depende muito

---

<sup>226</sup> - Ibidem. PE 37% não confiavam, contra antes 31%; CE 36% contra 30% e BCE 40% contra 30%.

<sup>227</sup> - Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: [www.cne.pt](http://www.cne.pt).

<sup>228</sup> - FREIRE, André – “Eleições de segunda Ordem e ciclos eleitorais no Portugal Democrático 1975-2004”. In *Análise Social*, Volume XL (177), 2005, p 815-846 (p830): “Considerando que as eleições de segunda ordem podem ser utilizadas pelos eleitores para manifestarem o seu descontentamento em relação ao governo, e dado que estas eleições não têm consequências directas no que se refere à formação do governo nacional (...)”.

<sup>229</sup> - NUNES Filipe – “Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004”. In *Análise Social*. Lisboa, Volume XL (177), 2005, p 795-813. O autor considera que: “eleições de segunda ordem são aquelas em que há menos em jogo, ou seja, em que não está em causa a formação do governo nacional e nas quais, portanto, os eleitores podem mais facilmente ‘votar com o coração’ ou dar ‘cartões amarelos’ ao governo. Num sistema de governo semipresidencialista de pendor parlamentar como é o português, as europeias são eleições de segunda ordem (...)”.

Já FREIRE, André - “European Elections and National Politics: Lessons from the New Southern European Democracies”. In *Journal of Elections, Public Options and Parties*. Volume 17, nº 1, 2007, p 101-122, refere que: “Basicamente, há três maneiras de votar nas eleições europeias: com a cabeça, com o coração e com os pés. Votar com a cabeça é quando os eleitores levam em conta as estratégias políticas (...), votar com o coração é votar no partido preferido sem levar em conta as suas estratégias políticas (é o chamado voto sincero) e votar com os pés é utilizar o voto para protestar (...)”.



mais da conjuntura económica e política do que do ciclo eleitoral ou da sua natureza secundária”<sup>230</sup> e, “se nas legislativas, o comportamento abstencionista aparece associado a atitudes negativas face ao sistema político, nas eleições europeias (...) o facto da participação eleitoral ser muito menor faz com que (...) muitos eleitores (...) olhem para estas eleições como eleições de segunda ordem e abstêm-se (...) porque não vêem utilidade no voto, tal como prevê o modelo económico”<sup>231</sup>. Este autor, assim como André Freire<sup>232</sup>, defende ainda que “as eleições europeias funcionam como uma espécie de referendo ao governo (...)” e que, em 2004, “o que mais condicionou os resultados (...) foi a avaliação que os eleitores faziam da acção do governo e da situação económica”<sup>233</sup>. Já o derrube do PS, que “não é um partido eurocéptico” nas eleições europeias de 2009 é explicado por André Freire porque a “maior parte das pessoas não votam muito a pensar nas questões europeias, votam como votam para o Parlamento nacional e também há pessoas que usam as eleições europeias para transmitir mensagens do que se passa na política nacional”<sup>234</sup>.

Mas mesmo que o aumento da abstenção de 2004 para 2009 se deva, acima de tudo, a erros estatísticos de registo eleitoral (de acordo com o INE estão registados 8,6 milhões de eleitores para uma população nacional de 10,6 milhões) e não directamente à crise económica<sup>235</sup>, é relevante o acréscimo verificado no número de votos brancos e nulos registados nas eleições europeias de 2004 para as de 2009 (3,9% e 6,6%,

---

In “The 2009 European elections in Portugal: Primaries or simply second order?”, André Freire diz que: “como as eleições europeias não tem consequências de maior para a política nacional, particularmente em termos de formação governamental, os eleitores tem maior liberdade para votar com o coração, do que nas eleições de primeira ordem, onde votam sobretudo com a cabeça”.

<sup>230</sup> - Ibidem.

<sup>231</sup> - Ibidem. NUNES, Filipe (p 796) diz: “A ciência política oferece-nos três grandes modelos de análise do sentido de voto e da participação eleitoral: o sociológico, o sócio-psicológico e o económico”. O modelo económico está ligado à ideia de ‘utilidade do voto em cada momento’ e “segundo esta hipótese, os eleitores dar o maior apoio ao governo em períodos de prosperidade económica, penalizando-os em períodos de recessão”.

<sup>232</sup> - FREIRE, André - “Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004”. In *Análise Social*. Lisboa. Volume XL (117), 2005, p 815-846. “As eleições de segunda ordem podem ser utilizadas pelos eleitores para manifestarem o seu descontentamento em relação ao governo (...)”.

<sup>233</sup> - Ibidem.

<sup>234</sup> - In entrevista com Ana Isabel Travassos a 30-06-2001. André Renato Leonardo Neves dos Santos Freire: Professor Auxiliar com Agregação em Ciência Política (ISCTE-IUL). Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia Política) pelo ICS-UL. Mestre em Ciências Sociais (ICS-UL). Licenciado em Sociologia (ISCTE-IUL). Investigador no CIES-ISCTE nas áreas de Comportamentos Políticos e Sistemas Eleitorais, entre outras.

<sup>235</sup> - Ibidem.

respectivamente) como indicador do descontentamento do eleitorado com a classe política e com a sua performance, nomeadamente face à resolução da crise<sup>236</sup>.

Em Portugal, as últimas eleições europeias ficaram ainda marcadas por uma viragem política para o centro direita - 43,0% dos votos e dez deputados, contra 35,4% dos votos em 2004 e nove deputados<sup>237</sup> - e para a esquerda radical (assim apelidada, por oposição à esquerda comunista, mas ambas eurocépticas), com 13,2% dos votos em 2009 e três deputados, contra os 6,9% de votos em 2004, correspondentes a apenas um deputado. Este último facto encontra, certamente, explicação na crise económica que atingia (e atinge) Portugal e o Mundo e que serviu de argumento, durante a campanha eleitoral, para ‘culpar’ a UE de todos os males ou para provar a sua importância e necessidade, conforme as ideologias políticas<sup>238</sup>, e também como refere Guilherme d’Oliveira Martins: “é evidente que a actual crise económica agrava a desconfiança das pessoas relativamente à União, sobretudo porque a União é sistemática e deslealmente utilizada pelos governantes dos Estados-membros como o bode expiatório relativamente a tudo o que corre mal (...)”<sup>239</sup>.

Já para André Freire, “(...) a perda de apoio do governo nacional em eleições de segunda ordem também depende da situação económica do País (...)”<sup>240</sup>, o que vem ao encontro dos resultados obtidos em Portugal nas eleições europeias de 2009, em que foi notória a derrota do PS.

Se as eleições europeias já são usualmente ‘pouco apelativas’, como revelam as elevadas percentagens de abstenção e de votos nulos e brancos, em períodos de crise económica este desinteresse é acrescido, pois a atenção do eleitorado está centrada nos problemas nacionais, que envolvem o seu dia-a-dia, como o do desemprego, e em enviar ‘recados’ ao governo em exercício.

---

<sup>236</sup> - Vide FREIRE, André - “European Elections and National Politics: Lessons from the New Southern European Democracies”. In *Journal of Elections, Public Options and Parties*. Volume 17, nº 1, 2007, p 101-122.

<sup>237</sup> - Valores da CNE e referentes ao PSD+CDS/PP (note-se que a adesão de novos países provocou a redução de 24 deputados para 22, mas a análise é feita percentualmente pelo que não influi no resultado).

<sup>238</sup> - O PCP e o BE são partidos eurocépticos, estando associados no PE ao grupo GUE/NGL.

<sup>239</sup> - MARTINS, Guilherme D’Oliveira (presidente do Tribunal de Contas português) – “Portugal no futuro da Europa”. Edição Parlamento Europeu. P 22.

<sup>240</sup> - FREIRE, André – “Eleições de segunda Ordem e ciclos eleitorais no Portugal Democrático 1975-2004”. In *Análise Social*. Volume XL (177), 2005, p 815-846.

### **III.3.1.2 – Nas legislativas em Portugal**

Em Portugal, os resultados das eleições legislativas de 27 Setembro de 2009 vieram confirmar a nova vontade política dos portugueses expressa dois meses antes, aquando das eleições para o Parlamento Europeu. O PS manteve-se no poder, mas já não com a maioria absoluta obtida nas eleições anteriores, de 2005 (36,56% dos votos e 97 deputados, equivalentes a 42,2% do total da Assembleia da República, contra 45,03% dos votos e 121 deputados em 2005, representativos de uma maioria absoluta de 52,6% dos assentos na AR). Também à semelhança do que tinha ocorrido com as eleições europeias, ganharam terreno os partidos de centro direita e da esquerda radical, que elegeram, em conjunto, 118 deputados (51,3% do total na AR), contra os 95 em 2005 (41,3% do total). O PNR (Partido Nacional Renovador), nacionalista e de extrema direita, não elegeu nenhum deputado, mas em termos de votos subiu 60% em relação a 2005<sup>241</sup>. Como refere Filipe Nunes: “Segundo a teoria económica do voto, em contexto de crise económica o partido que suporta o governo é penalizado. (...) Quando olhamos para os determinantes individuais do voto, há uma fortíssima correlação entre a avaliação que se faz da situação económica e do desempenho do governo, por um lado, e o sentido de voto, por outro”<sup>242</sup>.

A 5 Junho de 2011, as eleições legislativas antecipadas, como resultado da demissão do Governo socialista e da dissolução da Assembleia da República em Abril desse mesmo ano, vieram, mais uma vez, confirmar a viragem política do eleitorado português e o descontentamento face ao rumo seguido pelo País. O PSD foi o grande vencedor com 38,65% dos votos, correspondentes a 108 deputados na Assembleia da República (mais 27 face às eleições de 2009 e mais 33 do que nas de 2005).

O PS ficou com 28,06% dos votos e 74 deputados, ou seja menos 23 do que nas legislativas de 2009 e menos 47 do que nas de 2005, e o CDS-PP confirmou ser a terceira força política de Portugal, com 11,70% dos votos e 24 deputados (mais três do que em 2009 e o dobro face às legislativas de 2005). O Bloco de Esquerda ficou com 5,17% dos votos, equivalentes a oito deputados (os mesmos do que em 2005, mas metade do que em 2009) e a CDU (PCP + PEV) obteve 7,91% dos votos e 16 deputados

---

<sup>241</sup> - In Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: [www.cne.pt](http://www.cne.pt). (0,16% de votos em 2005 e 0,20% em 2009) e in site do PNR.

<sup>242</sup> - Op. Cit.

(mais um do que em 2009 e mais dois do que em 2005)<sup>243</sup>. Por seu lado, os partidos eurocépticos, de direita ou de extrema direita, como o PNR, o PND e o PDA, e de extrema esquerda como o POUS, o MPT e o PH, ganharam mais peso eleitoral. Em conjunto, os primeiros três obtiveram nas legislativas de Junho de 2011, 0,61% dos votos (0,59% em 2009) os outros três 0,55% (0,30% em 2009)<sup>244</sup>.

Era de novo a afirmação clara do descontentamento e descrença dos portugueses nas políticas seguidas pelo Executivo para resolver os graves problemas económicos e financeiros do País e que quase o tinham levado à bancarrota, não fosse a ajuda pedida e concedida pelo Fundo de Estabilização Económico e Financeiro, no valor de 78 mil milhões de euros. Aliás, o pedido de ajuda financeira externa solicitado por Portugal à Comissão Europeia nos finais de Abril de 2011 só por si reflecte bem a grave crise económica que o País atravessa.

### **III.3.1.3. - Em eleições disputadas na Europa**

Os anos de 2009 a 2011 foram marcados por uma grande actividade política na Europa comunitária, fruto dos actos eleitorais que ocorreram, nesses anos, em muitos Estados membros e cujos resultados são bem reveladores do descontentamento das populações em períodos de crise económica e do ressurgir de tendências nacionalistas e mais eurocépticas.

Na Hungria, as eleições legislativas de Abril de 2010 vieram colocar como a terceira força política do país o partido Jobbik, de extrema direita e que defende o abandono da UE, que conseguiu pela primeira vez ter assento no Parlamento nacional e com 47 deputados, representativos de 16,7% dos votos. O vencedor foi o partido de centro direita Fidesz, que destronou assim o partido socialista até então no poder.

No Reino Unido, as legislativas de Maio de 2010 revelaram também uma viragem à direita, com a vitória dos conservadores e opositores à entrada do país na Zona Euro (36% dos votos e 305 deputados), depois de 13 anos de governos trabalhistas. Em Maio de 2011, as eleições regionais no Reino Unido, vieram mesmo

---

<sup>243</sup> - CNE – *Eleições Legislativas*. [Consultado em: 16-06-2011]. Disponível em: [www.cne.pt](http://www.cne.pt).

<sup>244</sup> - *Ibidem*.

abrir uma eventual crise interna, com a vitória na Escócia, por maioria absoluta, do partido nacionalista SNP, que pretende a independência desta região.

Das eleições legislativas na Bélgica em Junho de 2010 saiu também reforçado o partido nacionalista Nova Aliança Flamengo ( N-VA), com 17,2% dos votos que lhe valeram 30 deputados no parlamento, contra os anteriores oito.

Na Holanda, as eleições autárquicas de Junho de 2010 traduziram uma aproximação da população aos partidos eurocépticos, como o ‘PPV’, de extrema direita, que obteve 15,5% dos votos, correspondentes a 24 deputados do total de 150, e o ‘Esquerda Verde’, conotado com a esquerda radical. Os partidos liberais, como o cristão democrata CDA e o trabalhista PvdA registaram uma forte quebra nos resultados destas eleições, embora se mantivessem maioritários.

Também na Suécia, as legislativas de Setembro de 2010 deram pela primeira ao partido de extrema direita ‘Democratas da Suécia’ lugares no Parlamento (20, correspondentes a 5,7% dos votos).

Na Finlândia, a extrema direita também vem ganhando força, como comprovam as eleições legislativas de 17 de Abril de 2011. O partido ‘Verdadeiros Finlandeses’ (True Finns), que se revela contra a criação do fundo europeu de ajuda financeira aos Estados membros em crise (note-se que se opôs veemente à ajuda financeira da UE a Portugal), obteve nestas eleições 19% dos votos e 39 assentos no parlamento, passando a ser a terceira força política no país.

As eleições regionais realizadas em França, em Março de 2011, vieram também pôr em evidência a viragem política que, em regra, se opera nos países que atravessam conjunturas económicas difíceis. A vitória pertenceu à esquerda, com 36% dos votos a nível nacional, contra 49,9% conquistados nas eleições anteriores de 2004, com o partido do presidente Nicolas Sarkozy (UMP) a descer para 32% e a ser o grande derrotado. A Frente Nacional de Jean Marie le Pen e da sua filha Marie le Pen, de extrema direita, obteve 11% dos votos, confirmando-se como a terceira maior força política nacional.

A 27 de Março de 2011, as eleições regionais no Estado alemão de Baden Wurttemberg vieram destronar a CDU, de Angela Merkel, que há 58 anos ‘reinava’, neste Estado. A vitória pertenceu à coligação Verdes + SPD (social democrata), com cerca de 47% dos votos. Os analistas atribuem à política europeia de Angela Merkel a

derrota nas eleições<sup>245</sup>. Em Maio de 2011, as eleições no Estado de Bremen vieram dar mais uma derrota ao partido de Angela Merkel, que apenas conquistou 20,2% dos votos do eleitorado, ficando atrás e pela primeira vez neste Estado do partido dos Verdes, com 22,8% dos votos, que somados as do SPD (38,3%) deram uma maioria substancial no parlamento.

Em Espanha, as eleições municipais e regionais de finais de Maio de 2011 mostraram também a insatisfação da população com a estratégia seguida pelo governo socialista de Jose Luís Zapatero de combate à crise, com o Partido Popular (PP) a vencer as eleições, tanto regionais (o PP apenas não ganhou nas Astúrias e em Navarra) como municipais (37,59% dos votos, contra 27,82% do PSOE), e a provocar uma viragem à direita.

### **III.3.2. – As sondagens europeias**

Os resultados das últimas sondagens (relativamente à elaboração deste estudo) feitas pela Comissão Europeia e publicados nos Eurobarómetros acerca da actual crise económica na UE e da sua governação apontam, também, na direcção de um descontentamento ou descrença por parte dos cidadãos europeus quanto ao rumo da União. E os portugueses não fogem à regra.

No Outono de 2010<sup>246</sup>, o principal problema dos europeus era manifestamente com a crise económica (para 46% dos inquiridos nos 27 Estados membros), nomeadamente com as suas repercussões ao nível do emprego, mas apenas 20% consideravam ‘os seus governos eficazes para resolver a crise. Este valor desce mesmo

---

<sup>245</sup> - Por exemplo, para Hans-Jurgen Hoffmann, director da empresa alemã de sondagens eleitorais, “a chanceler tem sido criticada por estar a ceder demasiado terreno aos outros países na questão da crise do euro”, in “Vitória Histórica dos Verdes pressiona governo de Merkel”, in *Diário Económico* de 28 de Março de 2011. P 20.

Vide, ainda o Open Europe de 4 de Janeiro de 2011, que citando o jornal alemão Bild dizia que 49% dos alemães queriam voltar ao marco alemão e que 51% diziam-se insatisfeitos com o euro.

Vide, ainda, “Coligação de Merkel sofre mais uma humilhante derrota” in *Jornal de Notícias* de 28 de Março de 2011, p 39: o conflito na Líbia e a crise da dívida na Zona Euro são também apontados como argumentos” para a derrota de Merkel nas eleições.

<sup>246</sup> - EUROPEIA, Comissão - *Eurobarómetros 74 (EB Standard)* - Outono de 2010, sobre: *A governança económica na UE* (publicado em Janeiro de 2011), *A opinião pública na UE* (publicado em Fevereiro de 2011) e *Os europeus, a UE e a crise* (publicado em Fevereiro de 2011). [Consultado em: Fevereiro de 2011]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/index\\_fr.htm](http://ec.europa.eu/public_opinion/index_fr.htm).

Vide ainda *EB Standard 72* – Outono 2009, publicado em Dezembro de 2009; *EB Standard 73* – Primavera de 2010, publicado em Agosto de 2010.

para 15% no caso específico de Portugal, onde 29% da população confia nas instituições comunitárias para melhor gerirem a crise (23% em média na UE no último inquérito, contra 26% no anterior). E é sobretudo numa maior aposta na coordenação de políticas económicas entre os Estados membros que reside uma das soluções para combater a crise: 77% dos europeus consideram, agora, esta medida eficaz, traduzindo aumentos de dois pontos e de quatro pontos, respectivamente, face aos resultados obtidos seis meses e um ano antes (72%, 62% e 64% em Portugal). Como refere o Eurobarómetro, “uma maior coordenação entre os Estados e um maior papel da UE são considerados como as medidas eficazes para combater a crise”<sup>247</sup>.

Portugal recolhe também uma percentagem razoável de respostas favoráveis à questão sobre a acção da UE desde o início da crise: 47% dos cidadãos acham que a UE tem agido de maneira eficaz contra a crise (45% na UE), o que contrasta com os 67% que consideram a reacção do governo (de José Sócrates, na altura) ineficaz desde o início da crise (em média na União Europeia esta percentagem é de 55%, contra os 39% que consideram que os respectivos governos têm tido uma atitude eficaz)<sup>248</sup>.

Todos os europeus têm uma opinião má sobre a actual situação económica, tanto nos seus países, como na Europa (respectivamente, para 70% e 64%), com destaque para os portugueses (93% apontam-na como negativa no país e 88% também na UE), irlandeses (respectivamente para 98% e 75% da população), gregos (98% e 84%) e espanhóis (97% e 82%)<sup>249</sup>. Pior é ainda a descrença quanto ao futuro, pelo menos no próximo ano. Os portugueses, irlandeses, gregos e espanhóis voltam a ser os povos mais pessimistas nesta questão, o que se coaduna com o facto de serem também estes países que enfrentam as crises mais graves e de resolução mais difícil. Assim, enquanto em média 24% e 21% dos europeus acreditam que a situação económica, respectivamente, nos seus países e na Europa vai melhorar, em Portugal estas percentagens descem para 5,0% e 8,0%, na Irlanda para 12% e 14% e na Grécia para 6,0% e 9,0%. E é ao nível do desemprego que as preocupações são mais evidentes, com 73% dos portugueses, 72% dos irlandeses e 75% dos gregos a acharem que o pior ainda está para vir no mercado de trabalho, contra 48% da média da Europa. Inclusive, cada vez são mais os portugueses que defendem um aumento do défice público em benefício da criação de mais emprego: 48%, contra 44% há seis meses atrás (a média da UE é de 42%).

---

<sup>247</sup> - Ibidem.

<sup>248</sup> - Ibidem.

<sup>249</sup> - Ibidem.

Facilmente se compreende, assim, que a maioria dos portugueses (55%) avalie negativamente a sua vida em geral, sendo até o país da UE menos satisfeito, fixando-se a média europeia em 22%. Até na Grécia e Irlanda, o nível de satisfação é mais elevado. Do mesmo modo, apenas 8,0% dos portugueses acredita agora que a sua vida pode melhorar no próximo ano (15% nos dois inquéritos anteriores), tratando-se do valor mais baixo da UE, cuja média é de 26% (antes de 28% e 26%, respectivamente).

A contrariar esta tendência negativa, estão os resultados à questão sobre os benefícios ou não que um país retira da UE. Embora venha a diminuir a percentagem dos europeus que toma como positiva a sua pertença à UE, ela ainda está hoje nos 50% (57% há um ano atrás). Esta opinião é generalizada tanto a Portugal, como à Grécia, Irlanda e Espanha, países (com excepção da Grécia) para quem a União ainda transmite uma boa imagem, apesar de se vir atenuando ao longo do tempo. Como refere o Eurobarómetro: “De uma maneira geral, 40% dos portugueses tem uma imagem muito positiva ou positiva da UE, contra 19% que tem uma imagem muito negativa ou negativa, valores estes que se aproximam da média europeia (38% e 20% respectivamente)”, mas “há que destacar uma tendência negativa na confiança que os portugueses depositam na UE. Em comparação com os dados do Eurobarómetro 72 (EB 72) do Outono de 2009, regista-se um declínio de 12 pontos na proporção dos portugueses que afirmam confiar na UE”, traduzindo assim “a terceira maior queda dos 27 Estados membros”<sup>250</sup>. E isto porque, explica o Eurobarómetro, os portugueses associam cada vez mais o aumento do desemprego à UE. Aliás, hoje, os portugueses fazem uma avaliação menos positiva da UE, na sua generalidade, do que a média dos europeus, sendo ainda exemplificativo a sua opinião sobre a UEM e o euro, questão onde “o apoio de Portugal é não só inferior à média europeia (56% em Portugal, contra 58% na UE), como é também o mais baixo dos países da Zona Euro, situando-se 12 pontos abaixo da média destes”, refere o Eurobarómetro, que indica para a Irlanda, nesta questão, uma maioria favorável de 80% e para a Grécia de 64%.

Porém, ainda são muitos os portugueses (49%) que consideram que o euro permitiu atenuar os efeitos negativos da crise, embora, há um ano atrás, esta percentagem fosse de 55%. A mesma evolução verificou-se no conjunto dos Estados membros da UE (41% no final de 2009 e 39% um ano depois).

---

<sup>250</sup> - In *EB (Eurobarómetro) Standard 74 – A opinião pública na UE – relatório nacional – Portugal – Outono de 2010*, publicado em Fevereiro de 2011. P 4.



“Globalmente, os dados sugerem um declínio das avaliações instrumentais que os portugueses fazem da UE”, que é generalizada a todos os europeus, “embora ainda longe de se situarem no campo mais eurocético da opinião pública europeia”<sup>251</sup>.

### **III.3.3. – Saída: uma decisão eminentemente política**

As eleições são “um dos pilares fundamentais de legitimação das democracias”<sup>252</sup>, assim como o são os referendos. Tratam-se de actos políticos, à disposição (em democracia) das populações (eleitorado) para expressarem a sua vontade.

E se há países, como a França e a Irlanda, que referendam os Tratados da UE<sup>253</sup> e outros, como a Dinamarca, que sujeitam a referendo a adesão ao Euro<sup>254</sup>, em Portugal, a Constituição nacional não obriga à realização de referendos em matérias comunitárias, salvo raras excepções<sup>255</sup>, servindo as eleições legislativas como veículo, também, da intenção e opinião dos cidadãos quanto aos assuntos europeus. Ao se escolher os deputados para a AR e o futuro governo, com base em programas eleitorais específicos, que definem as linhas de orientação estratégica para o País, inclusive como Estado membro da UE, está-se a optar, em consciência, por um determinado rumo na Europa, está-se a defender uma maior ou menor integração do País na Europa. Assim o foi nas legislativas de 1976 quando a vitória coube ao PS de Mário Soares, com 34,89% dos votos e 107 deputados, e assim o foi nas legislativas de 1991 de onde saiu um governo PSD, com 50,60% dos votos e 135 deputados. Qualquer um destes partidos políticos revelou-se sempre a favor da integração europeia, facto evidente nos seus programas

---

<sup>251</sup> - Ibidem.

<sup>252</sup> - VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio – “A abstenção nas eleições legislativas de 2002”. In *Conferência Intergovernamental Portugal a Votos I – Eleições Legislativas de 2002*. ICS/UL, Fevereiro de 2003.

<sup>253</sup> - Fizeram-no, por exemplo, com o Tratado de Lisboa.

<sup>254</sup> - A Dinamarca referendou em 2000 a entrada no Euro e foi chumbada. No Reino Unido, os governos têm anunciado que a adesão ao Euro será referendada.

<sup>255</sup> - A excepção está, como refere DUARTE, Maria Luísa – *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*. Coimbra: Editora Almedina, 2011, p 13-14: “A consulta referendária estava prevista para o processo de aprovação da Constituição Europeia. Com esse propósito foi aditado à Constituição um novo artigo, o artigo 295º, com uma redacção que viabilizaria os referendos de tratados sobre “a construção e aprofundamento da união europeia”. Em Janeiro de 2008, o Governo Português anunciou que, afinal, o Tratado de Lisboa seria aprovado através de via parlamentar, com exclusão do referendo. Justificou-se o Executivo que o Tratado de Lisboa seria um novo tratado, diferente da Constituição Europeia, pelo que o compromisso do referendo (...) já não faria sentido”.

eleitorais, tendo o primeiro (PS, enquanto Governo) sido responsável pelo pedido de adesão formal de Portugal à então CEE a 28 de Março de 1977, e o segundo (PSD e chefiado por Cavaco Silva) respondido pela ratificação de Portugal do Tratado de Maastricht que veio criar a UEM e a Zona Euro. Mais tarde, em 1999, competiu de novo a um governo socialista, desta feita liderado por António Guterres, incluir Portugal nos países fundadores da moeda única<sup>256</sup>.

As adesões de Portugal, primeiro à UE (então CEE) e depois à Zona Euro foram, acima de tudo, actos políticos e exemplo disso são as razões que as motivaram.

Segundo as palavras proferidas pelo então Primeiro-Ministro, Mário Soares, na Assembleia da República, a 18 de Março de 1977, onde se deslocou para comunicar a decisão do Governo de pedir a adesão de Portugal à CEE: “o programa do Governo (...) anunciava a intenção do Governo solicitar, nos termos dos Tratados de Paris e de Roma, a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Esta intenção inseria-se não só na busca de uma nova identidade nacional, que a descolonização tornara urgente, mas também na necessidade de apresentar ao País um projecto verdadeiramente nacional, que simultaneamente permitisse situar Portugal no espaço político, geográfico, económico e social a que, por direito próprio, pertencia”. E “o povo português, através do voto, mostrou claramente que desejava a integração de Portugal na Europa. E as declarações públicas do CDS e do PSD que, conjuntamente com o PS, representam cerca de 75% dos eleitores portugueses, só podiam reforçar a convicção do Governo de que estava no caminho certo”<sup>257</sup>. Assim, mais do que económicas, as razões que levaram Portugal a aderir à então CEE foram políticas, traduzidas na consolidação da democracia, na abertura do País ao exterior e no fim do seu isolamento. E de tal modo isso foi perceptível que, durante o mesmo debate parlamentar, o deputado do PSD, Francisco Sá Carneiro, interpelou o Primeiro-Ministro, lembrando que a adesão de Portugal à CEE traria outras vantagens: “as possibilidades de participação do nosso país nas estruturas comunitárias não se esgotam na participação política”<sup>258</sup>.

---

<sup>256</sup> - In CNE.

<sup>257</sup> - In Diário da AR, nº 88, de 19 de Março de 1977, 1ª legislatura, 1ª sessão legislativa.

Sublinhe-se ainda que, aquando das comemorações dos 20 anos de integração de Portugal na EU, a 12 de Junho de 2005, Mário Soares afirmou, no Mosteiro dos Jerónimos, que: “os motivos que me levaram a requerer a adesão à CEE foram essencialmente políticos e tiveram a ver com um grande desígnio para Portugal: a consolidação da democracia pluralista e civil, e também o reconhecimento de que o ciclo imperial tinha terminado com a descolonização”.

<sup>258</sup> - Ibidem.

Também Vítor Martins e Paulo de Pitta e Cunha partilham a mesma opinião, referindo, o primeiro, que a adesão de Portugal à CEE “foi um acto profundamente político (...), talvez tenha sido a mais importante e impactante decisão política tomada pelo País no século XX. (...)”<sup>259</sup> e o segundo que: “o programa do I Governo teve o mérito de haver introduzido o princípio da adesão, mas fazia-o só a propósito da matéria da política externa, como se não houvesse a consciência de que o ingresso na CEE teria implicações não só ao nível geral da política de desenvolvimento, como no domínio das acções económicas sectoriais e no próprio traçado das regras de funcionamento da economia”<sup>260</sup>.

Já o programa do XII Governo Constitucional (1991-1995) de Cavaco Silva dizia que: “Condição essencial para que as Comunidades Europeias se constituam como núcleo dinamizador da Europa é o sucesso das conferências intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária (UEM) e União Política (UP) (...). Quanto à UEM, os seus objectivos são consistentes com os da política económica global do Governo”<sup>261</sup>.

Também o programa do XIII Governo Constitucional de António Guterres (1995-1999) era claro quanto ao objectivo de participação activa de Portugal na integração europeia: “No que se refere à União Económica e Monetária (UEM), é firme intenção do Governo empreender a adopção de políticas tendentes a assegurar que Portugal tenha acesso à respectiva terceira fase e à moeda única” e o “Governo está seguro de que a participação do País no projecto europeu merece apoio de um sector largamente maioritário e representativo da população portuguesa (...)”<sup>262</sup>.

E se as adesões à UE e ao Euro tiveram um carácter político<sup>263</sup>, também a saída o terá. Como enfatiza mesmo João César das Neves: “(...) o euro é mais do que uma

---

<sup>259</sup> - In *Adesão de Portugal às Comunidades – história e documentos*. Lisboa: Editado por Assembleia da República, 2001. ISBN 972-556-300-X.

<sup>260</sup> - Ibidem, p30.

<sup>261</sup> - Disponível em: [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt).

<sup>262</sup> - Ibidem.

<sup>263</sup> - A afirmação reporta-se ao acto em si do pedido de adesão; ao que move os Estados a formularem o pedido. Trata-se, como se viu, de uma decisão política por parte do Estado candidato que, para formular esse pedido só tem, também, de cumprir condições, de natureza política, inscritas no Artigo 2º do TUE. Depois e aceite o pedido, segue-se o processo de negociação, que irá culminar com a assinatura do tratado de adesão entre o país candidato e a UE. Desde o pedido de adesão até à plena adesão, o país candidato tem, sim, de respeitar outros critérios, que não só políticos. São os chamados Critérios de Copenhaga: ter instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos do homem e o respeito pelos minorias (políticos), ter uma economia de mercado e concorrencial (económico), ter capacidade de assumir as obrigações de adesão. Como refere CE - *Compreender o Alargamento - A política de alargamento da União Europeia*. Luxemburgo: editado por Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007, ISBN : 978-92-79-06646-7 : “Um país só poderá tornar-se membro se

jogada económica, é uma jogada política (...)”<sup>264</sup>. Já para Pedro Lains: “a integração de Portugal foi uma integração política, mas também económica”. Basta ver que “a data do pedido de adesão - 1977 - foi uma data com uma grande conotação política: Mário Soares e Medeiros Ferreira quando pediram a adesão estavam a pensar na consolidação da democracia, mas a data efectivamente da adesão, 1986, é uma data que tem muito a ver com a situação económica do país, que só então tornou possível a adesão”<sup>265</sup>.

Por sua vez, João Ferreira do Amaral é peremptório ao afirmar que: a saída é uma “decisão certamente política, sendo que um dos factores dessa decisão será a economia. Nenhum país sairá, se tiver a percepção que, se sair, a sua economia irá sofrer muito”<sup>266</sup>.

### **III.3.4 – Notas Finais**

O grande vencedor das eleições para o Parlamento Europeu é, em regra e não só em Portugal, a abstenção. Daí, que estas eleições sejam consideradas de segunda ordem por comparação, por exemplo, com as legislativas, onde a abstenção é, geralmente, mais baixa, o que revela a menor importância das primeiras para o eleitorado. Mas outra característica das eleições para o PE é que elas espelham a opinião do eleitorado relativamente às políticas do Governo na condução do país, sobretudo quando ocorrem com pequenos intervalos de tempo face a eleições de primeira ordem. E isto foi bem nítido em Portugal nas eleições europeias de 7 de Junho de 2009 e, depois, nas legislativas de 27 de Setembro de 2009 e em plena crise económico-financeira. Se, nas primeiras, os portugueses já tinham expressado bem o seu descontentamento face às políticas seguidas pelo Governo para resolver os principais problemas económicos do País, através de um aumento da abstenção e de votos nulos e brancos, nas segundas não

---

cumprir todos os critérios de adesão, definidos em primeiro lugar no Conselho Europeu de Copenhaga em 1993 e reforçados em 1995. Os critérios são os seguintes: 1. *Políticos*: instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos, bem como o respeito pelas minorias e a sua protecção. 2. *Económicos*: existência de uma economia de mercado funcional e capacidade de fazer frente à concorrência e às forças de mercado da UE. 3. *Capacidade para assumir as obrigações* dos membros da União, nomeadamente a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária. 4. *Adopção de toda a legislação europeia* e sua aplicação eficaz por meio de estruturas administrativas e judiciais adequadas”.

<sup>264</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>265</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

<sup>266</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

restaram dúvidas sobre a insatisfação dos cidadãos, com o partido do governo (PS) a sair das eleições com menos votos e menos deputados e a perder a maioria absoluta, detida anteriormente. O eleitorado português penalizava o governo em funções pela crise ou, pelo menos, pela ineficácia na resolução da mesma. E voltou a penalizar o Governo em Junho de 2011 nas eleições legislativas antecipadas, provocando mesmo um ‘volte face’ político no País, com a vitória do PSD-CDS. A crise influenciava os resultados eleitorais

Mas se, em Portugal, voltou a vencer um partido pró-Europa, nas eleições ocorridas, entretanto, em alguns Estados da UE, verificou-se um aumento significativo da força de partidos políticos eurocépticos, reflectindo a descrença da população nos respectivos governos e mesmo nas decisões adoptadas no seio da Zona Euro ou da UE. A profunda crise económico-financeira que atingia a Europa, embora mais nuns países do que noutros, respondia por estas reacções adversas.

Mas a descrença dos europeus não ficou expressa só nos actos eleitorais realizados em muitos países, mas também nos resultados das sondagens que regularmente são promovidas pela Comissão Europeia. No caso concreto de Portugal, se os cidadãos ainda consideram (mas já menos do que há uns anos atrás) que retiram benefícios da UE, já estão no entanto dispostos a desprezarem o aumento do défice público se isso representar menos desemprego, o que contraria um dos princípios da União Monetária, o de manter o défice público em cada estado da Zona Euro abaixo dos 3% do PIB.

Se a descrença dos europeus na UE ainda não assume proporções alarmantes, a verdade é que ela tem vindo a aumentar ultimamente, como revelam os resultados eleitorais e das sondagens, impelindo os Governos a ponderarem, cada vez mais, as suas decisões no seio da UE, se não quiserem perder o seu eleitorado. Sair da Zona Euro ou da UE é cada vez mais uma possibilidade política, para além de ser uma decisão política.

#### **IV - CUSTOS E BENEFÍCIOS DA SAÍDA DA ZONA EURO**

Hoje, e como se viu no capítulo anterior, existe a possibilidade de Portugal vir a abandonar a Zona Euro, mas apenas esta. Há mesmo consenso entre os estudiosos da integração europeia, pelo menos entre aqueles que foram entrevistados, de que a saída da União está completamente fora de questão, não revelando qualquer vantagem, antes pelo contrário. Como opina Sarsfield Cabral: “esta possibilidade [abandono da ZE] não pode ser descartada, embora espera-se que não venha a acontecer”, mas já “seria impensável sair da UE, por muito que sejam importantes (e são) os mercados dos países emergentes. O nosso mercado natural é a Europa”<sup>267</sup>.

João César das Neves partilha a mesma posição: “cortar os laços com a Europa seria uma catástrofe e teríamos que começar a exportar para outro lado e não para aquele que é o nosso mercado normal”<sup>268</sup>.

Do mesmo modo, Teresa Moura sublinha que: “(...) cerca de 80% das nossas exportações são dirigidas para a União Europeia. Paralelamente às imensas vantagens/oportunidades geradas por este processo, existem fragilidades que não podemos ignorar e se prendem com o facto de nos termos tornado, porventura, demasiado vulneráveis, como consequência desta dependência excessiva, face ao mercado europeu. Daí a necessidade de diversificar a nossa exportação e presença económica para novos mercados”<sup>269</sup>.

Já enquanto Mário Soares considera que “Portugal tem beneficiado a nível económico, social, cultural e internacional da sua entrada na CEE, sendo hoje um país irreconhecível em relação ao que era antes da adesão”<sup>270</sup>, Pedro Lains defende que: “Nós, fora do Euro, não estaríamos necessariamente melhor. O Euro trouxe enormes vantagens às pessoas nos últimos dez anos, particularmente por causa da redução das

---

<sup>267</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>268</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>269</sup> - MOURA, Teresa - “Os alargamentos da UE”. In *20 anos de integração europeia (1986-2006). O testemunho português*. Edições Cosmos. 2007, p 167-175. ISBN 978-972-762-300-6.

<sup>270</sup> - Trecho de discurso de Mário Soares a 09-02-2007, por ocasião das comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma na Fundação da Câmara dos Deputados de Itália. Disponível em: [http://www.fmsoares.pt/mario\\_soares/textos\\_ms/001/71.pdf](http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/001/71.pdf)

taxas de juro (...). A pergunta de Portugal sair do Euro ainda vale a pena explorar, agora de Portugal sair da UE não vale a pena explorar”<sup>271</sup>.

Por sua vez, João Ferreira do Amaral sublinha que: “não vejo razão para sair da UE. Ainda há mais vantagens do que inconvenientes para estarmos na UE, embora as vantagens não sejam tão grandes como se dizia, nem os inconvenientes sejam tão grandes como se previa; mas julgo que ainda é benéfico estarmos na UE. Agora, temos seriamente de considerar a possibilidade de a própria UE se desagregar, na medida em que está a pôr em causa tudo aquilo que foram os pilares que garantiram o seu êxito”<sup>272</sup>.

A suceder a saída de Portugal da Zona Euro<sup>273</sup> e assim como ocorreu com o processo de adesão à UE, isso teria, inevitavelmente, repercussões de diversa natureza e ordem de grandeza - mais ou menos positivas, mais ou menos negativas - e tanto para Portugal como para a própria União, embora, como salienta Pedro Lains, “é muito difícil fazer um balanço de custos e vantagens do Euro (...) e ainda é mais difícil fazer um balanço de custos e benefícios de uma hipótese [a saída de Portugal] que, concerteza, não se vai verificar”<sup>274</sup>.

Porém e logo à partida, o abandono de Portugal (ou de qualquer outro Estado-membro) da Zona Euro obrigaria a introduzir alterações nos Tratados da UE, mais concretamente nos capítulos respeitantes à UEM e para incluir os desígnios do acordo de saída firmado<sup>275</sup>, e nos Protocolos Anexos aos Tratados, como o relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e do BCE, que define os membros e funções destes organismos que comandam a política monetária e cambial na Zona Euro e a comparticipação financeira de cada Estado membro no capital social do BCE<sup>276</sup>. É que, Portugal (ou outro Estado membro), ao abandonar o Euro, perderia, inevitavelmente, os lugares que tem nestes dois organismos, bem como no Comité

---

<sup>271</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

<sup>272</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos

<sup>273</sup> - Note-se que, como ficou patente no capítulo anterior e a História o revela, nada é irreversível e de um momento para o outro tudo pode suceder. Assim o comprovam, por exemplo, a queda do muro de Berlim ou o fim do regime da URSS. E, embora os governos portugueses sejam, por tradição pró-Europa, alternando entre o PS e o PSD, em qualquer altura e sobretudo em épocas de crise, pode ocorrer uma forte contestação social ou um golpe de Estado que provoque um ‘volte face’.

<sup>274</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

<sup>275</sup> - A adesão de cada novo Estado membro implica sempre alterações aos Tratados, para incluir o respectivo Tratado de Adesão, e o mesmo se verificou aquando da separação da Gronelândia da Dinamarca e da UE e o estabelecimento de um acordo de cooperação com a UE que deu origem a um Protocolo específico anexo aos Tratados.

<sup>276</sup> - Vide JOC 115 de 09-05-2008, ou Tratado de Lisboa, organização de Paulo de Pitta e Cunha.

Económico e Financeiro<sup>277</sup>. Cruz Vilaça sublinha que: quando um Estado “decidir sair da Zona Euro, sai da Zona Euro, embora isso possa levar à necessidade de alterações dos Tratados”<sup>278</sup>.

#### **IV.1 – Para Portugal**

##### **IV.1.1 - Custos**

A saída de Portugal da Zona Euro não acarretaria apenas alterações nos Tratados da UE, mas também no quadro legislativo nacional.

Se a adesão de Portugal à UE, em 1986, implicou introduzir modificações no quadro jurídico interno, para receber o *acquis communautaire*<sup>279</sup>, também a saída levaria a uma adaptação legislativa, mas de sentido contrário. O nº3 do Artigo 50º do TUE diz: *Os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a referida notificação [de saída] (...)*. Já os nº1 e nº2 do Artigo 2º do TFUE refere que: *quando os Tratados atribuem à União competência exclusiva em determinado domínio, só a União pode legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos (...)* e *quando os Tratados atribuem à União competência partilhada com os Estados-membros em determinado domínio, a União e os Estados-membros podem legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos nesse domínio. Os Estados-membros exercem a sua competência na medida em que a União não tenha exercido a sua. (...)*. Mais à frente, os Artigos 3º e 4º indicam os domínios destas competências, que vão desde a união aduaneira e o mercado interno, até ao estabelecimento das regras de concorrência, celebração de acordos internacionais e política monetária para os Estados membros cuja moeda seja o euro, passando, por exemplo, pela energia, agricultura, transportes, ambiente e defesa do consumidor. No total, são 35 os domínios da competência da UE.

---

<sup>277</sup> - Ao abrigo do nº 2 do Artigo 134º do TFUE “(...) os Estados membros, a Comissão e o Banco Central Europeu nomearão, cada um, no máximo, dois membros do Comité”.

<sup>278</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 08-06-2011. Vide Anexos.

<sup>279</sup> - ALVARES, Pedro e FERNANDES, Carlos Roma – *Portugal e o mercado comum – dos acordos de 1972 às negociações de adesão*. Volume 2. Lisboa: Editorial Pórtico. P 108: “Para além de considerações gerais (...) sobre as implicações da adesão (aceitação do «*acquis communautaire*» e a aplicação do direito derivado (...))”.



Embora o abandono de Portugal do Euro não signifique a perda de toda a legislação comunitária, mas apenas da respeitante à Zona Euro, seria mesmo assim necessário produzir regulamentação interna que pudesse substituir aquela em vigor no País por ele ser membro da ZE e não ter autonomia em matéria monetária e cambial. Por exemplo, teriam de ser atribuídas novas competências jurídicas ao Banco de Portugal que, hoje, como o BCE, passaria a ser responsável, de novo, pela emissão das novas moedas e notas portuguesas e pela definição e gestão das políticas monetária e cambial. Como explicava Aníbal Cavaco Silva em finais de 1997 e quando faltava pouco mais de um ano para a implementação da terceira e última fase da UEM e da moeda única: “em Setembro de 1995, a lei orgânica do Banco [de Portugal] foi alterada em conformidade com as exigências do Tratado de Maastricht, tendo mesmo sido explicitado que a manutenção da estabilidade dos preços é a principal atribuição do banco central”.<sup>280</sup>

E, se em termos **jurídicos**, a saída de Portugal da Zona Euro representaria sobretudo uma readaptação do normativo legal para receber a nova moeda nacional e devolver ao Banco de Portugal as suas funções de coordenador da política monetária e cambial, em termos **administrativos**, os principais custos seriam de natureza contabilística e informática, com maior incidência na actividade financeira e bancária. O uso de uma nova moeda nacional e à semelhança do que ocorreu aquando da passagem do escudo para o euro, tornaria necessária a adaptação de todos os sistemas informáticos das empresas, de todas as máquinas registadoras, das ATM e parquímetros, dos métodos de facturação e de remuneração, da emissão de novos catálogos comerciais, enfim, de todo um conjunto de procedimentos burocráticos, contabilísticos e comerciais relacionados com a emissão (cunhagem) de uma nova moeda, que representa, ela própria, também um custo. Como salienta João Ferreira do Amaral: “há um conjunto de implicações” na saída da Zona Euro, como “arranjar moeda e mudar tudo o que é contabilidade”, pelo que “não podemos estar a sair num dia e a voltar noutro”<sup>281</sup>, embora o TUE o permita. E, se “a substituição do escudo pelo euro impõe [impõe] uma forte carga administrativa sobre os bancos e as empresas”<sup>282</sup>, também o inverso é verdadeiro. Acrescem ainda os custos inerentes à mudança de raciocínio dos cidadãos para a nova moeda e à alteração dos manuais de ensino, entre outros.

---

<sup>280</sup> - SILVA, Aníbal Cavaco – *Portugal e a Moeda Única*. 1ª Edição. Editorial Verbo, 1997. P 74. ISBN 972-22-1852-2.

<sup>281</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

<sup>282</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 23.

A nível **político**, a saída de Portugal da ZE representaria, para o País e acima de tudo, uma perda de influência e de credibilidade internacional. Para André Freire, “é lógico que a saída do Euro pode ser encarada como um revés político, tendo em conta o empenho na entrada no Euro”<sup>283</sup>, com as consequências daí resultantes. Para Cavaco Silva, “a credibilidade é um factor importante” e tanto mais importante quanto se trate de um país pequeno, como Portugal. “A credibilidade é um capital precioso para a defesa dos seus interesses, assim como para o comportamento dos mercados internacionais”<sup>284</sup>.

A par com a perda de poder de força internacional, Portugal, ao abandonar a Zona Euro, afastaria a possibilidade de fazer parte da União Política. É que, como argumenta Cavaco Silva: “(...) a moeda única conduzirá logicamente a novos passos de integração para mais união política (...) A moeda única é um contributo maior para o avanço da dimensão política da integração europeia (...). Tal como mercado único e moeda única estão intimamente ligados, o mesmo acontece com a moeda única e união política. (...) a moeda única é um fertilizante poderoso para o desenvolvimento e fortalecimento da união política (...)”<sup>285</sup>.

Mas os custos mais visíveis da saída do Euro seriam, certamente, de índole **económica**. E, também aqui, as vantagens da adesão de Portugal à ZE se transformariam em desvantagens.

Se o grande benefício da moeda única foi ampliar o mercado interno, eliminando definitivamente os entraves cambiais ao comércio entre os Estados, o que permitiu a Portugal (e a todos os outros Estados membros) intensificar as trocas comerciais intra-Euro, a saída traria de novo os obstáculos ligados à variação das paridades entre a nova moeda nacional e o euro. A consequência imediata e teórica seria um abrandamento do comércio, mesmo que ligeiro, entre Portugal e os Estados membros do Euro, em resultado dos custos inerentes às alterações constantes e imprevistas das taxas de câmbio para as empresas e investidores. Como explica Cavaco Silva: “a união monetária conduz a uma maior integração dos mercados, na medida em que ao mercado interno europeu sem fronteiras se junta uma mesma moeda como unidade de troca, de reserva e de conta. Consequentemente, ficará ainda mais facilitada a mobilidade dos

---

<sup>283</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-06-2011. Vide Anexos.

<sup>284</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 125.

<sup>285</sup> - Ibidem. P 169-170.

produtos, dos serviços e dos factores de produção e será possível um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado único”, através da “eliminação da incerteza cambial e dos custos de conversão entre as várias moedas nacionais (...). Consequentemente, aumentam a eficiência económica e o comércio intracomunitário, tendem a descer as taxas de juro de longo prazo e a aumentar a procura de activos europeus (...). Melhora a competitividade da União Europeia e o investimento<sup>286</sup> e o crescimento económico são estimulados”<sup>287</sup>. Esta posição é partilhada por António Mendonça, para quem os benefícios da moeda única estão, sobretudo, situados ao nível microeconómico e representam ganhos de eficiência económica. “Estes ganhos são supostos ter duas origens distintas: eliminação dos custos de transacção associados à troca de moedas nacionais e eliminação do risco de câmbio”<sup>288</sup>.

Também para Rui Henrique Alves: “reduzindo os custos de transacção e eliminando a incerteza cambial intra-zona, a moeda única incrementa as condições de micro e macroeconómicas, criando um clima mais favorável ao aumento (em quantidade e qualidade) do investimento e, dessa forma, contribuindo para a elevação da produtividade e da competitividade europeias. Em simultâneo, promove-se a estabilidade a nível geral dos preços, objectivo primordial da actuação do Banco Central Europeu, incita-se a disciplina orçamental, como condição essencial para a existência da estabilidade monetária, e incentiva-se o saneamento das contas públicas (...)”<sup>289</sup>.

Manuel Carlos Lopes Porto defende que, no plano microeconómico, são de “grande relevância os benefícios resultantes de deixar de ser necessário cambiar espécies monetárias e divisas para a concretização de todos os tipos de relações económicas, entre os países da União, com os custos de transacção inerentes, de deixar de haver imprevisibilidade em relação a possíveis variações cambiais, com custos de incerteza e de haver um conhecimento imediato (transparência), sem a necessidade de se estar sempre a consultar e a calcular câmbios para se saberem os preços dos bens e dos factores nos vários países, evitando-se pois custos de informação e de cálculo. Não

---

<sup>286</sup> - Note-se que Cavaco Silva aponta também como uma das vantagens da moeda única as maiores possibilidades que as empresas passam a ter ao nível de financiamento. In *Portugal e a moeda única*. Op. Cit.

<sup>287</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 111 -112.

<sup>288</sup> - MENDONÇA, António – “O conceito de zona monetária óptima e o problema da sua aplicação à discussão sobre o processo de integração monetária na Europa”. In *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa. ISEG, 1995, p 567-582.

<sup>289</sup> - ALVES, Rui Henriques – “Da moeda única à união política”. Editado por Faculdade de Economia do Porto. 2000. [Consultado em: 10-06-2011]. Disponível em: [www.fep.pt/dioces/rhalves/documentos](http://www.fep.pt/dioces/rhalves/documentos).

é fácil quantificar com exactidão todos os custos que serão evitados, mas é seguro que serão muito significativos, bem maiores, do ponto de vista geral, do que o ganho que os bancos e os cambistas têm actualmente com a troca de moedas e os especuladores com as variações imprevistas das cotações cambiais (...). Mesmo sem o quantificar, compreende-se naturalmente que o afastamento de tais custos tenha por seu turno um impacto muito positivo na taxa de crescimento das economias”<sup>290</sup>. Acresce ainda que, para Lopes Porto, os chamados ganhos cambiais são uma ilusão, pois a actuação dos cambistas e especuladores “tem sido aliás a maior causa das crises recentes que se têm verificado”<sup>291</sup>.

João César das Neves salienta mesmo que as empresas não querem hoje preocupar-se com questões cambiais, pelo que dão preferência às trocas com a mesma moeda (dentro da Zona Euro), o que, para Portugal e na hipótese de saída do Euro, representaria um corte com o seu “mercado normal” e a necessidade de ter “que começar a exportar para outro lado. (...) Se Portugal saísse [da Zona Euro], o problema era de desvio do comércio e muito do nosso comércio ou continuava fixado em euros e, nesse caso, era como se estivéssemos dentro, ou então, se tivéssemos preços em escudos e deixássemos a situação cambial verificar-se, iríamos perder uma data de mercado”<sup>292</sup>.

A saída de Portugal da Zona Euro induziria, também, uma subida da taxa de inflação, não só porque se abandonaria o principal princípio da União Monetária, a estabilidade dos preços, mas também porque taxas de câmbio variáveis significam inflação (ou desinflação) importada. E uma menor estabilidade dos preços é sinónimo de menor crescimento da economia<sup>293</sup>, assim como também o é uma maior taxa de juro. Como refere Fabio Giambiagi: A “estabilidade [de uma união monetária] operaria como um poderoso factor de estímulo ao investimento, tanto estrangeiro como privado, em geral”, pois “tenderia a gerar uma redução das taxas de juro”, a ampliar as economias de escala e a eliminar o risco cambial<sup>294</sup>.

---

<sup>290</sup> - PORTO, Manuel Carlos Lopes – *Teoria de integração e políticas comunitárias face aos desafios da globalização*. 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2009. P 464. ISBN 978-972-40-3779-0.

<sup>291</sup> - Ibidem. P 472.

<sup>292</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>293</sup> - Note-se que preços mais elevados significam menor consumo, sendo esta uma variável do modelo de crescimento de uma economia.

<sup>294</sup> - GIAMBIAGI, Fabio – “Uma proposta de unificação Monetária dos países do Mercosul”. In *Revista de Economia Política*. Volume 17, nº 4 (68), 1997, p 16.

Fabio Giambiagi é funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e estudioso das possibilidades de criação de uma união monetária nos países do Mercosul.

A prática comprovou que as taxas de juro em Portugal baixaram significativamente desde a sua adesão ao Euro e comparativamente com os anos antecedentes, em que eram fixadas por decisões internas de política monetária, e não pelo BCE<sup>295</sup>. A saída da Zona Euro provocaria, assim, uma subida das taxas de juro, que poderia actuar, no contexto económico actual, como um custo, ou um benefício. Teoricamente, taxas de juro altas significam menos investimento empresarial e menos produção, bem como maior vulnerabilidade “a ataques especulativos” e menor “vontade e força política dos respectivos governos para prosseguir políticas orçamentais rigorosas e realizar reformas estruturais”<sup>296</sup>, havendo assim toda a vantagem na sua manutenção em valores baixos. Porém e conforme lembra João César das Neves: “Portugal deixou-se endividar brutalmente na Zona Euro, porque era barato e era barato porque a taxa de juro do euro era barata”<sup>297</sup>.

O actual endividamento externo de Portugal (230% do PIB segundo César das Neves) é, aliás, um dos grandes, se não mesmo o maior, custos da saída de Portugal da Zona Euro, não só para André Freire - “o problema da nossa saída do Euro é depois como ficava a dívida”<sup>298</sup> -, mas também para Sarsfield Cabral: “sair do Euro tem um custo enorme, pois a nossa dívida externa triplicaria, pois teríamos para aí uma desvalorização de 30%, ficaríamos, concerteza, fechados a mercados internacionais durante muito tempo por falta de financiamento, portanto, é um pouco escolher entre a peste e a cólera”<sup>299</sup>. Também para João Ferreira Amaral, o principal drama da saída de Portugal do Euro é que “nós somos um país muito endividado. Eu não falo do Estado, que é ainda o que me preocupa menos, mas das famílias e das empresas. Se nós sairmos da Zona Euro, essas dívidas continuam a ter de ser pagas em euros, mas a nossa moeda, os rendimentos das pessoas passam a ser em escudos e só faz sentido sair da Zona Euro, na medida em que a nossa moeda se vai desvalorizar bastante em relação ao euro, porque é isso que vai dar competitividade às nossas exportações”<sup>300</sup>. João Ferreira do Amaral, assim como Sarsfield Cabral, avança com uma necessidade de desvalorização da moeda na ordem dos 30%, o que significava que as “dívidas das pessoas aumentavam 30%”. Este acréscimo, segundo Ferreira do Amaral, tinha de ser

---

<sup>295</sup> - Vide Anexos.

<sup>296</sup> - Op. Cit. - *Portugal e a moeda única*. P 107.

<sup>297</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>298</sup> - In conversa a 30-06-2011. Vide Anexos.

<sup>299</sup> - In entrevista a 20-06-2011. Vide Anexos.

<sup>300</sup> - In entrevista a 02-06-2011. Vide Anexos.

compensado pelo Estado, com recurso a um empréstimo a longo prazo junto da UE. E, se este empréstimo fosse concedido, assim como fossem asseguradas outras condições, nomeadamente de garantia de compra de moeda por parte do BCE, para sustentar grandes desvalorizações (acima dos níveis razoáveis), Ferreira do Amaral é peremptório a afirmar que Portugal deveria sair do Euro. “Se me dissessem que teríamos, neste momento, o apoio da União para sair, saia já amanhã”<sup>301</sup>.

Um outro custo da saída de Portugal do Euro prende-se com o abandono do critério da UEM de estabilidade das finanças públicas. “Na questão monetária”, afirma César das Neves, “havia quatro critérios (...). Os primeiros três critérios eram directamente monetários e tinham a ver com os três preços da moeda: a taxa de câmbio, a taxa de juro e a taxa de inflação. (...) O quarto critério é um pouco estranho, porque tem a ver não com a moeda, mas com as finanças públicas. (...) e está lá por razões estritamente monetárias”<sup>302</sup>, implícito nos Pactos de Estabilidade e para garantir a estabilidade na Zona Euro. Portugal, ao abandonar o Euro e a UEM, deixaria de ter de cumprir o critério da disciplina das finanças públicas<sup>303</sup>, pelo que correria o risco de um maior descontrolo das mesmas. Como explica Cavaco Silva: “finanças públicas saudáveis” são “imprescindíveis à sustentabilidade do crescimento económico”<sup>304</sup>, pelo que se pode inferir que o Euro veio proporcionar a Portugal um maior desenvolvimento económico e, conseqüentemente, o abandono desta Zona iria quebrar ou sustentar a expansão da economia nacional. “Se estivéssemos fora da Zona Euro, nós teríamos um problema muito grave de exportação e muito grave de desenvolvimento por causa disso. Teríamos uma moeda que mais ninguém tem e teríamos muito mais dificuldades de desenvolvimento e de crescimento”, argumenta César das Neves<sup>305</sup>. Mas esta opinião não é compartilhada por Ferreira do Amaral, para quem “é totalmente falsa” a questão de que sem o Euro não haveria desenvolvimento. “É das coisas onde mais enganados temos sido” e “isso só seria válido, eventualmente, se em todas as dificuldades que nós tivéssemos devido ao facto de perdermos os instrumentos de política económica, os outros países europeus nos ajudassem”.

---

<sup>301</sup> - Op. Cit. – Entrevistas a Ana Isabel Travassos. Vide Anexos.

<sup>302</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>303</sup> - Parte-se da situação portuguesa anterior à Zona Euro em que não havia internamente qualquer obrigação deste tipo. A disciplina das finanças públicas é: défice orçamental máximo de 3% PIB e dívida pública máxima de 60% PIB.

<sup>304</sup> - Op. Cit. - *Portugal e a moeda única*. P 32.

<sup>305</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos..

#### **IV.1.2 – Vantagens**

Se falar dos custos para Portugal da sua saída do Euro é o mesmo que falar das suas vantagens aquando da adesão a esta Zona, então falar dos benefícios da saída é o mesmo que falar dos custos da adesão.

Ora, o grande custo da entrada no Euro foi a perda da moeda nacional, fosse como elemento de soberania nacional, fosse como instrumento de política monetária e cambial. Ou seja, extinguiu-se a possibilidade de os Estados poderem alterar livremente o preço da moeda face às outras moedas (taxa de câmbio) e a sua quantidade em circulação (emissão de moeda para ter efeito nas taxas de juro e/ou inflação). Como diz Cavaco Silva: “Os bancos centrais nacionais, como o Banco de Portugal, perdem a competência para conduzir a política monetária, isto é, deixam de poder fixar as taxas de juro oficiais e determinar o crescimento da oferta de moeda que considerem adequada aos objectivos nacionais. A política monetária passa a ser comum a todos os Estados membros e conduzida por uma entidade supranacional (...)”<sup>306</sup>.

Fabio Giambiagi sublinha que, “a unificação monetária envolve de facto alguma perda parcial de soberania para a gestão de certas políticas públicas, mas além de não implicar uma renúncia da soberania política, aquela perda ocorre em troca dos grandes benefícios propiciados pela União Monetária”<sup>307</sup>. Para ele, a grande desvantagem é a perda de autonomia, mas que pode ser compensada pelo benefício da credibilidade, da estabilidade e da política anti-inflacionista. “A questão fundamental que um país deve colocar numa união monetária”, diz, “é se a perda da independência monetária é mais do que compensada com as reduções nos custos de transacções e das incertezas nas taxas de câmbio, por um comportamento inflacionista e pela credibilidade ligada a essa união”<sup>308</sup>. Não há dúvida de que uma união monetária “diminui a capacidade de acção dos governos, afectando, desse modo, a soberania nacional, isto porque, de um lado os governos perdem a possibilidade de usar a política cambial como instrumento de ajuste (...), o que é, per si, um custo político para estes”. Mas, “a questão básica para cada país

---

<sup>306</sup> - SILVA, Aníbal Cavaco – *Portugal e a moeda única*. Lisboa: Editorial Verbo, 1997. P 23.

<sup>307</sup> - Op. Cit. – “Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul”. P 13

<sup>308</sup> - MASSON, Paul e TAYLOR, Mark – “Issues in operations of monetary Unions and Common Currency Areas”. In *Occasional Paper*. Washington DC, IMF. Nº 96, 1992, p 67, citado por Giambiagi.

é avaliar se os benefícios superam esse custo e, se superarem, aceitar a perda de graus de liberdade como um facto inerente ao processo”<sup>309</sup>.

João Ferreira do Amaral lembra que há “dois aspectos graves na Zona Euro”. O primeiro, é que “os Estados deixaram de poder recorrer à emissão monetária para cumprir as suas obrigações e isto é um dos aspectos mais negativos da Zona Euro, porque o Estado fica nas mãos dos mercados financeiros e os Estados não podem estar nas mãos dos mercados financeiros (...). Dantes não era assim, se o Estado português não tivesse dinheiro ia ao Banco de Portugal e emitia dinheiro (...). Um dos aspectos mais negativos da Zona Euro é ter proibido o financiamento monetário”. O segundo aspecto prende-se com a impossibilidade de desvalorização da moeda. “Pertencer à Zona Euro tem uma grande implicação: é que nos fez perder o instrumento eficaz de combate ao défice externo que é a desvalorização cambial”<sup>310</sup>, que se revela tanto mais importante quanto maiores forem os desequilíbrios externos de uma economia. É que, a desvalorização da moeda permite aumentar a competitividade no exterior e, consequentemente, as exportações, que significam entrada de divisas e crescimento da economia.

Para António Mendonça, os custos da moeda única “encontram-se perfeitamente catalogados e derivam sobretudo da perda da autonomia política monetária, ou seja, derivam do facto de se deixar de poder utilizar os instrumentos da modificação da taxa de câmbio ou da oferta de moeda, para fazer face à posição do País nas relações externas (...)”<sup>311</sup>, tratando-se assim de custos macroeconómicos<sup>312</sup>.

A saída de Portugal do Euro iria, inevitavelmente, devolver ao País a soberania em matéria de políticas monetária e cambial e, assim, permitir recorrer à variação das taxas de câmbio e das taxas de juro e à emissão de moeda para resolver as dificuldades económicas, pelo menos de um modo mais célere e a curto prazo. Como diz Pedro Lains: “a desvalorização cambial em países como Portugal ainda é um remédio de curto prazo, pode não ter efeitos positivos”. Já César das Neves argumenta que: “é evidente que poderemos desvalorizar a moeda e daí podemos dar algum benefício às nossas exportações, mas é importante ver que essas coisas têm de ser vistas em termos de

---

<sup>309</sup> - Op. Cit. – “Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul”. P 11-13.

<sup>310</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

<sup>311</sup> - Op. Cit. - “O conceito de zona monetária óptima e o problema da sua aplicação à discussão sobre o processo de integração monetária na Europa”.

<sup>312</sup> - Ibidem. Para António Mendonça, os custos da moeda única são sobretudo macroeconómicos, a nível da economia, enquanto as vantagens são microeconómicas, com impacto nas empresas.



equilíbrio geral, ou seja, o benefício que os exportadores teriam, tem de ser compensado com as perdas que os trabalhadores e que os outros teriam; é um jogo que tem efeitos dos dois lados. Tudo na economia tem dois lados e é preciso não esquecer o outro lado. Mas, sobretudo, o grande problema é que as desvalorizações não resolvem a questão. A razão porque Portugal tem este problema, com as exportações, tem a ver com uma questão económica, com a estrutura produtiva. Quando nós desvalorizamos, falsificamos os dados; parece que estamos a vender melhor, mas não estamos; estamos simplesmente a alterar a unidade de medida de valor, que é a moeda, e isso faz com que as empresas não precisem de se ajustar” e se não é feito nada na estrutura produtiva nacional, o “benefício de desvalorizar dura apenas algum tempo” e depois tudo volta ao mesmo. “Se, de facto, não se trata o problema, não se combate com o analgésico, apenas se dá um bocadinho de anestésico, a economia não muda, fica na mesma e os problemas económicos, que estavam lá, continuam. (...) Para a economia portuguesa, a saída do Euro dava uma vantagem pontual, naquele momento, porque, de facto, baixava os nossos preços exteriores e iríamos vender mais, mas tinha dois problemas: primeiro (...) não resolvia o problema (...) e segundo, cortava-nos o comércio com a Zona Euro (...)”<sup>313</sup>.

A par com a devolução da autonomia das políticas monetária e cambial, a saída do Euro devolveria a liberdade total em matéria orçamental, hoje condicionada pelo PEC. “A integração na União Económica e Monetária traduzir-se-á por uma disciplina férrea que nos será aplicada na sequência de restrições que nos ultrapassam (...)”, enfatiza Lopes Porto<sup>314</sup>. Mas, se para Cavaco Silva e como se viu acima, esta disciplina é uma vantagem do Euro, pelo que o seu desaparecimento significaria um custo económico, já para Rui Henriques Alves, as restrições existentes na utilização dos instrumentos de política orçamental para “atender a situações de crise conjuntural”, face “aos critérios de participação na UEM e à necessidade de assegurar uma situação de equilíbrio (ou de superávite) orçamental no médio prazo como consequência do acordo traduzido no Pacto de Estabilidade e Crescimento”, representam problemas que são, “segundo alguns autores, mais significativamente sentidos em países com menores níveis de desenvolvimento económico (...)”<sup>315</sup>. É o tal reverso da medalha, tão característico do ponto de vista económico, apontado por César das Neves, e que

---

<sup>313</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>314</sup> - Op. Cit. – *Teoria de integração e políticas comunitárias face aos desafios da globalização*. P 479.

<sup>315</sup> - Op. Cit. – “Da moeda única à união política”. P 11.

aconselha à realização de análises de custos/benefícios para as tomadas de decisões. Porém e como lembra Lopes Porto<sup>316</sup>, não é só em Portugal que há escassez de estudos de custos/benefícios sobre a integração europeia, sendo prática geral na UE.

### **III. 2 – Para a União Europeia**

A saída de Portugal, ou de qualquer outro Estado membro, da Zona Euro não afecta apenas o país que se retira, mas também a União como estrutura política, jurídica, administrativa, económica e mesmo social.

A nível de custos **políticos**, a saída de um país tem o mesmo significado para a UE que tem para o Estado demissionário, ou seja, representaria um golpe político, uma perda de força internacional, pois a “UEM surge como uma tentativa de conseguir o que os governos nacionais isoladamente não conseguem: recuperar o prestígio da Europa no mundo”<sup>317</sup>.

A este propósito, Cavaco Silva é muito claro: “a realização do projecto da moeda única” foi “uma oportunidade para a economia europeia reforçar a sua competitividade face aos Estados Unidos e ao Japão e para a União Europeia ganhar força política para actuar na cena internacional”<sup>318</sup>. Esta posição é partilhada tanto por Manuel Carlos Lopes Porto - “com uma moeda comunitária única, passa ainda a Europa a poder ter um papel de maior relevo no contexto mundial. Será possível diminuir assim o peso do dólar e fazer frente ao yen, aparecendo o nosso continente com uma moeda que poderá figurar entre as mais utilizadas nas relações económicas internacionais”<sup>319</sup> -, como por Fabio Giambiagi: “com um sistema monetário unificado, a Europa poderia então aspirar a um certo grau de soberania monetária, diante das forças do mercado financeiro, reduzindo, ao mesmo tempo, a hegemonia do dólar no merca do mundial”<sup>320</sup>, como também por António Mendonça – “a moeda única europeia pode também ser um

---

<sup>316</sup> - Op. Cit. - *Teoria de integração e políticas comunitárias face aos desafios da globalização*. P 250-251.

<sup>317</sup> - NUNES, Ricardo da Costa e NUNES, Selene Peres Peres – “União Monetária Europeia – UME: evolução recente e perspectivas”. In *Revista de Economia Política*. Volume 20, nº1 (77), Janeiro - Março de 2000, p 51-72.

<sup>318</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 20.

<sup>319</sup> - PORTO, Manuel Carlos Lopes – *Teoria de integração e políticas comunitárias face aos desafios da globalização*. 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2009. P 473. ISBN 978-972-40-3779-0.

<sup>320</sup> - GIAMBIAGI, Fabio – “Uma proposta de Unificação Monetária dos países do Mercosul”. In *Revista de Economia Política*. Volume 17, nº 4 (68), 1997, p 5-30.

instrumento de intervenção activa por parte da Comunidade Europeia na definição das novas regras e dos novos mecanismos de regulação económica internacional”<sup>321</sup>.

Ora, a saída de um Estado membro da Zona Euro iria fragilizar essa união monetária e retirar-lhe força política a nível internacional. Seria o indício que essa União não estava a funcionar bem, como expressa Pedro Lains. “a saída de Portugal do Euro daria sinal aos mercados que o euro não estaria a funcionar bem e que, afinal, não era a moeda forte de mais de 300 milhões de habitantes, mas poderia vir a ser apenas a moeda de uma parte da União Europeia. Nesse sentido, Portugal tem alguma capacidade política e é por causa disso que está a ser tratado como está, que tem havido alguma condescendência por parte das instituições internacionais relativamente ao seu défice externo e às suas contas públicas”<sup>322</sup>.

Portugal, ao abandonar o Euro, iria ainda provocar, certamente, um recuo no processo da integração europeia e a possibilidade de retorno a ideias nacionalistas, a avaliar por Rui Henrique Alves - “a saída de um Estado membro porá em causa aquilo que é um dos desígnios da moeda única: o ponto de partida para a união política (...) desejada desde os alvares da comunidade (...)”<sup>323</sup> -, por Lucas Pires - “neste novo mundo, a alternativa à integração seria o regresso a formas defensivas de centralismo e autoritarismo interno, ou a apelos mais elementares de identidade, como a raça (...)”<sup>324</sup> -, por Lopes Porto que, para o efeito, recorre a Paul Krugman: “a eficiência económica não é tudo. A moeda única é uma necessidade para a unificação política da Europa”<sup>325</sup>, e por Cavaco Silva: “(...) a moeda única conduzirá logicamente a novos passos de integração para mais união política. Há mesmo quem considere que o maior benefício da moeda única reside no facto de ela facilitar o caminho para a união política”<sup>326</sup>, pelo que a saída de Portugal ou de qualquer outro Estado membro da Zona Euro representaria um passo atrás no caminho da união política. Se a União Monetária revela fragilidades e não se mostra coesa, como seria possível avançar na integração europeia, rumo à união política? “Dotar a União Europeia de uma moeda única é o grande teste à

---

<sup>321</sup> - Op. Cit. – “O conceito de zona monetária óptima e o problema da sua aplicação à discussão sobre o processo de integração monetária na Europa”.

<sup>322</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 21-06-2011. Vide Anexos.

<sup>323</sup> - In ALVES, Rui Henrique – “Da moeda única à união política”. In textos da Faculdade de Economia do Porto, 2000. [Consultado em: 10-06-2011]. Disponível em: [www.fep.pt/dioces/rhalves/documentos](http://www.fep.pt/dioces/rhalves/documentos).

<sup>324</sup> - PIRES, Francisco Lucas – “A revolução europeia”. Lisboa: Edição do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 2007. P 282. ISBN 978-972-99471-5-5.

<sup>325</sup> - Op. Cit. - *Teoria de integração e políticas comunitárias face aos desafios da globalização*. P 474.

<sup>326</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 169.

vontade e determinação dos líderes dos Estados membros em aprofundar a integração económica e financeira e avançar na integração política”<sup>327</sup>, pelo que a saída de um Estado membro do Euro traduz a falta de coesão política entre os governos nacionais. Assim se compreende a ajuda financeira concedida pela UE a Portugal, Irlanda e Grécia, mesmo com muitas reticências por parte de alguns dos restantes Estados membros, principalmente da Alemanha. O objectivo é evitar a todo o custo a saída de um país da Zona Euro, pondo em risco o avanço do processo de integração europeia e a credibilidade da União a nível internacional.

Em termos **jurídicos** e como se viu anteriormente, o abandono de Portugal da Zona Euro obrigaria a reformular os tratados da UE e outras normas secundárias, enquanto a nível **administrativo**, tornar-se-ia necessário, também, realizar algumas adaptações, tendo em conta, por exemplo, a saída de funcionários portugueses do SEBC, do Comité Económico e Financeiro, do Eurogrupo e mesmo de Vítor Constâncio da vice-presidência do BCE, ou seja, de instituições e entidades onde Portugal está presente apenas enquanto membro do Euro.

Já as repercussões **económicas** na UE ou na Zona Euro da saída de Portugal, seriam diminutas, a avaliar pelo contributo económico da sua adesão. Como referia a Comissão Europeia em 1978: “para a Comunidade, a adesão terá uma incidência económica muito limitada, devido ao peso relativo da economia portuguesa. Portugal não representa mais que 3% da Comunidade actual em termos de população e 1% em termos do PIB”<sup>328</sup>. Assim, em termos económicos, a saída de Portugal do Euro pouco ou nada afectaria a União, excluindo-se o efeito de arrastamento desse acto sobre os demais Estados membros, sobretudo sobre aqueles com economias mais precárias. Do mesmo modo que os efeitos da crise económica instalada num Estado membro, como são os actuais casos de Portugal, da Irlanda e da Grécia, se propagam aos demais Estados membros da Zona Euro<sup>329</sup>, também a saída de um país do Euro e a adopção de uma moeda nacional, de baixo valor (desvalorizada) iria afectar a Zona Euro, lembra o economista chefe da OCDE, Pier Carlo Padoan: “(...) Primeiro, porque outros países da Zona Euro, altamente endividados, seriam considerados pelos mercados igualmente frágeis e, portanto, o seu prémio de risco subiria. Em segundo lugar, afectaria o mercado

---

<sup>327</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 63.

<sup>328</sup> - In COM (78) 220, de 19-05-1978.

<sup>329</sup> - Op. Cit. – *Portugal e a moeda única*. P 144-148. Vide: “No contexto do mercado interno europeu sem fronteiras e dotado de uma moeda única (...) os efeitos das medidas nacionais extravasam facilmente para fora do país que as toma (...)”.

único, porque mudaria drasticamente o preço relativo do conjunto da Zona Euro, ou seja, os países que integram a Zona Euro sentir-se-iam ameaçados pela desvalorização competitiva da moeda desse país (...)<sup>330</sup>. César das Neves acrescenta que: “para o Euro, uma saída como a de Portugal, seria muito grave”, porque tornava a “Zona Euro um espaço poroso, de onde se podia entrar ou sair” e isso iria afectar o modo como os mercados financeiros passariam a tratar algumas economias europeias, mais débeis, dificultando-lhes ou restringindo-lhes financiamento<sup>331</sup>.

### **III.3. – Notas Finais**

A saída de Portugal da Zona Euro teria repercussões tanto a nível interno, como comunitário e de diversa natureza, mas, particularmente de índole política e económica.

No âmbito político, o maior custo da saída traduzir-se-ia, para Portugal, numa perda da sua credibilidade internacional e, conseqüentemente, a sua marginalização na cena mundial e, para a UE, num recuo do processo de integração europeia rumo à união política e, também, numa diminuição da sua credibilidade internacional e do peso do euro face ao dólar norte americano.

Em termos económicos, a saída de Portugal do Euro iria ter um impacto reduzido na UE, mas já internamente são muitos os custos e os benefícios daí resultantes, a começar pelo possível abrandamento das tocas comerciais com a Zona Euro, devido ao ressurgimento das taxas de câmbio flexíveis. Como desvantagens económicas para Portugal podem-se ainda apontar: a subida das taxas de juro e os inevitáveis efeitos nefastos no investimento e no crescimento da economia, o aumento do endividamento nacional provocado pela desvalorização da nova moeda, e mesmo a suspensão do desenvolvimento económico de Portugal, tendo em conta a globalização e o abandono dos critérios rigorosos das finanças públicas<sup>332</sup>, embora não haja unanimidade nesta última questão.

A grande vantagem da saída de Portugal da ZE é a recuperação da sua soberania em matéria monetária e cambial, com a conseqüente possibilidade de desvalorização da

---

<sup>330</sup> - In entrevista ao Diário Económico de 22-03-2011.

<sup>331</sup> - Vide entrevista com César das Neves a 30-05-2011. Vide Anexos.

<sup>332</sup> - Note-se que se toma como hipótese a situação anterior à adesão ao Euro, pois Portugal pode sempre, saindo do Euro, impor regras internas restritas de finanças públicas.

nova moeda nacional para fazer face aos choques (crises) económicos. Mas mesmo este benefício pode, em certas circunstâncias, representar um custo, pelo que falar das vantagens e desvantagens da saída de Portugal do Euro e daí concluir sobre se o deve ou não fazer, passa por uma análise de custos/benefícios, a qual, no entanto, não é prática comum. Faltou aquando da adesão à então CEE e faltou aquando da adesão ao Euro.

## **V - CONCLUSÃO**

Este trabalho - **A possível saída voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE), no caso concreto de Portugal** - surge numa altura em que já não resta qualquer dúvida de que a União Europeia, mais particularmente a Zona Euro, enfrenta, pela primeira vez, o sério risco de saída de um ou mais dos seus Estados membros. Nunca, como hoje, se apresentou tão plausível uma desagregação da Zona Euro, ou mesmo da UE, e um recuo tão significativo do processo de integração europeia com mais de meio século de história, devido à incapacidade revelada por alguns dos seus Estados membros de ‘sobreviver’ economicamente, cumprindo, ao mesmo tempo, as regras impostas pela UEM, nomeadamente em termos de défice orçamental e de dívida pública. Entre estes Estados, contam-se Portugal, a Grécia e a Irlanda, que já dispõem de ajuda financeira externa para evitar a chamada ‘bancarrota’, e ainda a Espanha e a Itália, que estão agora sob forte vigilância da UE e do BCE<sup>333</sup>. Todos estes países, da periferia da Europa, atravessam crises económicas agudas que põem em causa não só a sua permanência na Zona Euro, mas também a credibilidade da própria União Europeia a nível internacional. Assim se compreende, aliás, os recentes e sucessivos esforços desenvolvidos pelas instituições comunitárias, nomeadamente por parte da Comissão Europeia e do BCE, para ajudarem os seus Estados membros em dificuldades económicas e manter intocável a Zona Euro, com uma moeda forte e credível.

Como se procurou demonstrar no subcapítulo III.2, a actual crise económica teve origem nos Estados Unidos da América em meados de 2007 e alastrou-se ao resto do mundo, inclusive aos países da União Europeia, onde o seu auge foi atingido em 2009, com todos os Estados membros, à excepção da Polónia, a apresentarem, nesse ano, quebras acentuadas nos seus rendimentos nacionais (em média de -4,0% tanto na Zona Euro, como na UE). A Grécia e a Irlanda registaram, inclusive, decréscimos das produções de 13,7% e de 7,6%, respectivamente, sendo assim dos mais elevados.

Também, em 2009, todos os Estados membros da UE registaram aumentos dos défices orçamentais, com apenas seis deles - Alemanha, Estónia, Luxemburgo, Finlândia, Suécia e Dinamarca - a respeitarem o critério da UEM para esta variável

---

<sup>333</sup> - À data de conclusão desta dissertação (início de Setembro de 2011), o BCE adquiria dívida pública destes dois Estados membros no mercado internacional, de modo a evitar situações económicas idênticas às verificadas em Portugal, Grécia e Irlanda.

(igual ou inferior a 3,0% do PIB) e com a Grécia e a Irlanda a apresentarem os piores valores, denotando, mais uma vez, as graves crises que atravessavam (a atravessam ainda) e que deram origem à intervenção financeira do FMI e da UE. Do mesmo modo, em 2009, a dívida pública subiu em todos os Estados membros da UE, com destaque para a Grécia, embora se mantivesse abaixo do limite de 60% do PIB imposto pela União Monetária em 13 deles: Estónia, Espanha, Chipre, Luxemburgo, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Letónia, Lituânia e Suécia.

O desemprego registou também acréscimos na maioria dos países da UE e a taxa de inflação afastou-se em muitos dos Estados membros do objectivo de uma subida anual inferior a 2,0%, mas não negativa, como garante da estabilidade dos preços, principal desígnio do BCE.

Em Portugal, se a queda do PIB em 2009 se ficou pelos 2,5%, sendo menos acentuada do que na Zona Euro ou na UE e em 2010 se assistiu mesmo a um ligeiro acréscimo (1,3%) da produção nacional, mas que reflectiu apenas um aumento das exportações como resultado de uma maior procura externa, motivada por uma recuperação económica de alguns dos principais parceiros comerciais de Portugal, já para 2011 e 2012, as previsões apontam para reduções do PIB de 2,2% e de 1,8%, respectivamente, entrando de novo a economia portuguesa em recessão e em contraciclo com a UE e mesmo com a Grécia e a Irlanda.

Da análise da evolução da economia portuguesa ressaltam ainda aumentos sucessivos da dívida pública, que em 2012 deverá perfazer 107,4% do PIB, e do desemprego, que são também indicadores da profunda crise que o País vive e que teima em persistir, revelando-se de difícil resolução, seja por falta dos instrumentos de política monetária e cambial, transferidos para o BCE, seja porque Portugal não deveria ter aderido à Zona Euro quando o fez, logo no início da sua criação, seja porque não tem sabido aproveitar os benefícios do Euro, nem sabido “viver dentro da Zona Euro”, seja devido à debilidade do seu sistema produtivo, seja ainda pela incapacidade ou ineficácia por parte das instituições comunitárias na adopção de medidas que contribuam para solucionar os desequilíbrios macroeconómicos nacionais. O certo é que, a par com a Grécia e a Irlanda, Portugal apresenta-se como um dos países do Euro e mesmo da UE mais afectados pela crise e que reúne o maior número de condições do ponto de vista económico para motivar a sua saída da Zona Euro. Nunca como até hoje houve tantas



razões de índole económica que justificassem a saída de Portugal da Zona Euro, mas apenas desta. Está fora de questão o seu abandono da União Europeia. Este estudo revelou a existência de consenso na possibilidade de saída de Portugal mas só da Zona Euro, sendo impensável fazê-lo da UE. Ficou claro que não há qualquer vantagem ou argumento coerente, neste momento e por enquanto, para Portugal vir a abandonar a União Europeia, até porque correria o risco de perder o seu principal mercado externo, o da UE, o que lhe seria deveras prejudicial.

Já não há, no entanto, consenso sobre se Portugal deverá ou não sair da Zona Euro para resolver os seus problemas macroeconómicos, nomeadamente o da elevada dívida externa. As opiniões divergem nesta questão, com João César das Neves, por exemplo, a duvidar dos benefícios inerentes à saída, pelo menos a longo prazo, e João Ferreira do Amaral a defender o abandono de Portugal do Euro. Porém, ambos partilham a opinião de que a saída de Portugal da Zona Euro tornaria mais célere e fácil a recuperação da economia nacional, pois devolveria a sua autonomia em matéria de política monetária e cambial, permitindo assim recorrer à desvalorização da moeda para tornar mais rápidos os ajustamentos económicos<sup>334</sup>. O Euro dificulta a correcção dos desequilíbrios económicos por falta de instrumentos de política monetária e cambial. Sobre esta questão, não há qualquer dúvida!

Aliás, a grande crítica ao Euro prende-se com a perda dos instrumentos de políticas monetária e cambial, para fazer face a desequilíbrios económicos, sobretudo em períodos de crise. Este é, na realidade, o grande ónus de um país pertencer à Zona Euro e de transferir para instituições supranacionais a sua soberania monetária e cambial, embora o faça de livre vontade. Mas ao ‘ceder’ esta soberania, passa também para as instituições comunitárias (nomeadamente o BCE) a responsabilidade de contribuírem para a resolução dos problemas económicos dos Estados membros, desprovidos então de instrumentos importantes de reequilíbrio macroeconómico. Assim o entende a teoria intergovernamentalista da integração europeia, segundo a qual “a acumulação de poderes pelas instituições resulta apenas da vontade dos Estados em ceder ou delegar autoridade nessas instituições, na medida em que tal poderá servir melhor os seus interesses e objectivos nacionais”<sup>335</sup>.

---

<sup>334</sup> - Note-se que, como ficou patente nos capítulos anteriores, a recuperação da economia não traduz a resolução dos seus problemas económicos. Recuperar uma economia significa tirá-la de uma situação de crise, que é caracterizada por desequilíbrios macroeconómicos, entre eles de quebra do PIB.

<sup>335</sup> - Vide P 15 desta tese.

Porém e como se verificou, a UE não tem sabido responder, pelo menos atempadamente, à crise, não conseguindo evitar o descalabro económico em alguns dos seus Estados membros, como Portugal, a Grécia e a Irlanda. A explicação para a ineficácia das instituições comunitárias está no próprio “edifício do Euro” que contém muitas falhas que se revelaram, pela primeira vez, com a actual crise; na “imperfeição da Zona Euro”, que nunca deveria ter sido criada sem existir uma união política. É consensual que uma moeda única sem o contrapeso do poder político não funciona, que uma união monetária sem uma união política é inoperacional, que a união política é o garante do sucesso da união monetária e, daí, a incapacidade da UE em adoptar medidas eficazes de combate à crise que atinge os seus Estados membros, embora com intensidades diferentes.

Mesmo estando reunido um conjunto significativo de condições económicas que justifiquem uma saída voluntária de Portugal, ou de outro país, do Euro, a opção final será sempre de teor político, assim como o foi a adesão à Zona Euro e à UE. O factor económico é importante e influencia a decisão que é, em última instância, política, cabendo ao governo no exercício das funções que lhe foram atribuídas eleitoralmente, escolher qual o melhor rumo para o país. Assim o diz a teoria intergovernamentalista, quando defende a soberania dos Estados nas relações internacionais e, consequentemente, no processo de integração europeia, a sua autonomia na tomada de decisões e a sua permanência em organizações internacionais enquanto delas poderem retirar vantagens: “o que foi alcançado na Comunidade dependeu da governação política, através das elites nacionais e dos acordos políticos entre os governos nacionais”; “os Estados são os actores nucleares do sistema internacional e (...) actuam na defesa e na protecção dos seus interesses”<sup>336</sup>. Assim também o dizem os entrevistados, como João Ferreira do Amaral que é peremptório ao afirmar que: “a saída é uma decisão certamente política, sendo que um dos factores dessa decisão será a economia”, pois “nenhum país sairá se tiver a percepção que, se sair, a sua economia irá sofrer muito”<sup>337</sup>.

Está provado que a entrada e saída da União Europeia ou a entrada e saída da Zona Euro são actos políticos, influenciados pela componente económica; são respostas políticas a necessidades económicas. Assim sendo, para que Portugal ou qualquer outro

---

<sup>336</sup> - Vide p 22 e p 12 desta dissertação.

<sup>337</sup> - In entrevista a Ana Isabel Travassos a 02-06-2011. Vide Anexos.

Estado membro abandonem o Euro é preciso, em primeiro lugar, quere-lo politicamente, ter vontade política para o fazer. Não basta existir uma grave crise económica e de difícil resolução, atribuível, em parte, à Zona Euro, para que a saída se concretize. Ela é um elemento motivador e justificativo de uma possível saída, mas não o factor determinante da saída. Sem o argumento económico, dificilmente qualquer governo, mesmo eurocéptico, conseguirá explicar (ou convencer) ao (o) seu eleitorado (a maioria da população) a opção pela saída do país da Zona Euro, que é sempre, no limite, de índole política. Mesmo sendo o governo português livre de tomar uma decisão desta natureza, não só porque a Constituição o permite, mas também porque foi eleito para tal, ele só a tomará se souber que não irá perder o seu eleitorado, nem a sua força (poder) política(o) a nível nacional. O intergovernamentalismo, como teoria estatocêntrica, e ao contrário do neofuncionalismo, a outra grande teoria explicativa da integração europeia, mostra bem que “o interesse principal dos governos é manterem-se eles próprios no poder”<sup>338</sup>, pelo que, qualquer decisão que tomem tem sempre presente este desígnio. Assim se compreende que até em governos liderados por partidos políticos pró-Europa, como acontece em Portugal com o PSD e o PS que geralmente alternam na chefia do País, possam ser adoptadas decisões pouco ou nada europeístas, sobretudo em períodos de crise económica profunda, caracterizados por uma apologia ao nacionalismo e ao proteccionismo: “os períodos de crise não são férteis para teorias de defesa das instituições supranacionais”, refere Ben Rosamond<sup>339</sup>. Basta uma contestação social, a realização de um referendo, embora não obrigatório em Portugal, sobre o Euro, ou mesmo a percepção de um descontentamento da população face à Zona Euro, para impelir os governos mesmo europeístas a um ‘volte face’. Embora não seja expectável que tal venha a suceder em Portugal, segundo foi apurado com as entrevistas e as leituras realizadas, a hipótese de saída tem de ser ponderada, até porque é cada vez mais notório o desinteresse ou descrença dos portugueses e dos europeus em geral, pela UE, como comprovam os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e não só e das sondagens ultimamente efectuadas pela Comissão Europeia.

A abstenção e os votos nulos e brancos têm aumentado de eleição para eleição europeia, tanto no conjunto da UE, como em Portugal. No primeiro caso, a abstenção atingiu os 57% em 2009 (54,5% nas de 2004) e os votos nulos e brancos totalizaram

---

<sup>338</sup> - Vide P 12 desta dissertação.

<sup>339</sup> - Vide P 12 desta tese.

6,6% (3,9% nas de 2004), enquanto em Portugal estes valores subiram, respectivamente, para 63,2% e 6,6% (61,0% e 4,0% nas europeias de 2004).

E se as opiniões divergem quanto ao sentido da abstenção nas eleições europeias de 2009, com Pedro Lains a considerar que a maior abstenção não é sinónimo de uma maior descrença dos portugueses na UE, André Freire a relacioná-la com erros de registo eleitoral e Francisco Sarsfield Cabral a atribuí-la, de facto, a um maior desinteresse pelas questões europeias, já existe um certo consenso no que concerne à relação directa entre os resultados eleitorais e a crise económica. Em épocas de crise interna, é manifesto o maior afastamento da população de actos eleitorais de segunda ordem, como são as eleições para o PE, o que explica, também, o aumento da abstenção verificado, em praticamente todos os países da UE, em 2009, em pleno auge da crise económica. Este maior desinteresse ou descrença pela União Europeia é confirmado ainda com os resultados de eleições legislativas ou locais realizadas, recentemente, em diversos Estados membros, de onde saíram reforçados, em muitos casos, os partidos políticos eurocépticos.

Embora os portugueses continuem a eleger partidos pró-Europa, a confiarem nas instituições comunitárias para resolverem a crise do País e a acharem que ainda retiram benefícios da UE, já defendem a violação do critério do défice orçamental em prol da criação de emprego, o que contraria um dos princípios da UEM. Aliás, hoje, os portugueses responsabilizam, em parte, a UE pelo elevado desemprego nacional e já não se manifestam tão favoráveis como dantes à UEM e ao Euro. “Globalmente, os dados sugerem um declínio das avaliações instrumentais que os portugueses fazem da UE”<sup>340</sup>, embora ainda estejam longe de serem alarmantes e de indiciarem uma renúncia à UE ou à Zona Euro. Mesmo com os dados a irem ao encontro das opiniões dos analistas e teóricos da integração europeia que consideram, como se viu, improvável a saída de Portugal da Zona Euro, não se deve ignorar essa possibilidade, que nunca foi tão evidente, pois também nunca Portugal se defrontou com uma crise económica tão profunda sem deter os instrumentos de política monetária e cambial e nunca os seus cidadãos se revelaram tão desinteressados ou descrentes na UE.

Reunidas e verificadas as condições económicas e políticas capazes de motivarem a saída voluntária de Portugal da Zona Euro, era preciso apurar sobre a

---

<sup>340</sup> - Vide P 72 da dissertação.

efectivação desse abandono, ou seja, sobre a possibilidade prática de um Estado sair da Zona Euro ou mesmo da UE se assim o desejar ou decidir.

Provar a viabilidade do abandono de um Estado membro do Euro (ou da UE) é, acima de tudo, verificar a possibilidade jurídica dessa saída, à luz dos Tratados da União Europeia. Conclui-se que, não existem quaisquer obstáculos jurídicos à saída voluntária de um Estado membro, pelo menos da UE. O artigo 50º do TUE aditado pelo Tratado de Lisboa é claro nessa possibilidade e veio retirar quaisquer dúvidas ainda existentes nessa matéria, entre elas do direito de recesso. Porém, este mesmo artigo, o único que se reporta à retirada de um Estado membro da UE é omissivo quanto à saída da Zona Euro, o que não impede, no entanto, que um país abandone o Euro se assim o entender. Como ficou patente no subcapítulo III.1, em caso de omissão jurídica, recorre-se, por aproximação, a outras normas jurídicas, podendo-se assim transpor, para este caso, as bases do Artigo 50º referente à saída voluntária de um Estado membro da UE. A nível jurídico, não há impossíveis, pelo que a saída de um Estado membro da Zona Euro nunca será limitada ou impedida por razões jurídicas, nem que tenha de ser inventada uma “nova fórmula”, como sublinha Sarsfield Cabral ou dá a entender Cruz Vilaça.

O Artigo 50º do TUE define a possibilidade de um qualquer Estado membro sair da União, podendo voltar a ingressar nela em qualquer momento, e também o processo a encetar nesse sentido. Transpondo este artigo para o caso específico da saída da Zona Euro, conclui-se que o Estado que pretende retirar-se do Euro deve, para o efeito, redigir um pedido ao Conselho Europeu, que se traduz, à semelhança da adesão, na redacção de uma simples carta. O pedido é, de seguida, remetido à Comissão Europeia que vai elaborar, então, a proposta que servirá de base às negociações de saída do Estado membro e que será apresentada ao Conselho de Ministros para aprovação por maioria qualificada dos votos dos Estados membros, excluindo os ‘detidos’ pelo Estado demissionário que, a partir do momento que entrega o seu pedido de saída, deixa de participar nas deliberações e nas decisões do Conselho Europeu e do conselho que lhe digam respeito. Aprovada a proposta da Comissão pelo Conselho, dá-se início ao processo de negociação entre a UE, representada pela Comissão Europeia, e o país demissionário, com o objectivo final de se alcançar um acordo mútuo, no prazo máximo de dois anos, que estabeleça as condições de saída e as futuras relações entre ambas as partes. Trata-se de um processo, em muitos aspectos, semelhante ao que norteia o acto de adesão, mas onde apenas estarão em negociação as matérias (dossiês) relativos à

UEM e ao Euro e onde o Estado demissionário detém, logo à partida, maior poder negocial do que aquando da adesão, até porque, explica a teoria intergovernamentalista, a sua saída não passa pela obtenção de unanimidade no seio do Conselho de Ministros da UE, nem pelo crivo de todos os parlamentos nacionais, como sucede com a entrada na UE, nunca podendo ser inviabilizada.

Obtido o texto do acordo e antes de ser assinado por ambas as partes envolvidas - Conselho de Ministros em nome da União e chefe de governo ou do Estado demissionário -, ele é remetido ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Europeu para aprovação, no âmbito do processo de co-decisão. Mas, mesmo um ‘falhanço’ deste processo, por falta de consenso entre as duas instituições acerca do texto do acordo, não entrava a saída do Estado do Euro, apenas a pode protelar no tempo, até ao máximo de dois anos. O artigo 50º é explícito nesta questão ao estabelecer que, na falta de um acordo de saída, os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado demissionário dois anos após a notificação do pedido de abandono. Isto é, se dois anos depois da entrega do pedido de saída da Zona Euro (ou da UE) ao Conselho Europeu, o Estado em causa não tiver, entretanto, voltado atrás nesta sua decisão, considera-se automaticamente fora do Euro (UE), com ou sem acordo de saída firmado. A saída de um Estado membro da UE/Zona Euro nunca é recusada.

Reunidas as condições (económicas) que podem criar a vontade política para a retirada de Portugal da Zona Euro, viabilizada juridicamente essa saída e conhecido o processo a encetar para o efeito - lembre-se, a propósito, Cruz Vilaça, para quem “a dinâmica da integração faz-se entre a economia, o direito e a política”, pelo que um recuo na integração (motivado pela saída de um Estados membro) resulta também da relação entre estas três vertentes -, restava analisar qual o interesse de Portugal abandonar o Euro. Como ficou expresso, a saída de Portugal ou de qualquer outro Estado membro, seja da Zona Euro ou da União, só deverá ocorrer, e só se revela viável e compreensível, se não acarretar demasiados custos, ou melhor, se as vantagens daí resultantes forem superiores às desvantagens.

A saída de Portugal do Euro é defendida, sobretudo, para permitir resolver mais facilmente a crise económica nacional, ao devolver os instrumentos de política monetária e cambial, nomeadamente o de desvalorização da moeda e, consequentemente, de aumento da competitividade externa. Este é visto como o grande benefício do abandono da ZE, enquanto o abrandamento das trocas comerciais com os

países da moeda comum, a subida das taxas de juro e da dívida externa portuguesa, a redução do peso e da credibilidade de Portugal na cena internacional são tidos como as principais desvantagens da sua saída do Euro.

À primeira vista, tudo indica que a saída de Portugal do Euro representa mais prejuízos do que benefícios, pelo que o País não deverá retirar-se da ZE. Mas esta conclusão imediata pode ser errónea, sem um estudo detalhado e quantificado dos custos e benefícios desta possível saída. Análise que, infelizmente, nunca foi realizada, nem aquando da entrada de Portugal na UE (então CEE), nem por ocasião da sua adesão à Zona Euro. E tal não foi por falta de recomendações. Como salientava o deputado social democrata Rui Machete, a 11 de Abril de 1984 na Assembleia da República: “a inovação e a mudança implicam sempre certos custos. Importa, por isso, que se faça uma valoração global do projecto de integração, das suas vantagens e também dos seus custos, quer no campo político, quer nos campos económico e social”<sup>341</sup>.

Já para a União Europeia, no seu conjunto, a saída de Portugal da ZE terá reflexos sobretudo políticos, traduzindo uma perda da sua credibilidade internacional e uma ameaça séria, um impedimento, à criação de uma união política. Em termos económicos, os custos para a UE não são relevantes, dado o fraco peso do País no contexto europeu.

---

<sup>341</sup> - In Diario AR, de 12-04-1985, nº 68 da III Legislatura, 2ª Sessão, p 2670.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

- Entrevista com FREIRE, André. Lisboa. 30-06-2011.
- Entrevista com HENRIQUES, Miguel Gorjão. Lisboa. 07-07-2011.
- Entrevista com SANDE, Paulo. Lisboa. 11-02-2010.
- Entrevista a AMARAL, João Ferreira. Lisboa. 02-06-2011.
- Entrevista a CABRAL, Francisco Sarsfield. Lisboa. 20-06-2011.
- Entrevista a CÉSAR das NEVES, João. Lisboa. 30-05-2011.
- Entrevista a LAINS, Pedro. Lisboa. 21-06-2011
- Entrevista a VILAÇA. José Luís da Cruz. Lisboa. Lisboa. 08-06-2011.
- E-mail de MADURO, Miguel Poiares. Recebido a 20-05-2011.
  
- CE - COM (78) 220 - *Opinião da Comissão ao Conselho sobre o alargamento a Portugal*. Bruxelas. 19-05-1978.
- CE - COM (2005) 12 Final. – *Objectivos estratégicos para 2005-2009. Europa 2010 – uma parceria para a renovação europeia*. Bruxelas. 26-01-2005.
- CE - COM (2008) 800 Final - *Plano de relançamento da economia europeia*. Bruxelas. 26-11-2008.
- CE - COM (2009) 252 Final - *Supervisão financeira europeia*. Bruxelas. 27-05-2009.
- CE - COM (2010) 2020 Final - *Europa 2020 – estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas. 03-03-2010.
- CE - COM (2010) 250 Final - *Reforço da coordenação da política económica*. Bruxelas. 12-05-2010.
- CE - COM (2011) 273 Final - *Concessão de assistência financeira da UE a Portugal*. Bruxelas. 10-05-2011.
- JO L 29, de 01-02-1985 – *Tratado da Gronelândia*. Bruxelas.
- JO L 302, de 15-11-1985 – *Actos relativos à adesão de Espanha e Portugal*. Bruxelas.
- JO C 236, de 02-08-1997 - *Resolução do Conselho de 7 de Julho de 1997 – Quadro jurídico para a introdução do euro e Resolução do Conselho Europeu de 17 de Junho de 1997 – PEC*. Bruxelas.



- JO C 340, de 10-11-1997 – *Tratado de Amesterdão*. Bruxelas.
- JO L 174, de 07-07-2005 - *Regulamento (CE) nº 1056/2005 do Conselho, de 27 de Junho de 2005 - Aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativos aos défices excessivos*. Bruxelas.
- JO L 174, de 07-07-2005 - *Regulamento (CE) nº 1055/2005 do Conselho, de 27 de Junho de 2005 - Reforço da supervisão das situações orçamentais e a supervisão e coordenação das políticas económicas*. Bruxelas.
- JO C 306, de 17-12-2007 – *Tratado de Lisboa*. Bruxelas.
- JO C 115, de 09-05-2008 – *Versão Consolidada do Tratado de Lisboa*. Bruxelas.
- JO L 191, de 23-07-2010. *Recomendação 2010/410/UE do Conselho, de 13 de Julho de 2010 - Orientações gerais para as políticas económicas dos Estados membros e da União*. Bruxelas.
- JO L 118, de 12-05-2010 – *Regulamento (UE) nº 407/2010, de 11 de Maio de 2010 – Estabelece o mecanismo europeu de estabilidade financeira*. Bruxelas.
- MEMO /10/173, de 10-5-2010.

### **Fontes Secundárias**

- ADÃO, Bernardino e CORREIA, Isabel e TELES, Pedro – “Custos de uma União Monetária”. In *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Outono 2006.
- ALVARES, Pedro – *L’elargissement de L’Union Européenne et l’expérience des négociations d’adhésion du Portugal*. Editado por Publicação Oeiras, INA. 1999. ISBN 972-22-1707-0.
- ALVARES, Pedro e FERNANDES, Carlos Roma – *Portugal e o mercado comum – dos acordos de 1972 às negociações de adesão*. Volume 2. Lisboa: Editorial Pórtico.
- ALVES, Rui Henriques – *Da moeda única à União Política?* [Consultado em: 10-06-2011]. Disponível em: [www.fep.pt/docentes/rhalves/Documentos](http://www.fep.pt/docentes/rhalves/Documentos) ou [www.fep.up.pt/investigação/working papers/wp 99.pdf](http://www.fep.up.pt/investigação/working_papers/wp_99.pdf).
- ANTJE, Wiener e DIEZ, Thomas – “European integration theory”. In *Oxford University Press*. 2005. ISBN 10:0-19-925248-3.
- ARESTIS, Philip [et al] - “O euro e a UME: lições para o Mercosul”. In *Economia e Sociedade*. Campinas. Volume 12, nº1 (20), 2003, p 1-24.

- BATISTA, JR, Paulo Nogueira – “Argentina: uma crise paradigmática”. In *Estudos Avançados*. São Paulo. Volume 16, nº 44, 2002. ISSN 0103-4014.
- BCE – *Políticas Monetárias*. [Consultado em: 13-06-2011]. Disponível em: [www.ecb.europa.eu](http://www.ecb.europa.eu).
- CAMISÃO, Isabel e FERNANDES, Luís Lobo – *Construir a Europa: o processo de integração entre a teoria e a história*. 1ª Edição. Cascais: Editora Principia, 2005. ISBN 972-8818-52-1.
- CARREIRA, Medina – *Portugal, a UE e o euro: ensaio sobre a tributação e a defesa pública*. Lisboa: Edição Fisco. 2001.
- CE – *Parecer da Comissão de 21 de Outubro de 1990 sobre o projecto de revisão do tratado que institui a Comunidade Económica Europeia relativo à união política*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações Oficiais da CE, 1990. ISBN 92-826-1983-4.
- CE - *A União Económica e Monetária*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. 1990. ISBN 92-826-1829-3.
- CE – *Euro 1999*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. 1998. ISBN 92-828-2988-X.
- CE - *Uma moeda para a Europa*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações da UE. 2007. ISBN 92-79-04487-7.
- CE – *Compreender o alargamento: a política de alargamento da UE*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações da UE. 2007. ISBN 9789279066467.
- CE – *Como funciona a União Europeia – guia das instituições da UE*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações da UE. 2008. ISBN 978-92-79-03664-5.
- CE – *O seu guia do Tratado de Lisboa*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações da UE. 2009. ISBN 978-92-79-12945-2.
- CE - *Propostas de alteração ao texto do Tratado que instituiu a Constituição para a Europa - Convenção Europeia*. Disponível em <http://european-convention.eu.int/amendments.asp?lang=PT&Content=46>
- CE, Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros - *European Economic Forecast – Spring 2011*. [Consultado em: 13-05-2011]. Disponível em: [www.europe.eu](http://www.europe.eu).
- CE - *Eurobarómetros 74 (EB Standard), Outono de 2010: A governança económica na UE* (publicado em Janeiro 2011), *A opinião pública na UE* (publicado em Fevereiro de 2011), e *Os europeus, a UE e a crise* (publicado em Fevereiro de

2011). [Consultado em: Fevereiro de 2011]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/index fr.htm](http://ec.europa.eu/public_opinion/index fr.htm).

- CORBEY, Dorette - “Dialectical functionalism: Stagnation as a booster of European Integration”. In *International Organization*. Volume 49, nº2, 1995, p 253-84.

- DUARTE, Maria Luísa - *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4232-9.

- FERNANDES, Luís Lobo – “Da integração à governação europeia: Portugal, europeização e o carácter multi-sistémico da UE”. In *Revista Nação e Defesa*, 3º Série, nº 115, 2006, p 143-165.

- FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira – “As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação”. In *Economia e Sociedade*. Campinas. Volume 17, nº 2 (33), 2008, p 47-80.

- FERRAZ, António Mendes da Silva – “Área monetária óptima e política monetária na Zona Euro: Duas questões em debate”. In *NIPE Working Papers*. Séries 5, 2000.

- FERREIRA, José Medeiros [et al] – *20 anos de integração europeia (1986-2006) - o testemunho português*. Edições Cosmos, 2007. ISBN 978-972-762-300-6.

- FERREIRA, José Medeiros – *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – história e documentos*. Lisboa: editado por A. Republica. 2001.

- FMI - *World economic outlook: tensions from the two speed recovery: Unemployment, Commodities, and capital flows/ perspectivas regionais Europa* Washington, DC: editado por FMI, Abril de 2011. ISBN 978-1-61635-059-8. Ou <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/pdf/text.pdf>.

- FMI - *Regional Economic Outlook: Europe; building confidence*. Washington DC: Edição FMI, Outubro 2010. ISBN 978-1-58906-951-0.

- FMI - *Regional economic outlook. Europe 2010*. Washington, DC; Edição FMI, Maio de 2011. ISBN-13 978-1-61635-063-5. Ou <http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2011/eur/eng/ereo0511.pdf>.

- FONTAINE, Pascal – *A Europa em 12 lições*. Luxemburgo: editado por Serviço de Publicações da CE. 2007. ISBN 92-79-02876-6.

- FREIRE, André – “Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004”. In *Análise Social*. Volume XL, nº 177), 2005, p 815-846.

- FREIRE, André - “European Elections and National Politics: Lessons from the New Southern European Democracies”. In *Journal of Elections, Public Options and Parties*. Volume 17, nº 1, 2007, p 101-122.
- FUSACCHIA, Alessandro – “The exhaustion of the primary resource: why the Community method is unfit to integrate Europe further”. In *Perspectives on Europe Politics and Society*. Volume 7, nº 3, 2006, p 253-275. ISSN 1570-5854 print / 1568-0258 online.
- GIAMBIAGI, Fabio – “Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul”. In *Revista de Economia Política*. Volume 17, nº 4 (68), 1997, p5-30.
- HANKEL, Wilhelm - “Moeda Única, o debate interdito”. In *Geopolítica*. Universidade de Frankfurt. Primavera de 1996,
- HOFFMAN, Stanley – *The new European Community*. Colorado (EUA): editado por Westview Press, 1991. P 15-17.
- HOLLAND, Martin - *European integration: from community to Union*. Londres: SRP, 1994.
- KRUGMAN, Paul – *Alemanha joga um papel decisivo*. [Consultado em: 24-05-2011]. Disponível em: [http://www.elpais.com/articulo/economia/Alemania/juega/papel/destructivo/elpepieco/20100711elpepieco\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/economia/Alemania/juega/papel/destructivo/elpepieco/20100711elpepieco_1/Tes).
- LINDBERG, Leon – “The Political Dynamics of European economic integration”. Stanford UP. 1963.
- LISBOA, Assembleia da República - *Diário da AR, nº 88, de 19 de Março de 1977, 1ª legislatura, 1ª sessão legislativa*.
- LISBOA, Ministério das Finanças – *O Euro e a Lei*. Lisboa: edição do Ministério das Finanças, 1998. ISBN 972-9244-44-8.
- LISBOA, Faculdade de Economia da Universidade Nova – *O impacto do euro na economia portuguesa*. Lisboa: editado por Ministério das Finanças, 1998. ISBN 972-9244-45-6.
- LOPES, Manuel Porto – *Teoria de integração e políticas comunitárias*. 4ª Edição. Coimbra: Editora Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3779-0.
- MARTINS, Ana Maria Guerra – *O projecto de consulta europeia – contributo para o debate sobre o futuro da União*. Edição Almedina. 2004.
- MARTINS, Guilherme D’Oliveira – *Que constituição para a UE? Análise do projecto de convenção*. Edição Gradiva. 2003.

- MARTINS, Guilherme D'Oliveira – *Portugal no futuro da Europa*. Edição Parlamento Europeu.
- MARTINS, Vítor e PITTA E CUNHA, Paulo - *Adesão de Portugal às Comunidades – história e documentos*. Lisboa: editado por Assembleia da República, 2001. ISBN 972-556-300-X.
- MENDONÇA, António – “O conceito de zona monetária óptima e o problema da sua aplicação à discussão sobre o processo de integração monetária na Europa”. In *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa. ISEG, 1995, p 567-582.
- MENON, Anand – “Member States and International Institutions: Institutionalizing Intergovernmentalism in European Union”. In *Comparative European Politics*. 2003, p 171-201.
- MILLER, A.J. – “Consensus and Conflict in Functionalism: implications for the study of international integration”. In *Canadian Journal of Political Science*. Volume 4, nº2, 1971, p 178-190.
- MORAVCSIK, Andrew e VACHUDOVA, Anna Milada – “National interests, state power, and EU enlargement”. In *East European politics and societies*. EUA. Volume 17, nº1, 2003, p 42-57. ISSN 0888-3254.
- MORAVCSIK, Andrew - “The European Constitutional compromise”. In *USA Review*. Volume 18, nº2, 2005. ISBN 1535-7031.
- MORAVCSIK, Andrew - “What can we learn from the collapse of the European Constitutional project”. In *Politische Vierteljahresschrift*. Nº47, 2006, p 219-241.
- MORAVCSIK, Andrew - “European federalism and modern social science: a rejoinder on the Maastricht referendum”. In *French Politics & Society*. Volume 11, nº2, 1993.
- MORAVCSIK, Andrew - “Liberal intergovernmentalism and integration: a rejoinder”. In *Journal of Common Market Studies*. Volume 33, nº4, 1995.
- MORAVCSIK, Andrew - “Negotiating the Single European Act: national interests and conventional statecraft in the European Community”. In *International Organization*. Volume 45, nº1, 1991.
- MORAVCSIK, Andrew – “The European Constitutional compromise and the neofunctionalist legacy”. In *Journal of European Public Policy*. 2005, p 349-386. ISBN 1350-1763.

- MOREIRA, Adriano [et al] – *Portugal e a construção europeia*. Coimbra: editora Almedina, 2003. ISBN 972-40-1833-4.
- MOTA de CAMPOS, João – *Direito comunitário – Volumes I e II*. 3ª edição. Lisboa: editado por Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- MOURA, Teresa - “Os alargamentos da UE”. In *20 anos de integração europeia (1986-2006). O testemunho português*. Edições Cosmos. 2007, p 167-175. ISBN 978-972-762-300-6.
- NICOLAIDIS, Kalypso e HOWSE, Robert - “The federal vision: legitimacy and levels of governance in the USA and the EU”. In *Oxford University Press*. 2001, p 161 a 187.
- NUNES, Filipe – “Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004”. In *Análise Social*. Lisboa. Volume XL, nº 177, 2005, p 795-813.
- NUNES, Ricardo da Costa e NUNES, Selene Peres Peres – “União Monetária Europeia – UME: evolução recente e perspectivas”. In *Revista de Economia Política*. Volume 20, nº1 (77), Janeiro - Março de 2000, p 51-72.
- OCDE – *Portugal – Resumo das projecções económicas*. [Consultado em: 26-05-2011]. Disponível em: [www.oecd.org/document](http://www.oecd.org/document).
- PATRÃO, Afonso – “O direito de abandonar a união Europeia à luz do Tratado de Lisboa: a extinção do direito de livremente abandonar a União?”. In *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*. Volume IV. Coimbra: editado por Coimbra Editora, 2010. P 755-793.
- PIRES, Francisco Lucas – *A revolução europeia*. Lisboa: edição do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 2007. ISBN 978-972-99471-5-5.
- PE – *O Parlamento Europeu*. Luxemburgo: edição do Serviço de Publicações Oficiais da CE, 2009. ISBN 978-92-823-2889-7.
- PE - *Portugal no futuro da Europa*. Lisboa: edição de Paula Moura Pinheiro, 2006. ISBN 92-823-2003-0.
- PE – *60 anos de Europa*. Lisboa: edição do Gabinete para Portugal do PE, 2008. ISBN 978-972-99471-8-6-
- PE – *Os deputados portugueses ao Parlamento Europeu – Janeiro de 1986 – Julho de 2004*. Lisboa: edição do gabinete para Portugal do PE. Novembro 2004. ISBN 972-99471-0-4.

- PE - *Parlamento Europeu – guia de imprensa*. Lisboa: edição do Gabinete para Portugal do PE, Janeiro 2010.
- PE e AR e CE – *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*. Lisboa: editado por Assembleia da República, 2001. ISBN 972-556-300-X.
- PITTA e CUNHA, Paulo – *A UE e Portugal: a actualidade e o futuro*. Lisboa: editado por Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa. 2005. ISBN 9789724021775.
- PITTA e CUNHA, Paulo – *Tratado de Lisboa*. Lisboa: editado por IE da Faculdade de Direito de Lisboa, 2008. ISBN 978-989-8022-80-6.
- PITTA e CUNHA, Paulo – *A integração europeia no dobrar do século*. Coimbra: edição Almedina, 2003. ISBN 972-40-1866-0.
- PORTO, Manuel Carlos Lopes e FLORES JR, Renato Galvão – *Teoria e políticas de integração na UE e no Mercosul*. 1ª edição. Rio de Janeiro: editado por FGV, 2006. ISBN 85-225-0517-9.
- PORTO, Manuel Carlos Lopes – *Teoria de integração e políticas comunitárias face aos desafios da globalização*. 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3779-0.
- PUBLICO, Jornal – *Maioria dos gregos não quer ajuda externa e alemães também não querem ajudar*. [Consultado em: 27-04-2010]. Disponível em: <http://economia.publico.pt/noticia>.
- PUCHALA, Donald - “Institutionalism, intergovernmentalism and european integration: a review article”. In *Journal of Common Markets Studies*. Volume 37, nº 3, 1999, p 317-331.
- RANGEL de MESQUITA, Maria José – *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*. Coimbra: Editora Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4322-7.
- ROSAMOND, Ben – “The uniting of Europe and the foundation of EU studies: revisiting the neofunctionalism of Ernst B Haas”. In *Journal of European Public Policy*. Reino Unido. 2005, p 237-254. ISSN 1350-1763 print / 1466-4429 online.
- ROSAMOND, Ben – *Theories of European Integration*. Editado por European Union Series. 2000. ISBN 0-333-71695-7.
- SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William – *Economia*. 16ª Edição. Lisboa: editado por MacGraw Hill de Portugal, 1998. ISBN 972-8298-83-8.

- SCHMITTER, Philippe C. – “Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism”. In *Journal of European Public Policy*. 2005, p 255-272. ISSN 1350-1763 print / 1466-4429 online.
- SILVA, Aníbal Cavaco – *União Monetária Europeia – Funcionamento e implicações*. Edição Verbo. 1999.isbn 972-22-1852-2.
- SILVA, Aníbal Cavaco – *Portugal e a Moeda Única*. 1ª Edição. Editorial Verbo, 1997. P 74. ISBN 972-22-1852-2.
- SILVA, Lopes. In Revista Visão de 07-10-2010.
- SINN, Hans-Werner – *A Grécia está em bancarrota*. [Consultado em: 28-04-2010]. Disponível em: [http://economico.sapo.pt/noticias/a-grecia-est-em-bancarota-diz-economista-alemao\\_88208.html](http://economico.sapo.pt/noticias/a-grecia-est-em-bancarota-diz-economista-alemao_88208.html).
- SINN, Hans-Werner. *IFO – Forum Euro Crisis*. Disponível em : [http://www.cesifogroup.de/portal/page/portal/ifoHome/Bpolitik/95discforum/02discforeurocrisis#griechisches\\_geschaeftsmodell](http://www.cesifogroup.de/portal/page/portal/ifoHome/Bpolitik/95discforum/02discforeurocrisis#griechisches_geschaeftsmodell).
- SOARES da FONSECA, José A. – “Estar no euro...sair do euro, em que ficamos?”. In *Jornal de Negócios*. Lisboa. 15-06-2011.
- VENTURA, Daisy e ALQUIÉ, Philippe – “O euro e as relações exteriores da UE”. In *Revista brasileira de Política Internacional*. Brasília. Volume 41, nº1, 1998. ISSN 0034-7329.
- VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio – “A abstenção nas eleições legislativas de 2002”. In *Conferência Internacional Portugal a Votos I – eleições legislativas de 2002*. Lisboa. ICS/UL e FLAD, 2003.
- WALLACE, Helen [et al] – “The choice for Europe; social purpose and state power from Messina to Maastricht”. In *Journal of European Public Policy*. Março 1999, p 155-179.
- WIENER, Antje e DIEZ, Thomas – *European Integration Theory*. Editado por Oxford University Press, 2009.
- WOLF, Peter, - “International Organization and attitude change: a re-examination of the functionalist approach”. In *International Organization*. Volume 27, nº3, 1973, 2003, p 347-371.



### **Sites consultados**

- <http://ec.europa.eu/eclas>
- <http://ec.europa.eu/libraries/doc>
- <http://www.theeuropeanlibrary.org/portal>
- <http://www.european.eu/portal>
- [http:// rr.sapo.pt](http://rr.sapo.pt)
- <http://debates.parlamento.pt>
- [http:// www.openeurope.org.uk](http://www.openeurope.org.uk)
- <http://www.parleurop.pt>
- <http://ec.europa.eu>
- [http:// www.cne.pt](http://www.cne.pt)
- <http://www.portugal.gov.pt>
- <http://www.min-financas.pt>
- [http://www. europa.eu.rapid](http://www.europa.eu.rapid)
- <http://economico.sapo.pt>
- <http://publico.pt>
- <http://www.dailymail.co.uk>
- [http://www,lesechos.fr](http://www.lesechos.fr)
- <http://www.bportugal.pt>
- <http://www.eurocid.pt>

## GLOSSÁRIO

**PIB (Produto Interno Bruto)** = Riqueza de um país = Somatório de todos os bens e serviços produzidos num país (numa economia) num determinado período, geralmente um ano.

**PIB na óptica da despesa** (o conceito mais usado)

=

Procura Global (procura interna + procura externa) – Importações

=

Consumo privado (C) + Gastos públicos (G) + Investimento (I) + Exportações (X) – Importações (M)



**PIB per Capita** = PIB / total população de um país



**Recessão Económica** = Depressão (taxas de crescimento (PIB) negativas e consecutivas na economia, durante



**Défice Público** (ou Défice Orçamental) = saldo negativo das Contas Públicas, ou seja, à diferença entre as despesas do Estado e as suas receitas durante um determinado período de tempo (geralmente um ano).



**Dívida Pública** = Dívida contraída pelo Estado com entidades ou pessoas para financiar os seus gastos que não são cobertos com a arrecadação de receitas (taxas e impostos).

**Dívida Pública** = dívida interna (dívida contraída pelo Estado no País) + dívida externa (contraída no exterior).



**Dívida Total de um país** = Dívida Estado (interna + externa) + Dívida Particulares (p.e, dos bancos).



**Taxa de inflação** = subida, maior ou menor dos preços dos bens, no seu conjunto, geralmente num ano. É expressa em percentagem.

Inflação é o oposto de deflação

A **deflação** é a descida do nível geral dos preços, de forma persistente (vários meses consecutivos) e aplicada à generalidade dos produtos. A deflação conduz à criação de expectativas de uma inflação negativa a médio prazo. A ocorrência de deflação é muito rara e está geralmente associada a períodos de depressão económica.

A **desinflação** é a redução do ritmo da inflação, da subida generalizada dos preços.



**Taxa de Desemprego** = Percentagem da população trabalhadora de um país que procura emprego.

**Taxa de Desemprego** = N° Desempregados / Total População Activa



**Zona Monetária Óptima** – Conceito criado por Robert Mundell em 1961. Define as condições a observar para que uma área funcione com inflação moderada e baixo ou nulo desemprego. Entre elas, uma moeda única, com taxas de câmbio fixos, e perfeita mobilidade do factor trabalho.



**Cross Burder Risk** = Risco de volatilidade do retorno de um investimento estrangeiro associado, por exemplo, a uma situação de crise num país.

**Cross Burder Finantial Flow** = intercâmbio de fluxos de capital.



**A Saída Voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE)  
Caso Concreto de Portugal**

**Ana Isabel Goulão Salvado Travassos**

**Dissertação de Mestrado  
em Ciência Política e Relações Internacionais  
Especialização em Estudos Europeus**

**ANEXOS**

**Setembro de 2011**

## ÍNDICE

Teorias da Integração .....	i
História da Integração Europeia .....	ii
Portugal na União Europeia .....	v
Europa 2020 .....	vii
A crise argentina .....	x
Entrevista com Sr. Prof. João Ferreira do Amaral .....	xii
Entrevista com Sr. Prof. João César das Neves .....	xxi
Entrevista com Sr. Dr. Paulo Sande .....	xxxii
Entrevista com Sr. Prof. André Freire .....	xxxiii
Entrevista com Sr. Dr. Miguel Gorjão Henriques .....	xxxv
Entrevista com Sr. Prof. José Luís da Cruz Vilaça .....	xxxvi
Entrevista com Sr. Prof. Pedro Lains .....	xl
Entrevista com Sr. Dr. Francisco Sarsfield Cabral .....	xlvi
Quadros .....	liii

## **TEORIAS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA**

### **➤ Neofuncionalismo**

**Mentores:** Ernst Haas e Philippe Schmitter.

**Base teórica:** Vai buscar ideias à teoria funcionalista, de entre as duas guerras mundiais, para caracterizar o spillover sectorial, de definição e concretização de funções, que depois arrasta outros sectores e outras funções.

**Explicação para o processo de integração europeia:** Os ‘empurrões’ sociais e de mercado é que levaram à criação do mercado comum. A integração em certas áreas conduziu à integração noutras áreas num processo de spillover, que começa com as áreas de mercado e espalha-se para outras áreas (funcionais) e no fim para a área política.

A CECA é uma área sectorial, funcional - do carvão e aço - que por um processo de spillover (funcional) dá origem à CEE.



### **➤ Intergovernamentalismo**

**Mentores:** Stanley Hoffman do chamado intergovernamentalismo real e Andrew Moravcsik do intergovernamentalismo liberal.

**Base teórica:** Os Estados são os actores principais do processo de integração e tomam decisões racionais; a cooperação entre Estados é benéfica, pois permite-lhes gerir mais facilmente alguns problemas e obter ganhos. A cooperação/integração é uma acção colectiva em que cada Estado pretende otimizar os seus ganhos e não diminui o papel dos Estados, mas reforça-os.

## **RESUMO HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA**

**25 de Março 1957** – Assinado Tratado de Roma, que cria a CEE, por seis países: Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e Bélgica.

**1 de Janeiro de 1958** – Entrada em vigor da CEE.

**1 de Janeiro 1973** – 1º alargamento, com a adesão da Dinamarca, Reino Unido e Irlanda.

**Junho de 1979** – Primeiras eleições directas para o PE (410 deputados).

**1 de Janeiro 1982** – 2º alargamento, com a adesão da Grécia.

**Junho de 1984** – Eleições para o PE (434 deputados)

**1 de Janeiro de 1986** – 3º alargamento, com a adesão de Portugal e Espanha.

**12 de Abril de 1987** – Turquia pede a adesão.

**1 de Julho de 1987** – Entrada em vigor do Acto Único Europeu e definido o calendário para a concretização do mercado interno.

**Junho de 1989** – Eleições para o PE (518 deputados).

**1 de Janeiro de 1993** – Criado o mercado interno.

**1 de Novembro de 1993** – Entrada em vigor do Tratado de Maastricht e instituição da União Europeia.

**1994** – Criação do Instituto Monetário Europeu (IME), antecessor do BCE.

**Junho de 1994** – Eleições para o PE (567 deputados).

**1 de Janeiro 1995** – 4º alargamento, com a adesão da Áustria, Finlândia e Suécia.

**1995** – Escolhida denominação para a moeda única (euro) no Conselho Europeu de Madrid.

**1996** – IME apresenta desenho de notas e moedas do euro.



**1997** – Decidida criação do PEC para disciplina orçamental na Zona Euro no Conselho Europeu de Amesterdão.

**1 de Junho de 1998** – Criação do BCE e do Sistema Europeu de Bancos Centrais para substituição IME.

**1 de Janeiro de 1999** – 11 países da UE adoptam o euro como moeda única nas suas transacções comerciais e financeiras: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, França, Holanda e Portugal.

**1 de Maio 1999** - Entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.

**Junho de 1999** – Eleições PE (626 deputados).

**2 de Janeiro de 2001** – Grécia adere à Zona Euro.

**Dezembro 2001** – Conselho Europeu de Laeken, onde é convocada uma convenção para redigir o projecto da Constituição Europeia.

**1 de Fevereiro de 2003** – Entrada em vigor o Tratado de Nice.

**1 de Janeiro de 2002** – Entrada em circulação do euro nos 12 países da Zona Euro.

**28 de Fevereiro de 2002** – O euro é a única moeda em circulação nos 12 Estados aderentes, findo o período de dupla circulação.

**Fevereiro de 2003** – Entrada em vigor do Tratado de Nice.

**21 de Fevereiro de 2003** – Croácia pede a adesão à UE.

**10 de Julho de 2003** – Adoptado o projecto da Constituição Europeia.

**4 de Outubro de 2003** – Abertura da CIG para redigir o Tratado Constitucional.

**22 de Março de 2004** – Macedónia pede adesão à UE.

**1 de Maio de 2004** – 5º alargamento, com a adesão de 10 países: Chipre, Malta, República Checa, Hungria, Polónia, Eslováquia, Estónia, Letónia, Lituânia e Eslovénia.

**29 Outubro de 2004** – Adoptada a Constituição Europeia pelos 25 Estados-membros, seguindo-se a necessária ratificação pelos parlamentos nacionais.

**29 de Maio de 2005** – Rejeição do Tratado Constitucional pela França.

**1 de Junho 2005** - Rejeição do Tratado Constitucional pela Holanda.

**1 de Janeiro 2007** - Adesão da Roménia e da Bulgária à UE e adesão da Eslovénia à Zona Euro.

**13 de Dezembro 2007** - Assinado Tratado de Lisboa.

**1 de Janeiro de 2008** – Chipre e Malta aderem à Zona Euro.

**1 de Junho de 2008** – Irlanda chumba em referendo Tratado de Lisboa.

**15 de Dezembro de 2008** – Montenegro pede adesão à UE.

**1 de Janeiro de 2009** – Eslováquia adere à Zona Euro

**4 / 7 de Junho de 2009** – Eleições para o PE (736 deputados de 27 Estados).

**23 de Julho de 2009** – Islândia pede a adesão à UE.

**3 de Outubro de 2009** – Irlanda aprova Tratado de Lisboa em 2º referendo.

**1 de Dezembro de 2009** – Entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

**22 de Dezembro de 2009** – Sérvia pede adesão à UE.

**17 de Junho de 2010** – Conselho Europeu aprova Estratégia Europa 2020.

**1 de Janeiro de 2011** – Adesão da Estónia à Zona Euro.

## **PORTUGAL NA UE**

**20 de Setembro de 1976** – Manifestada publicamente, pela primeira vez, a intenção de Portugal aderir à CEE.

**11 de Março de 1977** - O Primeiro-Ministro português, Mário Soares, explica as razões do pedido de adesão, no decorrer de uma visita à Comissão em Bruxelas.

**28 de Março de 1977** – O Ministério dos Negócios Estrangeiros português, dirige uma carta ao Conselho Europeu, onde, em conformidade com a posição tomada pela Assembleia da República, é pedida a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, de acordo com o disposto no artigo 237º do Tratado que institui a CEE.

**20 de Abril de 1978** - A Comissão Europeia faz uma comunicação sobre o alargamento, onde analisa a situação dos diferentes sectores da economia portuguesa.

**19 de Maio de 1978** - A Comissão Europeia pronuncia-se a favor da adesão, tecendo considerações complementares sobre a forma como Portugal estava a assimilar as políticas e os regulamentos comunitários e sobre o modo como o poderia fazer futuramente.

**6 de Junho de 1978** – O Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia pronuncia-se, por unanimidade, a favor do pedido de adesão.

**17 de Outubro de 1978** – Abertura das negociações, com a primeira reunião no Luxemburgo.

**20 de Junho de 1979** – Criados, pelo Decreto-Lei nº 185/79, o Conselho de Ministros para a Integração Europeia e a Comissão para a Integração Europeia.

**18 de Dezembro de 1980** - Assinado acordo de ajuda de pré-adesão a Portugal, no valor de 100 milhões de ecus, o que traduz a irreversibilidade do processo.

**12 de Fevereiro de 1981** – Criado o Ministério da Integração Europeia pelo Decreto-Lei nº 28/81.

**17 de Novembro de 1982** – O Parlamento Europeu aprova uma Resolução (JOCE C 334/82, p. 54) que reitera a vontade política de ver a Espanha e Portugal juntarem-se à Comunidade, o mais tardar a 1 de Janeiro de 1984.

**25/26 de Junho de 1984** - O Conselho Europeu de Fontainebleau confirma que as negociações para a adesão de Espanha e Portugal devem ser concluídas, o mais tardar, até 30 de Setembro de 1984.

**24 de Outubro de 1984** - Assinada em Dublin uma declaração comum do Conselho Europeu, Governo Português e Comissão Europeia, que estabelece o dia 1 de Janeiro de 1986 como data para a concretização da adesão.

**18 de Dezembro de 1984** - Assinado o II acordo de pré-adesão de Portugal, no valor de 50 milhões de ecus, para ajuda à melhoria das estruturas dos sectores agrícola e pescas.

**6 de Abril de 1985** – Concluídas negociações de adesão.

**31 de Maio de 1985**- A Comissão Europeia emite um parecer favorável ao Conselho sobre a adesão de Portugal.

**11 de Junho de 1985** – O Conselho aprova a adesão de Portugal à CEE, CECA e EURATOM.

**12 de Junho de 1985** - Assinados os Tratados de Adesão de Portugal e Espanha, em Lisboa, às três Comunidades.

**1 de Janeiro de 1986** – Entrada em vigor do Tratado de Adesão. Portugal torna-se num Estado membro de pleno direito da CEE, CECA e EURATOM.

**1 de Janeiro de 1999** – Portugal adopta o euro como moeda única.

**1 de Janeiro de 2002** – Entrada em circulação do euro em Portugal.

**7 de Abril de 2011** – Portugal pede ajuda financeira à UE/FMI.

**20 Maio de 2011** – Aprovada ajuda económica a Portugal, até 2014, no valor de 78 mil milhões de euros.

## **ESTRATÉGIA EUROPA 2020**

“A crise veio revelar questões fundamentais e tendências insustentáveis que não podemos continuar a ignorar. A Europa regista um défice de crescimento que compromete o nosso futuro. Temos de combater de forma decisiva os nossos pontos fracos e apostar nos nossos inúmeros pontos fortes” – presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, na apresentação da Estratégia Europa 2020 em Bruxelas a 11 de Fevereiro de 2010.

“A crise acentuou as dificuldades com que a Europa se deparara”, sendo necessário “redefinir prioridades para sair da crise” - in CE - *Europa 2020*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/europe.2020>.



**As PRIORIDADES ESTRATÉGICAS** são: **crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo.**

- medidas para o **crescimento inteligente**: melhorar a qualidade do ensino; reforçar o desempenho da investigação; promover a inovação e a transferência de conhecimentos na UE; tirar partido das TIC (Tecnologias de informação e comunicação); assegurar a transformação de ideias inovadoras em novos produtos e serviços que criem crescimento e emprego.

- medidas para o **crescimento sustentável**: explorar a liderança da Europa na corrida ao desenvolvimento de novos processos e tecnologias, incluindo tecnologias verdes; acelerar a implantação das redes inteligentes que recorrem às TIC: explorar redes de escala da UE; reforçar as vantagens competitivas das empresas, em especial a nível industrial e das PME.

- medidas para o **crescimento inclusivo**: capacitar as pessoas através de elevadas taxas de emprego; investir nas qualificações, lutar contra a pobreza; modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e de protecção social, para ajudar as pessoas a antecipar e a gerir a mudança. Assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades para todos ao longo da vida.



## **5 OBJECTIVOS:**

- **Emprego** – 75% da população de idade compreendida entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada.
- **Investigação e desenvolvimento** – 3% do PIB da UE deve ser investido em I&D.
- **Energia e alterações climáticas** – os objectivos 20/20/20 deverão ser cumpridos: reduzir as emissões de gases em 20% até 2020 e face a 1990; aumentar em 20%, face a 1990, o uso de energias renováveis; aumentar em 20% a eficiência energética.
- **Educação** - a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.
- **Combate à pobreza** – 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza e de exclusão.



## **7 INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS**

- **Uma união para a inovação**
- **Juventude em movimento**
- **Agenda digital para a Europa**
- **Uma Europa eficiente em termos de recursos**
- **Uma política industrial para a era da globalização**
- **Agenda para novas qualificações e novos empregos**
- **Plataforma europeia contra a pobreza.**



**Orientações económicas:** assegurar a qualidade e sustentabilidade das finanças públicas; corrigir os desequilíbrios macroeconómicos; reduzir os desequilíbrios na Zona Euro; optimizar o apoio à I&D; reduzir as emissões de gases e melhorar a eficiência em

termos de recursos; melhorar o enquadramento para as empresas e consumidores; e modernizar a base industrial.

**Orientações de emprego:** aumentar a participação no mercado de trabalho e reduzir o desemprego estrutural; criar uma mão de obra qualificada; melhorar o desempenho dos sistemas de ensino e de formação a todos os níveis; promover a integração social e combater a pobreza.

*FONTE:* [http://ec.europa.eu/europe2020/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm); [http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nrp/nrp\\_portugal\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nrp/nrp_portugal_pt.pdf); *Bruxelas - COM(2010) 546 final, de 6-10-2010; Bruxelas – COM(2010) 2020 final, de 3-3-2010*

---

## **A CRISE ARGENTINA DE 2002**

Em 1991, o governo argentino introduziu o *currency board*, ligando a sua moeda ao dólar norte-americano.

O modelo de *currency board* caracteriza-se por: fixar a taxa de câmbio em relação a uma moeda forte (no caso da Argentina ao dólar norte americano); a conversão automática da moeda nacional em estrangeira; a definição de um tecto para a emissão de moeda nacional, de acordo com as reservas existentes em dólar.

A paridade do peso argentino e do dólar americano era, então, de 1 para 1, sendo o valor do peso igual ao dólar a nível externo. Este acordo monetário e cambial foi estabelecido por dez anos. Tratava-se, em síntese, de uma união monetária, com regras impostas ao peso, via convertibilidade ao dólar, de modo a impedir uma total flexibilidade monetária e cambial por parte da Argentina. Com este acordo, que impunha mesmo internamente o dólar em operações bancárias e financeiras, foi-lhe retirada autonomia a nível monetário e cambial, pelo que, nos finais de 2010, quando ele se extinguiu, a Argentina entrou em ruptura financeira.

No início, “o *currency board* argentino parecia um regime monetário promissor. A hiperinflação foi rapidamente debelada e, até 1997, a economia cresceu a taxas significativas, recuperando parte do terreno perdido durante a longa crise inflacionária dos anos 70 e 80”, sublinha BATISTA, Paulo Nogueira Jr, in “Argentina: uma crise paradigmática”, publicada na revista de S. Paulo, *Estudos Avançados*, volume 16, nº44, 2002.



# INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÓMICA

## POLÍTICA ORÇAMENTAL

### Instrumentos:

- **Lado das despesas** - compras do Estado, transferências para institutos e autarquias, pensões, salários, subsídios.

- **Lado das receitas** – impostos, directos e indirectos, taxas. Os impostos afectam o rendimento privado, o consumo e poupança privado e o investimento das empresas.



## POLÍTICA MONETÁRIA

### Instrumentos:

- **Moeda** - emissão e restrição de moeda para controlar inflação, ou o consumo, ou o pagamento de dívida pública. Por exemplo, a restrição de moeda significa menor oferta de moeda, menos moeda em circulação, o que, teoricamente, reduz o investimento, o PIB, a inflação.

A emissão de moeda permite, em tempo de crise económica, responder à falta de liquidez dos bancos e aumentar as reservas nacionais que dão credibilidade ao país em crise nos mercados financeiros internacionais.

- **Alteração das taxas de juro** – por exemplo, o aumento da taxa de juro desincentiva o investimento e o PIB.

Taxa de juro = preço do dinheiro emprestado.



## MODELO SIMPLES DA ECONOMIA

Rendimento = Riqueza = PIB = C (Consumo privado) + I (investimento privado) + G (Gastos Estado) + Saldo Balança Comercial (X-I, sendo X = Exportações e I = Importações).

*(As entrevistas publicadas são transcrições das mesmas na íntegra, pelo que apenas se procedeu à pontuação)*

## **ENTREVISTA COM SR. PROF. JOÃO FERREIRA DO AMARAL**

**02-06-2011**

**Hoje, é possível Portugal abandonar só a Zona Euro e não a UE? Economicamente, há vantagens?**

**João Ferreira do Amaral** – Já antes do Tratado de Lisboa era possível sair, mas agora é explícito.

Na minha opinião, mas não sou jurista, do meu ponto de vista, pode-se sair da União e também da Zona Euro, sem se sair da União. A verdade é que há países que fazem parte da União e não fazem parte da Zona Euro, pelo que não vejo razão nenhuma para que um país que faça parte da Zona Euro, não possa sair e manter-se na União. Julgo que esses problemas jurídicos não se levantam, nem serão fundamentais. Fundamental, é a política e a economia.

Há muita gente que tem o fetiche da UE e de dizer que Portugal tem de fazer parte da UE. Eu acho que Portugal deve fazer parte da UE enquanto a UE servir os nossos interesses; no dia em que não servir, deve sair. Quanto à União, não vejo razões para sairmos, mas reconheço e é um aspecto que vale a pena ir acompanhando que, dito de uma forma metafórica, o ar da União Europeia começa a ser um bocado irrespirável para os países mais pequenos, porque a União, nitidamente (e quando falo nitidamente não quer dizer que tenha sido só no ano passado, é um processo que vem basicamente desde a reunificação alemã), está a pôr em causa alguns princípios basilares que a formaram. Esses princípios são:

- A igualdade entre os Estados, que sempre foi um princípio básico, apesar de algumas ‘nuances’ nesta igualdade. Isso era visível em diversas coisas, como na existência de um conjunto muito grande de questões que eram decididas por unanimidade, o que dava a um país como o Luxemburgo a mesma possibilidade de vetar de um país como a Alemanha. Mas, com os Tratados mais recentes,

particularmente o Tratado de Lisboa, as decisões por unanimidade vão-se reduzindo; aliás, isto foi um factor formal de redução da igualdade dos Estados.

Outro aspecto muito importante é que a Alemanha tomou, de facto, as rédeas da UE e, portanto, hoje a Alemanha é claramente um país dominante na UE, quando não deve haver países dominantes. De tal maneira que, quando é preciso qualquer coisa, já não se vai à Comissão, mas vai-se à Senhora Merkel negociar. O problema aqui, não é o da Senhora Merkel, pois isto foi algo de progressivo. Aliás, se nós virmos em perspectiva, isto começou com a própria criação da moeda única, com o Tratado de Maastricht, onde a Alemanha pôs a questão: ou isto é assim, de acordo com o que nós queremos, ou então não há moeda única e, portanto, começou o domínio da Alemanha. Depois, o alargamento a Leste teve muito a ver com a criação de um espaço económico alemão a Leste. O próprio Tratado de Lisboa, com a redução drástica do peso dos pequenos países e um aumento dos grandes, em particular da Alemanha, e que foi muito pressionado pela Alemanha, e um quarto elemento [que mostra a liderança alemão da UE] tem a ver com a governança económica da UE, que é também de domínio alemão. O processo de integração descambou em relação ao que era o princípio da igualdade entre os Estados.

- A violação dos Tratados. Hoje, os Tratados estão a ser violados dia a dia, não digo formalmente, mas realmente. Vou dar um exemplo: as leis laborais são, no Tratado de Lisboa, especificamente atribuídas aos Estados membros, da competência exclusiva dos Estados membros. No entanto, estes programas de ajuda financeira entram nas leis laborais, o que nenhuma autoridade europeia, à luz dos Tratados, deveria poder fazer mas está a fazer. Portanto, isto é uma má evolução e a violação sistemática do material dos Tratados não garante a sustentabilidade da Europa.

- O terceiro aspecto, que também contrasta com o passado, é que a UE é hoje um projecto de direita política; hoje, a esquerda já não se revê na UE, que tem políticas altamente conservadoras, nomeadamente no plano financeiro e afastou, está a afastar, a esquerda do processo de construção europeia. Isto nunca foi assim. O processo da integração europeia teve o êxito que teve, porque teve dois pilares: direita e esquerda moderadas. Eles eram pilares essenciais e na medida em que um deles desaparece, a UE fica em risco.

Estes três factores juntos, a meu ver, pelo menos obrigam-nos a pensar que a União pode estar num processo de desagregação, porque tudo aquilo que levou ao êxito do processo de integração europeia está a ser posto em causa e, portanto, quando eu falo da

possível saída da UE é também num quadro destes. É muito mais possível hoje uma saída do que era há dois anos atrás e, portanto, não se trata apenas de um país, por iniciativa, sair da União, como a própria União se desagregar progressivamente.

Não vejo razão para sair da UE; ainda há mais vantagens do que inconvenientes para estarmos na UE, embora as vantagens não sejam tão grandes como se dizia, nem os inconvenientes sejam tão grandes como se previa, mas julgo que ainda é benéfico estarmos na UE. Agora, temos seriamente de considerar a possibilidade de a própria UE se desagregar, na medida em que está a pôr em causa tudo aquilo que foram os pilares que garantiram o seu êxito.

### **A Alemanha e os outros países irão permitir a saída de um Estado membro? Politicamente é desvantajoso...**

**JFA** - Historicamente, é possível. As instituições não são eternas e, de um momento para o outro, o ambiente pode mudar radicalmente e, portanto, é um cenário que está sempre presente, ainda mais quando os factores de coesão europeia se estão a destruir e as forças centrífugas são muito grandes.

Os problemas para a Alemanha de uma desagregação da União são muito menores hoje do que eram há 20 ou 30 anos atrás e na medida em que a força dos países do Norte e da Alemanha se está a acentuar, são outro tipo de força centrífuga que também se junta à do Leste e, portanto, é um erro muito grande pensar que, pelo facto de termos uma instituição que já dura há muito tempo, de existir quase em toda a nossa vida, ela vai durar para sempre. O mundo muda com muita rapidez. Assim, também há 15 anos atrás não era previsível o grau de perda de coesão que se tem verificado na UE nos últimos anos. Portanto, não devemos laborar nesse erro. A União é uma construção que um dia, inevitavelmente, morrerá; pode morrer agora como daqui a 200 anos.

### **A saída de um Estado membro é uma questão política?**

**JFA** - É sobretudo política. Claro que a economia é um factor importante na decisão mas, por exemplo, acho bastante provável que o Reino Unido saia da União, porque quer reforçar a sua aliança com os EUA. A decisão será, certamente, política, sendo que um dos factores dessa decisão será a economia. Nenhum país sairá se tiver a percepção que, se sair, a sua economia irá sofrer muito.

Julgo que, para Portugal, um dos factores mais importantes para se manter na União é a questão económica. Agora, do ponto de vista político, as vantagens para Portugal se manter na União são tão importantes hoje como quando aderiu. Já na Zona Euro, eu aí tenho uma posição que tem a ver com a análise da realidade. O grau de equilíbrio que existe hoje na economia portuguesa, nas finanças públicas e nas finanças privadas, o grau de desequilíbrio é tal, que a Zona Euro não nos dá margem para nos podermos equilibrar e, portanto, há dois cenários possíveis: ou saímos da Zona Euro ou a Zona Euro reformulasse totalmente. No primeiro cenário, temos ainda duas possibilidades: uma, a pior, é sairmos sem mais nada e, a outra, é a saída apoiada pelas próprias instituições comunitárias, que era a melhor neste momento.

Agora, não restam dúvidas que não podemos estar como estamos, dado o grau de desequilíbrio que atingimos. Não temos condições para corrigir esse tipo de desequilíbrio com as regras que temos; é um problema que as pessoas não querem encarar, mas que vão ter de encarar. Provavelmente, a nossa vantagem é que a questão se vai pôr primeiro na Grécia.

### **Sair da Zona Euro, e só da Zona Euro, resolveria os nossos problemas económicos, nomeadamente do défice orçamental e da dívida pública?**

**JFA** - A Zona Euro obriga a disciplina, mas o problema não é uma questão de disciplina, nem de finanças públicas. Se nos dissessem que o nosso problema era de défice das finanças públicas, eu diria, então, que não é muito grave fazermos parte da Zona Euro, embora haja dois aspectos graves na Zona Euro:

- os Estados deixaram de poder recorrer à emissão monetária para cumprir as suas obrigações e isto é um dos aspectos mais negativos da Zona Euro, porque o Estado fica na mão dos mercados financeiros e os Estados não podem estar na mão dos mercados financeiros. Hoje em dia, se o Estado não tiver dinheiro, tem que o pagar mais caro, ou simplesmente entrar na bancarrota. Dantes, não era assim. No século XX, se o Estado português não tivesse dinheiro, ia ao Banco de Portugal e emitia dinheiro; não por norma, pois o Estado não faz isso por norma, porque tem de haver disciplina, mas é bom quando há uma crise complexa. Se, no século XIX, quando o Estado português foi à bancarrota algumas vezes, não era muito grave, porque o Estado não representava muito a economia, era meia dúzia de funcionários públicos... Hoje, o Estado não pode ir à bancarrota, porque, do ponto de vista económico e social, a sua função é hoje

essencial e, portanto, um dos aspectos mais negativos da Zona Euro é ter proibido o financiamento monetário.

- Mas, mesmo não tendo isso em conta, se o nosso problema fosse só o défice público eu não estaria tão convencido de que deveríamos sair da Zona Euro. Mas, o problema não é esse; o nosso problema básico é o défice externo, as contas externas e pertencer à Zona Euro, aí tem uma grande implicação: fez-nos perder muito o instrumento eficaz de combate ao défice externo que é a desvalorização cambial e, por isso, eu acho que não temos condições de permanecer na Zona Euro, porque não podemos desvalorizar a moeda e, pelo contrário, o euro tem de ser uma moeda forte e cada vez que valoriza mais as nossas exportações, agrava-se mais o défice externo. E, por isso, estamos numa situação muito previsível desde 2003. Se executarmos o programa, como está, com a troika, de reequilíbrio das finanças públicas, entramos, do ponto de vista económico, numa situação mais intolerável do que estamos agora e isso só pode ser visto porque estamos na Zona Euro. Isso é uma das razões porque fui contra a nossa adesão e acho que é uma das razões principais que nos vai levar ao desequilíbrio.

Equilibrar as finanças públicas, com mais ou menos sacrifício de todos, consegue-se.

Agora, equilibrar o défice externo não depende de nós; precisamos de instrumentos que nós não temos. Se tivéssemos moeda própria, seria possível o equilíbrio externo e continuar a singrar, mas nós não temos hipótese de o fazer e qual é o drama disto? O drama é que, para não termos défice, é preciso quem nos empreste dinheiro e já temos uma enorme dificuldade em nos emprestarem dinheiro.

**Sairmos da Zona Euro, ou da UE, e voltarmos a entrar, como permite o Tratado de Lisboa, tem alguma lógica?**

**JFA** - Não. Não podemos estar a sair num dia e a voltar noutro, porque há um conjunto de implicações: é preciso arranjar moeda, mudar tudo o que é contabilidade... Quando foi da adesão à Zona Euro mudou-se uma série de coisas e na saída também seria preciso.

Sair da União e voltar a entrar sem fazer parte da Zona Euro, não seria muito complicado, mas não vejo vantagem de um país fazer isso. Agora, sair da Zona Euro e voltar passado um bocado de tempo, acho que é uma porta que deve estar aberta. Mas, não faz sentido um país sair e dez anos depois voltar; os custos a suportar são grandes e

não faz sentido. Um país que queira sair deve assumir que vai estar um largo número de décadas fora da Zona Euro. Mas isso não é dramático, até porque, embora o país estabilizasse a economia não fazendo parte da Zona Euro, pode ligar a sua moeda ao euro e seria como estivesse dentro da Zona Euro.

### **Dada a actual crise económica, teríamos vantagens em sair agora do Euro?**

**JFA** - Se me dissesse que teríamos, neste momento, o apoio da União para sair, eu saía já amanhã.

Qual é o principal drama da saída? Nós somos um país muito endividado. Eu não falo do Estado, que é ainda o que me preocupa menos, mas das famílias e das empresas. Se nós sairmos da Zona Euro, essas dívidas continuam a ter de ser pagas em euros, mas a nossa moeda e o rendimento das pessoas passavam a ser em escudos. Só faz sentido sair da Zona Euro, na medida em que a nossa moeda se vai desvalorizar bastante em relação ao euro, porque é isso que vai dar competitividade às nossas exportações. Penso que desvalorizar 30% é o número razoável. Isso quer dizer que as dívidas das pessoas aumentavam 30%, mas isso não pode ser. Portanto, o Estado teria que compensar isso. Mas, para o Estado compensar isso precisa de um empréstimo especial para o fazer. Não era preciso um empréstimo muito grande, menor do que o que está previsto agora. Iria à UE pedir esse empréstimo por um prazo longo, para compensar os efeitos da saída do Euro, do ponto da vista das famílias.

Há uma segunda condição, na qual não vejo dificuldades, a não ser, eventualmente, jurídicas. É uma questão de aplicação flexível dos estatutos do BCE, de modo que, nos primeiros anos de saída, o BCE se obrigasse a ajudar que a nossa moeda se mantivesse num valor razoavelmente adequado em relação às outras, isto é, o risco da saída, com a emissão de moeda própria, o escudo outra vez, é que a moeda se afunde, ou seja, em lugar de desvalorizar os 30%, o valor razoável, desvalorizar 90% ou 95%. Esse é o risco, pois criaria um clima de desconfiança, as pessoas iriam desfazer-se da moeda e, para evitar isso, seria bom um compromisso com o BCE, para que, se o escudo desvalorizasse mais do que X ou Y, ele comprasse os escudos para sustentar essa descida.

A terceira condição, talvez já não tão importante como as outras, é que, durante algum tempo, nos fosse permitido financiar o défice do Estado com moeda, com emissão de moeda, coisa que é proibida.

Com estas três coisas e com mais alguma que se revele necessário, eu julgo que se poderia sair de uma forma razoavelmente equilibrada da Zona Euro. É claro que vai ser sempre um choque grande, mas é um choque que tem uma virtualidade: vai-nos permitir de novo ter futuro económico. Na Zona Euro, tal como está, não temos futuro económico.

**Tendo em conta a globalização e o facto de Portugal ser um país pequeno, a saída da Zona Euro ou da UE não iria prejudicar ou impedir o nosso desenvolvimento?**

**JFA** - É totalmente falso. Isso seria válido, eventualmente, se em todas as dificuldades que nós tivéssemos devido ao facto de perdermos os instrumentos de política económica, os outros países europeus nos ajudassem. É completamente falso e é das coisas onde mais enganados temos sido: o facto de estarmos protegidos na Zona Euro. A União Monetária tem tido efeitos negativos sobre a nossa economia e sobre a economia europeia, em geral.

**O facto de estarmos na Zona Euro agravou a crise?**

**JFA** - Sem dúvida nenhuma. Nós teríamos uma crise deste tipo, de financiamento, mesmo sem ser mundial, porque estávamos, pelo menos desde 2005, sucessivamente a endividarmo-nos e, portanto, era uma questão de tempo até atingir níveis de endividamento tais, que deixassem de nos emprestar dinheiro. Portanto, o facto de estarmos na Zona Euro não nos protegeu de nada; aliás desprotegeu a nossa economia muito mais, pois deixámos de ter instrumentos essenciais de política cambial e numa altura em que o euro se reforçou cada vez mais. Como é que uma economia como a nossa aguenta isto?

O comércio livre é importante a nível mundial; agora, era preciso ter havido cuidado, que não houve, de pensar que o impacto da China da Índia e de outros países ia ser de tal forma que o comércio livre se ia substituindo de forma gradual. Um caso comparável, mas muito menor na sua repercussão, pois não se compara em termos quantitativos, mas qualitativos, foi o do Japão nos anos 60/70, quando começou a fazer concorrência aos países ocidentais, Europa e EUA, a partir dos anos 70, o que teve um grande impacto nestas economias. O que se fez, então? Negociou-se com o Japão um contrato de abertura gradual do comércio para evitar que as economias ocidentais



fossem para desequilíbrio devido à emergência do Japão; não em todos os sectores, mas em alguns, como o automóvel. Agora, o perigo não é do Japão mas é da China e o impacto vai ser grande. O grande erro da Europa foi que criou o Euro quando entrou na liberalização do comércio mundial, praticamente na mesma altura – as últimas negociações do Uruguai Round foram em 1994. A Europa criou uma moeda forte justamente numa altura em que a concorrência mundial era muito mais forte. E se nós estamos em crise, a Europa, no seu conjunto, também está em crise. Tem vindo a desacelerar o seu crescimento económico há décadas e se há países que estão bem, como a Alemanha, a maior parte não está. Julgo que a Europa já devia ter percebido que também ela própria não está bem neste mundo globalizado.

### **A UE tem reagido bem à crise, com medidas concretas?**

**JFA** – Não. Houve algumas medidas concretas no plano macroeconómico da política monetária, o BCE até não reagiu mal, mas já a Comissão Europeia demorou muito tempo a reagir e só no final de 2008, já a crise estava avançada, sugeriu que as finanças públicas pudessem ser flexibilizadas para combater a crise. A Europa reagiu mal desse ponto de vista e ainda pior no ano passado, quando ignorou completamente e passou a ser a austeridade a todo o custo na redução dos défices públicos.

### **Portugal tem força política suficiente para poder sair do Euro?**

**JFA** - A Gronelândia quando quis sair, saiu, porque não estava para aturar a política de pescas da UE. Eu não vejo motivo suficientemente forte para sair da UE. Neste momento, não vejo nenhuma vantagem especial em sairmos, até temos desvantagens em alguns aspectos e não vejo como se conseguiria convencer as pessoas para se sair.

Quanto ao Euro, aí sim, já há motivo para sair, embora seja um tema que não é fácil ser discutido em público, porque tem algum grau de tecnicismo. Mas julgo que as pessoas percebem que o Euro não trouxe vantagem nenhuma e, então, há um motivo forte para sair.

Com a adesão ao Euro, perdeu-se a competitividade, mas não por as nossas exportações serem mais caras à medida que o euro se valorizava. Dramático foi o efeito de longo prazo. Quando uma moeda que, sistematicamente, é demasiadamente forte para a nossa estrutura produtiva, sucede que o nosso sector exportador vai desaparecendo, vai-se

reduzindo, e foi isso justamente que aconteceu no nosso país. Em vez de termos demasiados sectores chamados de bens não transaccionáveis, protegidos da concorrência externa, deixámos cair a agricultura, indústria e por aí fora e um país sem isto é impossível, a não ser que tenha permanentemente uma entrada de fundos, que já vimos que não vai dar.

## **ENTREVISTA COM SR. PROF. JOÃO CÉSAR DAS NEVES**

**30-05-2011**

### **Quais seriam as vantagens e desvantagens da saída de Portugal da Zona Euro?**

**João César das Neves** - O problema está relativamente analisado. Não para esta situação, mas para outras e de duas maneiras: primeiro, há alguns estudos razoáveis sobre a entrada de Portugal no Euro; nós fomos dos países que fizemos menos estudos de qualidade, outros fizeram bastante mais, porque, no nosso caso, a resposta era relativamente evidente e, portanto, penso que não havia razões para grandes análises, mas há alguns estudos engraçado. No fundo, é ver esse problema ao contrário. Pode-se por aí tirar algumas ideias sobre o que as pessoas diziam que ia acontecer há dez anos. Outro tema que também recomendaria é ver a quebra de outras uniões monetárias. Temos várias na história, há várias uniões monetárias que foram feitas e desfeitas e, talvez, a que mais interessa, por ser mais próxima, é o que aconteceu com a Argentina, mais ou menos há dez anos, quando rompeu com a ligação com o dólar. Portanto, isto são duas recomendações. Não temos bibliografia sobre este assunto, até porque é um assunto ainda não realizado e então poder-se-ia ir por aí.

Eu acho que a saída de Portugal do Euro seria muito má, muito má para nós e muito má para o Euro. Para nós, os eventuais benefícios, e penso que alguns teríamos, não têm comparação com os custos. E quais seriam os benefícios? É evidente que poderemos desvalorizar a moeda, daí podemos dar algum benefício às nossas exportações, mas é importante ver que essas coisas têm de ser vistas em termos de equilíbrio geral, ou seja, o benefício que os exportadores teriam, tem de ser compensado com as perdas que os trabalhadores e que os outros teriam; é um jogo que tem efeitos dos dois lados. Tudo na economia tem dois lados e é preciso não esquecer o outro lado. Mas, sobretudo, o grande problema é que as desvalorizações não resolvem a questão. A razão porque Portugal tem este problema, com as exportações, tem a ver com uma questão económica, com a estrutura produtiva. Quando nós desvalorizamos, falsificamos os dados; parece que estamos a vender melhor, mas não estamos; estamos simplesmente a alterar a unidade de medida de valor, que é a moeda, e isso faz com que as empresas não precisem de se ajustar, portanto, não vão cortar custos, não vão melhorar a tecnologia.

O caso da Argentina é um bom exemplo, porque é um país que várias vezes realizou este truque e teve sempre que o utilizar sucessivamente. O problema é que, quando a gente começa a fazer isto, depois é extremamente difícil, porque esse benefício de desvalorizar, como não foi feito nada na estrutura, dura algum tempo e no final de algum tempo, as coisas continuam a subir e depois voltamos a ter de desvalorizar outra vez e mais outra vez. Se, de facto, não se trata o problema, não se combate com o analgésico, apenas se dá um bocadinho de anestésico, a economia não muda, fica na mesma e os problemas económicos, que estavam lá e criaram o problema, continuam. Ter uma disciplina externa que nos impõe uma limitação acaba por ser bom, porque obriga as empresas a ajustar; algumas vão morrer, é mais duro, mas vai ao assunto e, portanto, resolve-o. Eu tenho sempre muitas hesitações quando me dizem que não devíamos ter entrado ou devíamos sair, por causa disto, porque eu acho que não resolve o problema.

### **Portugal não devia ter entrado no Euro quando entrou?**

**JCN** - Há um outro problema muito interessante que é o de saber qual é a zona monetária óptima, como é que deveria ser formada a geometria do Euro inicial. E, evidentemente, que é normal que as economias que são mais parecidas têm maior facilidade de integração; aquelas que estão mais afastadas são as que têm mais dúvidas se deviam entrar ou não. Colocando a questão nestes termos, evidentemente que Portugal era um dos países, há outros, cuja dúvida de entrada era maior, porque nós éramos de facto um país que tinha uma desestruturação externa mais diferente. Penso que nós demonstrámos que podíamos viver dentro do Euro e por duas razões: primeiro, porque desde o princípio não havia dúvidas que era nosso interesse entrar, porque estava dentro do Euro a maior parte do nosso comércio externo, qualquer que fosse a geometria que o Euro tivesse, nós iríamos ter sempre dentro a maior parte do nosso comércio - a França e a Alemanha a entrarem, bastavam apenas esses dois, mesmo que a Espanha não entrasse, já teríamos uma grande fatia do nosso comércio externo dentro do Euro; e a segunda razão é que o principal efeito de uma coisa como o euro é económico, é produtivo, tem a ver com as estruturas de mercado. Ora, um país que tem uma moeda diferente, junto de um espaço que tem uma moeda igual, tem sempre uma desvantagem; pode ser uma vantagem em certos pontos, em certos momentos que posso desvalorizar, tornando os produtos mais baratos e vendendo mais, mas o problema é que

as empresas não estão interessadas numa compra, estão interessadas num contrato, as empresas compram e vendem com coisas mais ou menos estáveis; ora, uma empresa que esteja fora desse espaço, tem sempre preços incertos; às vezes são mais altos, às vezes são mais baixos, nunca se sabe. As empresas que estão dentro do espaço não querem mais preocupar-se com essa questão cambial e, portanto, preferem operações com a sua própria moeda. É um fenómeno que encontramos nos EUA há muito tempo e é um fenómeno que também começamos a encontrar na Europa e, por exemplo, isso vê-se na quantidade de empresas britânicas, suíças, marroquinas, que têm de fazer preços em euros porque, se não fizerem esses preços em euros, ninguém lhes compra. Mas, o facto, é que quando eles fazem o preço em euros suportam eles o custo cambial porque, no fundo, estão a fixar o preço numa moeda que não é a sua e como eles comem e bebem na sua moeda têm de estar, permanentemente, com uma incerteza cambial; quer dizer que, estar fora, é sempre um custo enorme.

Discutir, teoricamente, se Portugal deveria ter entrado ou não é um fenómeno completamente diferente do que discutir, na prática, se Portugal queria estar fora deste processo. Vai suportar, ele próprio, os custos de estar fora e cortar os seus laços com a Europa e, nesse caso, seria uma catástrofe e teríamos que começar a exportar para outro lado e não para aquele que é o nosso mercado normal. Ou, então, queremos continuar a exportar para o nosso mercado normal e teremos de sofrer, porque temos o custo cambial do nosso lado e qualquer instabilidade que haja nos preços a empresa tem de os integrar e este é que é o problema. É isto que estão, neste momento, a sofrer algumas economias, até razoáveis, que estão fora do Euro e que, no fundo, acabam por estar presas ao Euro, quer queiram ou não, por que aí é que está o seu mercado e este é o problema de Portugal estar fora. Se Portugal saísse, o problema era este: de desvio do comércio, e muito do nosso comércio ou continuava fixado em euros. e nesse caso era como se estivéssemos dentro, ou então se tivéssemos preços em escudos e deixássemos a situação cambial verificar-se, iríamos perder uma data de mercado. Eu penso que estar fora do Euro era catastrófico para as próprias empresas. O que não quer dizer, que não podemos discutir em termos teóricos se Portugal deveria ter entrado ou não. Eu acho que Portugal tinha duas razões para entrar: a primeira, porque é um mercado onde temos o nosso comércio, a segunda é que provámos, ao longo das décadas de 80 e 90, que conseguimos controlar o nosso défice, conseguimos controlar a nossa inflação, conseguimos viver fora como se estivéssemos dentro e era esse o teste do Tratado de

Maastricht: viver fora como se tivesse dentro e, por isso, é que entrámos por mérito próprio em 1999, porque provámos que éramos capazes disso.

Por exemplo, a Grécia é um país que provou fora que não era capaz de estar dentro; enganou toda a gente, manipulando as contas para poder entrar e, provavelmente, nunca deveria ter entrado, pelo menos nas condições em que entrou. E, agora, dentro, está a criar um problema muito complicado. É um caso evidente de quem entrou e não devia ter entrado.

Portugal, pode-se dizer, que está ali na margem; que é um caso que poderia ter entrado ou não. Eu penso que estava dentro da margem e que fez um esforço enorme para provar isso e, acho, que conseguiu provar. Para a economia portuguesa, a saída do Euro dava uma vantagem pontual, naquele momento, porque, de facto, baixava os nossos preços exteriores e iríamos vender mais. Mas tinha dois problemas: primeiro, era simplesmente um anestésico, não resolvia o problema, não tratava a doença, aliviava um bocadinho os custos; e segundo, cortava-nos o comércio com a Zona Euro e esta continua a ser determinante e Portugal, fora dessa Zona, ou jogava como se estivesse dentro e nesse caso mais valia estar dentro, ou se realmente saísse e jogasse noutra coisa, perderia o seu mercado natural. Penso que seria muito mau para Portugal.

Também é importante não esquecer o facto de que, para o Euro, uma saída, como a de Portugal, seria muito grave, senão mesmo catastrófica, porque o Euro é mais do que uma jogada económica, é uma jogada política, é uma solidariedade e o rompimento com qualquer um - e volto a dizer que o problema mais significativo é o da Grécia - seria horrível para a solidariedade europeia, não só dentro da Zona Euro, mas até dentro da própria UE. Seria um falhanço. É, de facto, politicamente muito difícil mas, sobretudo, tem um outro problema: um clube de onde se pode ser expulso, não é um clube solidário e os mercados passariam a duvidar muito. Como é que os mercados vão emprestar a Portugal? Portugal está dentro do Euro, mas amanhã pode estar fora porque pode sair do Euro. E se amanhã pode estar fora, os mercados tratam como se estivesse fora, sobretudo as economias cujo grau de incerteza é mais forte e que podem sair. Num momento em que haja uma expulsão, por exemplo da Grécia, eu estou convencido de que haveria uma enorme quantidade de economias - a Espanha, a França, até a Itália, a Bélgica - que passariam a ter condições de endividamento muito mais difíceis, porque os mercados passariam a integrar uma probabilidade, mesmo que pequena, de amanhã os países irem para o desconto. Se a Grécia foi, porque os outros não poderiam ir? Este problema iria aumentar o próprio risco dentro da Zona Euro, porque, no fundo, tornava-

se um espaço poroso, de onde se podia entrar ou sair e isso já não é nada. É, por isso, que, embora os custos sejam brutais eu estou convencido que não há alternativa neste momento para a Grécia a não ser a reestruturação da dívida, ou consequências muito desagradáveis. Foi um disparate ter entrado, não devia ter entrado, mas uma vez dentro não é a mesma coisa que sair. Uma coisa é não dever ter entrado e outra coisa é estar dentro e sair; é completamente diferente, é outro assunto. Eu penso que a generalidade das autoridades europeias percebeu isso.

### **A saída da Zona Euro libertava-nos do respeito de critérios como do défice e dívida pública, ligados à UEM...**

**JCN** - A UEM tem como peça central a moeda; não apenas, mas é o elemento fundamental. O resto é uma ideia que já vem de trás, que tem a ver com a abertura do mercado e que já estava desde o princípio e que foi confirmada: a questão da unificação das zonas aduaneiras que, no fundo, é um acordo aduaneiro, uma ideia que vem desde o princípio e que muda a natureza quando passa a haver uma questão monetária central. E nessa questão monetária havia quatro critérios anteriores à entrada e, depois, só um é que ficou. Os primeiros três critérios eram directamente monetários, tinham a ver com os três preços da moeda: a taxa de câmbio, a taxa de juro e a taxa de inflação. A taxa de câmbio é o preço da moeda em relação às outras moedas; a taxa de juro é o preço da moeda em relação a si própria e no futuro, e a taxa de inflação é o preço da moeda em relação aos bens. Estes são critérios monetários que têm a ver com a questão essencial da união monetária e com critérios que a própria unificação monetária confirma; a partir do momento que passamos a ter a mesma moeda, passamos a ter a mesma taxa de câmbio, a mesma taxa de juro e de inflação. O quarto critério é um pouco estranho, porque tem a ver não com a moeda, mas com as finanças públicas. E porque é que lá está? E porque é que, estando lá, foi o único que continuou? Este critério tem uma outra característica estranha e que não só tem a ver com coisas não só monetárias, mas é o único que não é relativo, porque os anteriores não diziam qual era a taxa de inflação, qual era a taxa de juro, qual era a taxa de câmbio. Diziam que têm de estar próximas, há uma banda para a taxa de inflação, tem de estar entre certo limite, as moedas podem ter uma inflação alta ou baixa, tem de ser parecida, e o mesmo se passa para o juro e o câmbio. Este não tem um valor absoluto. Qual é a lógica? Costumo dizer que o único

país da Europa que percebe a lógica, somos nós, porque nós temos uma união monetária com uma zona que nunca cumpriu o critério das finanças públicas, que é a Madeira.

A Madeira há muitos anos que tem um défice à vontade e a Madeira, como sempre teve a mesma moeda que o Continente, não pode desvalorizar; e como não pode desvalorizar, vai-se endividando na mesma moeda que nós e isso quer dizer uma subida da taxa de juro para toda a zona de Portugal, antes do escudo e agora do euro. O problema é que o Estado é um grande devedor, e como é um grande devedor, se ele não controlar as suas dívidas vai afectar a situação monetária e financeira de toda a zona, de toda a zona do euro neste caso. Como diz o Alberto João Jardim com frequência: a dívida da Madeira é mais pequena do que a dívida da CP; a dívida da Madeira não afecta nunca significativamente a zona dos custos, o mesmo se passa com a dívida portuguesa. Esta também nunca afecta a zona dos custos, porque a zona do Euro é tão grande que a dívida portuguesa não afecta. O problema é que, se Portugal se endividar à vontade - e o que aconteceu nos últimos 10/15 anos foi isso mesmo, Portugal endividou-se à vontade - os outros dizem porque é que não me hei-de endividar também? Já que estamos todos dentro do Euro, então estamos a pagar taxas iguais. Se estamos todos na mesma zona, então porque é que não me endivido, se é barato? Foi o que aconteceu! Portugal deixou-se endividar brutalmente, porque era barato e porque é que era barato? Porque a Zona Euro era barata; a taxa de juro do euro era barata. Portugal endivida-se e os outros dizem: está bem! Estás tu a ganhar, porque então não hei-de ganhar também? Todos se endividam e se todos se endividarem o euro não se sustenta. O problema é esse. O critério das finanças públicas está lá por razões estritamente monetárias. Esta lá, porque não é possível sustentar uma moeda em que todos os governos se endividam à grande, porque a dívida dos governos é uma grande dívida no total da dívida nacional e, se um faz, os outros também fazem e, por isso, é preciso uma disciplina. De facto, o que estamos agora a sofrer são as consequências de, em 2004, termos alargado as limitações do Pacto de Estabilidade que davam um limite precisamente ao endividamento público, que passou a ser um identificativo muito vago, em vez de ser uma obrigação forte e a consequência disso é insustentável. Os outros países da Europa estão exactamente como nós em relação ao Alberto João Jardim. Ou eles nos pagam a dívida que é essa a ajuda que nos estão a dar, ou nós vamo-nos endividar cada vez mais e é realmente insustentável o euro. Esse é o problema e os outros não estão interessados em pagar a nossa dívida e estamos a ter essa dificuldade. Assim como cá, em Portugal e de vez em quando, temos zangas com a dívida da



Madeira, os alemães estão a dizer: mas porque é que hei-de emprestar o meu dinheiro para pagar aos gregos, aos portugueses, aos irlandeses, que andaram aí à vontade a enganarem-se e agora... Este é o problema e a razão é, de facto, uma razão estritamente monetária, que não tem muito a ver com o outro facto comercial. Aliás, é curioso dizer o seguinte: nós temos um problema grave de dívida pública, mas não é muito grave porque há países da Europa que têm muito mais dívida do que nós. O nosso problema mesmo grave é da dívida externa total. A dívida pública portuguesa anda à volta dos 90% (mesmo com algumas aldrabices, no máximo à volta dos cento e pouco), mas 2/3 são externa. Portanto, a dívida externa portuguesa pública anda pelos 70 e tal por cento do produto. A dívida externa total de Portugal anda pelos 230% do PIB. A maior parte da nossa dívida externa é uma dívida privada, é uma dívida de empresas e de particulares. Porque não se chama a atenção para esta dívida? Porque, no fundo, esta são milhares de pequenas dívidas, algumas delas sustentáveis e o endividamento já estancou um pouco no sector privado. O problema é que, no sector público, é uma dívida única, muito grande. Embora seja apenas 1/4 da dívida total, é 1/4 de uma única pessoa, enquanto os outros são milhares de dívidas. E, pior do que isso, é que o Estado não vai pagar a sua dívida; quem vai pagar somos nós. É, também, sobre a situação económica que vai cair e o último passo é dizer que Portugal tem a economia estagnado há dez anos e que a possibilidade de pagamento da dívida é mais duvidosa, por causa disso. O problema nunca é a dimensão da dívida, nem sequer o pagamento dessa dívida. Os nossos credores não querem que a gente pague a dívida; se pagarmos a dívida tinham de arranjar outro para emprestar. O único problema que existe é o do pagamento dos juros e a dúvida que os nossos credores têm, é que nós sejamos capazes de pagar os juros. Esse é o único problema que existe e os nossos credores, olhando para a situação económica portuguesa, de falta de crescimento, de estagnação da economia, e olhando para a situação da nossa dívida, que está a crescer - de facto, a nossa dívida pública está a aumentar em cerca de 40 milhões por dia -, eles têm razão de estar com dúvidas; eu também estaria. Este é o problema e temos que mudar de vida. Infelizmente, andámos a fingir durante muito tempo que não era preciso; fomos o único país civilizado que, depois da crise de Setembro de 2008, fingiu que não havia nada, continuou a proceder como se não houvesse nada e criou uma condição explosiva insustentável.

**A Zona Euro, ao fixar taxas de juro baixas, não foi responsável, também, pela crise na Europa? E como a UE tem respondido a essa crise?**

**JCN** - A Europa tem graves consequências e responsabilidades. As taxas de juro andaram demasiado baixas e aí pode ser que a culpa seja da Europa; mas também foi um problema generalizado do mundo inteiro. No fundo, esta crise financeira global foi causada por uma euforia; uma euforia que se manifestou a vários níveis e também a nível europeu. Portanto, isto tudo aconteceu, não apenas dentro da Europa e por razões internas, mas por razões envolventes, globais. Agora, é preciso também dizer que estavam lá montados os mecanismos para evitar que uma coisa destas acontecesse. Esses mecanismos são os Pactos de Estabilidade com limites e o problema foi que, estavam lá e foram contritados (o que começou em 1999 quando nasceu o euro), mas a meio do processo, quando a Alemanha e a França violaram o Pacto, entrando em défice, mudaram o Pacto. Na altura, Romano Prodi disse que o Pacto era estúpido, e era! É simplista, não entra com variações, e quando a Alemanha e a França o violaram e teriam de pagar multas que lá estavam - de facto, pôr multas a um país que está já endividado é um bocadinho estúpido, mas era o que lá estava -, o que é que se fez? O Pacto passou a ser uma vaga medida de médio prazo, uma tendência de médio prazo e deixou de funcionar. Portanto, a UE tem culpa. Tem culpa, primeiro, por se ter deixado enganar pela Grécia; tem culpa por, uma vez violando os países, não ter aplicado e ter tornado letra morta e, agora, estamos todos a perceber porque é que as regras eram estúpidas, mas era essa a vantagem. Claro que é responsável e esse é, também, o problema grave que, neste momento, estamos a ter: quem vai vigiar, quem está a tomar medidas para resolver a questão é exactamente a entidade que se deixou enganar e que deixou derrapar a situação, durante todo este tempo. Alegadamente, a UE estava a tomar conta e estava a vigiar e havia Pacto de Estabilidade e havia compromissos e estava tudo a funcionar bem. Agora, a Europa diz: desta vez é que vai ser! E porque é que das anteriores não foi? É a mesma entidade! Daí, alguma inteligência em meter o FMI, porque é uma entidade que já tem resolvido este problema a muitos níveis, em muitas zonas do mundo e é uma entidade que pode dar alguma credibilidade adicional, porque, de facto, a UE sozinha não tem credibilidade neste momento, depois de ter presidido, durante demasiado tempo, exactamente àquilo que ela agora vai tentar resolver.

### **Os países deviam estar preparados com um plano de custos/benefícios para actuar em casos de crise?**

**JCN** - É um tipo de ideia boa mas que, na prática, quando aparecem estas crises, é sempre difícil. Um país que conseguisse fazer este plano é um país que nunca vai cair em problemas, porque, quem faz o plano e o aplica, não vai ter necessidade dele. Essa é que é a questão. Era conveniente ter essas coisas, aliás, todos os países têm o chamado PEC, que têm de apresentar todos os anos. É tudo muito bem feito, mas vê-se que uma coisa são boas intenções a médio prazo, outra coisa, é a gestão real, concreta e o caso português é um caso típico de planos que estavam todos feitos mas, depois, não funcionaram. São boas intenções, mas que, na prática, acabam por não ser aplicáveis, porque, precisamente, não é possível. Se o país tivesse possibilidade de aplicar, nunca teria tido problemas e um país com problemas é, basicamente, um país que não controla os seus mecanismos; não é pela existência de um plano muito bem feito que ele vai funcionar. Teoricamente, isto é verdade. Os EUA têm mecanismos dentro da sua própria Constituição que implicam travões nas despesas em certas circunstâncias mas, agora, está tudo a discutir de que, em breve, a dívida pública norte americana vai atingir o limite que está para lá do travão e, evidentemente, que se terá de fazer uma lei para alterar o limite. Portanto, na prática, não funciona; é só uma brincadeira cosmética, que não funciona. Esse travão tem sido violado dezenas de vezes,

### **Se não estivéssemos no Euro, a crise seria maior?**

**JCN** - Se não estivéssemos na Zona Euro, este problema seria completamente diferente. E, provavelmente, até seria melhor, no sentido de que nós teríamos levado com uma ‘cacetada brutal’ na crise de 2008 e provavelmente tínhamos cortado completamente o endividamento, mas também nunca nos teriam emprestado as quantidades que emprestaram e, portanto, teríamos resolvido já a questão. Teria sido um sofrimento muito mais profundo, mas também muito mais curto. Nós estamos, neste momento, a suportar o problema de 15 anos, de todo o período de caminho para o Euro e depois de participação no Euro, de endividamento crescente, que nos leva a um montante brutal de 230% do PIB de dívida externa e que é um problema muito grave e que é causado pelo facto de estarmos dentro. É certo que, se não estivéssemos dentro, o custo seria muito inferior. O grande problema da entrada no Euro, para Portugal, foi ter perdido o sinal de

alarme. Quando tínhamos o escudo e numa crise, havia imediatamente a desvalorização da moeda, para ajustar. Foi o que nos aconteceu em 1978 e em 1983, com as anteriores intervenções do FMI. Nós, em 1998/99, atingimos os níveis de 1977 que nos obrigaram a chamar o FMI pela primeira vez, mas achámos que não havia problema porque estávamos no Euro e continuámos. Esse processo simples é que nos criou esta situação. Estamos há dez anos a viver praticamente com níveis que foram insustentáveis em 78 e nos obrigaram a chamar o FMI e só, agora, em 2011 é que o fizemos. Perdemos o sinal de alarme e este é o grande problema. O Euro é culpado e não é. Estar dentro do Euro é uma coisa boa, o problema é uma vez estar dentro e não saber viver dentro. Esse é o problema típico de países, como Portugal e a Grécia, que estão completamente descontrolados na Zona Euro. A Irlanda tem um problema um bocadinho diferente, não é bem esta situação.

Se estivéssemos fora da Zona Euro, nós teríamos um problema muito grave de exportação e muito grave de desenvolvimento por causa disso. Teríamos uma moeda que mais ninguém tem e teríamos muito mais dificuldades de desenvolvimento e de crescimento; o primeiro sinal que teríamos seria, concerteza, um nível de desenvolvimento bastante inferior ao que temos agora. Se teríamos atingido o nível actual de desemprego? Não sei, se calhar, como estaríamos com mais aperto, teríamos menos regalias e, possivelmente, o mercado ajustaria. Estaríamos todos a um nível mais pobre, mas, provavelmente, com desemprego mais baixo e, sobretudo, não teríamos esta travagem súbita que está a fazer disparar o desemprego e que é causada por uma embalagem que nós nunca teríamos tomado. Estaríamos bastante abaixo deste nível de desenvolvimento, mas nunca teríamos tido esta situação, que é uma situação causada pela facilidade com que nos endividamos e, agora, temos de fazer uma dieta súbita que nunca teríamos tido se não tivéssemos tido essa facilidade. Estou convencido de que teríamos suportado um custo bastante maior em 2009 por termos uma moeda que mais ninguém tem e uma secagem súbita dos mercados internacionais teria criado um problema muito mais grave. Pontualmente, muito mais grave, mas também, provavelmente, haveria um ajustamento mais rápido porque nós também estaríamos mais pobres e isso ajustava mais depressa. É difícil comparar as duas alternativas. Estou convencido de que a perda principal seria uma perda a nível de desenvolvimento; não teríamos tido o desenvolvimento que tivemos e a vantagem das nossas empresas em exportar. É preciso dizer que, infelizmente, grande parte dessa vantagem foi desviada para o Estado, para os sectores protegidos, para grupos de pressão, para entidades que

andaram a viver acima das suas posses e, portanto, por aí ganharam muito mas distorceram a realidade económica portuguesa, com consequências graves. A situação foi muito mal gerida. Também é difícil comparar o que é uma situação benéfica mas muito mal gerida, com uma situação que seria bastante menos benéfica mas, provavelmente, onde não se poderia ter feito tanto disparate.

### **Portugal deve sair da Zona Euro e ficar na UE?**

**JCN** - Sair do Euro seria uma catástrofe. Imediatamente, as taxas de juro disparariam e nós teríamos uma súbita secagem dos mercados internacionais. Poderíamos desvalorizar e ter alguma exportação, mas teríamos que ajustar muito mais rapidamente fora do Euro. Fora do Euro, deixavam-nos, imediatamente, de emprestar; teríamos de recorrer apenas ao FMI e teria de ser um corte muito rápido e em termos estruturais deixávamos de poder participar com a mesma facilidade no comércio internacional na zona mais rica perto de nós, que é a zona europeia. Temos que aprender a viver dentro do Euro e essa situação irresponsável de estar dentro do Euro, sem ligar às regras e violando as regras alegremente. Nós fomos o primeiro país a violar o PEC e violamo-lo alegremente todos os anos desde 2001 até 2008 e isso não é bom, é mau. O ideal é estar dentro e respeitar as regras e eu estou convencido que ainda é possível, que Portugal, levando agora a sério e cumprindo este plano – que, para mim, é surpreendentemente bom, não estava à espera que fosse tão abrangente e tão bem feito -, pode ficar dentro e ficar dentro é muito melhor. Espero que o Euro continue e que as coisas corram bem.

## **ENTREVISTA COM SR. DR. PAULO SANDE**

**11-02-2010**

### **O Tratado de Lisboa veio incluir a possibilidade de saída de um Estado membro?**

**Paulo Sande** - Já antes do Tratado de Lisboa era possível a saída de um Estado membro. A sua inclusão, tornou a possibilidade de saída apenas mais transparente.

### **A possibilidade de expulsão também é possível?**

**PS** - A expulsão de um Estado-membro não é possível ao abrigo do Tratado de Lisboa; não está prevista em lado nenhum. Há necessidade, primeiro, de ser regulamentada, o que talvez nunca suceda. Para esta situação se poder verificar, teria de ser regulamentada primeiro.

### **É mais fácil sair do que entrar na UE?**

**PS** - No caso da saída de um Estado-membro, não se pode dizer sim ou não. Esta é a grande diferença com a adesão, onde se pode dizer sim ou não. Daí, que os procedimentos de saída e adesão sejam logo diferentes.

### **Como será o processo de negociação para a saída de um Estado membro?**

**PS** - Na saída e para as negociações, também haverá que abrir dossiês nas diferentes políticas e qualquer Estado terá de cumprir as suas obrigações.

### **Quais as consequências para Portugal da sua eventual saída do Euro?**

**PS** – Necessidade de criar nova moeda; deixar PEC (Plano de Estabilidade e Crescimento); mercados que se nos fecham e perda de fundos.

## **ENTREVISTA COM SR. PROF. ANDRÉ FREIRE**

**30-06-2011**

**A grande abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, em Portugal, reflectiu a crise do País?**

**André Freire** - A abstenção para o PE é sempre muito alta em Portugal.

Acho que o nível de abstenção em 2009 nas eleições para o PE não tenha a ver, directamente, com a crise económica.

**E a maior abstenção nas eleições legislativas de 2009?**

**AF**- Nas legislativas em Portugal, a diferença na abstenção deve-se em boa parte às mudanças nas regras, que é a inscrição automática das pessoas com 18 anos de idade, o que fez aumentar o número de pessoas inscritas nos cadernos eleitorais. Se olhar para o número de votantes, verá que ele aumentou; votaram mais pessoas, mas o universo é maior, em parte porque as regras mudaram e agora as pessoas que fazem 18 anos já não têm que se inscrever, passam a estar automaticamente inscritos. Isso fez disparar o número de inscritos.

Acho que a abstenção em 2009 não tem nada a ver com a crise económica, mas com a mudança de regras, que distorce a realidade. Não é razoável pensar que num país com 10,5 milhões de pessoas, tenhamos 9,5 milhões de pessoas com 18 e mais anos de idade. Estes dados não reflectem a realidade do País. Portanto, eu não confiaria no resultado da abstenção e também não tenho razão de a relacionar com a crise.

**Os resultados das últimas eleições europeias foram mais favoráveis aos partidos eurocépticos...**

**AF** - A nível da Europa, houve em 2009 uma aproximação para os partidos mais eurocépticos. Nós, cá, não temos grandes partidos eurocépticos; temos talvez o PCP e o BE.

Acho que a maior parte das pessoas não votam, para o PE, muito a pensar nas questões europeias, votam como votam para o Parlamento nacional e também há pessoas que usam as eleições europeias para transmitir mensagens do que se passa na política nacional. Assim se compreende o derrube do PS, que não é um partido eurocéptico.

### **Para Portugal, a saída da Zona Euro seria um revés político?**

**AF** - É lógico que a saída do Euro pode ser encarado como um revés político, tendo em conta o empenho na entrada no Euro, mas, a verdade, é que há vários países que não estão na Zona Euro.

### **Quais as principais consequências da nossa saída?**

**AF** - Os problemas da nossa saída do Euro são: como fica a dívida? E abandonávamos a convergência com os países mais fortes e com uma moeda forte.

Politicamente, a nossa saída do Euro não é uma possibilidade a estar muito em cima da mesa.



## **ENTREVISTA COM SR. DR. MIGUEL GORJÃO HENRIQUES**

**07-07-2011**

**De acordo com o Artigo 50º do Tratado de Lisboa, o prazo máximo para saída de um Estado membro da UE é de dois anos. Não é curto, até para as negociações?**

**Miguel Gorjão Henriques** - No Artigo 50º do Tratado de Lisboa, o prazo de saída pode ser inferior a dois anos ou superior.

Se o Estado a sair quiser ter futuras relações com a UE terá de negociar; senão pode sair sem negociações e logo no dia seguinte.

As condições de saída são diferentes de Estado para Estado.

**Juridicamente, ao abrigo do Tratado de Lisboa, é possível a saída de um Estado da Zona Euro?**

**MGH** - O Artigo 50º só fala da União. Nada tem a ver com a UEM ou com a Zona Euro, mas na falta de norma própria, remete-se para a norma mais próxima.

Note-se, no entanto, que nem todos os Estados estão na Zona Euro e que, politicamente, tudo é possível.

## **ENTREVISTA COM SR. PROF. JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA**

**08-06-2011**

### **O Tratado de Lisboa (TUE), no seu artigo 50º, abre a possibilidade de saída de um Estado membro da União Europeia...**

**José Luís da Cruz Vilaça** - O artigo 50 abre claramente a possibilidade a qualquer Estado membro de se retirar da União. Não há dúvida nenhuma. Está prevista expressamente a possibilidade de um Estado membro decidir retirar-se da União e não estava antes do Tratado de Lisboa. Esta possibilidade não estava prevista nos Tratados. Agora, o Tratado da União Europeia prevê expressamente a possibilidade, no artigo 50º, que qualquer Estado membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União. Claro que, depois, os números seguintes estabelecem as condições em que essa retirada pode ter lugar. É evidente que é necessário estabelecer as condições da saída e é necessário regular, por comum acordo, as futuras relações entre o Estado e a União. E, depois, regular os termos da aplicabilidade de certas disposições do Tratado após a saída e culminando o nº5 deste artigo 50º com a possibilidade de o Estado que se teria retirado da União voltar a pedir a adesão. Isto corresponde a comprometer-se num tratado internacional que cria uma união entre Estados e aceitando no exercício da sua soberania internacional que eles podem decidir desvincular-se na altura em que chegarem à conclusão que isso não lhes convém. Anteriormente, antes do Tratado de Lisboa, não havia expressamente essa possibilidade e discutia-se muito, na doutrina, se era possível ou não um Estado membro, que não quisesse, continuar (a meu ver, é óbvio que já era possível), fosse por uma alteração política, uma revolução, o Estado deixou de ser democrático. Não estava sequer prevista a possibilidade de suspensão dos direitos, no caso da democracia estar em risco num Estado membro. Hoje em dia, está prevista também a possibilidade de suspensão dos direitos, no caso de uma ameaça grave ou de uma grave violação dos direitos fundamentais de um Estado membro da União. Hoje em dia, estas coisas estão previstas, mesmo a possibilidade dos outros Estados suspenderem os direitos inerentes à participação de um Estado membro da União. Não está é prevista a expulsão de um Estado da União; o que está prevista é a suspensão.

A expulsão implicaria uma revisão do Tratado e a revisão do Tratado só pode ser feita por unanimidade. A retirada é diferente: é um exercício de soberania do Estado. Os Estados já não são senhores absolutos dos Tratados, porque transferiram parcelas de soberania e os Tratados objectivaram-se, constitucionalizaram-se em relação aos Estados membros, portanto, eles já não são senhores absolutos dos Tratados, até porque os Tratados, na medida em que se constitucionalizaram contêm limites à sua própria revisão, que são limites formais e limites materiais e que são limites materiais explícitos e limites materiais implícitos à revisão dos Tratados. Mesmo que os Estados membros queiram, no entender do Tribunal de Justiça, não podem rever certas partes dos Tratados, já se objectivaram, já não têm o poder sobre os Tratados. Mas, os Estados mantêm a sua soberania dentro dos principais acordos internacionais, nomeadamente têm o poder de decidir se continuam ou não vinculados por um tratado, mesmo quando esse tratado cria uma união quase perfeita. E, a meu ver, já podiam antes e agora podem claramente com base no artigo 50º do TUE.

Nada no mundo é irreversível, nem mesmo no quadro da União; portanto, quando um Estado decidir não cumprir as suas obrigações, por exemplo, relativamente à revisão dos Tratados, quando os Estados decidirem ignorar os termos em que estão os Tratados, puseram-se de fora da legalidade constitucional, criaram talvez uma nova legalidade constitucional... Nestas áreas, não é possível raciocinar no quadro da estrita legalidade formal. Trata-se de Estados que são capazes, através de actos jurídicos ou metas jurídicas, criar uma nova legalidade constitucional porque se, de repente, chegarem à conclusão de que Portugal tem uma Constituição republicana onde se diz que a forma republicana de governo constitui um limite material à revisão da Constituição e isso para não prejudicar a natureza da própria Constituição, mas que não impede que os eleitores, um dia, achem que, afinal, preferem a monarquia e para isso têm de sair dessa legalidade constitucional e criar uma nova legalidade constitucional. Agora, um Estado membro que mantém a sua soberania - é claro que desapossou-se de atributos dessa soberania a favor de outrem, mas desapossou-se dentro de domínios limitados -, no plano internacional mantém o poder de se desvincular ou não de tratados internacionais. Mesmo antes disso era possível.

## **Portugal pode só sair da Zona Euro?**

**JLCV** - Não está previsto expressamente, nem nos Tratados, nem nos regulamentos da União Económica e Monetária, a saída de um Estado da Zona Euro. Esta saída pode ser uma saída com dois significados: ou empurrada (expulsos), porque já não respeitam os critérios da Zona Euro, ou uma saída voluntária. A expulsão não está prevista, mas quando há uma crise que põe em causa os fundamentos da participação de um Estado na Zona Euro, como hoje os casos de Portugal, da Grécia, Irlanda, eles não podem ser expulsos e tem-se posto a hipótese e encarada a possibilidade de eles saírem, de serem empurrados ou decidirem sair... Se eles decidirem sair da Zona Euro, saem da Zona Euro, embora isso poderia levar à necessidade de alterações dos Tratados. Mas, se os Estados, se os políticos, decidirem sair da Zona Euro, saem, até porque nem todos os Estados da União pertencem à Zona Euro, seja porque não respeitam os critérios, seja simplesmente porque não querem, querem manter a sua soberania monetária e cambial. Não está previsto nos Tratados, mas se quiserem sair da Zona Euro, bem ou mal, saem. Aliás, é mais difícil estar no Euro do que não estar; é mais difícil manter o equilíbrio macroeconómico e a convertibilidade da economia exigida. Mas, se os políticos quiserem sair do Euro, fazem-no.

Uma questão é a realidade política, outra questão é a realidade jurídica. Não é possível raciocinar em relação à União Europeia apenas com base na interpretação formal do que está nos Tratados. A formalidade aqui é clara: é possível não só suspender os direitos de um Estado que está em situação de risco de violação dos direitos fundamentais da UE, como é possível um Estado sair; está previsto expressamente. Mesmo quando não estava previsto expressamente, para mim, era indiscutível que, um dia, se um Estado quisesse sair, saía mesmo. E exemplo é a crise da cadeira vazia do General de Gaulle, que ficou resolvida com o Compromisso de Luxemburgo, que foi um arranjo político celebrado entre os Estados membros fora dos Tratados, não estava prevista nos Tratados.

A União é um processo dinâmico, mas um processo dinâmico com seis estados membros é uma coisa e a 27 é outra coisa. A realidade política e a realidade jurídica não andam necessariamente a par. A dinâmica da integração faz-se entre a economia, o direito e o político.

### **A Gronelândia foi um exemplo de saída da UE?**

**JLCV** - Não. O caso da Gronelândia é um problema de direito constitucional interno de um Estado.

## **ENTREVISTA COM SR. PROF. PEDRO LAINS**

**21-06-2011**

**A nossa adesão à UE (então CEE) foi mais política ou económica? Qual o balanço destes 25 anos de integração?**

**Pedro Lains** - Uma das coisas que caracteriza a UE é que ela foi feita a partir de iniciativas políticas mas que tinham sustentação económica. A integração europeia é uma resposta política a problemas económicos reais e o caso de Portugal não é diferente.

Portugal entrou na União Europeia e teve uma importância política bastante grande, mas foi acompanhada por objectivos económicos viáveis. É preciso, no entanto, não exagerar a importância política da UE, da integração na UE. Às vezes, diz-se que era preciso, para consolidar a democracia, haver essa integração; isto é um pouco exagerado. Portugal poderia ter seguido o caminho político que seguiu, sem se ter integrado na UE e a sua importância política não foi assim tão importante. Da parte económica, teria sido mais difícil Portugal ter tido o percurso que teve na sua economia nestes 25 anos, sem se ter integrado na UE. Foi uma integração política, mas também foi económica. Aliás, é bem visto, se pensarmos que a data do pedido de adesão, em 1977, foi uma data com uma grande conotação política. Mário Soares e Medeiros Ferreira, quando pedem a adesão, estão a pensar do ponto de vista de consolidação da democracia, mas a data efectivamente da adesão, 1986, é uma data que tem muito a ver com a situação económica que só então tornou possível esta adesão. Nós temos que nos lembrar que a adesão de Portugal à CEE não tem a ver só com a evolução da política da economia portuguesa, mas tem muito a ver, tem mais a ver, com a evolução da economia europeia. A UE estava com problemas, a atravessar um período muito difícil, por causa da crise de 1983.

## **Portugal deveria ter aderido ao Euro quando aderiu?**

**PL** - Quase todos os grandes passos da UE podem ser explicados da mesma maneira, mais ou menos. Ou seja, são transformações políticas, mas que são fundamentadas em necessidades económicas.

Nós hoje vemos, mas também na altura já muita gente via, que a criação do Euro é imperfeita e que, de certa maneira, foi precoce, se pensarmos que seria necessário criar uma moeda única com um determinado tipo de instituições, que não foram criadas. No caso português, pode servir a mesma interpretação. Portugal quando decidiu aderir ao SME e depois ao Euro, em 1992 e 1999, adere sem ter em atenção alguns dos riscos dessa adesão. Há aqui duas questões muito importantes. A primeira, é que se o Euro não tivesse sido criado como foi, ou se Portugal não tivesse aderido ao Euro como aderiu, não haveria caminhos alternativos. E porque é que não havia caminhos alternativos? Porque não havia força política; o eleitorado não teria autorizado os portugueses, os europeus a fazer uma maior integração política por causa do euro; não teria sido possível criar instituições federais nos anos 90, está completamente fora de causa. Não era possível fazer o Euro de outra maneira, com as instituições de antes da moeda obter as instituições necessárias ao mesmo tempo que a moeda. E Portugal também não poderia aderir ao Euro de outra maneira. As condições eram estas e é preciso ter em atenção quais seriam os caminhos alternativos: seria não haver uma moeda única e continuar a haver os riscos cambiais. A segunda questão é que se viveu num certo entusiasmo na altura, que tem a ver com o espírito da época, que ainda não morreu, segundo o qual devia haver mais integração, liberalizar mais e, ao mesmo tempo, fazer as reformas estruturais que levariam a mais crescimento económico, sobretudo nos países mais atrasados da periferia europeia. Foi esta teoria que, de certa maneira, ajudou a sustentar o caminho que se seguiu.

Os problemas estão a surgir agora por causa de uma crise financeira internacional com o qual o euro nada tem a ver. Podia acontecer que, sem o Euro, o impacto desta crise na economia europeia e, em particular, o impacto da crise na integração europeia fosse mais grave do que tem sido até agora. O impacto da crise de 1973 na integração europeia foi fortíssimo, a integração europeia regrediu durante 13 anos entre 1973 e 198, precisamente.

## **Os resultados das eleições para o PE revelam um desinteresse pela Europa?**

**PL** - Não digo que nos importamos menos por estarmos na Europa. Aliás, há um dado muito importante, que é os três partidos que assinaram o acordo com a Troika, e ao assinarem o acordo com a Troika estavam a sinalizar que iriam manter as coisas como estavam, que queriam manter o País integrado e aberto, tiveram mais de 50% do eleitorado. Não há uma diferença em Portugal relativamente à Europa e esta posição que as pessoas estão a ter, que a opinião pública está a ter relativamente à forma de gerir ou de resolver a crise, ao papel que Portugal tem na resolução do seu problema, é uma forma extremamente positiva e que mostra claramente que o apoio ao Euro não morreu. É uma falsa questão. Nós fora do Euro não estaríamos necessariamente melhor. O Euro trouxe enormes vantagens, particularmente por causa da redução das taxas de juro que significaram uma diminuição de encargos substanciais numa fase muito importante, em que a maior parte das pessoas contraiu crédito à habitação. É muito difícil fazer um balanço de custos e vantagens do Euro; é por isso que o tema da sua tese se torna muito difícil e ainda é mais difícil fazer um balanço de custos e benefícios de uma hipótese que concerteza não se vai verificar. Mas, também, é muito difícil concluir pela negativa desse balanço. Até uma boa parte dos economistas concordaram que ele é positivo.

Nós temos que começar a perceber qual é a tendência para a mudança ou não, e essa mudança terá de vir do eleitorado e, sobretudo, do eleitorado alemão. Se olharmos para a situação política na Alemanha, nós podemos colocar a hipótese de, talvez, as coisas comecem a mudar, porque a chanceler alemã está a perder eleitorado, está a perder votos e está a perdê-los não só para o partido social, mas também para o partido dos verdes que tem uma visão menos militarista da integração europeia e isso pode significar uma alteração da posição da Alemanha na integração europeia e pode significar que a Alemanha decida, mais uma vez, pagar em parte os custos que a maior integração tem para os países mais ricos. Custos directos, porque não nos podemos esquecer que a Alemanha tem grandes benefícios com a integração europeia. Olhando para a integração europeia, nós verificamos que há momentos em que há uma mudança nos eleitorados e nos governos e na sua posição face à integração europeia; uma mudança no eleitorado e uma mudança na avaliação de custos/benefícios da integração. Os pessimistas acham que isso não vai acontecer e, se isso não acontecer, Portugal terá que sair do Euro, visto que é uma situação insustentável. O próximo passo que Portugal deveria fazer, mas não vai fazer certamente, é ameaçar sair do Euro de uma forma



credível, provavelmente não o iria fazer juntamente com a Grécia, não há vantagem nenhuma em se associar ao governo grego. Isto iria provocar uma reacção em cadeia que chegaria ao eleitorado alemão e iria mostrar o quanto isto prejudicaria a integração europeia. Mas a saída do Euro é um cenário que não traria vantagens, que não parece que venha a acontecer.

### **Portugal terá a força política para fazer essa ameaça?**

**PL** - Portugal tem um peso político pequeno no Euro e também ao nível da UE. Mas, Portugal não está sozinho nesta questão, como é óbvio. Tem mais dois países que estão em situação igual, embora a situação da Irlanda não seja tão preocupante como a portuguesa, porque a balança externa não está em desequilíbrio. Mas a situação portuguesa é igual à da Grécia e não é muito diferente da espanhola, embora a economia espanhola tenha um potencial maior que a portuguesa; a economia espanhola também tem um problema de equilíbrio externo, e as questões financeiras e monetárias estão sempre associadas a uma atenção redobrada. As questões monetárias e financeiras têm de ser tratadas com maior delicadeza e as instituições europeias olham para elas com a maior delicadeza, porque são muito sensíveis às flutuações do mercado e uma saída de Portugal do Euro daria sinal ao mercados que o Euro não estaria a funcionar bem, porque, afinal, o Euro não era a moeda forte de mais de 300 milhões de habitantes, mas poderia vir a ser apenas uma moeda de uma parte da União Europeia. Nesse sentido, Portugal tem alguma capacidade política e é por causa disso que está a ser tratado como está, que tem havido alguma condescendência por parte das instituições internacionais relativamente ao défice externo e às contas públicas.

### **O que será menos prejudicial para Portugal: sair só da Zona Euro ou da UE?**

**PL** - É preciso olhar para a UE como parte integrante da história europeia e isso é o mesmo que perguntar se Napoleão não tivesse existido? E se Hitler tivesse ganho a guerra? São perguntas que não levam a investigações frutuosas, são questões contrafactuais, demasiadamente grandes para que a sua exploração possa dar frutos. Nós podemos fazer perguntas: se Portugal não tivesse entrado no Euro a 200\$00 o euro, mas a 180\$00, ou a 220\$00? Se Portugal tivesse entrado no Euro dez anos depois? A

pergunta de Portugal sair do Euro ainda vale a pena explorar, agora Portugal sair da UE não vale a pena explorar!

A minha hipótese, não tenho a certeza, é que Portugal ainda estaria pior com a crise, se não estivesse no Euro. Note, que há países que estão fora do Euro, que desvalorizaram a moeda e que essas desvalorizações tiveram efeitos muito positivos nas economias. Foram os casos da Grã-Bretanha e da Suécia, mas essas economias não são como a portuguesa, são economias extremamente flexíveis que reagem de uma maneira positiva a esse tipo de medidas. Em Portugal, a desvalorização podia só ter um efeito de curto prazo. Depois, há países que estão fora do Euro e que não desvalorizaram as suas moedas. Foi o caso da República Checa. O impacto da crise na Europa não está directamente associado a estar ou não estar no Euro. O impacto da crise em países da periferia da Europa não está directamente associado a estar ou não estar no Euro. A desvalorização cambial em países como Portugal ainda é um remédio de curto prazo, pode não ter efeitos positivos.

### **A UE reagiu bem à crise?**

**PL** - Nós ainda temos de esperar alguns anos para saber se a UE reagiu bem e a tempo à crise; para podermos comparar com reacções anteriores. Mas, até agora, a reacção da UE foi melhor do que a reacção a seguir à crise de 1973. Foram 13 anos de quebra substancial no ciclo da integração. Nós ainda vamos no terceiro ano da crise, ainda não sabemos, por comparação, se a reacção foi melhor ou pior. Na verdade, o governo de Angela Merkel teve uma reacção, e não é muito pró-europeia, relativamente à crise. Mas isso tem duas justificações: a primeira é que os governos da periferia da Zona Euro têm, de facto, de fazer qualquer coisa para reintegrar. Portanto, ela, de certa maneira, tinha essa justificação para tomar essa posição e, depois, porque a Alemanha não está interessada, neste momento, na periferia mas sim na Europa Central. E a Europa Central funciona como a Alemanha, até porque são países de potencial exportador. De facto, nós poderíamos pensar que a UE procuraria soluções mais rápidas. Isso não aconteceu por causa da Alemanha mas, depois, também temos que perceber porque é que a Alemanha não teve uma posição diferente. Aquilo que tem de ser feito para continuar a integração europeia é uma mudança na atitude alemã, que virá a partir do momento em que os países da periferia europeia mostrem sinais de que vão resolver verdadeiramente os seus problemas. Mas isto estamos numa fase... porque a Grécia quis mostrar que

resolvia os seus problemas, mas os problemas mostraram-se mais graves do que pareciam e, agora, não está a conseguir resolvê-los. Isto tudo está muito difícil. Mas, poderíamos pensar que as outras políticas poderiam ter sido melhores, mas depois temos de pensar porque é que houve as políticas que houve? Finalmente, perceber até que ponto estas coisas mudam.

### **Haverá uma suspensão ou um recuo no processo de integração política?**

**PL** - Em 1992, o governo alemão disse à sua população: meus caros, dentro de sete anos vocês não vão ter o deutsch mark; isso em 1956 teria sido impensável. Em 1992 era pensável porque os eleitores alemães sabiam que, se não fosse assim, iriam continuar a viver na instabilidade monetária que tinham vivido até então. Mas, neste momento, a mesma questão, a mesma pergunta pode ser posta. Não está em cima da mesa no panorama alemão, porque a Alemanha está a olhar para o Ocidente e não tanto para o Oriente, mas um dia vai ter de perceber que a questão é esta: ou se faz um pouco mais de integração, com alguns custos dos impostos para o eleitorado alemão, ou a integração volta para trás. E eles têm de perceber que, se a integração volta para trás, eles vão ter uma economia muito integrada com a parte mais desenvolvida da Europa, com a parte mais dinâmica da Europa. Está-se um pouco à espera; os políticos andam a ver quando é que isso vai acontecer. Há mesmo um partido na Finlândia que diz que: “nós não queremos pagar mais a esses miseráveis...”

Nós estamos com um problema alemão, outra vez. A Europa está, outra vez, com o problema alemão de qual é o papel que a Alemanha tem na Europa? E este não vai ser resolvido da mesma maneira que foi resolvido duas vezes ao longo do século XX. O problema alemão não é tão grave, precisamente, porque existe a integração europeia, existe Bruxelas, porque eles estão atados de pés e mãos a tudo o que é europeu, desde a legislação aos tratados, ao euro... Mas, as receitas estão todas aí, como a chamada ‘receita austríaca’, que foi uma reconversão da dívida húngara perante a Áustria, em que os privados foram chamados a pagar uma parte da reconversão, mas não reagiram negativamente. Foram convidados a fazê-lo e aceitaram.

Alias, há hoje uma proposta semelhante de Angela Merkel. E porque agora e não há dois anos atrás? Porque, há dois anos atrás, tínhamos Sócrates aqui, Brown na Inglaterra e o grego, que estavam a gastar dinheiro e diziam que não havia problemas de austeridade em parte nenhuma. A Alemanha também não iria propor isso.

## **A UE é a Alemanha?**

**PL** - A Alemanha é o país da UE com mais direito de voto; é a economia mais importante; o papel da Alemanha na integração europeia é importantíssimo.

As eleições para o PE não são cativantes, mas o processo da integração europeia é muito mais do que isso. Tem de se perguntar outras coisas às pessoas: se elas querem a livre circulação de pessoas, se querem o euro? Portugal é um dos países mais pró-europeus, segundo o Eurobarómetro da Europa. Geralmente, isso acontece com países da periferia e há uma explicação para isso: é que, as pessoas acreditam que as instituições europeias são mais avançadas e eficientes do que as nacionais; portanto, têm a sensação que o contacto com essas instituições lhes traz vantagens.

## **A integração europeia é um processo sui generis?**

**PL** - A integração europeia é sui generis e a própria explicação está na Europa. Se falar com um professor de relações internacionais, ele liga-lhe a integração europeia ao fim da guerra dos 30 anos, se for possível. A Europa é um continente onde há tratados internacionais e alianças entre governos desde sempre e isto marca uma enorme diferença. Se nós formos à génese da integração europeia no fim da II Guerra Mundial, reparamos que há uma ligação histórica muito forte, e se formos mais para trás vimos também que a Europa do século XIX é também uma Europa de integração política e económica, o que não acontece noutro tipo de uniões, como o Mercosul ou da África. O caso da Europa é único, porque é um continente que foi dominado por impérios de uma forma muito esporádica e impérios muito mais fracos.

## **ENTREVISTA COM SR. DR. FRANCISCO SARSFIELD CABRAL**

**20-06-2011**

### **A entrada de Portugal na UE e no Euro foi uma questão política?**

**Francisco Sarsfield Cabral** - Um país que entrou na UE a 12 tem um certo peso político, a 27 já tem outro peso.

A Espanha sempre teve uma ligação à Europa mais forte do que nós.

Portugal ia perder peso numa Europa cada vez mais alargada. Portanto, a solução era estarmos no grupo mais avançado na integração e havia a ideia de que devíamos estar no pelotão da frente do Euro. A pressão para entrarmos com o primeiro grupo era para termos uma voz na UE.

### **Mas o que tem movido a integração são questões económicas...**

**FSC** - Questões económicas, embora, recorde-se que, em 1952 houve a Comunidade Europeia da Defesa, e que os pais da Europa - Spaak, Jean Monnet... - achavam que a melhor maneira era juntar as pessoas com os seus interesses e unificar o mercado europeu que estava muito dividido...

### **O chumbo do Tratado Constitucional e agora as dificuldades de consenso na resolução da crise não revelam uma quase impossibilidade de uma união política?**

**FSC** - É muito difícil. Houve até quem dizia que “o euro iria ser um choque federal”. Ou seja, iria impulsionar a união política. De facto, não impulsionou. Eu acho que há claramente um retrocesso, ou pelo menos uma perda de interesse pelo projecto europeu de união política europeia. Por exemplo, já não há a guerra fria, a Alemanha reunificou-se e, pelo contrário, houve uma falha grande por parte dos dirigentes europeus e não só da própria UE, de não ligarem às opiniões públicas. Recorde que, em 92, o Tratado de Maastricht foi chumbado em referendo na Dinamarca, em França, em referendo, passou por uma unha negra, portanto, já era sinal de que havia resistência a uma maior integração na Europa por parte de países fundadores. Depois, a Constituição, o Tratado Constitucional, foi chumbado por dois países fundadores, a França e a Holanda, em

referendo. E, no entanto, isso não evitou que os políticos europeus se ocupassem com isso e, para mim, foi muito negativa a maneira como foi “vendido” o Tratado de Lisboa. Porque, receando que houvesse um referendo na Grã-Bretanha, resolveram não fazer referendos. Por outro lado, as opiniões públicas tornaram-se cada vez mais eurocépticas. Tentaram vender aquele Tratado dizendo que ele era muito diferente da Constituição Europeia, mas de facto não é; é 90% igual ao da Constituição Europeia, sem bandeira, hino... Mas, há um divórcio crescente da opinião pública europeia em relação ao projecto europeu e isso tem de ser encarado a sério pelos políticos. Aliás, podemos vê-lo pela abstenção nas eleições directas para o PE, que cresce de eleição em eleição desde 1979, que foi a primeira e a partir daí houve sempre mais abstenção.

Também, vê-se que países, como a Alemanha, a Finlândia e a Holanda, estarão contra qualquer solidariedade europeia para ajudar os países em dificuldade. A Holanda, que era um país muito europeísta e muito tolerante, tem agora uma opinião negativa para que a União Monetária seja acompanhada por uma União Política que seria indispensável, porque uma moeda única sem o contrapeso de poder político não funciona. Isto está a pôr em causa o Euro e pode levar a um retrocesso muito dramático na integração europeia. Espero que isso não aconteça, mas é uma possibilidade. Na Europa, não funcionam os estabilizadores automáticos que existem nos EUA, nos Estados federais. O orçamento comunitário é 1,0% do PIB comunitário e, portanto, não há nada que reaja em crise. Quando foi a entrada no Euro, discutiu-se muito os choques assimétricos; o facto é que não se arranjou nenhuma fórmula para contrariar isto e quando a Alemanha diz que quer mais governação económica na Europa, o que ela quer dizer com isso é que quer mais controlo dos défices orçamentais. O Pacto de Estabilidade não funcionou e não funcionou também por culpa da Alemanha que, a dada altura, o violou. Querem mais disciplina nas contas públicas, mas para esta disciplina é preciso uma certa harmonização política. Há uma falha no edifício do Euro: por um lado, o BCE é a instituição mais federal de todas e, por outro lado, temos a política monetária, mas não temos nada de política fiscal, portanto, há aqui um desequilíbrio que é difícil de sustentar quando as coisas são desta maneira. Depois, com a crise, a partir daí, os mercados que tinham dívida soberana de Portugal, da Grécia... passaram a fazer distinção e de que maneira!

## **Até que ponto a crise foi mais profunda em Portugal por estar na Zona Euro e até que ponto é mais difícil superá-la?**

**FSC** - Nós já tivemos a intervenção do FMI duas vezes antes da actual e nessas alturas pedimos ajuda para o reequilíbrio das contas externas. Foi em 1978 e 1983. Mas, agora, o facto de não podermos desvalorizar é um travão, é um obstáculo complicado. Nós temos uma moeda forte e temos de ser capazes de dar a volta a isso. Seremos capazes ou não?

Eu acho que nós entrámos no Euro a uma taxa de câmbio demasiado elevada, mas como queríamos tanto entrar... E a UE, para a entrada dos países do Sul, geralmente indisciplinados e com problemas, exigiu um Pacto de Estabilidade que não funcionou, que funcionou mal, que permitiu o descalabro em países como a Grécia.

A crise internacional também ajudou países como os EUA a seguirem políticas keynesianas, de gastar, gastar, gastar para evitar que isto vá ao charco. Isto, em Portugal, até foi relativamente moderado porque nós gastámos, mas não foi por conta da crise. A crise internacional, em Portugal, teve alguns efeitos, nomeadamente nas exportações portuguesas, mas não teve o peso que teve noutros países, até porque, em certa altura, havia produtos novos.

Nós, depois de termos entrado no Euro com uma taxa de câmbio elevada porque queríamos entrar e conseguimos entrar, conseguimos cumprir os critérios de Maastricht e, em particular, os 3,0% de défice orçamental do PIB, muito à custa do aumento da receita (impostos) e não à custa do corte da despesa (a época de 90 foi uma época em que tivemos bom crescimento económico e isso ajudou a que Portugal se pudesse apresentar como cumpridor dos critérios de Maastricht, o que não aconteceu com a Grécia que entrou mais tarde), achámos que éramos ricos e isso teve alguns efeitos negativos e um deles foi, como a taxa de juro dos empréstimos baixou, passar a recorrer a empréstimos para tudo e mais alguma coisa e, portanto, hoje em dia as empresas, as famílias e o Estado estão todos endividados. Os portugueses acharam que não havia problemas com o défice externo, porque estávamos na União Monetária, mas afinal havia, como se está a ver. E, entretanto, e isso foi dito muitas vezes por Victor Constâncio, Portugal vinha há anos, nomeadamente o Estado, os patrões, os sindicatos, a não interiorizar as regras, as exigências de se estar na Zona Euro; já não podíamos desvalorizar a moeda, o que implicaria muito mais cuidado com a produtividade e com o aumento dos salários. Os custos do trabalho em Portugal subiram muitíssimo na

primeira década deste século, enquanto na Alemanha desceram e, portanto, perdemos competitividade numa altura em que tivemos de enfrentar a entrada no mercado mundial da China e de outros países emergentes, com exportações baseadas em mão de obra barata, o que nos trouxe um abalo muito grande. Da parte da exportação, acho que já estamos a começar a dar a volta, mas seria muito mais fácil se estivéssemos fora do Euro, só que sair do Euro tem um custo enorme: a nossa dívida externa triplicaria, pois teríamos para aí uma desvalorização de 30%; ficaríamos, concerteza, fechados a mercados internacionais durante muito tempo por falta de financiamento; portanto, é um pouco escolher entre a peste e a cólera. Talvez se aprenda com a Grécia, talvez se perceba que não podemos ir por este caminho de despesa sem controlo e se consiga recuperar e consigamos ter competitividade externa. Esta situação levou a que a maior parte dos investimentos fosse para os bens não transaccionáveis e descuidou-se um pouco a exportação. Se isso se conseguir mudar, muito bem, mas devemos encarar a possibilidade de saída do Euro. Infelizmente, é possível.

### **A UE tem culpas nas crises tão profundas em alguns Estados-membros?**

**FSC** - O BCE tem seguido muito as políticas do Bundesbank e, por vezes, lançando taxas de juro que podem ser boas para a Alemanha e más para Portugal.

Agora, o grande problema de Portugal é mais interno. Nós ficamos um bocadinho anestesiados por entrarmos no Euro. Achámos que estávamos ricos e que, portanto, podíamos gastar como ricos, só que tínhamos uma produtividade de pobres. Houve incúria da parte de Portugal. A situação em Portugal teve alguma coisa a ver com a crise internacional, mas o essencial não é isso; o essencial é que estamos, desde há dez anos ou mais, a crescer muito pouco e a manter um consumo, até há pouco, das famílias, do Estado, das empresas, de países muito ricos.

A Zona Euro talvez nos tivesse protegido de alguma turbulência financeira, daquela confusão da crise financeira internacional, mas induziu a uma certa preguiça. Não fizemos as reformas que devíamos fazer, não ligámos à competitividade... e saiu cara e, agora, acordamos estremunhados.

O próprio governo de Sócrates teve culpa, porque nunca falou da nossa crise nacional e só internacional, embora, de há anos para cá, desde há cerca de cinco anos, muitos economistas vêm alertando para a crise interna.



Se foi culpa do Euro? Em parte, talvez. O Euro teve falhas que agora são evidentes. Tenho que dar razão a muitas das críticas dos eurocépticos, que foram contra a nossa entrada na Zona Euro, que diziam que não era altura. Agora, não é altura de desistir da luta, temos que fazer o nosso papel, mas pode não ser suficiente. Espera-se que haja uma resposta europeia e não medidas ad hoc e desgarradas e feitas em cima do joelho e que criam nos mercados uma grande desconfiança.

### **A saída do Euro não está nos Tratados...**

**FSC** - Não está nada no Tratado, mas, juridicamente, tudo é possível; a realidade tem muita força. Se é impossível continuar, há-de arranjar-se qualquer fórmula jurídica, um parágrafo qualquer que o permita. Mas seria muito mau, mas, enfim, é uma possibilidade.

Há, agora, quem diga que, quem deve sair da Zona Euro é a Alemanha; ela é que está, de facto, a desequilibrar tudo. É lógico que o euro sem a Alemanha é um euro muito fraco, ter-se-ia de certeza uma taxa de câmbio mais baixa do que a actual, mas não teria a mesma importância internacional. Mas não acredito que a Alemanha algum dia aceitasse sair do Euro, porque a Alemanha ganha com o Euro.

Espero que a Europa tenha alguma capacidade estratégica, porque o mais preocupante, hoje, na política europeia, é que não se vê liderança; falta liderança na Europa. A Comissão Europeia perdeu capacidade, perdeu peso, perdeu força, em parte porque ela própria não tem força política suficiente, porque não é eleita, porque não tem apoio político dos países.

### **Como se encara a saída de Portugal da Zona Euro e não da UE?**

**FSC** - A parte jurídica da saída é secundária, porque dá-se a volta à parte jurídica. A realidade vai-se impondo a todas as questões jurídicas.

Acho é que, apesar de tudo, seria muito mau se coisas como o mercado único europeu recuassem; o crescimento da Europa já é baixo.

Sair da UE seria de loucos. Basta ver porque é que Portugal entrou: o nosso mercado interno é muito pequeno e os industriais dos anos 50 já diziam que precisávamos de um mercado maior; já no tempo do Salazar tivemos que nos abrir ao exterior com a EFTA e depois com o acordo comercial com a CEE. Seria impensável sair da UE, por muito que

sejam importantes, e são, os mercados dos países emergentes, como Angola, Brasil... O nosso mercado natural é a Europa.

**PIB (VARIACÃO %) - UE**

	1961/70	1971/80	1981/90	1991/2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001/10	2011	2012
Bélgica	4,9	3,4	2,0	2,2	0,8	1,4	0,8	3,2	1,7	2,7	2,9	1,0	-2,8	2,2	1,4	2,4	2,2
Alemanha	4,4	2,9	2,3	2,1	1,2	0,0	0,2	1,2	0,8	3,4	2,7	1,0	-4,7	3,6	0,9	2,6	1,9
Estónia	-	-	-	-	7,5	7,9	7,6	7,2	9,4	10,6	6,9	-5,1	-13,9	3,1	3,9	4,9	4,0
Irlanda	4,2	4,7	3,6	7,1	5,7	6,5	4,4	4,6	6,0	5,3	5,6	-3,5	-7,6	-1,0	2,5	0,6	1,9
Grécia	8,5	4,6	0,7	2,3	4,2	3,4	5,9	4,4	2,3	5,2	4,3	1,0	-2,0	-4,5	2,4	-3,5	1,1
Espanha	7,3	3,5	2,9	2,8	3,6	2,7	3,1	3,3	3,6	4,0	3,6	0,9	-3,7	-0,1	2,1	0,8	1,5
França	5,7	3,7	2,4	2,0	1,9	1,0	1,1	2,5	1,9	2,2	2,4	0,2	-2,6	1,6	1,2	1,8	2,0
Itália	5,7	3,8	2,4	1,6	1,8	0,5	0,0	1,5	0,7	2,0	1,5	-1,3	-5,2	1,3	0,2	1,0	1,3
Chipre	-	-	-	4,5	4,0	2,1	1,9	4,2	3,9	4,1	5,1	3,6	-1,7	1,0	2,8	1,5	2,4
Luxemburgo	3,5	2,6	5,0	5,0	2,5	4,1	1,5	4,4	5,4	5,0	6,6	1,4	-3,6	3,5	3,1	3,4	3,8
Malta	-	-	-	-	-1,6	2,6	-0,3	1,1	4,7	2,1	4,4	5,3	-3,4	3,7	1,8	2,0	2,2
Holanda	5,1	3,0	2,3	3,2	1,9	0,1	0,3	2,2	2,0	3,4	3,9	1,9	-3,9	1,8	1,3	1,9	1,7
Áustria	4,7	3,6	2,2	2,5	0,5	1,6	0,8	2,5	2,5	3,6	3,7	2,2	-3,9	2,0	1,5	2,4	2,0
<b>Portugal</b>	<b>5,8</b>	<b>4,9</b>	<b>3,6</b>	<b>3,1</b>	<b>2,0</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>0,8</b>	<b>1,4</b>	<b>2,4</b>	<b>0,0</b>	<b>-2,5</b>	<b>1,3</b>	<b>0,7</b>	<b>-2,2</b>	<b>-1,8</b>
Eslovénia	-	-	-	1,9	2,8	4,0	2,8	4,3	4,5	5,9	6,9	3,7	-8,1	1,2	2,7	1,9	2,5
Eslováquia	-	-	-	-	3,5	4,6	4,8	5,1	6,7	8,5	10,5	5,8	-4,8	4,0	4,8	3,5	4,4
Finlândia	4,8	3,9	3,1	2,1	2,3	1,8	2,0	4,1	2,9	4,4	5,3	0,9	-8,2	3,1	1,8	3,7	2,6
Bulgária	-	-	-	-	4,2	4,7	5,5	6,7	6,4	6,5	6,4	6,2	-5,5	0,2	4,1	2,8	3,7
R. Checa	-	-	-	0,3	2,5	1,9	3,6	4,5	6,3	6,8	6,1	2,5	-4,1	2,3	3,2	2,0	2,9
Dinamarca	4,8	2,2	2,1	2,6	0,7	0,5	0,4	2,3	2,4	3,4	1,6	-1,1	-5,2	2,1	0,7	1,7	1,5
Letónia	-	-	-	-3,6	8,0	6,5	7,2	8,7	10,6	12,2	10,0	-4,2	-18,0	-0,3	3,7	3,3	4,0
Lituânia	-	-	-	-3,2	6,7	6,9	10,2	7,4	7,8	7,8	9,8	2,9	-14,7	1,3	4,4	5,0	4,7
Hungria	-	-	-	-	3,8	4,1	4,0	4,5	3,2	3,6	0,8	0,8	-6,7	1,2	1,9	2,7	2,6
Polónia	-	-	-	3,8	1,2	1,4	3,9	5,3	3,6	6,2	6,8	5,1	1,7	3,8	3,9	4,0	3,7
Roménia	-	-	-	-1,3	5,7	5,1	5,2	8,5	4,2	7,9	6,3	7,3	-7,1	-1,3	4,1	1,5	3,7
Suécia	4,6	2,0	2,2	2,1	1,3	2,5	2,3	4,2	3,2	4,3	3,3	-0,6	-5,3	5,5	2,0	4,2	2,5
R. Unido	2,8	2,0	2,8	2,5	2,5	2,1	2,8	3,0	2,2	2,8	2,7	-0,1	-4,9	1,3	1,4	1,7	2,1
Zona Euro	5,3	3,4	2,4	2,2	1,9	0,9	0,8	2,2	1,7	3,1	2,9	0,4	-4,1	1,8	1,1	1,6	1,8
UE	4,8	3,1	2,5	2,2	2,0	1,2	1,3	2,5	2,0	3,2	3,0	0,5	-4,2	1,8	1,3	1,8	1,9

Fonte: Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Nota:** Valores de 2010 são estimativas e de 2011 e 2012 são previsões / Dados até 1993 (incl.) = ZE 12 e UE 15, a partir de 1994 = ZE 17 e UE 27 / variações % a preços mercado 2000

**TAXA DE DESEMPREGO (VARIACÃO %) - UE**

	1961/70	1971/80	1981/90	1991/2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001/10	2011	2012
<b>Bélgica</b>	1,9	4,6	9,5	8,5	6,6	7,5	8,2	8,4	8,5	8,3	7,5	7,0	7,9	8,3	7,8	7,9	7,8
<b>Alemanha</b>	0,6	2,2	6,0	7,8	7,6	8,4	9,3	9,8	11,2	10,3	8,7	7,5	7,8	7,1	8,8	6,4	6,0
<b>Estónia</b>	-	-	-	-	12,6	10,3	10,0	9,7	7,9	5,9	4,7	5,5	13,8	16,9	9,7	13,0	11,5
<b>Irlanda</b>	5,4	7,7	14,7	11,1	3,9	4,5	4,6	4,5	4,4	4,5	4,6	6,3	11,9	13,7	6,3	14,6	14,0
<b>Grécia</b>	5,0	2,2	6,4	9,5	10,7	10,3	9,7	10,5	9,9	8,9	8,3	7,7	9,5	12,6	9,8	15,2	15,3
<b>Espanha</b>	2,4	5,4	15,6	15,7	10,3	11,1	11,1	10,6	9,2	8,5	8,3	11,3	18,0	20,1	11,9	20,6	20,2
<b>França</b>	1,8	4,1	8,7	10,6	8,3	8,6	9,0	9,3	9,3	9,2	8,4	7,8	9,5	9,7	8,9	9,5	9,2
<b>Itália</b>	4,9	6,1	8,6	10,4	9,1	8,6	8,4	8,0	7,7	6,8	6,1	6,7	7,8	8,4	7,8	8,4	8,2
<b>Chipre</b>	-	-	-	-	3,8	3,6	4,1	4,7	5,3	4,6	4,0	3,6	5,3	6,5	4,6	6,3	5,6
<b>Luxemburgo</b>	0,0	0,6	2,5	2,5	1,9	2,6	3,8	5,0	4,6	4,6	4,2	4,9	5,1	4,5	4,1	4,4	4,2
<b>Malta</b>	-	-	-	5,7	7,6	7,5	7,6	7,4	7,2	7,1	6,4	5,9	7,0	6,8	7,1	6,8	6,7
<b>Holanda</b>	0,8	3,7	7,2	5,1	2,5	3,1	4,2	5,1	5,3	4,4	3,6	3,1	3,7	4,5	4,0	4,2	4,0
<b>Áustria</b>	2,1	1,4	2,9	3,9	3,6	4,2	4,3	4,9	5,2	4,8	4,4	3,8	4,8	4,4	4,4	4,3	4,2
<b>Portugal</b>	<b>2,4</b>	<b>5,1</b>	<b>7,3</b>	<b>5,5</b>	<b>4,1</b>	<b>5,1</b>	<b>6,4</b>	<b>6,7</b>	<b>7,7</b>	<b>7,8</b>	<b>8,1</b>	<b>7,7</b>	<b>9,6</b>	<b>11,0</b>	<b>7,4</b>	<b>12,3</b>	<b>13,0</b>
<b>Eslovénia</b>	-	-	-	-	6,2	6,3	6,7	6,3	6,5	6,0	4,9	4,4	5,9	7,3	6,1	8,2	8,0
<b>Eslováquia</b>	-	-	-	-	19,3	18,7	17,6	18,2	16,3	13,4	11,1	9,5	12,0	14,4	15,1	14,0	13,3
<b>Finlândia</b>	2,2	4,0	4,6	12,5	9,1	9,1	9,0	8,8	8,4	7,7	6,9	6,4	8,2	8,4	8,2	7,9	7,4
<b>Bulgária</b>	-	-	-	-	19,5	18,2	13,7	12,1	10,1	9,0	6,9	5,6	6,8	10,2	11,2	9,4	8,5
<b>R. Checa</b>	-	-	-	-	8,0	7,3	7,8	8,3	7,9	7,2	5,3	4,4	6,7	7,3	7,0	6,8	6,4
<b>Dinamarca</b>	1,1	3,6	6,9	6,6	4,5	4,6	5,4	5,5	4,8	3,9	3,8	3,3	6,0	7,4	4,9	7,1	6,7
<b>Letónia</b>	-	-	-	12,7	12,9	12,2	10,5	10,4	8,9	6,8	6,0	7,5	17,1	18,7	11,1	17,2	15,8
<b>Lituânia</b>	-	-	-	7,5	16,5	13,5	12,5	11,4	8,3	5,6	4,3	5,8	13,7	17,8	10,9	15,5	12,7
<b>Hungria</b>	-	-	-	-	5,7	5,8	5,9	6,1	7,2	7,5	7,4	7,8	10,0	11,2	7,5	11,0	9,3
<b>Polónia</b>	-	-	-	-	18,3	20,0	19,7	19,0	17,8	13,9	9,6	7,1	8,2	9,6	14,3	9,3	8,8
<b>Roménia</b>	-	-	-	-	6,8	8,6	7,0	8,1	7,2	7,3	6,4	5,8	6,9	7,3	7,1	7,2	6,8
<b>Suécia</b>	1,7	2,1	2,6	7,6	5,8	6,0	6,6	7,4	7,7	7,1	6,1	6,2	8,3	8,4	7,0	7,6	7,2
<b>R. Unido</b>	1,7	3,8	9,6	7,9	5,0	5,1	5,0	4,7	4,8	5,4	5,3	5,6	7,6	7,8	5,6	8,0	7,8
<b>Zona Euro</b>	2,3	4,1	8,5	8,1	8,4	8,8	9,0	9,1	8,5	7,6	7,6	9,6	10,1	8,7	9,6	10,0	9,7
<b>UE</b>	2,2	4,0	8,5	8,1	8,4	8,8	9,0	9,1	8,5	7,6	7,6	9,6	10,1	8,7	9,6	10,0	9,7

Fonte: Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Nota:** Valores de 2010 são estimativas e de 2011 e 2012 são previsões / Dados da ZE até 1994 = ZE a 12; a partir de 1995 (incl.) = ZE 17 / Dados UE até 1994 = UE 15 e a partir 1995 (incl.) = UE 27

	<b><u>TAXA DE INFLAÇÃO (EM %) - UE</u></b>																
	1961/70	1971/80	1981/90	1991/2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001/10	2011	2012
<b>Bélgica</b>	3,1	6,8	4,2	1,8	1,9	1,2	1,5	2,4	2,7	3,0	2,8	3,2	-0,5	2,4	2,1	3,3	2,0
<b>Alemanha</b>	2,7	5,2	2,6	1,8	1,8	1,2	1,5	1,3	1,4	1,1	1,8	1,7	0,0	2,0	1,4	2,2	1,7
<b>Estónia</b>	-	-	-	-	6,2	2,7	2,0	2,0	3,6	5,0	7,5	8,7	-0,9	2,1	3,9	3,5	2,5
<b>Irlanda</b>	5,1	14,0	7,1	3,0	4,4	5,4	4,1	1,8	1,8	2,4	3,3	3,0	-4,5	-3,4	1,8	1,0	0,7
<b>Grécia</b>	2,4	13,9	19,0	9,6	2,7	2,6	3,4	2,9	3,4	3,4	3,3	4,0	1,1	4,7	3,1	2,6	0,6
<b>Espanha</b>	5,8	15,0	9,2	4,2	3,4	2,8	3,1	3,6	3,4	3,6	3,3	3,5	0,1	2,8	3,0	2,7	1,5
<b>França</b>	4,2	9,6	6,4	1,4	1,7	1,0	1,9	1,9	1,8	2,1	2,0	2,9	-0,4	1,2	1,6	2,1	1,6
<b>Itália</b>	3,8	14,8	10,0	4,2	2,6	2,9	2,8	2,6	2,3	2,7	2,3	3,2	0,0	1,5	2,3	2,6	1,9
<b>Chipre</b>	-	-	-	-	2,2	2,4	4,0	1,6	2,4	2,1	3,7	5,1	0,2	2,6	2,6	3,2	2,2
<b>Luxemburgo</b>	2,5	6,5	4,8	2,7	2,0	0,5	2,2	2,4	2,8	2,4	2,2	2,0	0,8	1,9	1,9	3,0	2,0
<b>Malta</b>	-	-	-	-	2,5	1,7	0,8	2,0	2,6	2,2	1,7	3,6	1,8	3,0	2,2	2,7	2,2
<b>Holanda</b>	4,1	7,3	2,2	2,6	4,5	3,0	2,4	1,0	2,1	2,2	1,8	1,4	-0,6	1,7	1,9	2,0	2,0
<b>Áustria</b>	3,5	6,2	3,5	2,1	1,8	0,6	1,7	2,0	2,6	2,1	2,7	2,5	-0,8	1,6	1,7	2,8	2,0
<b>Portugal</b>	<b>2,6</b>	<b>15,5</b>	<b>16,2</b>	<b>4,9</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>	<b>2,5</b>	<b>2,7</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>2,6</b>	<b>-2,5</b>	<b>1,6</b>	<b>2,2</b>	<b>3,4</b>	<b>2,0</b>
<b>Eslovénia</b>	-	-	-	33,4	7,6	7,8	5,3	3,0	2,1	2,2	4,1	5,4	0,0	2,9	4,0	2,6	2,1
<b>Eslováquia</b>	-	-	-	-	5,6	2,9	6,5	7,3	2,6	4,9	2,6	4,5	0,1	0,9	3,8	3,6	2,7
<b>Finlândia</b>	4,7	11,2	6,3	2,4	2,4	2,2	-0,5	0,4	0,8	1,4	2,2	3,5	0,5	1,0	1,4	3,4	2,4
<b>Bulgária</b>	-	-	-	-	5,5	4,5	0,7	3,4	6,8	2,2	9,0	7,2	1,5	1,1	4,1	3,7	3,0
<b>R. Checa</b>	-	-	-	12,1	3,9	1,2	-0,4	3,3	0,8	1,4	2,9	5,0	0,4	1,3	2,0	2,2	2,3
<b>Dinamarca</b>	5,3	9,7	5,5	1,9	2,3	1,7	1,3	1,3	1,5	1,9	1,2	3,1	1,3	2,6	1,8	2,5	2,0
<b>Letónia</b>	-	-	-	-	2,1	2,4	2,9	7,1	8,7	6,0	10,1	16,8	4,2	-0,3	5,9	3,2	1,8
<b>Lituânia</b>	-	-	-	-	2,4	-0,1	-0,9	-0,3	1,7	4,0	6,4	10,9	4,5	1,4	2,9	3,2	2,5
<b>Hungria</b>	-	-	-	-	7,9	3,6	3,8	4,5	3,8	3,6	6,3	5,4	4,1	5,0	4,8	4,0	3,5
<b>Polónia</b>	-	-	-	25,6	3,8	3,3	0,4	3,0	2,1	1,2	2,4	4,3	2,5	2,7	2,6	3,8	3,2
<b>Roménia</b>	-	-	-	98,4	34,5	20,3	15,8	12,7	6,9	4,9	4,8	10,0	3,9	4,9	11,5	6,7	4,2
<b>Suécia</b>	4,0	9,6	8,0	3,0	2,2	1,5	1,7	0,8	1,1	1,2	1,4	3,1	1,9	1,3	1,6	1,2	1,2
<b>R. Unido</b>	4,0	13,4	6,2	3,2	2,0	1,5	1,9	1,8	2,4	2,7	2,9	3,1	1,3	4,3	2,4	2,8	1,6
<b>Zona Euro</b>	3,7	9,4	6,2	2,7	2,4	1,9	2,2	2,0	2,1	2,2	2,3	2,7	-0,2	1,8	1,9	2,4	1,7
<b>UE</b>	3,8	10,0	6,3	2,8	2,5	1,9	2,1	2,1	2,2	2,3	2,5	3,0	0,3	2,2	2,1	2,5	1,8

Fonte: Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Nota:** Valores de 2010 são estimativas e de 2011 e 2012 são previsões / Dados até 1995 (incl) = ZE 12 e UE 15 e a partir de 1996 = ZE 17 e UE 27

**SALDO CONTAS PÚBLICAS (PESO PERCENTUAL NO PIB) - UE**

	1970	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Bélgica</b>	-2,1	-9,4	-6,7	0,0	0,4	-0,1	-0,1	-0,3	-2,7	0,1	-0,3	-1,3	-5,9	-4,1	-3,7	-4,2
<b>Alemanha</b>	0,5	-2,9	-1,9	1,3	-2,8	-3,7	-4,0	-3,8	-3,3	-1,6	0,3	0,1	-3,0	-3,3	-2,0	-1,2
<b>Estónia</b>	-	-	-	-0,2	-0,1	0,3	1,7	1,6	1,6	2,4	2,5	-2,8	-1,7	0,1	-0,6	-2,4
<b>Irlanda</b>	-	-	-2,8	4,7	0,9	-0,4	0,4	1,4	1,6	2,9	0,1	-7,3	-14,3	-32,4	-10,5	-8,8
<b>Grécia</b>	-	-	-14,0	-3,7	-4,5	-4,8	-5,6	-7,5	-5,2	-5,7	-6,4	-9,8	-15,4	-10,5	-9,5	-9,3
<b>Espanha</b>	-	-	-	-1,0	-0,6	-0,5	-0,3	-0,3	1,0	2,0	1,9	-4,2	-11,1	-9,2	-6,3	-5,3
<b>França</b>	0,3	-0,1	-2,4	-1,5	-1,5	-3,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	-7,0	-5,8	-5,3
<b>Itália</b>	-	-7,0	-11,4	-0,8	-3,1	-2,9	-3,5	-3,5	-4,3	-3,4	-1,5	-2,7	-5,4	-4,6	-4,0	-3,2
<b>Chipre</b>	-	-	-	-2,3	-2,2	-4,4	-6,5	-4,1	-2,4	-1,2	3,4	0,9	-6,0	-5,3	-5,1	-4,9
<b>Luxemburgo</b>	-	-	4,3	6,0	6,1	2,1	0,5	-1,1	0,0	1,4	3,7	3,0	-0,9	-1,7	-1,0	-1,1
<b>Malta</b>	-	-	-	-6,2	-6,4	-5,5	-9,9	-4,7	-2,9	-2,8	-2,4	-4,5	-3,7	-3,6	-3,0	-3,0
<b>Holanda</b>	-1,5	-3,9	-5,3	2,0	-0,2	-2,1	-3,1	-1,7	-0,3	0,5	0,2	0,6	-5,5	-5,4	-3,7	-2,3
<b>Áustria</b>	-	-1,6	-2,5	-1,7	0,0	-0,7	-1,5	-4,5	-1,7	-1,6	-0,9	-0,9	-4,1	-4,6	-3,7	-3,3
<b>Portugal</b>	<b>-</b>	<b>-6,9</b>	<b>-6,1</b>	<b>-2,9</b>	<b>-4,3</b>	<b>-2,9</b>	<b>-3,0</b>	<b>-3,4</b>	<b>-5,9</b>	<b>-4,1</b>	<b>-3,1</b>	<b>-3,5</b>	<b>-10,1</b>	<b>-9,1</b>	<b>-5,9</b>	<b>-4,5</b>
<b>Eslovénia</b>	-	-	-	-3,7	-4,0	-2,5	-2,7	-2,3	-1,5	-1,4	-0,1	-1,8	-6,0	-5,6	-5,8	-5,0
<b>Eslováquia</b>	-	-	-	-12,3	-6,5	-8,2	-2,8	-2,4	-2,8	-3,2	-1,8	-2,1	-8,0	-7,9	-5,1	-4,6
<b>Finlândia</b>	-	-3,8	5,4	6,8	5,0	4,0	2,4	2,3	2,7	4,0	5,2	4,2	-2,6	-2,5	-1,0	-0,7
<b>Bulgária</b>	-	-	-	-0,5	1,1	-1,2	-0,4	1,8	1,0	1,9	1,1	1,7	-4,7	-3,2	-2,7	-1,6
<b>R. Checa</b>	-	-	-	-3,7	-5,6	-6,8	-6,6	-3,0	-3,6	-2,6	-0,7	-2,7	-5,9	-4,7	-4,4	-4,1
<b>Dinamarca</b>	-	-2,3	-1,3	2,3	1,5	0,4	0,1	2,1	5,2	5,2	4,8	3,2	-2,7	-2,7	-4,1	-3,2
<b>Letónia</b>	-	-	6,8	-2,8	-1,9	-2,3	-1,6	-1,0	-0,4	-0,5	-0,3	-4,2	-9,7	-7,7	-4,5	-3,8
<b>Lituânia</b>	-	-	-	-3,2	-3,6	-1,9	-1,3	-1,5	-0,5	-0,4	-1,0	-3,3	-9,5	-7,1	-5,5	-4,8
<b>Hungria</b>	-	-	-	-3,0	-4,0	-8,9	-7,2	-6,4	-7,9	-9,3	-5,0	-3,7	-4,5	-4,2	1,6	-3,3
<b>Polónia</b>	-	-	-	-3,0	-5,3	-5,0	-6,2	-5,4	-4,1	-3,6	-1,9	-3,7	-7,3	-7,9	-5,8	-3,6
<b>Roménia</b>	-	-	-	-4,7	-3,5	-2,0	-1,5	-1,2	-1,2	-2,2	-2,6	-5,7	-8,5	-6,4	-4,7	-3,6
<b>Suécia</b>	-	-	-	3,6	1,5	-1,3	-1,0	0,6	2,2	2,3	3,6	2,2	-0,7	0,0	0,9	2,0
<b>R. Unido</b>	2,6	-3,2	-1,8	3,6	0,5	-2,1	-3,4	-3,4	-3,4	-2,7	-2,7	-5,0	-11,4	-10,4	-8,6	-7,0
<b>Zona Euro</b>	-	-	-	0,0	-1,9	-2,6	-3,1	-2,9	-2,5	-1,4	-0,7	-2,0	-6,3	-6,0	-4,3	-3,5
<b>UE</b>	-	-	-	0,6	-1,4	-2,5	-3,1	-2,9	-2,5	-1,5	-0,9	-2,4	-6,8	-6,4	-4,7	-3,8

*Fonte: Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011*

Nota: Défice = - e Superávite = + / Valores da ZE = ZE 17 e da UE = UE 27 /Dados de 2011 e 2012 são previsões e de 2010 são estimativas / Portugal média década de 90 (1990-99) = -5,1%, de 1995-99 = -3,82% e UE 1995-99 = 2,98%

**DÍVIDA PÚBLICA (PESO EM PERCENTAGEM DO PIB NACIONAL) - UE**

	1970	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Bélgica</b>	60,0	74,1	125,7	107,9	106,6	103,5	98,5	94,2	92,1	88,1	84,2	89,6	96,2	96,8	97,0	97,5
<b>Alemanha</b>	17,8	30,3	41,3	59,7	58,8	60,4	63,9	65,8	68,0	67,6	64,9	66,3	73,5	83,2	82,4	81,1
<b>Estónia</b>	-	-	-	5,1	4,8	5,7	5,6	5,0	4,6	4,4	3,7	4,6	7,2	6,6	6,1	6,9
<b>Irlanda</b>	49,2	69,0	93,1	37,8	35,5	32,1	30,9	29,6	27,4	24,8	25,0	44,4	65,6	96,2	112,0	117,9
<b>Grécia</b>	17,7	22,3	71,0	103,4	103,7	101,7	97,4	98,9	100,3	106,1	105,4	110,7	127,1	142,8	157,7	166,1
<b>Espanha</b>	14,7	16,4	42,6	59,3	55,5	52,5	48,7	46,2	43,0	39,6	36,1	39,8	53,3	60,1	68,1	71,0
<b>França</b>	-	20,7	35,2	57,3	56,9	58,8	62,9	64,9	66,4	63,7	63,9	67,7	78,3	81,7	84,7	86,8
<b>Itália</b>	37,4	56,9	94,7	109,2	108,8	105,7	104,4	103,9	105,9	106,6	103,6	106,3	116,1	119,0	120,3	119,8
<b>Chipre</b>	-	-	-	48,7	52,1	64,6	68,9	70,2	69,1	64,6	58,3	48,3	58,0	60,8	62,3	64,3
<b>Luxemburgo</b>	20,1	9,9	4,7	6,2	6,3	6,3	6,1	6,3	6,1	6,7	6,7	13,6	14,6	18,4	17,2	19,0
<b>Malta</b>	-	-	-	55,9	62,1	60,1	69,3	72,4	69,6	64,2	62,0	61,5	67,6	68,0	68,0	67,9
<b>Holanda</b>	-	45,3	76,8	53,8	50,7	60,5	62,0	62,4	51,8	47,4	45,3	58,2	60,8	62,7	63,9	64,0
<b>Áustria</b>	18,4	35,3	56,1	66,5	67,1	66,5	65,5	64,8	63,9	62,1	60,7	63,8	69,6	72,3	73,8	75,4
<b>Portugal</b>	-	<b>29,6</b>	<b>53,3</b>	<b>48,5</b>	<b>51,2</b>	<b>53,8</b>	<b>55,9</b>	<b>57,6</b>	<b>62,8</b>	<b>63,9</b>	<b>68,3</b>	<b>71,6</b>	<b>83,0</b>	<b>93,0</b>	<b>101,7</b>	<b>107,4</b>
<b>Eslovénia</b>	-	-	-	26,4	26,7	27,9	27,3	27,4	26,7	26,4	23,1	21,9	35,2	38,0	42,8	46,0
<b>Eslováquia</b>	-	-	-	50,3	48,9	43,4	42,4	41,5	34,2	30,5	29,6	27,8	35,4	41,0	44,8	46,8
<b>Finlândia</b>	11,5	11,3	14,1	43,8	42,5	41,5	44,5	44,4	41,7	39,7	35,2	34,1	43,8	48,4	50,6	52,2
<b>Bulgária</b>	-	-	-	72,5	66,0	52,4	44,4	37,0	27,5	21,6	17,2	13,7	14,6	16,2	18,0	18,6
<b>R. Checa</b>	-	-	-	18,5	24,9	28,2	29,8	30,1	29,7	29,4	29,0	30,0	35,3	38,5	41,3	42,9
<b>Dinamarca</b>	-	39,1	62,0	52,4	49,6	49,5	47,2	45,1	37,8	32,1	27,5	34,5	41,8	43,6	45,3	47,1
<b>Letónia</b>	-	-	-	12,3	14,0	13,5	14,6	14,9	12,4	10,7	9,0	19,7	36,7	44,7	48,2	49,4
<b>Lituânia</b>	-	-	-	23,7	23,1	22,3	21,1	19,4	18,4	18,0	16,9	15,6	29,5	38,2	40,7	43,6
<b>Hungria</b>	-	-	-	54,9	52,0	55,6	58,3	59,1	61,8	65,7	66,1	72,3	78,4	80,2	75,2	72,7
<b>Polónia</b>	-	-	-	36,8	37,6	42,2	47,1	45,7	47,1	47,7	45,0	47,1	50,9	55,0	55,4	55,1
<b>Roménia</b>	-	-	-	22,5	25,7	24,9	21,5	18,7	15,8	12,4	12,6	13,4	23,6	30,8	33,7	34,8
<b>Suécia</b>	26,8	39,4	41,2	53,9	54,7	52,5	51,7	50,3	50,4	45,0	40,2	38,8	42,8	39,8	36,5	33,4
<b>R. Unido</b>	78,4	52,7	33,3	41,0	37,7	37,5	39,0	40,9	42,5	43,4	44,5	54,4	69,6	80,0	84,2	87,9
<b>Zona Euro</b>	-	33,4	56,5	69,1	68,1	67,9	69,0	69,4	70,0	68,4	66,2	69,9	79,3	85,4	87,7	88,5
<b>UE</b>	-	-	-	61,8	61,0	60,4	61,8	62,2	62,8	61,5	59,0	62,3	74,4	80,2	82,3	83,3

**Fonte:** Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Notas:** Dados de 2011 e 2012 são previsões e de 2010 são estimativas / Valores ZE até 1994 = ZE 12 e a partir 1995 (incl.) = ZE 17 / UE 15 de 1991-96 e UE 27 a partir de 1997 / Média década 90 Portugal =54,4% e UE = 64,4% PIB

### **PREVISÕES ECONÓMICAS OCDE**

	PIB		Taxa de Desemprego		Saldo Orçamental (% PIB)		Taxa de Inflação	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Portugal	-2,1%	-1,5%	11,7%	12,7%	-5,9%	-4,5%	3,3%	1,3%
Irlanda	0,0%	2,3%	14,7%	14,6%	-10,1%	-8,2%	1,3%	0,4%
Grécia	-2,9%	0,6%	16,0%	16,4%	-7,5%	-6,5%	2,9%	0,7%
Zona Euro	2,0%	2,0%	9,7%	9,3%	-4,2%	-3,0%	2,6%	1,6%
OCDE	2,3%	2,8%	7,9%	7,4%	-6,7%	-5,6%	-	-
EUA	2,6%	3,1%	8,8%	7,9%	-10,1%	-9,1%	2,6%	1,5%

**Fonte:** OCDE - *Economic Outlook*, Volume 2011/1, Maio de 2011

**Unidade:** Variação anual %

### **PREVISÕES ECONÓMICAS FMI**

	2010	2011	2012	2016
<b><u>PORTUGAL</u></b>				
PIB	1,4%	-1,5%	-0,5%	1,2%
Taxa de Inflação	1,4%	2,4%	1,4%	1,8%
<b><u>ZONA EURO</u></b>				
PIB	1,7%	1,6%	1,8%	1,7%
Taxa de Inflação	1,6%	2,3%	1,7%	1,9%
<b><u>EU (27)</u></b>				
PIB	1,8%	1,8%	2,1%	2,1%
Taxa de Inflação	2,0%	2,7%	1,9%	2,0%

**Fonte:** FMI – “World Economic Outlook”, Primavera de 2011, Abril de 2011

**Unidade:** Variação anual %

**Notas:** As projecções do FMI para a Grécia em 2016 indicam: PIB de 2,9% e taxa de Inflação de 1,2% / para a Irlanda: PIB de 3,4% e taxa de inflação de 1,7%

Portugal é o país da ZE em 2016 com o crescimento do PIB mais reduzido



**PIB per capita (em euros)**

	<b>Portugal</b>	<b>Zona Euro</b>	<b>UE</b>	<b>Irlanda</b>	<b>Grécia</b>	<b>Espanha</b>
<b>1960</b>	35,1	91,2	100,0	62,7	45,6	36,8
<b>1970</b>	39,1	96,2	100,0	60,6	59,8	49,4
<b>1980</b>	32,2	99,3	100,0	60,4	54,5	58,0
<b>1990</b>	39,6	100,1	100,0	69,0	46,9	67,6
<b>1991</b>	44,5	99,5	100,0	68,8	49,6	72,0
<b>1992</b>	49,4	100,6	100,0	70,7	49,8	72,3
<b>1993</b>	47,9	98,7	80,5	72,4	51,2	66,4
<b>1994</b>	47,4	98,4	80,7	74,9	51,4	63,3
<b>1995</b>	49,4	91,1	81,0	78,7	52,3	64,1
<b>1996</b>	50,0	98,4	81,3	84,8	54,1	65,6
<b>1997</b>	50,8	95,6	81,6	98,3	55,9	64,1
<b>1998</b>	52,0	95,0	81,8	102,0	54,2	65,1
<b>1999</b>	53,4	94,4	81,8	110,4	55,6	66,6
<b>2000</b>	53,5	93,0	82,2	119,0	54,4	67,5
<b>2001</b>	54,4	93,6	82,6	126,6	55,8	69,8
<b>2002</b>	54,7	93,5	83,0	134,4	57,7	71,5
<b>2003</b>	54,8	94,6	83,0	140,2	62,6	74,6
<b>2004</b>	54,5	94,0	83,4	141,2	64,4	75,8
<b>2005</b>	54,4	94,1	84,0	145,8	65,5	78,2
<b>2006</b>	54,0	94,0	84,5	148,5	67,6	79,7
<b>2007</b>	54,4	94,1	85,2	147,9	69,2	80,1
<b>2008</b>	55,6	96,7	86,1	139,2	72,4	82,0
<b>2009</b>	57,7	98,8	85,7	130,0	75,7	83,5
<b>2010</b>	57,0	97,6	86,0	120,8	71,5	81,0
<b>2011</b>	54,8	97,7	86,4	118,8	67,2	80,0
<b>2012</b>	52,9	97,8	86,7	118,3	66,1	79,4

**Fonte:** Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Nota:** Base 100 = UE 15 / Dados até 1992 (incl.) = ZE 12 e UE 15, a partir de 1993 = ZE 17 e UE 27

### PIB PORTUGAL (ANOS 80 E 90)

	Portugal	Zona Euro	UE
1981	2,2	0,5	0,2
1982	2,2	0,8	1,1
1983	1,0	1,4	1,8
1984	-1,0	2,4	2,5
1985	1,6	2,3	2,5
1986	3,3	2,5	2,8
1987	7,6	2,5	2,8
1988	5,3	4,2	4,2
1989	6,6	4,0	3,6
1990	7,9	3,5	3,0
1991	3,4	2,5	1,8
1992	3,1	1,4	1,2
1993	-0,7	-0,7	-0,3
1994	1,5	2,5	2,9
1995	2,3	2,4	2,6
1996	3,7	1,6	1,8
1997	4,4	2,6	2,7
1998	5,0	2,8	3,0
1999	4,1	2,9	3,1
2000	3,9	3,9	3,9

**Fonte:** Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Unidade:** Variação anual %

**Notas:** Valores a preços de mercado 2000/ Dados até 1992 = ZE 12 e UE 15 e a partir de 1993 (incl.) = ZE 17 e UE 27

### **TAXAS DE JURO DE CURTO PRAZO (EM %)**

	1971/80	1981	1985	1990	1981/90	1991	1995	2000	1991/2000	2001	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001/2010
<b>Portugal</b>	9,3	16,0	21,0	16,9	17,0	17,7	9,8	4,4	9,3	4,3	2,2	3,1	4,3	4,6	1,2	0,8	2,8
<b>Zona Euro</b>	-	15,1	10,1	11,0	10,9	10,9	7,0	4,5	6,7	4,3	2,2	3,1	4,3	4,6	1,2	0,8	2,9
<b>UE</b>	9,1	14,9	10,5	11,7	10,5	11,0	7,0	5,9	6,8	5,4	2,9	3,5	4,6	5,1	1,8	1,2	3,5

**Fonte:** Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Notas:** Dados da Zona Euro de 1981-1998 = ZE a 12 / de 1999-2010 = ZE a 17

Dados da UE até 1982 = UE a 7 / de 1982 (incluindo)-1998 = UE a 15 / de 1999 ao fim = UE a 27

### **TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO (%)**

	1971/80	1981	1985	1990	1981/90	1991	1995	2000	1991/2000	2001	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001/2010
<b>Portugal</b>	-	-	27,7	15,4	-	14,5	11,5	5,0	9,0	5,2	3,4	3,9	4,4	4,5	4,2	5,4	4,4
<b>Zona Euro</b>	-	14,4	10,9	10,9	11,2	10,1	8,9	5,4	7,4	5,0	3,4	3,8	4,3	4,3	3,8	3,6	4,1
<b>UE</b>	10,0	14,5	10,9	11,1	11,3	10,1	8,8	5,4	7,4	5,0	3,6	3,9	4,4	4,3	3,7	3,5	4,2

**Fonte:** Boletim Económico da Comissão Europeia – Primavera de 2011

**Notas:** Dados da Zona Euro até 2001 = ZE a 12 / de 2002-2010 = ZE a 17

Dados da UE até 1980 = UE a 9 (Bélgica, Dinamarca, Alemanha, França, Itália, Holanda, RU, Finlândia e Suécia) / a partir de 1981 (incluindo) = UE a 15

### **ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES EUROPEIAS**

Países	Eleições 2004	Eleições 2009
UE	54,59%	57,00%
Bélgica	9,19%	9,69%
Bulgária	70,78%*	61,01%
República Checa	71,70%	71,80%
Dinamarca	52,11%	40,46%
Alemanha	57,00%	56,70%
Estónia	73,17%	73,17%
Irlanda	41,42%	41,36%
Grécia	36,78%	47,39%
Espanha	54,86%	55,10%
França	57,24%	59,37%
Itália	28,28%	34,95%
Chipre	27,50%	40,60%
Luxemburgo	8,65%	9,25%
Hungria	61,50%	63,69%
Malta	17,61%	21,21%
Holanda	60,74%	63,25%
Áustria	7,57%	54,03%
Polónia	79,13%	75,47%
<b>Portugal</b>	<b>61,40%</b>	<b>63,22%</b>
Roménia	70,53%*	72,33%
Eslovénia	71,65%	71,67%
Eslováquia	83,03%	80,36%
Finlândia	60,59%	59,70%
Suécia	62,15%	54,47%
Reino Unido	61,48%	65,30%

**Fonte:** PE

**Notas:** Na Bulgária as primeiras eleições foram em 2007 / a Roménia votou pela primeira vez para o PE em 2007, os valores referem-se a este ano.

## ELEIÇÕES PARA O PE POR PAÍS

Países	Partidos locais	Grupos PE	Eleições 2004	Eleições 2009
Bélgica	CD&V (democrata cristão)	EPP	17,4%	14,4%
	Open VLD (liberal e democrata)	ALDE	13,6%	12,8%
	PS (socialista)	S&D	13,5%	10,9%
	VI Belang	NA	14,3%	9,9%
	MR (movimento reformador)	ALDE	10,3%	9,7%
	Ecolo (ecologistas)	GREENS/EFA	3,7%	8,6%
	Sp.a. (socialistas)	S&D	11,0%	8,2%
	N-VA	GREENS/EFA	-	6,1%
	cdH (centro democrático humanista)	EPP	5,7%	5,0%
	Groen	GREENS/EFA	4,9%	4,9%
	LDD	ECR	-	4,5%
Bulgária	GERB (cidadãos para o desenvolvimento europeu da Bulgária)	EPP	21,7%	24,4%
	BSP (coligação para a Bulgária)	S&D	21,4%	18,5%
	DPS (movimento dos direitos e liberdades)	ALDE	20,3%	14,1%
	ATAKA (união nacional)	NA	14,2%	12,0%
	NDSV (movimento nacional para a estabilidade e progresso)	ALDE	6,3%	8,0%
	SDS-DSB (coligação azul)	EPP	-	8,0%
R. Checa	ODS (democrata)	EPP (2004) /ECR(2009)	30,0%	31,5%
	CSSD (socialista democrata)	S&D	8,8%	22,4%
	KSCM (comunista)	GUE/NGL	20,3%	14,2%
	KDU-CSL (união cristã e democrata)	EPP	9,6%	7,6%
	SNK/ED	EPP	1,1%	1,7%
	Nezavisli	EFP	8,2%	0,5%
Dinamarca	A (social democrata)	S&D	32,6%	20,9%
	V (liberal)	ALDE	19,4%	19,6%
	F (socialista)	GREENS/EFA	7,9%	15,4%
	O (nacionalista)	EFD	6,8%	14,8%
	C (conservador)	EPP	11,3%	12,3%
	N	GUE/NGL	5,2%	7,0%
	J	IND/DEM	9,1%	2,3%
	B (radical)	ALDE	6,4%	4,1%
Alemanha	CDU (democrata cristão)	EPP	36,5%	30,7%
	SPD (socialista)	S&D	21,5%	20,8%
	GRUNE	GREENS/EFA	11,9%	12,1%
	FDP (democrata liberal)	ALDE	6,1%	11,0%
	DIE LINK	GUE/NGL	6,1%	7,5%
	CSU (socialista cristão)	EPP	8,0%	7,2%

Países	Partidos locais	Grupos PE	Eleições 2004	Eleições 2009
Estónia	KE	ALDE	17,5%	26,1%
	I.Tarand	GREENS/EFA	-	25,8%
	ER	ALDE	12,2%	15,3%
	IRL	EPP	10,5%	12,2%
Irlanda	SDE	S&D	36,8%	8,7%
	FG	EPP	27,8%	29,1%
	FF	UEN (2004) /ALDE (2009)	29,5%	24,1%
	Labory (trabalhista)	S&D	10,6%	13,9%
	SF (Sinn Fein)	GUE/NGL	11,1%	11,2%
	M.Harkin	ALDE	15,2%	4,6%
	SP (socialista)	GUE/NGL	-	2,8%
	PASOK (socialista)	S&D	34,0%	36,7%
Grécia	ND (nova democracia)	EPP	43,0%	32,3%
	KKE (comunista)	GUE/NGL	9,5%	8,4%
	LA.O.S. (popular ortodoxo)	EFD	4,1%	7,2%
	SY.RIZ.A. (esquerda radical)	GUE/NGL	4,2%	4,7%
	OP (ecologista)	GREENS/EFA	-	3,5%
	PP (partido popular)	EPP	41,2%	42,2%
	PSOE (socialista)	S&D	43,5%	38,5%
Espanha	CpE (coligação Europa nacionalista)	ALDE	5,1%	5,1%
	IU-ICV-EUIA-BA (esquerda unida)	GREENS/EFA	4,1%	3,7%
	UpyD (união, progresso e democracia)	NA	-	2,9%
	EdP-V (Europa dos povos-verdes)	GREENS/EFA	2,5%	2,5%
	UMP (união para um movimento popular)	EPP	16,6%	27,8%
França	PS (socialista)	S&D	28,9%	16,5%
	Europe Ecologie	GREENS/EFA	7,7%	16,3%
	MoDem (movimento democrático)	ALDE	12,0%	8,4%
	FN (frente nacional)	NA	9,8%	6,3%
	FG (frente de esquerda)	GUE/NGL	6,6%	6,0%
	Libertas (movimento para a França)	EFD	8,8%	4,6%
	AOM (aliança de outros mares)	GUE/NGL	0,42%	-
	PdL (o povo da liberdade)	EPP	32,2%	35,3%
Itália	PD (democrático)	S&D	31,1%	26,1%
	Ln	EFD	5,0%	10,2%
	IdV	ALDE	2,1%	8,0%
	UDC (democracia cristã)	EPP	5,9%	6,5%
	Prc (comunista)	GUE/NGL	8,5%	3,4%

Países	Partidos locais	Grupos PE	Eleições 2004	Eleições 2009
Chipre	DISY (democrático)	EPP	28,2%	35,7%
	AKEL	GUE/NGL	27,9%	34,9%
	DI.KO (democrático)	ALDE/S&D	17,1%	12,3%
	EDEK (socialista)	S&D	-	9,9%
Letónia	GTE	EPP	10,8%	-
	PS	EP	-	24,3%
	SC	S&D+GUE	-	19,6%
	PCTVL	GREENS/EFA	10,7%	9,7%
	TB/LNKK	UEN (2004) /ECR (2009)	29,8%	7,5%
	LPP/LC	ALDE	-	7,5%
	JL	EPP	19,7%	6,7%
	TP	EPP	6,6%	2,8%
	LC	ALDE	6,5%	-
	TS-LKD	EPP	12,6%	26,9%
Lituânia	LSDP	S&D	14,4%	18,6%
	TT	EFD	-	12,2%
	DP	ALDE	30,2%	8,8%
	LLRA	ECR	-	8,4%
	LRSL	ALDE	-	7,4%
	LICS	ALDE	-	3,5%
	LVLS	UEN (2004) /ECR (2009)	7,4%	1,9%
	LDP	UEN	6,8%	-
	CSV	EPP	37,1%	31,3%
Luxemburgo	LSAP	S&D	22,0%	19,4%
	DP	ALDE	14,9%	18,7%
	Dél gréng	GREENS/EFA	15,0%	16,8%
	PL-MLP	S&D	49,0%	54,8%
Malta	PN	EPP	40,0%	40,5%

Países	Partidos locais		Grupos PE	Eleições 2004	Eleições 2009
Hungria	FIDESZ-KDNP		EPP	47,4%	56,4%
	MSZP		S&D	34,3%	17,4%
	JOBBIK		NA	-	14,8%
	MDF		EPP (2004)/ECR (2009)	5,3%	5,3%
	SZDSZ		ALDE	7,7%	2,2%
Holanda	CDA	(democrata cristão)	EPP	24,4%	20,1%
		PVV	NA	-	17,0%
		PvdA	S&D	23,6%	12,1%
		VVD	ALDE	13,2%	11,4%
		D66 (democrata)	ALDE	4,2%	11,3%
		GL	GREENS/EFA	7,4%	-
		ET	GREENS/EFA	7,3%	-
		Groen Links	GREENS/EFA	-	8,9%
		SP (socialista)	GUE/NGL	7,0%	7,1%
		CU-SGP	IND/DEM (2004) /EFD+ECR (2009)	5,9%	6,8%
Áustria	OVP		EPP	32,7%	30,0%
	SPO		S&D	33,3%	23,7%
	Martin		NA	14,0%	17,7%
	FPO		NA	6,3%	12,7%
	GRUNE		GREENS/EFA	12,9%	9,9%
Polónia	PO		EPP	24,1%	44,4%
	PIS		UEN/ECR	12,7%	27,4%
	UEN/ECR		S&D	9,4%	12,3%
	PSL		EPP	6,3%	7,0%
	SO		NA	10,8%	1,5%
	LPR		IND/DEM	15,9%	-
	UW		ALDE	7,3%	-
Portugal	SdPL		S&D	5,3%	-
	PPD-PSD (2004 + CDS=Força Portugal)		EPP	33,3%	31,7%
	PS		S&D	44,5%	26,5%
	BE		GUE/NGL	4,9%	10,7%
	CDU		GUE/NGL	9,1%	10,6%
	CDS		EPP	-	8,4%



Países	Partidos locais	Grupos PE	Eleições 2004	Eleições 2009
Roménia	PSD-PC	S&D	23,1%	31,1%
	PD-L	EPP	36,6%	29,7%
	PnI	ALDE	13,4%	14,5%
	UDMR	EPP	5,5%	8,9%
	PRM	NA	3,4%	8,6%
	Basescu	EPP	-	4,2%
Eslovénia	SDS	EPP	17,7%	26,9%
	SD	S&D	14,2%	18,5%
	N. Si	EPP	23,6%	16,3%
	Lds	ALDE	21,9%	11,5%
	Zares	ALDE	-	9,8%
Eslováquia	SMER	S&D	32,0%	16,9%
	SDKU-DS	EPP	17,1%	17,0%
	SMK-MPK	EPP	13,2%	11,3%
	KDH	EPP	16,2%	10,9%
	L'S-HZDS	ALDE	17,0%	9,0%
Finlândia	SNS	EFD	-	5,6%
	KOK	EPP	23,7%	23,2%
	KESK	ALDE	23,4%	19,0%
	SDP	S&D	21,2%	17,5%
	KD-PS	EPP	-	14,0%
	VIHR	GREENS/EFA	10,4%	12,4%
	SFP	ALDE	5,7%	6,1%
	VAS	GUE/NGL	9,1%	5,9%
Suécia	S	S&D	24,6%	24,4%
	M	EPP	18,2%	18,8%
	FP	ALDE	9,9%	13,6%
	MP	GREENS/EFA	6,0%	11,0%
	PP	GREENS/EFA	-	7,1%
	V	GUE/NGL	12,8%	5,7%
	C	ALDE	6,3%	5,5%
	KD	EPP	5,7%	4,7%
IND/DEM (2004)/EFD (2009)		IND/DEM (2004) /EFD (2009)	14,5%	3,6%

Países	Partidos locais	Grupos PE	Eleições 2004	Eleições 2009
Reino Unido	Conservador	EPP (2004)/ECR (2009)	25,9%	27,0%
	UKIP (independência)	IND-DEM (2004) /EFD (2009)	15,6%	16,1%
	Trabalhista	S&D	21,9%	15,3%
	Ld (democrata liberal)	ALDE	14,6%	13,4%
	GREENS	GREENS/EFA	6,1%	8,4%
	BNP (nacional)	NA	-	6,0%
	SNP (nacional escocês)	GREENS/EFA	1,4%	2,1%
	Plaid (partido nacionalista de Gales)	GREENS/EFA	0,9%	0,8%
	SF (Sinn Fein)	GUE/NGL	0,9%	0,7%
	DUP (partido ionista democrata)	NA	1,0%	0,5%
	UUP (conservadores e ionistas do Ulster)	EPP (2004)/ECR (2009)	0,5%	0,4%

**Fonte:** PE

## GRUPOS POLÍTICOS NO PARLAMENTO EUROPEU

Grupos Políticos	Peso nas Eleições PE	
	2004	2009
EPP (=PPE-DE) – Grupo do Partido Popular Europeu	36,7%	36,0%
S&D (=PES) – Grupo Aliança Progressistas dos Socialistas e Democratas	27,6%	25,0%
ALDE – Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa	12,8%	11,4%
GREENS/EFA – Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia	5,5%	7,5%
ECR (=UEN) – Conservadores e Reformistas Europeus	5,6%	7,3%
GUE/NGL – Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde	5,2%	4,8%
EFD (=IND/DEM) – Europa da Liberdade e Democracia	2,8%	4,3%
NA – Não Inscritos	3,8%	3,7%
Grupos Políticos Europeístas	77,1%	72,4%
Grupos Políticos Eurocépticos	19,1%	23,9%

**Fonte:** PE. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/parliament/pt/headlines/> e [http://www.europarl.europa.eu/search/simple/perform.do?language=PT&collection=default\\_collection&sortBy=relevance&page=1&inArchives=false&query=elei%C3%A7%C3%B5es+2009](http://www.europarl.europa.eu/search/simple/perform.do?language=PT&collection=default_collection&sortBy=relevance&page=1&inArchives=false&query=elei%C3%A7%C3%B5es+2009)

**Notas:** Na legislatura de 2004/2009, os grupos políticos no PE eram: PPE-DE (Partido Popular Europeu – Democratas Cristãos e Democratas Europeus), que deu lugar ao EPP na legislatura de 2009/2014; PSE (Socialista) que originou o S&D; ALDE (manteve-se); a GUE/NGL (manteve-se); UEN (União para a Europa das Nações) que deu lugar ao ECR; IND/DEM (Independência e Democracia) que deu lugar à EFD; e GREENS/EFA (manteve-se nas legislativas iniciadas em 2009).

**Grupos Europeístas** = favoráveis ao actual conceito da UE (caminho federação/confederação/união política) = EPP, S&D, ALDE.

**Grupos Eurocépticos** = contrários ao conceito anterior = ECR, GUE/NGL, EFD, GREENS/EFA.

### **REPARTIÇÃO PE EM GRUPOS PRÓ EUROPA E EUROCÉPTICOS**

	<b>Grupos Pró-Europa</b>	<b>Grupos Eurocépticos</b>	<b>Não Inscritos (NA)</b>
<b>4ª Legislatura (1994/1999)</b>	<b>73,0%</b>	<b>20,9%</b>	<b>6,1%</b>
<b>5ª Legislatura (1999/2004)</b>	<b>75,3%</b>	<b>19,1%</b>	<b>5,6%</b>
<b>6ª Legislatura (2004/2009)</b>	<b>77,0%</b>	<b>19,1%</b>	<b>3,8%</b>
<b>7ª Legislatura (2009/2014)</b>	<b>72,4%</b>	<b>23,9%</b>	<b>3,7%</b>

**Notas:** Valores calculados por Ana Isabel Travassos, com base nos dados fornecidos pelo PE.

*Verifica-se que os Grupos Políticos Pró-Europa, no seu conjunto, nunca tiveram tão pouco peso no PE como na actual Legislatura.*

### ACTUAL COMPOSIÇÃO PE

Países	EPP	S&D	ALDE	ECR	GREENS/EFA	GUE/NGL	EFD	NA	TOTAL
Bélgica	5	5	5	1	4	-	-	2	22
Bulgária	6	4	5	-	-	-	-	2	17
R. Checa	2	7	-	9	-	4	-	-	22
Dinamarca	1	4	3	1	2	1	1	-	13
Alemanha	42	23	12	-	14	8	-	-	99
Estónia	1	1	3	-	1	-	-	-	6
Irlanda	4	3	4	-	-	1	-	-	12
Grécia	7	8	1	-	1	3	2	-	22
Espanha	23	21	2	-	2	1	-	1	50
França	29	14	6	-	14	5	1	3	72
Itália	35	22	6	-	-	-	9	-	72
Chipre	2	2	-	-	-	2	-	-	6
Letónia	3	1	1	1	1	1	-	-	8
Lituânia	4	3	2	1	-	-	2	-	12
Luxemburgo	3	1	1	-	1	-	-	-	6
Hungria	14	4	-	1	-	-	-	3	22
Malta	2	3	-	-	-	-	-	-	5
Holanda	5	3	6	1	3	2	1	4	25
Áustria	6	4	-	-	2	-	-	5	17
Polónia	28	7	-	15	-	-	-	-	50
<b>Portugal</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
Roménia	14	11	5	-	-	-	-	3	33
Eslovénia	3	2	2	-	-	-	-	-	7
Eslováquia	6	5	1	-	-	-	1	-	13
Finlândia	4	2	4	-	2	-	1	-	13
Suécia	5	5	4	-	3	1	-	-	18
R. Unido	-	13	12	26	5	1	9	6	72
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>185</b>	<b>85</b>	<b>56</b>	<b>56</b>	<b>34</b>	<b>27</b>	<b>29</b>	<b>736</b>

Fonte: PE

## ELEIÇÕES LEGISLATIVAS – PORTUGAL

Partidos Políticos	2011		2009	
	Votos (%)	Nº Deputados	Votos (%)	Nº Deputados
PSD	38,65	108		81
PS	28,06	74		97
CDS-PP	11,70	24		21
PCP-PEV	7,91	16		15
BE	5,17	8		16
PAN	1,04	0		
MPT	0,41	0	0,22*	0
MEP	0,39	0	0,46	0
PNR	0,32	0	0,20	0
PTP	0,30	0	0,09	0
PPM	0,27	0	0,27	0
PND	0,21	0	0,39	
PPV	0,15	0	0,15	0
POUS	0,08	0	0,08	0
PDA	0,08	0	-	-
PH	0,06	0	-	-
PCTP-MRPP	1,12	0	0,93	0
Abstenções	41,93	-	40,32	-
Nulos/brancos	4,09	-	3,09	-
TOTAL	100	230	100	230

**Fonte:** CNE

**Notas:** pequenos partidos de conotação de esquerda: MPT (partido da terra)/PTP (trabalhista português)/PPV (verdes)/POUS/PH(humanista)/PCTP-MRPP.

Pequenos partidos de direita: MEP (movimento esperança Portugal)/PNR (nacional renovador)/PND (nova democracia)/PDA (democrático do Atlântico).

\*Coligação MPT-PH

## RESULTADOS DE SONDAGENS NA EUROPA – EUROBARÓMETRO

	UE			Portugal			Grécia			Irlanda			Espanha		
	Outono 2010	Primavera 2010	Outono 2009	Outono 2010	Primavera 2010	Outono 2009	Outono 2010	Primavera 2010	Outono 2009	Outono 2010	Primavera 2010	Outono 2009	Outono 2010	Primavera 2010	Outono 2009
<b>Eficácia Governos Nacionais face a crise</b>															
<b>Boa</b>	<b>39%</b>	-	-	<b>24</b>	-	-	<b>16</b>	-	-	<b>9</b>	-	-	<b>10</b>	-	-
<b>Má</b>	<b>55%</b>	-	-	<b>67</b>	-	<b>83</b>	-	-	<b>83</b>	-	-	<b>86</b>	-	-	
<b>Outros</b>	<b>6</b>	-	-	<b>9</b>	-	-	<b>1</b>	-	-	<b>8</b>	-	-	<b>4</b>	-	-
<b>Eficácia UE face à crise</b>															
<b>Boa</b>	<b>45</b>	-	-	<b>47</b>	-	-	<b>27</b>	-	-	<b>53</b>	-	-	<b>30</b>	-	-
<b>Má</b>	<b>44</b>	-	-	<b>40</b>	-	-	<b>71</b>	-	-	<b>34</b>	-	-	<b>58</b>	-	-
<b>Outros</b>	<b>11</b>	-	-	<b>13</b>	-	-	<b>2</b>	-	-	<b>13</b>	-	-	<b>12</b>	-	-
<b>Pior no desemprego está para vir</b>															
<b>Sim</b>	<b>48</b>	<b>55</b>	<b>56</b>	<b>73</b>	<b>71</b>	<b>53</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>57</b>	<b>72</b>	<b>58</b>	<b>65</b>	<b>58</b>	<b>60</b>	<b>62</b>
<b>Não</b>	<b>42</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>33</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>40</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>37</b>	<b>34</b>
<b>Outros</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Euro atenuou a crise															
Sim	39	37	41	49	38	55	46	53	58	51	44	48	35	39	43
Não	48	49	45	42	48	31	52	42	39	26	28	24	54	49	47
Outros	13	14	14	9	14	14	2	5	3	23	28	28	11	12	10
Mais eficaz para fazer face à crise															
Governos	20	19	19	15	11	17	17	27	23	13	24	29	17	16	25
EU	23	26	22	29	28	30	37	33	44	32	29	21	23	33	26
FMI	15	14	11	12	6	5	7	9	8	21	13	11	17	14	11
Outros	42	41	48	45	55	48	39	31	25	34	34	39	43	35	38
Vantagem de pertencer à UE															
Sim	50	53	57	50	54	64	53	61	71	69	77	81	51	60	66
Não	39	35	31	39	34	21	42	33	25	19	13	10	37	27	22
Outros	11	12	12	11	12	15	5	6	4	12	10	9	12	13	12



Imagem da UE															
Boa	38	42	48	40	41	53	29	38	56	48	55	58	32	47	54
Má	20	19	15	19	24	11	32	24	14	16	13	12	16	11	8
Outros	42	39	37	41	35	36	39	38	30	36	32	30	52	42	38
Favorável à UEM e Euro															
Sim	58	56	60	56	53	61	64	64	63	80	84	86	62	64	62
Não	35	37	33	33	34	25	33	32	36	13	12	8	31	31	31
Outros	7	7	7	11	13	14	3	4	1	7	4	6	7	5	7
Situação actual da economia no País															
Boa	28	23	23	6	5	9	2	2	8	1	4	4	3	5	10
Má	70	77	75	93	95	90	98	98	92	98	95	95	97	95	89
Outros	2	0	2	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1

Situação actual da economia na Europa															
Boa	26	22	29	7	8	10	13	16	21	15	8	9	10	17	18
Má	64	70	62	88	88	83	86	82	78	75	85	80	82	75	77
Outros	10	8	9	5	4	7	1	2	1	10	7	11	8	8	5
Maior coordenação da economia na UE para vencer crise															
Sim	77	75	73	72	62	64	81	84	86	79	77	64	84	83	81
Não	13	14	15	19	27	19	15	13	11	7	9	9	6	8	9
Outros	11	11	12	9	11	17	4	3	3	14	14	27	10	9	10
Maior coordenação da economia entre Estados na Zona Euro															
Sim	75	74	-	72	63	-	78	84	-	80	76	-	84	84	-
Não	14	15	-	20	25	-	17	13	-	6	9	-	6	8	-
Outros	11	11	-	8	12	-	5	3	-	14	16	-	10	8	-

Satisfação do nível de vida em geral															
Boa	78	78	78	45	44	53	49	42	58	83	88	85	76	77	74
Má	22	22	22	55	56	47	51	58	42	16	11	14	24	23	26
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Perspectivas de melhoria de vida no curto prazo															
Sim	26	28	26	8	15	15	10	11	29	18	26	17	27	26	31
Não	15	18	15	39	35	23	45	52	20	26	11	22	14	16	13
Outros	59	54	59	53	50	62	45	37	51	56	63	61	59	58	56
Avaliação da economia no País a curto prazo															
Melhor	24	24	28	5	15	18	6	8	24	12	23	16	20	26	27
Pior	31	36	31	62	55	32	75	70	38	65	37	54	36	40	33
Outros	45	40	41	33	30	50	19	22	38	23	41	30	44	44	40

Avaliação da economia na UE a curto prazo															
Melhor	21	22	30	8	17	19	9	13	31	14	26	25	26	36	40
Pior	27	32	21	46	41	23	56	47	27	35	22	32	21	17	20
Outros	52	46	49	46	42	58	35	40	42	51	52	43	53	47	40
Governos vão na boa direcção face à crise e ao futuro															
Sim	27	27	30	16	18	33	15	23	37	10	21	18	12	13	19
Não	53	51	47	56	53	31	69	59	40	71	49	56	72	72	59
Outros	20	22	23	28	29	36	16	18	23	19	30	26	16	15	22
UE vai na boa direcção face à crise e ao futuro															
Sim	30	32	40	26	27	39	22	34	44	30	30	38	24	34	43
Não	39	37	28	35	29	16	54	43	31	33	32	22	48	36	30
Outros	31	31	32	39	44	45	24	23	25	37	38	40	28	30	27

Confiança na UE															
Sim	43	42	48	50	45	62	37	42	60	39	44	47	43	43	56
Não	45	47	40	40	47	24	60	56	38	43	43	35	43	44	35
Outros	12	11	12	10	8	14	3	2	2	18	13	18	14	13	9
Optimismo face ao futuro da UE															
Sim	59	57	66	45	44	60	43	45	70	63	71	68	58	66	75
Não	34	37	27	48	51	30	54	51	26	28	21	15	31	27	19
Outros	7	6	7	7	5	10	3	4	4	9	8	17	11	7	6
Aumento do défice para criar emprego															
Sim	42	46	-	48	44	-	31	37	-	54	58	-	41	45	-
Não	42	36	-	32	29	-	62	51	-	23	18	-	35	34	-
Outros	16	18	-	20	27	-	7	12	-	23	24	-	24	21	-

**Fonte:** Eurobarómetros 73/73/74

**Unidade:** em % Inquiridos

### AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA/INEFICÁCIA DA UE

	UE		Portugal		Grécia		Irlanda		Espanha	
	Outono 2010	Outono 2008	Outono 2010	Outono 2008	Outono 2010	Outono 2008	Outono 2010	Outono 2008	Outono 2010	Outono 2008
<b>Sim</b>	<b>42%</b>	<b>35%</b>	<b>31%</b>	<b>23%</b>	<b>57%</b>	<b>42%</b>	<b>37%</b>	<b>37%</b>	<b>40%</b>	<b>37%</b>
<b>Não</b>	<b>43%</b>	<b>47%</b>	<b>47%</b>	<b>49%</b>	<b>40%</b>	<b>57%</b>	<b>38%</b>	<b>41%</b>	<b>44%</b>	<b>47%</b>
<b>Outras</b>	<b>15%</b>	<b>18%</b>	<b>22%</b>	<b>28%</b>	<b>3%</b>	<b>1%</b>	<b>25%</b>	<b>22%</b>	<b>16%</b>	<b>16%</b>

**Fonte:** Eurobarómetros 70 e 74